



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS



ANA CAROLINE MOURA TEIXEIRA

**OS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS E AS QUESTÕES EM CONCURSOS
PÚBLICOS: O CASO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL**

TERESINA

2019

ANA CAROLINE MOURA TEIXEIRA

**OS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS E AS QUESTÕES EM CONCURSOS
PÚBLICOS: O CASO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística.

Linha de pesquisa: *Gramática* e léxico: descrição e ensino.

Orientador: Prof. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos.

TERESINA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

T266c Teixeira, Ana Caroline Moura.
Os compêndios gramaticais e as questões em concursos públicos: o caso da colocação pronominal / Ana Caroline Moura Teixeira.--2019.
281 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Programa de Pós-Graduação em Letras, Teresina, 2019.
“Orientador: Prof. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos”.

1. Língua Portuguesa-Gramática. 2. Português - Colocação Pronominal. 3. Gramáticas - Concursos Públicos. I. Título.

CDD: 469.5

ANA CAROLINE MOURA TEIXEIRA

**OS COMPÊNDIOS GRAMATICAIS E AS QUESTÕES EM CONCURSOS
PÚBLICOS: O CASO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Teresina (PI), 22 de agosto de 2019.

Banca examinadora

Prof. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos – UFPI
Presidente – Orientador

Profa. Maria Angélica Freire de Carvalho – UFPI
Examinadora Interna

Prof. Carlos Alberto Faraco – UFPR
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho não é feito sozinho. Há pessoas que direta ou indiretamente nos ajudam! Assim sendo, peço licença para escrever em primeira pessoa, para aqueles que estiveram comigo nessa jornada de dissertar...

Acima de tudo, louvo e agradeço a Deus, Meu Pai Celestial, quem me deu forças e esteve comigo em todos os momentos. Eu creio em Ti, Senhor! Obrigada por essa laboriosa maravilha!

No plano terrestre, precipuamente, digiro-me ao meu querido orientador, prof. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos. Obrigada por me convidar, generosamente, a embarcar no mundo da pesquisa, uma viagem ora fascinante, ora apavorante. De 2014 para cá, sob sua orientação, participei por duas vezes do *Programa de Iniciação Científica Voluntária* na graduação, e, agora, finalizo esta pesquisa em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Não só na pesquisa, você me acolheu, mas, sob sua exímia orientação, me permitiu participar, na graduação, por quatro semestres do *Programa de Monitoria* e, no mestrado, por um semestre do *Programa de Estágio em Docência na Graduação* junto ao componente curricular *Gramaticologia da Língua Portuguesa*. Experiências enriquecedoras para minha formação acadêmico-profissional! Sou *ad aeternum* grata pelo conhecimento compartilhado, pelos desafios propostos, pelos encorajamentos e, sobretudo, pela paciência ao longo dessa trajetória. Sua competência e seu profissionalismo na academia, me inspiram! Por você, tenho muita admiração, afeto e imensurável respeito!

Sou grata ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL/UFPI), mormente, aos professores que pude ver de perto a labuta em sala de aula, no primeiro ano do mestrado: prof. Francisco Alves Filho, em *Metodologia de Investigação em Ciência da Linguagem* e em *Tópicos Especiais em Gênero do Texto/Discurso*; profa. Maria Angélica Freire de Carvalho, em *Leitura e Cognição*; prof. Francisco Wellington Borges Gomes, em *Tópicos Especiais em Variação/Diversidade Linguística/Letramentos*; profa. Maria Auxiliadora Ferreira Lima, em *Teorias Linguísticas*; prof. Pedro Rodrigues Magalhães Neto, em *Tópicos em Descrição do Português*; profa. Iveuta de Abreu Lopes, em *Tópicos em Estudos Pragmáticos*; profa. Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa, em *Tópicos Especiais em Linguística*. Cada um, em sua seara, me proporcionou estudar a língua

por um prisma distinto. Obrigada por todas as discussões empreendidas e trabalhos propostos! Eu devo muito a vocês!

Não poderia deixar de mencionar os colegas com os quais partilhei os dois anos do mestrado: Annie Carolynne Soares Mendes, Camila Karen Araujo Rodrigues, Carmem Lúcia da Cunha Rocha, Carolina Aurea Cunha Rio Lima, Célia de Freitas Araujo Neta, Erika Lourrane Leôncio Lima, Erickon Diniz Nogueira, Francisco de Assis Pereira Lima, Israel da Silva Sousa, Keyla Alves Pimentel da Silva, Marcos Paulo de Sousa Araújo, Marília Mesquita Queiroz, Rômulo Silvestre Quaresma Mendes, Thalita Christina Cavalcante Arre, Thiago de Sousa Amorim e Valdisnéia Lucia de Sousa. A todos, sem distinção, sou grata pelos momentos compartilhados em sala de aula, muitos deles com proveitosas discussões e intercaladas descontrações. Sem falar que a solicitude e a amizade de alguns, deixou a caminhada mais serena. Desejo êxito profissional a todos vocês!

Aos membros da comissão de avaliação de projetos, profa. Maria Auxiliadora Ferreira Lima, profa. Iveuta de Abreu Lopes e profa. Maraisa Lopes, que já na seleção de ingresso no mestrado, fizeram as primeiras críticas construtivas ao meu trabalho. Muito grata, professoras!

Ao prof. Francisco Alves Filho, estendo, ainda, meu agradecimento por avaliar meu projeto de pesquisa no Seminário de Dissertação. Suas ponderações e sugestões quanto à elaboração de projetos de pesquisa, desde a graduação, sempre foram valiosíssimas. Obrigada, por tudo!

Aos membros da banca examinadora de qualificação da dissertação, profa. Maria Angélica Freire de Carvalho e prof. Messias dos Santos Santana, os quais aceitaram prontamente o convite, meu muito obrigada pelas relevantes observações, sugestões e críticas feitas ao texto. Vocês opulentaram minha visão na qualificação!

Na mesma esteira, agradeço à banca examinadora de defesa da dissertação, profa. Maria Angélica Freire de Carvalho e prof. Carlos Alberto Faraco por todas as considerações acerca do trabalho. Não poderia deixar de mencionar que fiquei muito honrada com a participação do prof. Carlos Alberto Faraco em minha banca de defesa. Para mim, um dos maiores linguistas do Brasil.

Aos colegas e amigos da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Piauí, por todo suporte, minha gratidão! Aos gestores, que me apoiaram irrestritamente e compreenderam minhas ausências: profa. Maria do Socorro Leal Lopes, no início; prof. Nelson Juliano Cardoso Matos, no meio; e profa.

Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira, na finalização dessa jornada. Às minhas companheiras de trabalho Nayara Araujo Tavares, Cínthya Nicoléia M. Félix da Cunha e Ana Cristina Leme, por todos os incentivos e demonstrações de afeto. Deu tudo certo, meninas! Às queridas coordenadoras Rosa Lina Gomes do N. P. da Silva e Maraisa Lopes, por sempre perguntarem sobre o andamento do trabalho. Aos amigos concurseiros Isaque Gomes de Amaral, Érica Thaís Alves de Oliveira, Gustavo Borges Bezerra e Rafael Machado da Silva que me deram valiosas dicas, principalmente, para a escolha da plataforma *Q.Concursos.com*, como fonte para coleta das questões. Ao Isaque Gomes de Amaral, ainda, sou-lhe grata por toda a assistência na realização da videoconferência no dia da defesa de dissertação.

À Universidade Federal do Piauí, também, agradeço, por fomentar à capacitação interna de seus servidores e proporcionar, especialmente, um afastamento integral das atividades profissionais, por seis meses, que foram indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha estimada família, eu sou toda GRATIDÃO! Ao meus pais José Wilson Teixeira (*in memoriam*) e Maria do Rosário de Fátima Moura Teixeira, por todos os valores e por sempre me apoiarem e me incentivarem aos estudos. À minha tia Regina Célia Carlos Moura, minha segunda mãe, por todo amor e cuidado de sempre. Aos meus irmãos Antonio José Moura Teixeira, Márcia Andreia Moura Teixeira e Magda Vanessa Moura Teixeira, por sempre torcerem e acreditarem em minhas potencialidades. À minha amiga Maria de Fátima Portela de Moraes, por toda força. Ao meu namorado Marcelo, meu amor, por toda paciência. Aos meus filhinhos de quatro patas, Ewok, Bradypus e Charles, pela doce e leal companhia nos momentos de feitura do trabalho. Amada família, dedico este trabalho a vocês!

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

Oswald de Andrade

RESUMO

A partir do ensino das *normas linguísticas* e de *gramática*, esta dissertação procurou, como objetivo geral, investigar o tratamento dado à *Colocação Pronominal* nos concursos públicos, estabelecendo um contraponto entre as regras de compêndios gramaticais e o que foi efetivamente encontrado em questões de provas desses certames. Para isso, foram escolhidas seis *gramáticas* para descrição e análise, seguindo dois critérios: constar em buscas no *Google Shopping* e ter o maior número de edições. Já a escolha das seis bancas organizadoras para descrição e análise de suas questões seguiu os seguintes critérios: estar entre as 20 bancas com o maior número de questões disponibilizadas na plataforma *Qconcursos.com*, bem como o maior número de questões de *Colocação Pronominal* disponibilizadas nessa plataforma. Com isso, foram avaliadas as seguintes *gramáticas*: 1) *Português para Concursos*, de Renato Aquino; 2) *A Nova Gramática do Concursando*, de José Almir Fontella Dornelles; 3) *Gramática da Língua Portuguesa para Concursos, Vestibulares, Enem, Colégios Técnicos e Militares...*, de Nilson Teixeira de Almeida; 4) *Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos*, de Rodrigo Bezerra; 5) *Gramática para Concursos*, de Marcelo Rosenthal; e 6) *Português Esquemático®*, de Agnaldo Martino. No tocante às bancas, foram avaliadas: 1) Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP); 2) Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE/CESPE); 3) Fundação Carlos Chagas (FCC); 4) Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES); 5) Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt (FUNCAB); e 6) Fundação CESGRANRIO. Após as análises, pôde-se concluir que, embora algumas *gramáticas* coincidam em relação à disposição do conteúdo, à extensão do conteúdo, ao quantitativo de exemplos, ao uso de abonações, à prática da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), ao modo de introduzir o capítulo/tópico e às regras de próclise, ênclise, mesóclise, ênclise ou próclise facultativas, *Colocação Pronominal* em locuções verbais e apossinclise, a falta de congruência é deveras acentuada, sobretudo, no tocante às regras. Além disso, em síntese, verificou-se que 24 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* estudadas foram efetivamente encontradas, quando se comparou o conjunto das questões das bancas analisadas. De modo particular, entretanto, o número de regras foi destoante: a VUNESP apresentou 21 das 27 regras; a FCC, 19 das 27 regras; a FUNCAB e a CESGRANRIO, 18 das 27 regras; o IESES, 16 das 27 regras; e o CESPE, 15 das 27 regras. Ademais, no que refere ao contraponto entre as *gramáticas* e questões analisadas, os resultados apontam que as regras mais recorrentes entre as bancas foram as relacionadas, em primeiro lugar, ao uso de próclise com advérbios; em segundo, ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; em terceiro, ao uso da ênclise em início de período; em quarto, ao uso de próclise com pronomes relativos; em quinto, ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas; e, em sexto, ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso.

Palavras-chave: *Colocação Pronominal. Gramáticas. Concursos Públicos.*

RÉSUMÉ

A partir de l'enseignement des *normes linguistiques* et de *grammaire*, cette mémoire de master a recherché, comme but, examiner le traitement réservé au *Placement Pronominal* au sein des concours publiques, par rapport les règles grammaticales et ce qu'on retrouve sur les question de ces examens selectifs. Pour accomplir ce but, il a fallut choisir six *grammaires* afin de faire sa description et analyse base sur deux critère de choix: se faire présent dans les recherches de *Google Shopping* et d'avoir des nombreux éditions. La choix des conseils organisateurs pour la description et analyse de ses propositions a pris les critères: figurer parmi les 20 conseils avec le plus vaste nombre de questions disponibles sur *Qconcursos.com*, tout comme le nombre de questions de *Placement Pronominal* disponibleS que s'y font présentes. Ainsi, on a verifié les *grammaires* suivantes: 1) *Português para Concursos*, d'après Renato Aquino; 2) *A Nova Gramática do Concurando*, d'après José Almir Fontella Dornelles; 3) *Gramática da Língua Portuguesa para Concursos, Vestibulares, Enem, Colégios Técnicos e Militares...*, d'après Nilson Teixeira de Almeida; 4) *Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos*, d'après Rodrigo Bezerra; 5) *Gramática para Concursos*, d'après Marcelo Rosenthal; et 6) *Português Esquemático*, d'après Agnaldo Martino. Pour les conseils, on a choisi: 1) Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP); 2) Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE/CESPE); 3) Fundação Carlos Chagas (FCC); 4) Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES); 5) Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt (FUNCAB); et 6) Fundação CESGRANRIO. Après avoir analysé les donnés, on a conclu que, malgré quelques *grammaires* aient le même point de vu à propos du contenu, du tableau de contenus, du prolongement des contenus, de la quantité d'exemples, de l'usage des abonations, de la pratique gramaticale fait au cas par cas (ILARI; BASSO, 2014), du moyen de présenter le chapitre/sujet et des règles próclyses, enclyses, mesoclyses, enclyses ou proclyses optionnelles ou même le *Placement Pronominal* en locutions verbales et aposincline, la manque de cohésion est vraiment forte, surtout a celle qui concerne aux règles. Par contre, de façon bref, on a verifié que 24 d'entre les règles de *Placement Pronominal* qui se présent dans les grmmaires analysées sont clairement sur-dessus. Toutefois, le nombre des règles fut divers: VUNESP présent 21 d'ente les 27 règles; FCC, 19 d'entre les 27 règles; FUNCAB et CESGRANRIO, 18 d'entre les 27 règles; IESES, 16 d'entre les 27 règles; e CESPE, 15 d'entre les 27 règles. En plus, en ce qui concerne l'opposition entre les *grammaires* et les questions analysées, les resultats nous disent que les règles les plus souvent dans les conseils ont été classifiés, tout d'abord, quant à l'usage des proclyses avec les adverbes; en deuxième, à l'usage de proclyses avec les conjuctions subordonnées ou en orations subordonnées; en troisième, à l'usage de l'enclyse au debut de la proposition; en quatrième, à l'usage de la procluse avec les pronoms relatifs; en cinquième, à l'usage de la procluse avec des mots de valeur negatif ou en propositions negatives; et, en sixième, à l'usage de l'enclyse ou provlyse avec les noms, pronoms personnels, demonstratifs ou même le sujet qui s'y fait présent.

Mots-clés: *Placement Pronominal. Grammaire. Concours Publiques.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE *BOXES*

<i>Box 1 – Dicas de estudo, relativas à Colocação Pronominal.....</i>	114
<i>Box 2 – Informações preliminares sobre o Capítulo 8.....</i>	130
<i>Box 3 – Introito acerca do tópico 8.3.....</i>	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação <i>sistema, norma e falar.....</i>	31
Figura 2 – Sentidos distintos do termo <i>norma.....</i>	38
Figura 3 – Pirâmide das classes sociais, proposta por Bagno, para a análise da variação do português brasileiro.....	44
Figura 4 – Pesquisas prévias com a temática de <i>Colocação Pronominal....</i>	87
Figura 5 – Esquema das regras de <i>Colocação Pronominal, segundo Martino (2018).....</i>	151
Figura 6 – Questão VUNESP-2014-S-76.....	184
Figura 7 – Questão VUNESP-2013-F108.....	185
Figura 8 – Questão VUNESP-2011-S-131.....	186
Figura 9 – Questão CESPE-2017-S-7.....	192
Figura 10 – Questão CESPE-2009-M-64.....	193
Figura 11 – Questão CESPE-2011-S-57.....	194
Figura 12 – Questão FCC-2015-M-14.....	201
Figura 13 – Questão FCC-2008-S-64.....	201
Figura 14 – Questão FCC-2013-S-43.....	202
Figura 15 – Questão IESES-2017-S-11.....	208
Figura 16 – Questão IESES-2015-M-47.....	208
Figura 17 – Questão IESES-2014-M-64.....	209
Figura 18 – Questão FUNCAB-2014-F-34.....	215
Figura 19 – Questão FUNCAB-2014-S-28.....	216
Figura 20 – Questão FUNCAB-2010-S-50.....	217

Figura 21 – Questão CESGRANRIO-2011-M-28.....	224
Figura 22 – Questão CESGRANRIO-2011-S-30.....	225
Figura 23 – Questão CESGRANRIO-2010-S-32.....	226

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Tela inicial da plataforma <i>Qconcursos.com</i>	98
Fotografia 2 – Aba Bancas da plataforma <i>Qconcursos.com</i>	99
Fotografia 3 – Aba questões da plataforma <i>Qconcursos.com</i>	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de questões de <i>Colocação Pronominal</i> das bancas analisadas.....	178
Gráfico 2 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da VUNESP, por ano.....	179
Gráfico 3 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da VUNESP, por nível de escolaridade.....	180
Gráfico 4 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da VUNESP, por tipo.....	180
Gráfico 5 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da VUNESP, em relação aos contextos.....	181
Gráfico 6 – Questões da VUNESP, por regra de <i>Colocação Pronominal</i>	182
Gráfico 7 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do CESPE, por ano.....	187
Gráfico 8 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do CESPE, por nível de escolaridade.....	188
Gráfico 9 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do CESPE, por tipo.....	188
Gráfico 10 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do CESPE, em relação aos contextos.....	189
Gráfico 11 – Questões do CESPE, por regra de <i>Colocação Pronominal</i>	190
Gráfico 12 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FCC, por ano.....	195
Gráfico 13 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FCC, por nível de escolaridade.....	196
Gráfico 14 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FCC, por tipo.....	197
Gráfico 15 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FCC, em relação aos	

contextos.....	198
Gráfico 16 – Questões da FCC, por regra de <i>Colocação Pronominal</i>	199
Gráfico 17 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do IESES, por ano.....	203
Gráfico 18 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do IESES, por nível de escolaridade.....	204
Gráfico 19 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do IESES, por tipo.....	204
Gráfico 20 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> do IESES, em relação aos contextos.....	205
Gráfico 21 – Questões do IESES, por regra de <i>Colocação Pronominal</i>	206
Gráfico 22 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FUNCAB, por ano.....	210
Gráfico 23 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FUNCAB, por nível de escolaridade.....	211
Gráfico 24 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FUNCAB, por tipo.....	211
Gráfico 25 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da FUNCAB, em relação aos contextos.....	212
Gráfico 26 – Questões da FUNCAB, por regra de <i>Colocação Pronominal</i> ...	213
Gráfico 27 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da CESGRANRIO, por ano.....	219
Gráfico 28 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da CESGRANRIO, por nível de escolaridade.....	219
Gráfico 29 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da CESGRANRIO, por tipo.....	220
Gráfico 30 – Questões de <i>Colocação Pronominal</i> da CESGRANRIO, em relação aos contextos.....	221
Gráfico 31 – Questões da CESGRANRIO, por regra de <i>Colocação Pronominal</i>	222
Gráfico 32 – Comparativo de questões de <i>Colocação Pronominal</i> das bancas, por ano.....	227
Gráfico 33 – Comparativo de questões de <i>Colocação Pronominal</i> das bancas, por nível de escolaridade.....	228
Gráfico 34 – Comparativo de questões de <i>Colocação Pronominal</i> das bancas, por tipo.....	229
Gráfico 35 – Comparativo de questões de <i>Colocação Pronominal</i> das	

bancas, em relação aos contextos.....	230
Gráfico 36 – Comparativo de questões das bancas, por regra de próclise.....	233
Gráfico 37 – Comparativo de questões das bancas, por regra de ênclise...	236
Gráfico 38 – Comparativo de questões das bancas, por regra de mesóclise.....	237
Gráfico 39 – Comparativo de questões das bancas, por regra de ênclise ou próclise facultativas.....	238
Gráfico 40 – Comparativo de questões das bancas, por regra de <i>Colocação Pronominal</i> em locuções verbais.....	239
Gráfico 41 – Comparativo de questões das bancas, por regra de apossínclise.....	240

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A <i>norma-padrão</i> e seus outros nomes nos enunciados das propostas de redação do Enem.....	46
Quadro 2 – Terminologias empregadas nas coleções de Língua Portuguesa – PNLD 2008.....	47
Quadro 3 – Principais gramáticos romanos.....	56
Quadro 4 – <i>Gramaticografia</i> brasileira, segundo Antenor Nascentes.....	62
Quadro 5 – <i>Gramaticografia</i> brasileira, segundo Sílvio Elia.....	64
Quadro 6 – <i>Gramaticografia</i> brasileira, segundo Eduardo Guimarães.....	66
Quadro 7 – <i>Gramaticografia</i> brasileira, segundo Azevedo Filho.....	67
Quadro 8 – <i>Gramaticografia</i> brasileira, segundo Cavaliere.....	70
Quadro 9 – <i>Gramáticas</i> para concursos públicos selecionadas para análise.....	96
Quadro 10 – Vinte bancas organizadoras com o maior número de questões em concursos públicos, disponibilizadas na plataforma <i>Qconcursos.com</i>	100
Quadro 11 – Bancas organizadoras de concursos públicos selecionadas para análise de questões.....	102
Quadro 12 – Cadastro ISBN da <i>PPC</i>	105

Quadro 13 – Divisão de conteúdos da <i>PPC</i>	106
Quadro 14 – Resumo da <i>Colocação Pronominal</i> , segundo Aquino (<i>op. cit.</i>).....	111
Quadro 15 – Cadastro ISBN da <i>ANGC</i>	113
Quadro 16 – Divisão de conteúdos da <i>ANGC</i>	113
Quadro 17 – Resumo da <i>Colocação Pronominal</i> , segundo Dornelles (2017).....	119
Quadro 18 – Cadastro ISBN da <i>GLPC</i>	121
Quadro 19 – Divisão de conteúdos da <i>GLPC</i>	121
Quadro 20 – Resumo da <i>Colocação Pronominal</i> , segundo Almeida (<i>op. cit.</i>).....	125
Quadro 21 – Cadastro ISBN da <i>NGLPC</i>	127
Quadro 22 – Divisão de conteúdos da <i>NGLPC</i>	128
Quadro 23 – Plano de estudos – assunto de <i>Colocação Pronominal</i>	129
Quadro 24 – Resumo da <i>Colocação Pronominal</i> , segundo Bezerra (<i>op. cit.</i>).....	138
Quadro 25 – Cadastro ISBN da <i>GPC</i>	141
Quadro 26 – Divisão de conteúdos da <i>GPC</i>	141
Quadro 27 – Resumo da <i>Colocação Pronominal</i> , segundo Rosenthal (<i>op. cit.</i>).....	146
Quadro 28 – Cadastro ISBN da <i>PES</i>	148
Quadro 29 – Resumo da <i>Colocação Pronominal</i> , segundo Martino (2018).....	155
Quadro 30 – Disposição do conteúdo de <i>Colocação Pronominal</i> nas gramáticas.....	156
Quadro 31 – Extensão do conteúdo de <i>Colocação Pronominal</i> nas gramáticas.....	156
Quadro 32 – Quantitativo de exemplos relativos ao conteúdo de <i>Colocação Pronominal</i> nas gramáticas.....	157
Quadro 33 – Abonações encontradas nas gramáticas.....	157
Quadro 34 – A <i>casuística gramatical</i> (ILARI; BASSO, <i>op. cit.</i>) nos exemplos relativos ao conteúdo de <i>Colocação Pronominal</i> nas gramáticas.....	158

Quadro 35 – Comparativo das regras de próclise nas <i>gramáticas</i> analisadas.....	161
Quadro 36 – Quantitativo de regras para o uso da próclise, por <i>gramática</i>	164
Quadro 37 – Comparativo das regras de ênclise nas <i>gramáticas</i> analisadas.....	164
Quadro 38 – Quantitativo de regras para o uso da ênclise, por <i>gramática</i> ..	166
Quadro 39 – Comparativo das regras de mesóclise nas <i>gramáticas</i> analisadas.....	167
Quadro 40 – Quantitativo de regras para o uso da mesóclise, por <i>gramática</i>	168
Quadro 41 – Comparativo das regras facultativas de ênclise ou de próclise nas <i>gramáticas</i> analisadas.....	168
Quadro 42 – Quantitativo de regras para o uso facultativo de próclise ou ênclise, por <i>gramática</i>	169
Quadro 43 – Comparativo das regras de <i>Colocação Pronominal</i> em locuções verbais nas <i>gramáticas</i> analisadas.....	170
Quadro 44 – Quantitativo de regras de <i>Colocação Pronominal</i> em locuções verbais, por <i>gramática</i>	175
Quadro 45 – Comparativo das regras de apossínclise nas <i>gramáticas</i> analisadas.....	175
Quadro 46 – Quantitativo de regras de apossínclise, por <i>gramática</i>	176
Quadro 47 – Somatório de regras de <i>Colocação Pronominal</i> , por <i>gramática</i>	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. – antes de Cristo

ABL – Academia Brasileira de Letras

AD – Apolônio Díscolo

AESO – Associação de Ensino Superior de Olinda

ago. – agosto

ANGC – *A Nova Gramática do Concursando*

app. – aplicativo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRASPE – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CESPE – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPEVE – Comissão Permanente de Concurso Vestibular

d.C. – depois de Cristo

DAE – Diretoria de Acesso ao Ensino Superior

DT – Dionísio Trácio

EaD – Educação a Distância

ed. – edição

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo

Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

ESAF – Escola de Administração Fazendária

etc. – e outras coisas

F – fundamental

FCC – Fundação Carlos Chagas

FEPESSE – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNCAB – Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt

FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

FUNRIO – Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Assistência, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

GEN – Grupo Editorial Nacional

GLPC – *Gramática da Língua Portuguesa para Concursos, Vestibulares, Enem, Colégios Técnicos e Militares...*

GPC – *Gramática para Concursos*

i.e. – isto é (do latim *id est*)

IADES – Instituto Americano de Desenvolvimento

IBFC – Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação

IDECAN – Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional

IES – Instituições de Ensino Superior

IESES – Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul

Inep – Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira

ISBN – *International Standard Book Number* (Número Padrão Internacional do Livro)

jul. – julho

jun. – junho

LTDA – limitada

M – médio

mar. – março

MEC – Ministério da Educação

NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira

NGLPC – Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

out. – outubro

p. – página

PB – Português Brasileiro

PDF – *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento)

PE – Português Europeu

pe. – padre

PES – Português Esquematizado®

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPC – Português para Concursos

Prof. – professor

Profa. – professora

Projeto NURC – Projeto Norma Linguística Urbana Culta

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

S – superior

set. – setembro

TG – *Tékhne Grammatiké*

UDF – Universidade do Distrito Federal

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNAM – *Universidad Nacional Autónoma de México*

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USF – Universidade São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

v.g. – por exemplo (do latim *verbi gratia*)

VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

VUNESP – Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 NORMAS LINGUÍSTICAS	28
2.1 <i>Sistema, norma e fala</i>	28
2.2 <i>Norma normal e norma normativa</i>	34
2.3 <i>Norma culta e norma-padrão</i>	39
3 O INSTRUMENTO LINGUÍSTICO GRAMÁTICA	50
3.1 Um breve retrospecto dos estudos gramaticais no Oriente e no Ocidente.....	50
3.2 A <i>gramática</i> no Brasil: algumas periodizações	62
3.3 A <i>gramática</i> e suas tipologias	71
4 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL	77
4.1 O surgimento do problema da <i>Colocação Pronominal</i> no Brasil dos oitocentos	77
4.2 A <i>Colocação Pronominal</i> e as perspectivas da atração lexical, da função expressiva e do fator rítmico-prosódico	81
4.3 Resultados de pesquisas que trabalharam com o tema de <i>Colocação Pronominal</i>	87
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	95
5.1 Descrição dos passos de pesquisa	95
5.1.1 <i>Critérios para a seleção das gramáticas de concursos públicos</i>	95
5.1.1.1 <i>Descrição da etapa de análise das gramáticas de concursos públicos</i>	97
5.1.2 <i>Critérios para a seleção das bancas organizadoras de concursos públicos</i>	97
5.1.2.1 <i>Descrição da etapa de análise das questões de provas de concursos públicos</i>	102
6 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS GRAMÁTICAS VOLTADAS PARA CONCURSOS PÚBLICOS	104
6.1 Os pormenores da <i>Colocação Pronominal</i> na <i>Português para concursos</i>	104

6.1.1 O autor da PPC	104
6.1.2 Breve descrição da PPC	105
6.1.3 Regras de Colocação Pronominal na PPC	106
6.2 Os pormenores da Colocação Pronominal na A Nova Gramática do Concursando	111
6.2.1 O autor da ANGC	112
6.2.2 Breve descrição da ANGC	112
6.2.3 Regras de Colocação Pronominal na ANGC	114
6.3 Os pormenores da Colocação Pronominal na Gramática da Língua Portuguesa para Concursos, Vestibulares, Enem, Colégios Técnicos e Militares.....	120
6.3.1 O autor da GLPC	120
6.3.2 Breve descrição da GLPC	120
6.3.3 Regras de Colocação Pronominal na GLPC	122
6.4 Os pormenores da Colocação Pronominal na Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos	126
6.4.1 O autor da NGLPC	126
6.4.2 Breve descrição da NGLPC	127
6.4.3 Regras de Colocação Pronominal na NGLPC	130
6.5 Os pormenores da Colocação Pronominal na Gramática para Concursos	139
6.5.1 O autor da GPC	140
6.5.2 Breve descrição da GPC	141
6.5.3 Regras de Colocação Pronominal na GPC	142
6.6 Os pormenores da Colocação Pronominal na Português Esquemático®	147
6.6.1 O autor da PES	147
6.6.2 Breve descrição da PES	148
6.6.3 Regras de Colocação Pronominal na PES	151
6.7 Síntese comparativa das regras de Colocação Pronominal das gramáticas analisadas	155
7 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS QUESTÕES DE CONCURSOS	

PÚBLICOS	178
7.1 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos da VUNESP	178
7.2 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos do CESPE	187
7.3 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos da FCC	195
7.4 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos do IESES	203
7.5 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos da FUNCAB	210
7.6 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos da CESGRANRIO	218
7.7 Síntese comparativa da Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos das bancas analisadas	227
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
REFERÊNCIAS	251
APÊNDICE	263
APÊNDICE A – Dados complementares sobre as questões de concursos públicos analisadas	264

1 INTRODUÇÃO

Há trabalhos empreendidos na atualidade que demonstram a discrepância daquilo que é apregoado nas instâncias prescritivas (*gramáticas*, dicionários, manuais de redação etc., por exemplo) e daquilo que é efetivamente praticado por pessoas altamente escolarizadas. Teixeira (2015a, 2015b, 2015c), por exemplo, confrontando o que é prescrito nos manuais de redação da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo* e o que, de fato, é aplicado pelos colunistas e articulistas desses jornais, constatou que, no âmbito da regência verbal, mesmo em pequena proporção, há predileção por parte dos colaboradores desses grupos jornalísticos em se valer de sua própria intuição de escritores cultos, dando margem, em seus textos, a fatos linguísticos considerados cultos. Ademais, trabalhos como o de Teixeira (2015a, 2015b, 2015c) contribuem para apresentar os padrões realistas do Português Brasileiro (PB) e, consoante Faraco (2012, p. 54), “criar condições para uma crítica da atitude normativista”, assim como se almeja com o trabalho ora apresentado.

Nesta perspectiva, esta pesquisa se propôs trabalhar, também, com o confronto entre normas, escolhendo o estatuto da *Colocação Pronominal* como escopo de análise. Este tema, decerto, é alvo de muitas críticas há, pelo menos, cento e cinquenta anos no Brasil. Para Bagno (2011a, p. 1001), é um assunto “velho e infrutífero” e que “vem perturbando e, assim, impedindo a formação de um ambiente linguístico pacífico, tolerante e estimulante entre nós e, particularmente, no processo de educação linguística” (*ibidem*, p. 760). Para Ilari (2003, p. 5), a *Colocação Pronominal* é “um dos principais nós da didática do português brasileiro, que inferniza em alto grau a vida tanto dos que o estudam como língua materna, quanto dos que o aprendem como língua estrangeira”. Desta forma, a temática em voga apresenta-se como um problema que precisa ser discutido no meio acadêmico, demonstrando, assim, a importância da pesquisa ora empreendida.

Assim, a partir dos domínios do *padrão* e do *culto*, seguindo as reflexões de Faraco (2008), esta dissertação intenta apresentar como a *Colocação Pronominal* é retratada em compêndios gramaticais e em questões de provas de concursos públicos. Destaca-se, antes de mais nada, que o *padrão* compreende a instância das prescrições gramaticais, que será materializada, neste trabalho, pelas regras dos compêndios gramaticais voltados para concursos públicos e o *culto* compreende

a instância dos usos eleitos pelas pessoas altamente escolarizadas, pelos elaboradores de questões, por exemplo, que podem eleger textos motivadores em que o escritor se utiliza da colocação próclise ao verbo principal ou, até mesmo, esta colocação figurar como uma das possibilidades nos enunciados e nas alternativas das questões de provas de concursos públicos.

Nesse sentido, foram formulados os seguintes problemas de pesquisa: Como as *gramáticas* direcionadas para concursos públicos apresentam o conteúdo de *Colocação Pronominal*? Como os concursos, a partir de suas questões, abordam o conteúdo de *Colocação Pronominal*? Comparativamente, há discordâncias entre as questões de provas de concursos públicos em relação às regras prescritas nos compêndios gramaticais, no tocante ao conteúdo de *Colocação Pronominal*? As respostas a estas indagações colaboram para a descrição do estatuto da *Colocação Pronominal* na contemporaneidade. Além disso, estas respostas colaboram para a execução dos objetivos de pesquisa.

Como objetivo geral, procurou-se investigar o tratamento dado à *Colocação Pronominal* nos concursos públicos, estabelecendo um contraponto entre as regras de compêndios gramaticais e o que é efetivamente encontrado em questões de provas desses certames. Nesse ínterim, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) Catalogar prescrições quanto ao tema de *Colocação Pronominal* em *gramáticas* voltadas para concursos públicos; 2) Examinar questões de provas de concursos públicos quanto ao tópico de *Colocação Pronominal*; 3) Confrontar as regras das *gramáticas* com o que efetivamente é encontrado em questões de provas de concursos públicos.

É assaz importante mencionar que, nas últimas décadas, muitas pesquisas sobre *Colocação Pronominal* foram publicadas. Dentre elas, podem ser citadas as seguintes: Luchessi e Lobo (1988); Pagotto (1992, 1998); Schei (2002, 2003, 2010); Vieira, S. (2002, 2008); Ximenes (2004); Duarte, M. e Pagotto (2005); Martins (2007, 2009, 2010); Gurgel (2008); Calindro (2009); Nunes (2009, 2014); Biazolli (2010, 2012a, 2012b); Carneiro e Galves (2010); Peterson (2010); Santos (2010, 2015); Santos e Vieira, S. (2011); Peterson e Vieira, S. (2012); Vieira, S. e Corrêa (2012, 2017); Andrade e Carneiro (2014); Bittencourt e Nascimento (2014); Caldas, Sousa e Macie (2014); Costa (2014); Ferreira e Nogueira (2016); Teixeira (2016); Silva, M. (2018) e Sousa (2018). Nesse contexto, mesmo com o volume de publicações, como as mencionadas acima, a *Colocação Pronominal* ainda não foi explorada no âmbito

dos concursos públicos, em pesquisas acadêmicas. Neste ponto, menciona-se que foram feitas pesquisas prévias no *Portal Periódicos CAPES/MEC* (endereço eletrônico: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>), bem como em *sites* de revistas e de universidades com Programa de Pós-Graduação na área de Linguística e constatou-se que não há trabalhos relacionados à temática de *Colocação Pronominal* em concursos públicos, justificando-se, pois, a relevância deste estudo para os avanços científicos no conhecimento e ensino de língua materna. Como afirma Vieira S. (2002),

Estudar a colocação pronominal pode parecer, à primeira vista, uma aventura com pouco retorno, dado o caráter aparentemente exaustivo do tratamento já dispensado ao velho tema [...]. Ilude-se quem assim pensa. Na verdade, confunde-se o número de vezes em que já se focalizou o assunto com a sua suposta integral compreensão. (*ibidem*, p. 23).

Assim sendo, pode-se ouvir críticas por escolher trabalhar com a temática de *Colocação Pronominal*; no entanto, o tema, mesmo “velho” e mirado por ângulos diferenciados, ainda não foi exaurido. Decerto, há ainda ângulos a serem focalizados a fim de compreender o tema, e o ângulo dos concursos públicos é um deles.

Frisa-se que esta dissertação faz parte do escopo de investigações do Grupo de Pesquisa intitulado *As Normas linguísticas no/do Brasil: história, pesquisa e ensino*, cadastrado no CNPq (endereço eletrônico do espelho do Grupo: <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8775897740986533>) e coordenado pelo prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, orientador desta pesquisa. Transcreve-se, a seguir, o que se apresenta no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, a fim de evidenciar os objetivos e finalidades do Grupo de Pesquisa:

O Grupo de Pesquisa [...] tenciona, a partir de variados aportes teóricos, historiar a composição sócio-histórica das normas linguísticas brasileiras, além de pesquisar, principalmente em corpus de língua escrita culta, fatos linguísticos que merecem revisão crítica, sobretudo aqueles com evidente caráter anacrônico (norma padrão), quando comparados com as variedades cultas (norma culta), para, com isso, dar um tratamento pedagógico à questão, pois, muito já se discutiu acerca das normas vernaculares brasileiras e mesmo sobre a norma padrão e as variedades cultas, mas se tem conseguido muito pouco em termos de repercussão social com essas pesquisas [...]. (REPERCUSSÕES..., 2018).¹

¹ REPERCUSSÕES dos trabalhos do grupo. Grupo de Pesquisa *As Normas linguísticas no/do Brasil: história, pesquisa e ensino*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2018. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8775897740986533>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

Nesta seara, menciona-se que já se têm produtos do Grupo disponíveis, no que tangem aos resultados de pesquisas em nível de iniciação científica na graduação (PIO, 2014; SILVA, R., 2014; TEIXEIRA, 2015a, 2016; COELHO, 2015a), em nível de pós-graduação *stricto sensu* (SILVA, R., 2017), em trabalhos conjuntos ou individuais publicados em periódicos (ANJOS; REIS; OLIVEIRA, 2014; TEIXEIRA, 2015b; SILVA, R.; ANJOS, 2018) e em forma de livro (ANJOS et al., 2014; SILVA, R.; ANJOS, 2015; TEIXEIRA, 2015c; COELHO, 2015b; ANJOS, 2016). Assim, esta pesquisa se somará ao que o Grupo vem realizando, no sentido de evidenciar o fato linguístico *Colocação pronominal*, nas *gramáticas* e questões de provas voltadas para concursos públicos, favorecendo, desta forma, um olhar crítico para esse fato e, esperançosamente, alguma repercussão para o ensino de língua materna.

No que se refere à estruturação da dissertação, esta introdução é seguida por mais 7 (sete) Capítulos. No Segundo Capítulo, é discutido o assunto geral de *normas linguísticas*, e, no âmbito dele: *sistema*, *norma* e *fala*; *norma normal* e *norma normativa*; e *norma culta* e *norma-padrão*. Os textos de Coseriu (1979, 2004), Camacho (1981), Lucchesi e Lobo (1988), Pagotto (1998), Silva, L. (1996), Duarte, S. (2001), Bagno (2003, 2009b, 2013, 2015, 2017), Bortoni-Ricardo (2005), Bechara (2006), Antunes (2007), Faraco (2008, 2012, 2015), Camara Jr. (2011), Paquette (2011), Mattos e Silva (2013), Lagares (2016, 2018), Faraco e Zilles (2017) e Vieira, F. (2017) fundamentaram as reflexões neste capítulo.

Sobre o tema *gramática*, no Terceiro Capítulo, são abordados: um breve retrospecto dos estudos gramaticais no Oriente e no Ocidente; um recorte sumário da *gramática* no Brasil, a partir de algumas periodizações; a *gramática* e suas tipologias. Fávero (1996), Pereira (2001), Cavaliere (2002), Neves (2002, 2005, 2012), Chapanski (2003), Perini (2004), Franchi (2006), Fávero e Molina (2006), Fiorin (2006), Antunes (*op. cit.*), Leite (2007), Faraco (2008), Bagno (2009b, 2017), Travaglia (2009), Valenza (2010), Dezotti (2011), Auroux (2014), Bechara (2014), Castilho (2014), Ilari e Basso (2014), Mattos e Silva (2016), Vieira, F. (2016, 2018), Faraco e Zilles (*op. cit.*) e Borges Neto (2018) foram balizares para as discussões realizadas neste capítulo.

No Quarto Capítulo, é desenvolvida uma breve discussão sobre o surgimento do problema da *Colocação Pronominal* no Brasil dos oitocentos, sobre as perspectivas da atração lexical, da função expressiva e do fator rítmico-prosódico, bem como sobre resultados de pesquisas que trabalharam com o tema de

Colocação Pronominal. Melo (1978), Monteiro (1994), Teyssier (2001), Orlandi (2005), Bechara (2009), Cunha e Cintra (2008), Said Ali (2008), Faraco (2008, 2015), Bagno (2009a), Vieira, S. (2014), Leitão (2016), Savioli (2016) e Anjos e Faraco (no prelo), assim como as já citadas pesquisas prévias sustentaram as argumentações nesse capítulo.

Os procedimentos metodológicos são mencionados no Quinto Capítulo, incluindo a descrição dos passos, pormenorizando os critérios de seleção e de descrição de análise das *gramáticas* de concursos públicos, bem como os critérios para a seleção das bancas organizadoras de concursos públicos e o instrumento para a análise das questões de provas dessas bancas. Sobre este capítulo, adianta-se que foram escolhidas seis *gramáticas* para descrição e análise, seguindo dois critérios: constar em buscas no *Google Shopping* e ter o maior número de edições. Já a escolha das seis bancas organizadoras para descrição e análise de suas questões seguiu os seguintes critérios: estar entre as 20 bancas com o maior número de questões disponibilizadas na plataforma *Qconcursos.com*, bem como o maior número de questões de *Colocação Pronominal* disponibilizadas nessa plataforma.

No Sexto Capítulo, são apresentadas as descrições e análises das *gramáticas* que compuseram os *corpora* da pesquisa, no que se refere à *Colocação Pronominal*, quais sejam: 1) *Português para Concursos*, de Renato Aquino; 2) *A Nova Gramática do Concursando*, de José Almir Fontella Dornelles; 3) *Gramática da Língua Portuguesa para Concursos, Vestibulares, Enem, Colégios Técnicos e Militares...*, de Nilson Teixeira de Almeida; 4) *Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos*, de Rodrigo Bezerra; 5) *Gramática para Concursos*, de Marcelo Rosenthal; e 6) *Português Esquematizado®*, de Agnaldo Martino.

No Sétimo Capítulo, por sua vez, são apresentadas as descrições e análises das questões de concursos públicos, no que tange ao tema de *Colocação Pronominal*. Selecionaram-se as bancas: 1) Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP); 2) Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE / CESPE); 3) Fundação Carlos Chagas (FCC); 4) Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES); 5) Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt (FUNCAB); e 6) Fundação CESGRANRIO.

Nas Considerações Finais, Oitavo Capítulo, é feito um panorama e são apresentados alguns pontos de reflexão sobre as descrições e análises realizadas sobre a *Colocação Pronominal em gramáticas* e questões de concursos públicos. Este Último Capítulo é seguido das referências dos textos que ampararam o trabalho, bem como do Apêndice A, com dados complementares sobre as questões de concursos públicos analisadas.

2 NORMAS LINGUÍSTICAS

A presente pesquisa insere-se nos estudos voltados para as *normas linguísticas*. Nesse sentido, cumpre realizar uma discussão acerca das principais reflexões e conceitos dessa seara dos estudos de língua materna.

Pois bem, no primeiro parágrafo da Introdução desta dissertação, com base em Faraco (2012), afirmou-se que o trabalho apresentado pretende contribuir para as ponderações em relação à atitude normativista, uma atitude que considera o padrão como homogêneo e estático, e, desta forma, desconsidera a variação e suas diversas *normas*. Então, que *normas* são estas? Nas próximas linhas, pretende-se responder a esta indagação, partindo, inicialmente, das considerações de Coseriu (1979, 2004) sobre *sistema, norma e fala*.

2.1 Sistema, norma e fala

O termo *norma*, segundo Faraco (2008, p. 31), emergiu, nos estudos científicos da linguagem verbal, para “estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em parte, a heterogeneidade constitutiva da língua”. Assim, partindo da premissa de que as línguas não são unas e homogêneas, o termo *norma* surgiu para representar a face heterogênea que cada língua tem, com o seu conjunto de variedades.

Esclarece-se, antes de mais nada, que variedade, de acordo com Bagno (2003), é um termo dos estudos sociolinguísticos que designa

as características linguísticas (fonéticas, morfossintáticas, lexicais etc.) de um dado conjunto de falantes, delimitado por características sociais (zona de residência, classe socioeconômica, grau de escolaridade, faixa etária etc.). Com *variedade* é possível substituir termos de uso mais tradicional como *dialeto, falar, linguajar* que não têm uma conceituação muito precisa e que tendem a ser empregados com sentidos pejorativos”. (*ibidem*, p. 30, grifos do autor).

Nesse sentido, conforme Faraco (2008, p. 32), pode-se dizer que uma língua, v.g., a língua portuguesa, é “um conjunto de inúmeras variedades reconhecidas histórica, política e culturalmente com manifestações de uma mesma língua por seus falantes”. Destarte, a língua é uma realidade heterogênea e, desse modo, “uma

entidade cultural e política e não propriamente uma entidade linguística” (*ibidem, loc. cit.*).

Essas reflexões sobre a heterogeneidade dentro de uma língua contribuíram para que Eugenio Coseriu (1921-2002)² acrescentasse o termo *norma* à dicotomia saussuriana *langue / parole (sistema / fala)*, em meados da década de 1950, cooperando para o refinamento teórico estruturalista de Ferdinand de Saussure: da dicotomia *langue / parole (sistema / fala)* à tricotomia *langue / usage / parole (sistema / norma / fala)*.

Sublinha-se que, antes de apresentar tal tripartição, Coseriu, em seu texto intitulado *Sistema, norma e fala*, um dos capítulos do livro *Teoria da linguagem e lingüística geral* (1979), traz uma análise e crítica de diversos pontos de vista divergentes de pesquisadores da linguagem, em relação à definição dos conceitos *langue* e *parole* do mestre genebrino.

Giacomo Devoto (1897-1974), Otto Jespersen (1860-1943), Harold Edward Palmer (1877-1949), Charles Bally (1865-1947), Walter Porzig (1895-1961), Aarni Emanuel Penttilä (1899-1971), Alan Henderson Gardiner (1879-1963), Charles-Albert Sechehaye (1870-1946), Viggo Brøndal (1887-1942), Henri Delacroix (1873-1937), Karl Bühler (1879-1963), Nikolay Sergejevich Trubetzkoy (1890-1938), Walther von Wartburg (1888-1971), Benedetto Croce (1866-1952), Karl Vossler (1872-1949), Giulio Bertoni (1878-1942), Giovanni Nencioni (1911-2008), Antonino Pagliaro (1898-1973) são alguns dos linguistas, filósofos da linguagem ou psicólogos da linguagem citados por Coseriu no texto mencionado. Cada estudioso estabelece, conforme Coseriu (1979, p. 33), “uma série de oposições, quase nunca em termos totalmente idênticos”. O linguista romeno, ao final da apresentação dos pontos de vista de cada um dos estudiosos, sumariza as ideias de alguns deles, no tocante aos conceitos de *langue* e *parole*, da seguinte forma:

² Destaca-se que foram feitas identificações biográficas de nascimento e de falecimento, quando for o caso, acerca de linguistas, gramáticos e outros nomes citados nesta dissertação. Tais dados foram colhidos em fontes diversas, sobretudo em meio digital. Ressalta-se, ainda, que alguns nomes não tiveram identificação biográfica, por esta pesquisadora não ter encontrado informações, nas fontes consultadas. Quando não se encontrou os dados de nascimento nem de falecimento, tal fato foi demonstrado pelo uso dos parênteses com o traço: (-); quando só se encontrou a data de nascimento, tal fato foi demonstrado pelo uso dos parênteses com o ano seguido do traço, por exemplo, (2018-); e quando não se encontrou o ano de nascimento, apenas, o de falecimento, tal fato foi demonstrado pelo uso dos parênteses com o traço seguido do ano, por exemplo, (-2018).

A *fala* é para alguns o impulso rumo à expressão (Sechehaye, Brøndal, para outros identifica-se com o ato lingüístico (Jespersen, Gardiner) ou com a produção desse ato (Palmer, Bertoni); ou compreende todos os atos lingüísticos individuais, sobretudo enquanto vitais, afetivo-volitivos (Bally), ou enquanto não-sistemáticos (Penttilä); ou é o aspecto material e psíquico desses mesmos atos; e para outros ainda é o mesmo que acervo ou uso lingüístico individual (Jespersen), ou se identifica com o aspecto sempre novo e inédito dos atos lingüísticos. A *língua*, por outro lado, é a condição que torna possível o falar, é o “produto” do falar como tal, ou o mesmo “produto” considerado sistematicamente; é para alguns o acervo lingüístico individual e para outros o chamado acervo lingüístico social; é o sistema abstrato que governa o falar, ou é o espiritual da linguagem oposto ao material, o virtual oposto ao concreto; é soma, ou qualquer soma, de atos lingüísticos (cf. Porzig, ou as “coleções de material” de que fala Gardiner), ou sistema de atos lingüísticos, ou o sistema de normas e convenções que governa o falar, que aplica aos atos lingüísticos concretos. (*ibidem*, p. 34-35, grifos do autor).

A partir desse excerto, verifica-se que os conceitos de *langue* e *parole* são entendidos de modo variável pelos estudiosos da linguagem: o conceito *langue* é, para alguns, o mesmo que *parole*, ou, *langue* é, em parte, *parole*, para outros; *langue* é um conceito abrangente, para alguns, ou é um conceito limitado, para outros; do mesmo modo *parole* é um conceito abrangente, para alguns, ou é um conceito limitado, para outros. Ademais, não só há discrepâncias entre os entendimentos dos estudiosos da linguagem, mas, também, consoante Coseriu (1979, p. 35), há “incoerências mais ou menos graves” que dizem respeito ao delineamento do problema e à profundidade de reflexão. Com efeito, o linguista romeno traz minúcias quanto às contradições e incoerências acerca dos conceitos *langue* e *parole*, na visão dos pensadores da época para, a partir disso, apresentar sua tese de insuficiência da dicotomia saussuriana, ancorado na tricotomia *langue / usage / parole* (*sistema / norma / fala*).

Para Coseriu, o *sistema* da língua pode ser entendido como:

tudo aquilo que na técnica lingüística [apresentada no *falar concreto*] é distintivo e que, se fosse diferente, teria (ou seria) uma outra função de língua, ou não teria (nem seria) nenhuma função na língua respectiva, podendo, eventualmente, tornar-se irreconhecível (ou incompreensível). Portanto, todos os traços que assinamos como distintivos pertencem ao sistema. (COSERIU, 2004, p. 122-123, grifos do autor).

Já a *norma* da língua pode ser compreendida como “fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional: todo fato que se diz e se entende ‘dessa maneira e não de outro modo’.” (*ibidem*, p. 122). A *fala* ou, conforme os termos do autor, o *falar concreto*, por sua vez, diz respeito a uma “técnica

efetivamente realizada; [...] [e] contém também toda uma série de determinações próprias que, no fundo, o fazem, em qualquer caso, 'inédito'." (*ibidem, loc. cit.*).

A teorização da tripartição *sistema / norma / fala*, proposta por Coseriu, nos termos de Faraco e Zilles (2017), pode ser assim compreendida:

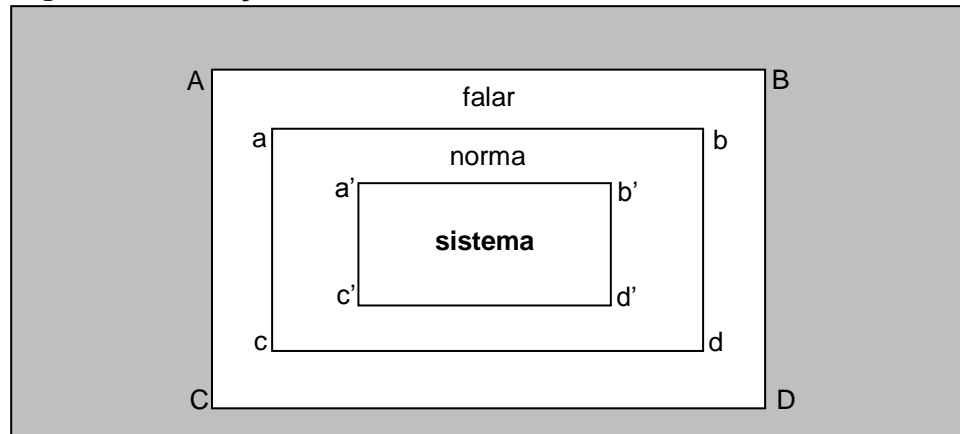
o sistema reúne o potencial linguístico (as possibilidades funcionais); cada uma das normas manifesta o modo como o potencial linguístico se materializa em cada comunidade de fala; e a fala é a miríade de atos individuais concretos. (*ibidem, p. 27*).

Camacho (1981), particularizando aspectos relacionados ao *sistema*, à *norma* e à *fala* de Coseriu, faz o seguinte comentário:

Em sua formulação, o sistema e a norma não são nem realidades autônomas que se opõem à fala, nem mesmo aspectos da fala, que é unitária e homogênea, mas formas comprováveis na própria fala, abstrações elaboráveis sobre a base da atividade linguística concreta, em relação aos modelos que ela utiliza. (*ibidem, p. 2*).

Para Coseriu (1979), a relação entre *sistema*, *norma* e *fala* (*falar concreto*) pode ser esquematizada da seguinte forma:

Figura 1 – Relação *sistema*, *norma* e *falar*.



Fonte: COSERIU, *op. cit.*, p. 72.

Em tal figura, o quadro maior *A-B-C-D* refere-se aos atos registrados no instante da produção linguística; o quadro intermediário *a-b-c-d* corresponde ao que se repete no falar concreto, ao que é habitual no falar concreto; o quadro menor *a'-b'-c'-d'* relaciona-se ao que na *norma* é imprescindível, é funcionalmente apropriado. Em umas das explicações, o linguista romeno esclarece, ainda, que a *norma* e o

sistema podem coincidir, quando houver, apenas, uma possibilidade oferecida pelo *sistema*, assim como a *realização individual* e a *norma* podem, também, ser compatíveis; entretanto, apesar de haver as compatibilidades mencionadas, não se pode deixar de trazer as distinções desses conceitos. Assim sendo, mais uma vez, são apresentadas diferenciações entre sistema, norma e fala, nos termos do autor:

o *sistema* é um conjunto de oposições funcionais; a *norma* é a realização “coletiva” do sistema, que contém o próprio sistema e, ademais, os elementos funcionalmente “não pertinentes”, mas normais no falar duma comunidade; o *falar* (ou, se se quer, *fala*) é a realização individual-concreta da norma, que contém a própria norma e, ademais, a originalidade expressiva dos falantes. (COSERIU, 1979, p. 74).

Distinguindo *sistema* e *norma*, Coseriu (2004) apresenta as seguintes explicações:

a norma abrange fatos lingüísticos efetivamente realizados e existentes na tradição, ao passo que o sistema é uma *técnica aberta* que abrange virtualmente também os fatos ainda não realizados, mas possíveis de acordo com as mesmas oposições distintivas e as regras de combinação que governam o seu uso. (*ibidem*, p. 123, grifos do autor).

Assim, apreende-se que o *sistema* abrange o conjunto de possibilidades disponíveis, ou melhor, ao que *se pode dizer*, à medida que a *norma* abrange o conjunto daquilo que *já se disse* e ao que tradicionalmente *se diz* numa dada comunidade linguística.

Os conceitos *sistema* e a *norma* de Coseriu são apresentados em Lagares (2016) da seguinte forma:

Coseriu desdobra a noção de “*langue*” de Saussure, estabelecendo uma distinção entre o sistema abstrato, ou o conjunto das possibilidades estruturais do idioma, e as possibilidades efetivamente realizadas e que constituiriam diferentes normas na utilização da língua. A norma seria uma categoria situada entre o sistema abstrato e o uso individual, ou entre a “*langue*” e a “*parole*”, de acordo com a clássica dicotomia saussuriana. (*ibidem*, p. 75).

Faraco (2008) desvela as ideias de Coseriu, no que se refere, especificamente, à *norma*, da seguinte forma:

Mantido o olhar estruturalista de inspiração saussuriana, pode-se entender norma, no plano teórico, como cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema. Nesse sentido, cada

norma se organiza como um certo arranjo de possibilidades admitidas pelo sistema. Cada um desses arranjos se desenha a partir do uso corrente, habitual de determinado grupo de falantes socialmente definido. (*ibidem*, p. 34).

Em vista disso, a *norma* engloba, pois, o conjunto de fatos, sejam eles fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais ou estilístico-pragmáticos, aceito pelo sistema linguístico e que é normal numa dada comunidade linguística.

Ademais, a ideia de *norma* pode ser usada não apenas no constructo estruturalista, mas, conforme Faraco (2008) e Faraco e Zilles (2017), também, pode ser usada em outras perspectivas teóricas da Linguística, a saber: Gerativismo, Sociolinguística ou Dialetoлогия, só para citar algumas. Tal ideia não muda sua capacidade explicativa ao penetrar em outros quadros teóricos. Nesse prisma, Faraco e Zilles (*op. cit.*, p. 28) esclarecem que “qualquer modelo teórico da linguagem verbal tem, inexoravelmente, de se posicionar frente [...] às diferentes variedades sociais (normas) que constituem uma língua”.

Com isso, a partir de pressupostos gerais, cada abordagem teórica apresentará um modelo de organização em relação aos fatos linguísticos. Nos pressupostos gerais da abordagem gerativa, por exemplo, cada *norma*, numa dada comunidade linguística, constitui uma *gramática* e, por conseguinte, a língua dessa comunidade constitui um conjunto de *gramáticas*. Nos pressupostos gerais da abordagem sociolinguística, por sua vez, *normas* e variedades sociais se igualam, por isso, a língua constitui um conjunto de variedades sociais. Neste ponto, Bagno (2017) explica que:

De fato, a *norma* de Coseriu, quando trazida para a realidade empírica do uso, corresponde ao que, na sociolinguística variacionista, se chama de **variedade**, precisamente um modo de falar a língua que caracteriza uma **comunidade** ou um **grupo social**, definido por suas características sociodemográficas como **classe, idade, sexo, região** etc.” (*ibidem*, p. 308, grifos do autor).

Assim, com a heterogeneidade linguística, a língua pode ser pensada como um conjunto de *normas*, *gramáticas* ou variedades sociais. No que se refere ao conjunto de *normas*, vale trazer a lume que elas não possuem apenas um sentido geral, mas há, ainda, um sentido específico, o qual, no próximo subtópico, será discutido com mais detalhes.

2.2 Norma normal e norma normativa

Segundo Faraco e Zilles (2017, p. 12-13), nos estudos linguísticos, há dois sentidos para o termo *norma*: um geral e um específico. O sentido geral corresponde a uma variedade linguística que diz respeito ao *como se diz*, ao que é *normal*, ao que é habitual, ao que é costumeiro em uma determinada comunidade de fala; e o sentido específico, por sua vez, corresponde a um conjunto de prescrições do uso de prestígio que diz respeito ao *como se deve dizer*, ao que é *normativo*, ao que é ideal, ao que é referência/adequado/socioculturalmente aceitável para determinados contextos.

Coseriu (1979) menciona esses dois sentidos do termo *norma*, não tratando exatamente em sentidos geral e específico. O linguista romeno assinala que é a partir da *norma normal* que a *norma correta* (*norma normativa*, segundo Faraco e Zilles, *op. cit.*) é codificada. A *norma normal*, para ele, se refere a uma “norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade lingüística” (COSERIU, *op. cit.*, p. 69). A *norma correta*, em contrapartida, é a norma “estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, [...] [é a *norma*] segundo a qual se reconhece que ‘falamos bem’ ou de maneira exemplar, na mesma comunidade”. (*ibidem*, *loc. cit.*). A *norma normal*, para Coseriu (*op. cit.*), remete ao *como se diz* e “os conceitos que, com respeito a ela, se opõem são *normal* e *anormal*” (*ibidem*, *loc. cit.*). A *norma correta*, por sua vez, se refere ao *como se deve dizer* e os conceitos que se opõem, quando se fala dela, são *correto* e *incorreto*.

Duarte, S. (2001) desvela a distinção de *normal* e *anormal*, conceitos relacionados à *norma normal* apresentados por Coseriu (*op. cit.*), da seguinte forma:

Aquilo que é normal (o que se diz) numa comunidade lingüística o é a partir do momento de sua aceitação, uso e repetição; anormal (o que não se diz) seria o não aceito pela comunidade, pois não segue o padrão tido como usualmente costumeiro.

A distinção norma/anormal é bastante útil no momento em que se procura registrar e explicar modalidades usadas por determinados grupos e não por outros. Estaria, aqui, uma fundamentação para a sociolinguística estrutural. (DUARTE, S., *op. cit.*, p. 163).

Antunes (2007), numa perspectiva genérica, fala em sentidos amplo e mais restrito, para o termo *norma linguística*: o primeiro referente à normalidade e o

segundo concernente à normatividade, ou prescrição. A linguista traz os seguintes esclarecimentos quanto à diferenciação dos sentidos supracitados:

No primeiro sentido, é *norma* aquilo que corresponde ao *regular*, ao *usual*, ao que mais frequentemente as pessoas usam. Por esse prisma, o termo *norma linguística* implica o conceito de **normalidade**, e não o caráter de *certo* ou *correto*. É da norma, portanto, o que entra na preferência das pessoas. Daí que cada grupo ou cada região têm sua norma, seus usos preferenciais e são por eles identificados. É norma no português do Brasil, por exemplo, usar o pronome oblíquo em início de frase. Quer dizer, isso constitui um uso *regularmente* atestado e pode, num contexto eventual, identificar alguém como sendo brasileiro.

Já em um sentido mais restrito, o termo *norma linguística* implica o conceito de **normatividade**, de prescrição, isto é, do uso *como deve ser*, segundo um parâmetro legitimado, em geral, pelos grupos mais escolarizados e com maior vivência em torno da comunicação escrita. Esse viés prescritivo acaba por entrar no corpo dos cânones gramaticais. (*ibidem*, p. 86).

Nesse excerto de Antunes (2007), há como exemplo de regularidade no PB, a colocação proclítica em início de frases. Ela é trazida como um tipo de colocação corrente e que está imbricada com sentido amplo de *norma*. Contudo, embora a próclise em início de frase seja uma regularidade no PB, ela não tem guarita nos cânones gramaticais que refletem o sentido mais restrito de *norma*.

Reforçando as discussões sobre os sentidos do termo *norma*, Callou (2014) pontua que a *norma*, assim como a *gramática*, pode ser vista sob vários ângulos:

ora é associada ao que se deve dizer compulsoriamente, portanto, associada à correção, ora ao que se disse e tradicionalmente se diz numa determinada comunidade, associada por sua vez ao uso objetivo, normal, usual do falante. (*ibidem*, p. 16).

Mattos e Silva (2013) evidencia que o termo *norma*, na metalinguagem dos estudos linguísticos, é polissêmico. Para a linguista, a *norma* pode ser definida, por meio de qualificadores, quais sejam: a) *norma normativo-prescritiva*, *norma prescritiva* ou *norma padrão*; b) *normas normais* ou *sociais*, “*objetivas*” e *quantificáveis*. Para isso, traz as seguintes ponderações sobre as conceituações:

a. **norma normativo-prescritiva**, **norma prescritiva** ou **norma padrão**, conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de erro o que não segue esse modelo. De fato, a **norma normativo-prescritiva** passa a ser a norma codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos, embora com alguns deles se interseccione, e é parcialmente reciclada ou atualizada ao longo do tempo

pelas imposições evidentes, decorrentes da razão universal de as línguas mudarem e suas normas também, entre elas, a que serve de modelo à **norma padrão**;

b. **normas normais** ou **sociais**, “objetivas” e quantificáveis (?), atuantes nos usos falados de variantes das línguas. São normas que definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Distinguem-se, em geral:

b.1. normas “sem prestígio social” ou estigmatizadas;

b.2. normas “de prestígio social”, **equivalentes ao que se denomina norma culta, quando o grupo de prestígio que a utiliza é da classe dominante e, nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade.** (*ibidem*, p. 14, grifos da autora).

Bagno (2017) adverte que “diversos autores, realmente, destacam o fato de que o mesmo substantivo *norma* derivam dois adjetivos – *normal* e *normativo* – usados com sentidos bem distintos”. (*ibidem*, p. 309, grifos do autor). Mattoso Camara Jr.³ em seu *Dicionário de linguística e gramática referente à língua portuguesa*⁴, conceitua *norma* como sendo o “conjunto de hábitos linguísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no país” (CAMARA JR., 2011). Tal conceito de Camara Jr. reúne os dois sentidos do termo *norma*, referenciados em Faraco e Zilles (2017): *norma normal* conjunto de hábitos linguísticos vigentes no lugar; *norma normativa* conjunto de hábitos linguísticos vigentes na classe social mais prestigiosa no país.

Assim, a *norma normal* refere-se ao conjunto de traços linguísticos (fonético-fonológicos, morfossintáticos, léxico-semânticos ou discursivos) característicos de uma comunidade de fala; já a *norma normativa* diz respeito ao que é adotado sócio-historicamente como modelar em determinados contextos de uma comunidade de fala, podendo, por exemplo, ser uma pronúncia, uma estrutura morfossintática ou um léxico específicos. Com isso, cada uma constitui uma realidade distinta: a *norma normal*, uma realidade com dinâmica própria, refletindo o que é espontâneo e corrente nas interações sociais; a *norma normativa*, uma realidade construída, idealizada para ser seguida, refletindo, assim, um pendor prescritivo.

Sobre a *normas normal* e *correta (normativa)*, Coseriu (1979) traz os seguintes pormenores:

³ O sobrenome de Camara Jr. será registrado, neste trabalho, sem acento, tendo em vista que era assim que o autor assinava, conforme assinalado em Faraco e Zilles (*op. cit.*, p. 196).

⁴ De acordo com Neotti (2011), a primeira edição desta obra foi publicada em 1956, sob o título *Dicionário de fatos gramaticais*, pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

Dentro da mesma comunidade lingüística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.), distintas sobretudo no que concerne ao vocabulário, mas amiúde também nas formas gramaticais e na pronúncia: assim, o sueco tem uma pronúncia literária e erudita e uma pronúncia usual e corrente; e no próprio Rio da Prata há ainda quem considera norma do falar erudito (discursos solenes, aulas universitárias, etc.) a pronúncia castelhana de *ce, ci, z, ll, y*. (*ibidem*, p. 75).

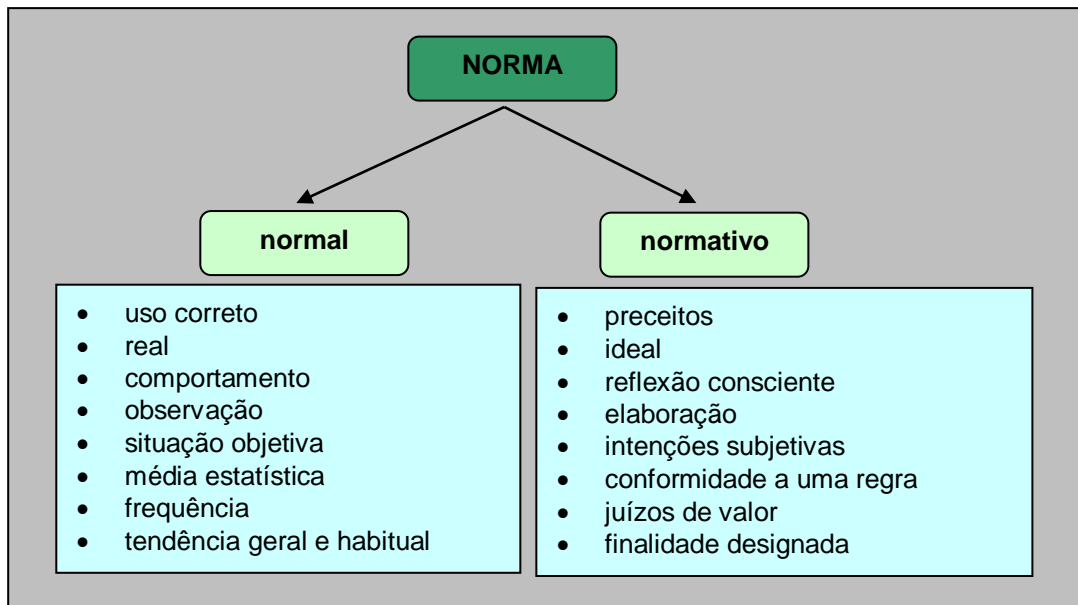
Ademais, Faraco e Zilles (2017) assentam que a língua é constituída de um conjunto de variedades e, com isso, comporta várias *normas normais*, com traços distintos. A *norma normativa*, por seu turno, não é uma variedade linguística. Ela é:

um construto, um conjunto de preceitos padronizadores com os quais se busca homogeneizar o uso lingüístico em determinados contextos num esforço sócio-histórico e culturalmente motivado para impor um controle sobre a heterogeneidade e a mudança inerentes a qualquer língua. (*ibidem*, p. 18).

Além disso, os autores advogam que os dois sentidos de *norma, norma normal* e *norma normativa*, repercutem duas atitudes, nos estudos lingüísticos: uma *atitude descritiva* e uma *atitude normativa*. A primeira atitude, que colabora para o desenvolvimento das práticas científicas na área da Linguística, diz como os fatos lingüísticos realmente são; a segunda atitude, que contribui para a perpetuação da prescrição da tradição gramatical iniciada entre os gregos por volta de 2000 a.C., diz como os fatos lingüísticos devem ser.

Nos termos de Bagno (2009b, p. 54), “o normal seria o objeto de trabalho de quem faz uma *descrição* da língua, enquanto o normativo cai inevitavelmente no campo da *prescrição*”. Para tais distinções, traz a seguinte figura para apresentação desses sentidos do termo *norma*:

Figura 2 – Sentidos distintos do termo *norma*.



Fonte: BAGNO, 2009b, p. 55.⁵

A partir da Figura 2, vê-se, com clareza, a oposição entre os dois sentidos de *norma*. Enquanto um sentido representa o uso adequado; o outro, as regras; um, o concreto; o outro, o impecável; um, a conduta; o outro, a racionalidade; um, a investigação; o outro, a construção; um, uma situação explícita; o outro, intenções imanentes; um sentido podendo ser calculado por média estatística; o outro, verificado pela conformidade a uma regra; um sentido possuindo frequência; o outro, juízos de valor; um sentido tendo tendência geral e habitual; o outro, finalidade designada.

Assim, conforme os termos de Faraco e Zilles (2017), o primeiro sentido remete a uma *norma normal*; o segundo, a uma *norma normativa*; em consonância com Coseriu (1979), por sua vez, o primeiro sentido diz respeito a uma *norma normal*; o segundo, a uma *norma correta*; e, consoante Mattos e Silva (2013), por seu turno, o primeiro sentido concernente a uma *norma normativo-prescritiva*, *norma prescritiva* ou *norma padrão*; o segundo, a umas das *normas normais* ou *sociais*, “*objetivas*” e *quantificáveis*.

⁵ Esta mesma figura é encontrada em Bagno (2003, p. 41). A única diferença entre elas é que, na de Bagno (2009b), consta o complemento *a uma regra*, quando se menciona *conformidade* do normativo. Ademais, faz-se, em alguns momentos do trabalho, notas em relação à apresentação de figuras, como a Figura 2, no que diz respeito à página onde podem ser encontradas em outras obras.

É importante, contudo, ainda, advertir que existem outros conceitos técnicos de *norma* relevantes para esta pesquisa que serão explicitados no subtópico seguinte.

2.3 Norma culta e norma-padrão

Grosso modo, cada comunidade linguística é constituída de um conjunto de *normas*. Uma pessoa pode participar de várias comunidades e, por conseguinte, adequar sua fala/escrita de modo a ter uma comunicação harmônica. No dizer de Bechara (2006, p. 13), “cada falante é um poliglota na sua própria língua”; nos termos de Faraco (2008, p. 38), por sua vez, “cada falante é um camaleão linguístico”, *i.e.*, cada falante varia seu repertório linguístico de acordo com a comunidade em que se encontra. Há comunidades urbanas, *v.g.*, com grupos juvenis, grupos das periferias, grupos de associação de classes profissionais, grupos de pastorais de congregações religiosas, grupos dos universitários, e assim por diante. Em síntese, diferentes grupos sociais com *normas linguísticas*, formas de falar/escrever particulares.

Com essa contextualização, pode-se detalhar uma *norma* específica que é de significância para esta pesquisa: a *norma culta*, uma *norma* das camadas urbanas letradas. A *norma culta*, segundo Faraco (*op. cit.*), é uma variedade da língua, também denominada de comum e *standard*, utilizada para designar “o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (*ibidem*, p. 71). Assim, por se referir aos usos habituais, pode-se dizer que ela é um dos tipos de *norma normal*, *norma* exposta no subtópico anterior.

Outro dado adicional que se pode ter, a partir das reflexões de Faraco (*op. cit.*) e de sua referência ao aparato teórico-metodológico dos três *continua*, proposto por Bortoni-Ricardo (2005), para a análise sociolinguística do PB, é que a *norma culta* está contida no entrecruzamento desses *continua*, abarcando: uma variedade com pontos mais próximos do polo urbano, no que se refere ao eixo rural-urbano; uma variedade com grau de letramento, no que se refere ao eixo oralidade/letramento; e uma variedade com maior grau de monitoramento, no que se refere ao eixo de monitoração estilística.

Aliás, o modelo proposto por Bortoni-Ricardo (2005) delinea as variedades do PB em contínuos que se entrecruzam: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* oralidade-letramento e o *continuum* monitoração estilística, a fim de entender com mais precisão a multifacetada ecologia linguística do PB. A autora argumenta que o *continuum* rural-urbano abarca variedades rurais geograficamente isoladas até a variedade urbana culta, com dois tipos de regras: as regras descontínuas relacionadas ao grau de estigmatização e as regras graduais relacionadas ao que é contínuo no repertório da maioria da população brasileira; o *continuum* oralidade-letramento é constituído das práticas sociais de oralidade e letramento e analisa quais destas práticas o emissor toma parte numa situação comunicativa; o *continuum* monitoração estilística considera o grau de atenção e de planejamento do falante na interação comunicativa, seguindo fatores, tais como:

a) a acomodação do falante a seu interlocutor; b) o apoio contextual na produção dos enunciados; c) a complexidade cognitiva envolvida na produção linguística; d) a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa que está sendo desenvolvida. (*ibidem*, p. 41).

Esta proposta de Bortoni-Ricardo se encontra, também, publicada em Bortoni-Ricardo (2012), com alguns ajustes textuais, a começar pelo título, mudando *português brasileiro* por *português do Brasil*.

Outra informação interessante apontada por Faraco (2008) é que há três sentidos, no uso comum, para o termo *norma culta*: o primeiro, como sinônimo de *gramática*; o segundo, como o mesmo que *norma curta*; o terceiro, como equivalente de expressão escrita. No entanto, tais sentidos não expressam o que de fato é a *norma culta*, uma variedade da língua específica, realizada tanto na modalidade falada quanto escrita pelos brasileiros urbanos letrados, em momentos de maior monitoramento estilístico, não podendo, portanto, ser remetida aos conceitos e preceitos gramaticais, nem ser remetida ao de *norma curta*, que, conforme Faraco (2015, p. 24), refere-se ao “conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que se sustentam na cultura do erro e a sustentam, contribuindo para sua reprodução”, e muito menos ser remetida, somente, à modalidade escrita da língua.

Aliás, na mesma perspectiva de Faraco (2008), Lucchesi e Lobo (1988, p. 74) definem *norma culta* como “os modelos comuns à fala das pessoas possuidoras da

cultura do tipo formalizado, isto é, a cultura sistematizada e difundida pelo sistema de educação formal”. Camacho (1981), por sua vez, define *norma culta* como

uma variedade dialetal a mais, em nenhum aspecto e sob quaisquer critérios, jamais superior às demais variedades alternativas. Individualiza-se pelo seu alto grau de prestígio social, de tal forma que é geralmente veiculada pelos meios de comunicação, por ser a variedade de fato da parcela dos falantes mais bem dotados cultural e sócio-economicamente; caracterizam-na ainda sua neutralidade em relação a regionalismos em excesso e sua conformidade com a área geográfica do indivíduo falante. (*ibidem*, p. 5).

Para Antunes (2007, p. 91), em síntese, a expressão *norma culta* “corresponde aos usos que se consideram mais adequados aos contextos (orais e escritos) de uso da língua formal, aceitando-se, ainda, que essa formalidade da língua pode admitir graus e variações diversos”. Além do mais, para a linguista, por existir esses graus e variações, não existe uma única *norma culta*, há *normas cultas*. Antunes (*op. cit.*, *loc. cit.*) adverte que as *normas cultas* “são uma mistura de diferentes tendências; normas mescladas, difusas, cujos contornos de diferenciação são bastante fluidos”. No entanto, para designar o conceito geral, ela se utiliza do termo no singular.

Bagno (2015), diferentemente de Faraco (2008), Lucchesi e Lobo (1988), Camacho (*op. cit.*) e Antunes (*op. cit.*), por conta de ambiguidades que o termo implica, prefere utilizar-se do termo *variedades prestigiadas* para se referir à *norma culta*, que, para ele, engloba o conjunto de variedades faladas não apenas pelos cidadãos de maior nível de escolarização, mas também as variedades faladas pelos cidadãos de maior poder aquisitivo e de prestígio sociocultural. Tal conceito está em concordância com o que é apresentado em Camacho (*op. cit.*).

A ambiguidade referenciada por Bagno, entre outras interpretações, pode ser pelo fato de o termo *norma culta* insinuar que quem não é um falante desta *norma* é *inculto*, pessoa desprovida de cultura, ou seja, um sentido preconceituoso, haja vista que, segundo os estudos sociológicos e antropológicos, nenhum grupo humano é sem cultura.

Sobre esse sentido, de certo modo “pejorativo”, Faraco (2012) dá a seguinte explicação:

Há na designação *norma culta* um emaranhado de pressupostos nem sempre claramente discerníveis. O qualitativo “culto”, por exemplo, tomado em sentido absoluto pode sugerir que esta norma se opõe a normas “incultas”, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura. Tal perspectiva está, muitas vezes, presente no universo conceitual e axiológico dos falantes da norma culta, como fica evidenciado pelos julgamentos que costumam fazer dos falantes de outras normas, dizendo que estes “não sabem falar”, “falam errado”, “são incultos”, “são ignorantes” etc. (*ibidem*, p. 37, grifos do autor).

Assim sendo, a expressão *norma culta*, no senso comum, assim, pode ensejar julgamentos discriminatórios em relação às outras *normas* de uma comunidade linguística. Com isso, é necessário apresentar o limite do qualitativo *culto*, uma vez que tal contraposição *norma culta versus* outras *normas* acarreta preconceitos.

É salutar mencionar que há projetos desenvolvidos para documentar e analisar a linguagem efetivamente utilizada pelos *falantes cultos*. É o caso, por exemplo, do Projeto Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC), surgido na década de 60 do século XX, especificamente no ano de 1969, que documentou e analisou a linguagem de *peças cultas* nas cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Tais capitais foram escolhidas porque, na época de apresentação da proposta, eram as principais e as com mais de 1 (um) milhão de habitantes.

O Projeto NURC, conforme menciona Mattos e Silva (2013), foi implementado, no Brasil, por intermédio do prof. Nelson Rossi (1927-2014), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e seguiu a teoria e a metodologia de projeto coletivo análogo realizado em capitais hispano-americanas, nascido em 1964 e intitulado *Projeto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, de autoria e coordenação de Juan Lope Blanch (1927-2002), professor da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM).

No estabelecimento do Projeto NURC, no Brasil, em sua primeira reunião, em janeiro de 1969, houve a escolha dos coordenadores de cada uma das cidades onde os trabalhos seriam realizados. Segundo Silva, L. (1996), foram escolhidos, os seguintes professores: José Brasileiro Tenório Vilanova (1914-), para Recife; Nelson Rossi (-), para Salvador; Celso Ferreira da Cunha (1917-1987), para o Rio de Janeiro; Isaac Nicolau Salum (1913-1993) e Ataliba Teixeira de Castilho (1937-), para São Paulo; e Albino de Bem Veiga (-), para Porto Alegre. Cada um deles teve

de recrutar pessoas e conseguir financiamento para a concretização do projeto em cada uma das 5 (cinco) cidades.

Os objetivos do Projeto NURC, no Brasil, foram definidos em 1973, em sua VI Reunião Nacional, realizada em Porto Alegre. São apresentados, a seguir, tais objetivos:

1. Coletar material que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa, em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico.
2. Ajustar o ensino da língua portuguesa a uma realidade lingüística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças lingüísticas e culturais do país.
3. Superar o empirismo na aprendizagem da língua-padrão pelo estabelecimento da norma culta real.
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados lingüísticos cientificamente estabelecidos.
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos lingüísticos inoperantes.
6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista. (*ibidem*, p. 85-86).

Neste projeto, para um indivíduo ser considerado culto e, assim, ser entrevistado, tinha que ter escolaridade em nível superior completo e ter antecedentes biográfico-culturais urbanos. Com isso, formou-se um grande banco de dados de oralidade urbana culta nessas citadas capitais. Sobre o processo de constituição do *corpus*, Mattos e Silva (2013) traz as seguintes particularidades:

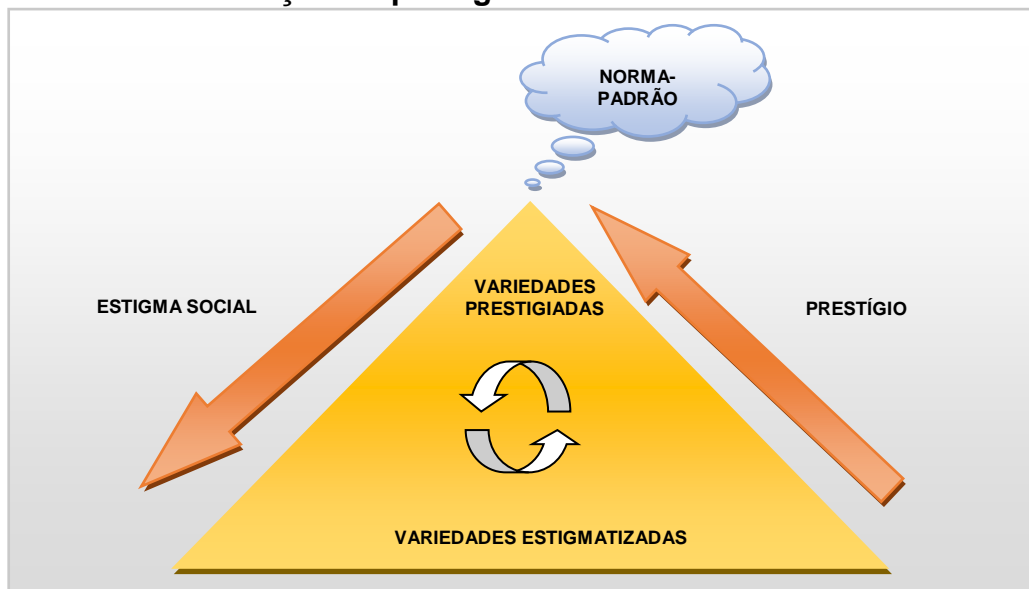
Quase toda a década de setenta foi dedicada pelas equipes das cinco cidades à constituição do *corpus*, banco de dados com 400 horas de gravação por capital e 600 informantes, divididos por três faixas de idade (de 25 anos em diante) e pelos dois sexos; esse banco de dados não atingiu as 2000 horas previstas, mas alcançou cerca de 1500. Depois de pelo menos 200 horas de gravação em cada cidade, começaram as análises linguísticas sobre os dados. (*ibidem*, p. 42).

A partir do *corpus* do Projeto NURC, muitos trabalhos já foram e estão sendo publicados. No que tange ao *corpus* coletado na cidade do Rio de Janeiro, destaca-se que há uma página (<http://www.nurcrj.lettras.ufrj.br/>), em que se pode encontrar uma lista de teses, dissertações e livros já publicados.

Dando seguimento às considerações sobre a escolha do termo *variedades prestigiadas* por Bagno, destaca-se que as discussões para o uso desse termo vêm desde a publicação de seu livro *A norma oculta: língua & poder na sociedade*

brasileira, em 2003. Neste livro, Bagno, entre outras reflexões, propõe a distinção entre *norma-padrão*, *variedades prestigiadas* e *variedades estigmatizadas*. Para tanto, apresenta um desenho para facilitar suas incursões na oposição entre essas variedades e, como produto, acaba apresentando uma proposta de análise da realidade sociolinguística brasileira, assim como Bortoni-Ricardo (2005). Decide-se, porém, trazer à baila a representação esquemática do livro *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*, de 2013, em que o autor traz algumas atualizações, mas que, essencialmente, é a mesma de 2003.

Figura 3 – Pirâmide das classes sociais, proposta por Bagno, para a análise da variação do português brasileiro.



Fonte: BAGNO, 2013, p. 66.⁶

Assim, sob o *prestígio* e o *estigma social*, tem-se a demarcação do *status* das variedades na pirâmide social: as *variedades prestigiadas*, variedades empregadas pelos indivíduos urbanos de maior escolarização e de maior poder aquisitivo, ficam mais próximas do topo da pirâmide, considerando o *prestígio* dessas variedades; as *variedades estigmatizadas*, variedades usadas pelos indivíduos das camadas de menor escolarização e de menor poder aquisitivo, em oposição, ficam mais próximas da base da pirâmide, considerando o *estigma social* dessas variedades.

Faraco (2008), no que tange, especificamente, ao uso das expressões *variedades prestigiadas* e *estigmatizadas* mencionadas em Bagno (2003), faz o seguinte comentário:

⁶ Em Bagno (2003), a figura encontra-se à p. 68. Já em Bagno (2017), encontra-se à p. 312.

ao apontarmos a estigmatização, podemos contribuir para superá-la criticamente. No entanto, podemos também favorecer sua *naturalização*, o que, obviamente, correria contra nosso esforço crítico. O mesmo poderia ocorrer com a ideia de prestígio, se não ficasse bem evidente que ele é efeito da dinâmica sócio-histórica e não um fator intrínseco (“natural”) àquelas variedades. (*ibidem*, p. 62, grifo do autor).

Com isso, vê-se que a questão terminológica é um desafio, haja vista as diversas opiniões. Cada pesquisador pode argumentar a favor de suas escolhas lexicais e políticas em relação à terminologia técnica de sua área de investigação.

Voltando às considerações sobre a Figura 3, já a *norma-padrão* fica fora da pirâmide, dentro de uma nuvem. Dando enfoque à *norma-padrão* e fazendo conotações em relação à ilustração, pode-se pensar que ela faz parte do mundo imaginário, das idealizações e das abstrações. Nos termos de Bagno (2013), a *norma-padrão* aparece “*fora do universo da variação*, fora dos usos sociais da língua empiricamente comprováveis, fora da estratificação social”. (*ibidem*, p. 66, grifos do autor). Para se referir à representação mais comum desta *norma*, Lagares (2018, p. 157) assim se posiciona: “a norma-padrão está fora da história, numa espécie de mundo das ideias platônico, em certa medida inatingível, mas nem por isso menos desejado.”

Assim, além da *norma culta*, a *norma-padrão* é outro termo de relevância para esta pesquisa. Tal *norma* não constitui uma variedade da língua, mas “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (FARACO, 2008, p. 73). Dito de outro modo, a *norma-padrão* compreende, segundo Lucchesi e Lobo (1988, p. 74), “os modelos apresentados e prescritos pelas gramáticas normativas”. Para Bagno (2015, p. 14-15), esta *norma* é um “modelo idealizado de língua ‘certa’ descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa – e que de fato não corresponde a nenhuma variedade falada autêntica e, em grande medida, tampouco à escrita mais monitorada”. Para Vieira, F. (2017), no que tange aos estudos relativos à *gramática*, o termo *norma-padrão* é amiúde referenciado a estruturas linguísticas que, sistematicamente:

- obedecem a certas prescrições desatualizadas, ligadas apenas à tradição gramatical normativa;
- se distanciam dos usos efetivos dos brasileiros de escolaridade superior completa, mesmo em situações de escrita formal e monitorada. (*ibidem*, p. 8).

As distinções entre a *norma-padrão* e a *norma culta* (*variedades prestigiadas, comum e standard*) são relevantes, considerando que muitos ainda tratam estas duas *normas* como sendo sinônimas. Nesta perspectiva, Faraco e Zilles (2017) apontam que é muito frequente a confusão terminológica entre *norma culta* e *norma-padrão*, em várias oscilações, entre as quais se destacam: “*língua/variedade/linguagem/modalidade culta/formal/padrão*; ou *português/uso culto/formal/padrão*; ou ainda *padrão culto*”. (*ibidem*, p. 7, grifos dos autores).

Para ilustrar essa confusão terminológica mencionada por Faraco e Zilles (*op. cit.*), no Quadro 1, a seguir, trazem-se as expressões usadas nos enunciados das propostas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), durante 21 (vinte e uma) edições desse certame:

Quadro 1 – A *norma-padrão* e seus outros nomes nos enunciados das propostas de redação do Enem.

Edição do Exame	Expressão utilizada
1998	<i>norma culta</i> da língua
1999	[nenhuma expressão equivalente]
2000, 2001	modalidade escrita <i>culta</i> da língua
2002, 2003	modalidade escrita <i>culta</i> da língua portuguesa
2004	modalidade <i>culta</i> da língua portuguesa
2005, 2006, 2007, 2008	modalidade <i>padrão</i> da língua portuguesa
2009, 2010	<i>norma culta</i> escrita da língua portuguesa
2011, 2012, 2014	<i>norma padrão</i> da língua portuguesa
2013, 2015, 2016, 2017, 2018	modalidade escrita formal da língua portuguesa

Fonte: VIEIRA, F., 2017, p. 8, com atualizações da autora a partir da edição de 2015.

Vê-se, pelo quadro *supra*, a ocorrência de flutuação terminológica: *norma/modalidade/modalidade escrita culta/padrão/formal* da língua/língua portuguesa em 8 (oito) maneiras distintas de combinações. Pelas edições apresentadas, constata-se que há alternância indiscriminada dessas expressões nos enunciados das provas de redação. Tal “imbróglio terminológico” (VIEIRA, F., *op. cit.*) demonstra que o uso das terminologias não é pacífico ou é diminuta a base teórica, entre os elaboradores das propostas de redação desse processo avaliador, apesar da vasta literatura e estudos relacionados às *normas linguísticas*.

Pode-se mencionar, também, para ilustrar essa oscilação terminológica, a pesquisa de Bagno (2013). Neste trabalho, o linguista analisa 24 (vinte e quatro) coleções de Língua Portuguesa, cada uma com 4 (quatro) volumes, para o segmento da 5ª à 8ª série do ensino fundamental, aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no ano de 2008 e verifica, entre outras

conclusões, que há falsa sinonímia entre *norma padrão* e *norma culta*. No Quadro 2, a seguir, têm-se os diversos termos utilizados nessas coleções:

Quadro 2 – Terminologias empregadas nas coleções de Língua Portuguesa – PNLD 2008.

TERMINOLOGIA	COLEÇÃO ⁷
Língua <i>culta</i>	OAL
Língua formal	TUD
Língua oficial	TUD
Língua <i>padrão</i>	MDC, PLG, PLI, TUD
Linguagem formal	LPG, PPT, LNO, TUD
Modalidade <i>culta</i>	TXL
<i>Norma culta</i>	OUP, MDC, PLG, PLI, IDE, TXL, LNO, PNL
<i>Norma-padrão</i>	OAL, TEC, MDC, TCL, PLG, LNO, LEC, PNL
<i>Padrão culto</i>	OUP, IDE
<i>Padrão formal</i>	PPT
Português <i>padrão</i>	IDE
Pronúncia <i>padrão</i>	LNO
Uso <i>culto</i>	LDM
Uso formal	LDM
Varição <i>padrão</i>	TEC
Variante <i>culta</i>	TXL
Variante <i>padrão</i>	TEC
Variedade <i>culta</i>	LDM
Variedade formal	RAL
Variedade <i>padrão</i>	DCT, PLI, TUD, PRA
Variedade de prestígio	NDI

Fonte: BAGNO, 2013, p. 74-75.

Em referência ao quadro *supra*, constata-se que são 21 (vinte e uma) expressões usadas: língua/linguagem/modalidade/*norma/padrão*/português/pronúncia/uso/variação/variante/variedade *culto(a)*/formal/oficial/*padrão*/de prestígio. Tais termos são empregados, inclusive, de maneira indistinta numa mesma coleção. Bagno (*op. cit.*) cita a coleção TUD (*Tudo é linguagem*, de Ana Maria Trinconi Borgatto, Terezinha Costa Hashimoto Bertin e Vera Lúcia de Carvalho Marchezi, publicada pela Ática). Nesta coleção, ocorrem variações terminológicas entre língua formal, língua oficial, língua *padrão*, linguagem formal e variedade *padrão*, contribuindo, negativamente, para o ensino e entendimento quanto à realidade linguística no Brasil.

Apesar dos conceitos *norma-padrão* e *norma culta* não serem sinônimos, Faraco (2008) esclarece que essas duas *normas* são mais próximas que as demais *normas linguísticas*. Tal aproximação se dá pelo fato de os “codificadores” e os

⁷ O autor utilizou siglas para ficar didático e, num anexo (p. 181-183 da obra), apresentou as referências completas das coleções em epígrafe.

“guardiões e cultores” da *norma-padrão* serem dos estratos sociais usuários da *norma culta*.

Mesmo com o fator de aproximação entre a *norma-padrão* e a *norma culta*, no Brasil, há um fosso profundo e perturbador entre essas *normas*, uma vez que a *norma-padrão* no Brasil não foi fixada a partir dos usos linguísticos da elite letrada da época, *i.e.*, a *norma culta*. A codificação brasileira, aliás, foi fixada, na segunda metade do século XIX, levando em consideração a escrita praticada pelos escritores portugueses do Romantismo, sendo, portanto, uma *norma* excessivamente artificial, desvinculada dos usos correntes daquele período.

Além disso, menciona-se que a *norma-padrão* não foi imposta pela metrópole portuguesa aos colonizados brasileiros. Um grupo conservador da elite letrada brasileira foi o responsável pelo movimento padronizador. Sobre as motivações para tal projeto, Faraco e Zilles (2017) fazem as seguintes ponderações:

Os fatores que levaram determinado segmento da intelectualidade brasileira a fixar uma norma-padrão sem tomar nossos usos cultos como referência foram de variada ordem, em especial a denegação da complexa realidade sociocultural do país e o conseqüente esforço para caracterizá-lo exclusivamente por suas raízes europeias – atitudes que foram muito fortes no fim do século XIX e começo do XX. (*ibidem*, p. 159).

No tocante ao movimento padronizador, Pagotto (1998, p. 50) advoga que “as formas lingüísticas da chamada norma culta⁸ estão impressas de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças”. Assim sendo, no caso brasileiro, uma das razões dos formuladores do projeto da *norma-padrão* está relacionada ao combate das variedades culta e popular faladas do período; um outro aspecto pode estar imbricado à aspiração de viver num Estado branco e europeu, desconsiderando a multirraciedade e mestiçagem brasileira, por parte dessa minoria da elite letrada (FARACO, 2008).

Com isso, desde o princípio da constituição linguística brasileira e a partir de trabalhos voltados para a análise do PB, “mais e mais se constata a distância entre as formas usuais no nosso vernáculo e o português exigido na escrita e prescrito nos manuais de gramática” (PAGOTTO, *op. cit.*, p. 50). Nos termos de Callou (2014), “existe, sem dúvida, um abismo entre a *norma* idealizada e a *norma* efetivamente

⁸ Pagotto (*op. cit.*) utiliza a expressão *norma culta* para se referir à *norma-padrão*.

praticada, mesmo pelos falantes mais escolarizados, trazendo a necessidade de repensar o nosso código gramatical e atualizá-lo” (*ibidem*, p. 21, grifos da autora).

Nos estudos linguísticos, a aplicação do termo *norma*, juntamente com seus sentidos e conceitos, vem muito antes da proposta de Coseriu, conforme exposto em Bagno (2017). O emprego do termo *norma*, do latim *norma*, que quer dizer *esquadro* (PAQUETTE, 2011), é muito antigo, posto que ele passou a ser usado no campo linguístico a partir do campo jurídico, na época da criação dos Estados nacionais, na história europeia, no momento do início da normatização jurídica e do processo de *gramatização* nesses Estados (BAGNO, *op. cit.*).

No próximo capítulo, será apresentada uma breve discussão sobre os instrumentos linguísticos gramaticais, sobretudo os *normativos*, que, com existência multissecular, propagam *normas* quanto ao “bom” uso da língua, difundem a *norma normativa*, disseminam a atitude normativista e perpetuam a prescrição da *norma-padrão*.

3 O INSTRUMENTO LINGUÍSTICO *GRAMÁTICA*

A *gramatização*, termo cunhado por Sylvain Auroux (2014), que se refere ao processo de produção de instrumentos linguísticos, quais sejam: *gramáticas*, dicionários etc., marca parte significativa do saber sobre a língua e sobre a história do pensamento linguístico. Esse processo, conforme Leite (2007, p. 21), “constitui um dos movimentos culturais mais importantes da civilização ocidental”. Ademais, segundo Auroux (*op. cit.*, p. 9): “trata-se propriamente de uma revolução tecnológica [...] tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX”. Diante disso, depreende-se ser relevante, nem que seja brevemente, retratar sobre pontos históricos dos instrumentos linguísticos. Assim sendo, nos próximos subtópicos, será apresentada uma discussão acerca do processo de *gramatização*, abarcando, especificamente, o processo de constituição do instrumento linguístico *gramática*.

3.1 Um breve retrospecto dos estudos gramaticais no Oriente e no Ocidente

Os estudos gramaticais, segundo Faraco (2008), são muito antigos. No Oriente, os babilônios iniciaram esses estudos a partir do ano 2000 a.C.; os indianos e os chineses por volta do século IV a.C.. Dentre os gramáticos indianos, o mais conhecido é Pânini, autor da obra *Ashtadhyaya* (*As oito partes*, em português), que descreve, com precisão, especialmente, a morfologia (formação de palavras e pronúncia) da língua sânscrita. A motivação para os estudos gramaticais entre os indianos se deu pela necessidade de se manter a originalidade dos poemas religiosos da época, os *Vedas* e o *Mahabharata*, por exemplo (PERINI, 2004, p. 157-158).

Por seu turno, no Ocidente, as reflexões gramaticais iniciam-se com Platão e Aristóteles e o objeto de estudo *gramática*, como se conhece na atualidade, foi iniciado por volta de 2000 a.C., em Alexandria, uma comunidade grega, localizada no Egito, firmada às margens do mar Mediterrâneo, junto ao delta do rio Nilo. O principal objetivo para os estudos gramaticais entre os gregos foi a necessidade de preservação, de entendimento e de discussão dos poemas épicos *Ilíada* e *Odisséia*, de Homero, considerados, conforme Perini (*op. cit.*, p. 150), “códigos de conduta, e uma espécie de arquivo do conhecimento básico que todo grego culto devia

dominar, e que o tornava membro de sua comunidade”. Os referidos poemas eram, pois, sustentáculos para o sistema educacional dos gregos e de suas comunidades.

Neves (2005) comenta que a atividade de cultura, naquela época, era concentrada nas bibliotecas, sobremaneira, com intuito de preservar e transmitir o legado cultural helênico. Precisamente na Biblioteca de Alexandria⁹, onde foram reunidos manuscritos de poetas, dramaturgos, filósofos e historiadores gregos, o trabalho criterioso com os textos homéricos foi efetivado, assim como de outros autores gregos clássicos. A justificativa para o estudo cuidadoso se devia ao fato de os textos se encontrarem velhos e, por conseguinte, com uma linguagem arcaica. Aliado a isso, consoante Faraco (2008, p. 132), “os manuscritos do mesmo texto variavam entre si ou estavam danificados e rasurados; tinham lacunas, trechos obscuros, acréscimos ou cortes indevidos”.

Com isso, fez-se necessário o estudo metucioso da linguagem aceitável nesses textos clássicos, contribuindo para as primeiras reflexões sobre linguagem, de modo geral, e sobre a língua grega escrita, de forma particular, surgindo, assim, a disciplina *gramática* (*grammatike*, em grego). Disciplina esta, tal qual explicita Bagno (2009b, p. 106), que se interessa pela “língua em si” – fonologia, morfologia, sintaxe, léxico – como objeto de estudo, análise, descrição e – principalmente – de *prescrição*”.

No que se refere à língua grega escrita, as primeiras descrições dos eruditos alexandrinos, em concordância com Faraco (*op. cit.*), levaram em consideração:

Aspectos de métrica, ortografia e pronúncia; a distribuição das palavras por classes (nomes, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções etc.); a estrutura sintática da oração simples (sujeito, predicado, complemento, adjuntos) e dos períodos (coordenação e subordinação); o uso das figuras de linguagem e assim por diante. (*ibidem*, p. 133).¹⁰

Tais descrições, hoje em dia, formam a base do saber gramatical tradicional do Ocidente e estão estabelecidas nas *gramáticas*: algumas sem nenhum acréscimo, outras sem senso crítico. É por essa situação de estagnação que linguistas, como Marcos Bagno, acabam fazendo duras críticas a esta tradição.

⁹ A Biblioteca de Alexandria, segundo Bagno (*op. cit.*, p. 105), integrava o museu, chamado palácio das Musas, que englobava, também, um *campus* universitário, no perfil das grandes universidades modernas, para estudo e pesquisa. Havia, nessa biblioteca, muitos arquivistas, copistas, tradutores, mestres e pesquisadores.

¹⁰ Faraco e Zilles (2017, p. 87) apresentam esta mesma passagem fazendo, no entanto, poucas alterações no texto.

Bagno (2009b, p. 22), por exemplo, comenta que os livros tradicionalmente chamados *gramáticas* “carecem de um embasamento científico consistente, sintonizado com as muitas e profundas descobertas feitas pelas ciências da linguagem no último século e meio”. Faraco e Zilles (2017), em contrapartida, apontam que o modelo grego tem utilidade e possibilita um norte para a realização de descrição linguística, embora seja um modelo “insuficiente para descrever toda a complexidade de uma língua ou para dar conta da enorme diversidade gramatical das línguas no mundo” (*ibidem*, p. 89).

Voltando ao percurso histórico, naquela época, além de Alexandria, em Atenas, Pérgamo (de onde se originou a palavra *pergaminho*), Rodes, Trácia, Bizâncio e Antioquia, iniciaram-se os estudos gramaticais. Entre os gramáticos antigos, podem-se mencionar os seguintes nomes: Ptolomeu, Asclepiáde, Charés, Zenódoto de Éfeso (primeiro bibliotecário de Alexandria), Aristófanés de Bizâncio (quarto bibliotecário de Alexandria), Aristarco da Samotrácia (discípulo de Aristófanés, quinto bibliotecário de Alexandria e chamado de príncipe dos gramáticos ou o gramático por excelência), Crates de Malos (adversário de Aristarco e fundador da Biblioteca de Pérgamo, esta rival da Biblioteca de Alexandria), Apolônio Díscolo (AD), Dídimos *Khalkenteros* (conhecido como Tripa-de-Bronze), Dionísio Trácio (DT) etc. (PERINI, 2004; LEITE, 2007; BAGNO, *op. cit.*; NEVES, 2005, 2012).

No fito de favorecer a leitura dos primeiros poetas, os gramáticos cumpriam duas tarefas, por meio de comentários e tratados de *gramática*:

estabelecer e explicar a língua desses autores (pesquisa) e proteger da corrupção essa língua “pura” e “correta” (docência), já que a língua cotidianamente falada nos centros do helenismo era considerada corrompida. E, servindo à interpretação e à crítica, realiza-se o estudo metódico dos elementos da língua e compõe-se o que tradicionalmente seria qualificado propriamente como gramática. (NEVES, 2005, p. 113).

A autoria da primeira *gramática* grega e da história do Ocidente, intitulada *Tékhne Grammatiké* (TG), *Arte da Gramática*, segundo tradução em Neves (2012), é imputada a DT, nascido em Alexandria, embora seu epíteto o vincule, inicialmente, a uma ascendência trácia. DT viveu entre os séculos II e I a.C., tendo sido discípulo do gramático alexandrino Aristarco.

Editada pela primeira vez em 1715, a TG, por detalhar fatos fonéticos e morfológicos da língua grega, tornou-se base para os estudos posteriores,

sobretudo, pelo fato de explicitar as oito classes de palavras (inicialmente, denominadas partes do discurso ou, em grego, *mére lógou*) delineadas por seu mestre, quais sejam: *nome (ónoma)*, *verbo (rhêma)*, *particípio (metoché)*, *pronome (antonymía)*, *artigo (árthron)*, *advérbio (epírrhema)*, *preposição (próthesis)* e *conjunção (sýndesmos)* (NEVES, 2005, p. 157; NEVES, 2012, p. 213-214).

Destaca-se que a classe de palavras *nome* na TG englobava o que modernamente se chama de substantivos, adjetivos, pronomes interrogativos, pronomes indefinidos e numerais cardinais e ordinais; a classe *artigo* englobava, por sua vez, somente os artigos definidos e os pronomes relativos; a classe *pronome* englobava, por seu turno, os pronomes pessoais e os pronomes possessivos (BAGNO, 2009b, p. 115-116).

No primeiro parágrafo da TG, de um total de 20 (vinte), DT traz as partes da *gramática*, quais sejam:

- leitura praticada segundo as regras da prosódia; • explicação dos poetas segundo os tropos que neles aparecem; • explicação natural dos fatos lingüísticos e históricos; • investigação etimológica; • exposição da analogia; • julgamento das obras (que é a parte mais importante da arte gramatical). (NEVES, 2005, p. 126).

Apesar de historicamente ser considerada a primeira *gramática* grega e do Ocidente, Chapanski (2003), autora que propôs uma tradução para o português da TG, advoga que ela não foi a primeira, mas, nas palavras da autora: “a única de uma série de *tékhnai* que encontrou respaldo histórico em algum momento do tempo” (*ibidem*, p. 4, grifo da autora). Outro ponto a se destacar, ainda com essa autora, é que

não é possível afirmar com segurança se DT escreveu ou pensou mesmo os conteúdos das ‘suas’ obras. Nada estranho até aqui, uma vez que, em se tratando de textos antigos, isto é amplamente comum: escritos diversos são cotados a um determinado autor, mas não é possível precisar quanto, se realmente algo, daquele texto foi verdadeiramente escrito por ele. Uma grande parcela de textos antigos conta com trechos de autoria duvidosa, interpolados ao longo de sua transmissão, o que se faz com que, necessariamente, materiais conservados sob o título de um único autor antigo, sejam, em maior ou menor grau, construto textual cuja forma – ou mesmo cujo conteúdo de formas – se estabelece, ao longo do tempo, pelas mãos de diversos “autores”. (*ibidem*, p. 11-12).

Para Chapanski (*op. cit.*, p. 4), a TG “sem dúvida é a obra modelar, na qual se inspiraram gramáticos de todos os tempos”. Continuando com as considerações

dessa mesma autora, vale trazer à baila o conceito de *gramática* contido na TG: “é o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores” (*ibidem*, p. 21). Assim sendo, a partir dessa definição, vê-se que a *norma* de referência era a língua escrita dos literatos da época. Um dos legados de DT, segundo Neves (2002, p. 51-52), é que “ele deu à gramática uma forma que, por muito tempo, foi definitiva, e cujos traços fundamentais ainda hoje podem ser reconhecidos em muitas obras gramaticais do Ocidente”.

Outro gramático grego que merece ser mencionado é AD, da Escola de Pérgamo. AD viveu na primeira metade do século II d.C.. O cognome Díscolo, de acordo com Neves (2012), talvez, tenha se firmado por sua linguagem não ser refinada e por ela ser, muitas vezes, de laboriosa compreensão. Foi considerado um dos gramáticos mais importantes da época dos imperadores romanos, assim como seu filho, Herodiano. Das obras de AD, somente quatro ainda estão disponíveis para consulta, são elas: *Do pronome*, *Das conjunções*, *Dos advérbios* e *Da sintaxe das partes do discurso*.

Neves (2002), sobre a extensa obra de AD, afirma:

ele tratou praticamente todos os fatos de língua. Realmente, dizer que a ele se deve atribuir, especialmente, a introdução da sintaxe nos estudos gramaticais não significa entender que ele estudou apenas a combinação dos termos. (*ibidem*, p. 62).

Sobre os fatos de língua estudados por AD, pode-se mencionar: questões diacrônicas, estilísticas, de ortografia, de prosódia, de dialetos e questões relacionadas aos elementos e partes da oração. Contudo, as lembranças a esse gramático estão relacionadas, marcadamente, à introdução da sintaxe aos estudos gramaticais.

Neves (2002) faz um contraste entre os feitos de AD e de DT que merece ser transcrito:

o importante lugar que Apolônio Díscolo ocupa na história das idéias gramaticais no Ocidente assenta-se, especialmente, no seu tratamento da sintaxe, que até então não merecera a atenção dos gramáticos alexandrinos. No Manual de Dionísio o Trácio, por exemplo, a sintaxe está totalmente ausente, já que o que constitui objeto de investigação não é o relacionamento dos termos do discurso, mas, sim, o seu isolamento, com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas. Em Apolônio, pelo contrário, a sintaxe abarca todos os níveis, uma vez que a língua é considerada uma série de elementos relacionados, e a sintaxe é vista como o conjunto de regras que regem a sintaxe dos elementos. (*ibidem*, p. 63).

Assim, o legado de AD diz respeito, principalmente, à originalidade em apresentar reflexões sobre a sintaxe da língua grega, ou, em outros termos: sobre a organização do discurso e não meramente das partes do discurso, como fez, por exemplo, DT.

Avançando no retrospecto, partindo para as considerações sobre os estudos gramaticais no contexto romano, destaca-se que, segundo Chapanski (2003, p. 11), Aelio Stilo¹¹ foi um dos precursores dos estudos gramaticais em Roma e, provavelmente, mestre de Varrão. Mattos e Silva (2016, p. 19) e Faraco (2008, p. 137), em contraposição, asseveram que Crates de Malos foi o mestre de Varrão. Pois bem, sendo discípulo de um ou de outro, o que convém apresentar é que Varrão foi o criador da primeira *gramática* latina e uma de suas contribuições, sem dúvida, está em aplicar os preceitos da *gramática* grega para a língua latina, uma vez que, naquela época (séculos II e I a.C.), os romanos passaram a absorver e a valorizar a cultura, a língua e a literatura gregas, a partir dos domínios da Grécia e de Alexandria pelo Império Romano.

A disseminação da cultura grega entre os romanos, segundo Vieira, F. (2018, p. 66), foi efetivada, sobretudo, pelos escravos gregos, participantes da cultura letrada grega, que passaram, com a incorporação ao domínio romano, a homens livres. De acordo com Bagno (2009b):

Religião, artes, ciências, tecnologias, gêneros literários, valores éticos e estéticos, filosofia, hábitos e costumes, indumentária, culinária, esportes... tudo será objeto de importação, imitação e adaptação por parte dos romanos. (*ibidem*, p. 123-124).

Nesse contexto, restringindo-se ao campo dos estudos linguísticos, constituía referência a língua dos renomados literatos, assim como os modelos gregos para as reflexões gramaticais romanas. E, em concordância com Vieira, F. (*op. cit.*), a propagação dos estudos gramáticos gregos entre os romanos foi favorecida, ainda, pela estruturação símile entre essas duas línguas.

O cânone literário continuou sendo a referência para a *norma-padrão*. Os textos de Cícero (*Marcus Tullius Cicero*), Virgílio (*Publius Vergilius Maro*), Horácio

¹¹ *Lucius Aelius Stilo Praeconinus*, em latim, nasceu em Lanuvium, Itália, em 154 a.C. e, possivelmente, morreu, em Roma, por volta de 74 a.C. Erudito romano, atuou como professor de filologia e literatura latina e das antiguidades, segundo dados coletados na Enciclopédia Britânica, no seguinte endereço: <<https://www.britannica.com/biography/Lucius-Aelius-Stilo-Praeconinus>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

(*Quintus Horatius Flaccus*), Tito Lívio (*Titus Livius*), Ovídio (*Publius Ovidius Naso*) e Petrônio (*Titus Petronius Arbiter*) foram alguns dos literatos escolhidos como referência do latim modelar da Roma antiga.

No que se refere aos gramáticos latinos de vulto, além de Varrão, têm-se Quintiliano, Donato e Prisciano. A seguir, a partir de Bagno (2009b), apresentam-se informações de cada um deles e alguns pormenores sobre suas obras:

Quadro 3 – Principais gramáticos romanos.

NOME	DATAS	OBRA GRAMATICAL
Varrão (<i>Marcus Terentius Varro</i>)	116-27 a.C.	<i>De lingua latina libri XXV</i>
Escritor prolífico, produziu centenas de obras sobre diferentes assuntos, das quais pouquíssimas nos chegaram. Dos 25 livros de sua <i>De lingua latina</i> , somente 6 sobreviveram, mesmo assim mutilados. Embora original em muitas de suas formulações, seu trabalho não exerceu influência sobre os estudos gramaticais da Idade Média porque seus livros ficaram desconhecidos até o ano de 1355, quando foram descobertos num mosteiro pelo escritor italiano Bocácio.		
Quintiliano (<i>Marcus Fabius Quintilianus</i>)	35-100?	<i>Institutio oratoria</i>
Sua obra é um tratado de retórica que influenciará profundamente os estudos humanísticos por toda a Idade Média. Nela se encontram diversos preceitos sobre o “bem falar”, a correção da linguagem, a equiparação entre “falar bem” e “ser honesto” etc.		
Donato (<i>Aelius Donatus</i>)	meados do séc. IV d.C.	<i>Ars grammatica (Ars maior; Ars minor)</i>
Tudo o que se sabe de sua vida é que foi tutor de São Jerônimo, que traduziu a Bíblia do grego e do hebraico para o latim. Sua obra será tão popular ao longo de toda a Idade Média que seu nome se tornará sinônimo de “manual de gramática”. Em 1409, por exemplo, surgirá a primeira gramática da língua francesa, intitulada Donato francês. Com a invenção da imprensa, no século XV, seu livro será difundido aos milhares de exemplares.		
Prisciano (<i>Priscianus Caesariensis</i>)	ativo no ano 500 d.C.	<i>Institutiones grammaticae</i>
De ascendência grega, sua obra se tornará o modelo de todas as gramáticas latinas posteriores. Sua doutrina gramatical segue de muito perto a de Apolônio Díscolo e muito do que sabemos de Apolônio provém de citações feitas na obra de Prisciano.		

Fonte: BAGNO, *op. cit.*, p. 125.

A obra *De lingua latina, Sobre a língua latina*¹², em português, do polímata Varrão, “primeira da literatura romana a tratar da linguagem e da língua latina” (VALENZA, 2010, p. 9), retrata aspectos concernentes às descrições etimológicas, morfológicas, fonéticas e sintáticas do latim clássico, tendo como parâmetro os predecessores e contemporâneos gregos. Para Valenza (*op. cit.*, p. 164), Varrão “não só adaptou os pensamentos iniciais sobre linguagem, como também trouxe à tona novos conceitos e novas reflexões, tendo como objeto de estudo sua língua materna, o latim”.

Suas principais contribuições estão relacionadas à diferenciação entre *flexão* e *derivação*, às ideias sobre *aspecto verbal* e às observações sobre *classes de*

¹² Tradução de Valenza (*op. cit.*).

palavras divididas, apenas, em “palavras com flexão de caso (nomes); palavras com flexão de tempo (verbos), palavras sem flexão de caso e tempo (advérbios) e palavras com flexão de caso e tempo (particípios)” (*ibidem*, p. 156).

O tratado *Institutio Oratoria, A educação oratória*¹³, em português, de Quintiliano, escrito no ano de 95, é dividido em 12 (doze) livros. No primeiro livro, especificamente, nos capítulos IV a IX, o autor faz uma exposição dos conteúdos gramaticais e do papel auxiliar da disciplina gramatical na formação de um orador. A seguir, apresentam-se os conteúdos gramaticais na obra de Quintiliano:

Cap. IV: funções do gramático; formação das palavras; partes do discurso;
 Cap. V: virtudes do discurso; barbarismo; solecismo; eufonia; acentos;
 Cap. VI: fundamentos do discurso; analogia; etimologia;
 Cap. VII: ortografia;
 Cap. VIII: leitura e “apreciação” dos textos;
 Cap. IX: trabalho do gramático frente ao do retor. (PEREIRA, 2001, p. 147).

No que se refere às classes gramaticais, considerando que a língua latina não tinha *artigos*, Quintiliano resolveu incluir, no lugar deles, as *interjeições*. Esta classificação em oito partes do discurso, quais sejam: *nome, verbo, particípio, pronome, advérbio, preposição, conjunção e interjeição* se manteve por toda a Idade Média e começo da Idade Moderna (BAGNO, 2009b).

A *Ars grammatica, Arte gramatical*¹⁴, em português, de Élio Donato, foi escrita, aproximadamente, no ano 350, e, em consonância com Dezotti (2011, p. 11), “constitui um ponto central na transmissão do conhecimento gramatical antigo, por ter sido utilizada amplamente durante toda a Idade Média e servido de modelo para a elaboração das primeiras gramáticas vernaculares europeias”. Ela é dividida em quatro tratados: o primeiro, conhecido por *Ars minor, Arte menor*¹⁵, em português; os três subsequentes, por *Ars maior, Arte maior*¹⁶, em português (*ibidem*, p. 15).

A *gramática* de Élio Donato possui algumas particularidades quanto a sua estruturação. Troca o texto contínuo, de caráter ensaístico, por uma organização topicalizada, contando com um número maior de seções e de forma mais facilmente memorizável. Outra especificidade da obra é que ela contém agrupamento de ressalvas (exceções) ao final de cada seção. Além disso, deixa de mencionar fontes

¹³ Tradução de Pereira (*op. cit.*).

¹⁴ Tradução de Dezotti (*op. cit.*).

¹⁵ Tradução de Dezotti (*op. cit.*).

¹⁶ Tradução de Dezotti (*op. cit.*).

ao longo do texto, de modo semelhante aos gramáticos alexandrinos. Ademais, evidencia-se que tais características se assemelham mais aos compêndios gramaticais tradicionais hodiernos que os compêndios antecessores. (VIEIRA, F., 2018, p. 72-73).

As *Institutiones grammaticae, Fundamentos gramaticais*¹⁷, em português, escrita pelo gramático Prisciano de Cesareia, escritas entre 526-527, são compostas de 18 (dezoito) livros, com, aproximadamente, 1000 páginas ao todo. Mattos e Silva (2016) faz as seguintes considerações quanto aos compêndios gramaticais de Prisciano:

É em Prisciano que se encontra a primeira sintaxe da língua latina. Segue ainda as teorias lógicas da Grécia e não é predominante no conjunto da obra, já que para dezesseis livros de morfologia há dois de sintaxe. A sua definição de sintaxe, que é a primeira no mundo ocidental, é uma definição lógica: *a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita*. Os conceitos de oração *perfeita/oração imperfeita* (*videt, acusat* são orações imperfeitas) já envolvem a distinção da *transitividade* (*não transitividade*) dos verbos. Nele também já se estabelece a noção de *palavra regente* e *palavra regida*, conceitos que até hoje vigoram nas terminologias da gramática tanto tradicional, como em outras. (*ibidem*, p. 20, grifos da autora).

Se comparado aos trabalhos de Varrão e Donato, alguns autores afirmam que a obra de Prisciano tem pouca originalidade. Nesse ponto, há pesquisadores que assinalam que as *Institutiones grammaticae* são uma tradução para o latim da *gramática* de DT, com acréscimos, no que se refere ao conteúdo de sintaxe, dos trabalhos de AD e de Élio Herodiano. Em suma, a obra de Prisciano é considerada uma “síntese da tradição greco-romana, [...] o grande modelo de tudo o que se fez até hoje em termos de gramática tradicional” (VIEIRA, F., *op. cit.*, p. 76).

No mundo medieval, entre os séculos V e VI, houve duas vertentes nos estudos sobre a linguagem: a primeira, que deu continuidade ao estudo da língua latina, considerada “língua da cultura” naquela época na Europa, sendo as *gramáticas* de Donato e Prisciano as preferidas; a segunda, que deu início às primeiras observações e estudo das línguas nativas dos povos românico-cristãos (MATTOS E SILVA, *op. cit.*, p. 21).

¹⁷ Tradução de Vieira, F. (*op. cit.*).

Ancorada na primeira vertente e seguindo a *gramática* greco-latina, a obra *Doctrinale puerorum, Doutrina para crianças*¹⁸, em português, de Alexandre de Villedieu (1175-1240), foi um dos mais célebres tratados versificados de *gramática* latina voltado para o estudo do latim nas escolas, sobretudo, dos mosteiros e das sés medievais; *Etymologiae, Etimologias*¹⁹, em português, de Isidoro de Sevilha (560-636), foi outra obra relevante desse período. Ademais, o interesse da segunda vertente é deslocado do latim e do grego para outras realidades linguísticas (MATTOS E SILVA, 2016, p. 22-23; VIEIRA, F., 2018, p. 80).

O declínio do Império Romano no Ocidente impulsionou, entre outras consequências, essa dispersão/fragmentação linguística, empreendendo, assim, o processo de *gramatização* dos diversos vernáculos. Contribuíram para esse processo, ainda, a invenção da imprensa, o crescimento de pessoas letradas na Europa, o comércio e a Reforma Protestante (VIEIRA, F., *op. cit.*, p. 98).

Nos fins do século XV, ocorre a *gramatização* das línguas que dominarão a História Ocidental, quais sejam: o espanhol, o português, o francês, o italiano, o alemão e o inglês. A *gramatização*, também, chega para outras línguas europeias: para o húngaro, em 1539, para o polonês, em 1568, para o basco, em 1587 e para o velho-eslavônio, em 1596; chega, também, para as línguas ameríndias: para o náuatle, em 1547, para o tarasco, em 1558, para o quéchua, em 1560, para o tupi, em 1595, e, para o guarani, em 1639; chega, ainda, para as línguas asiáticas, para o japonês e para o persa, por exemplo, a partir do século XVII (*ibidem, loc. cit.*).

Particularmente, conforme Leite (2007, p. 83), evidencia-se que a história da *gramaticografia* portuguesa possui três momentos diferentes: o primeiro, em que há predominância do ensino do latim pelas obras de João de Pastrana (-); o segundo, em que há acentuada produção de compêndios escolares, com o surgimento das primeiras *gramáticas* portuguesas e com a impressão dos primeiros textos lexicográficos, em Portugal; o terceiro, em que há predomínio dos trabalhos dos jesuítas no ensino.

Continuando com Leite (*op. cit.*, p. 81), sublinha-se que a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, publicada em 1536, por Fernão de Oliveira (1507-1581), e a *Grammatica da língua portuguesa*, de João de Barros (1496-1570), publicada em 1540, foram as primeiras *gramáticas* sobre a língua portuguesa. Conforme Vieira, F.

¹⁸ Tradução de Vieira, F. (*op. cit.*).

¹⁹ Tradução de Vieira, F. (*op. cit.*).

(2018, p. 121), elas “são instrumentos linguísticos que nada deixam a desejar às gramáticas renascentistas das demais línguas vernáculas europeias”.

As duas primeiras *gramáticas* portuguesas são díspares entre si, quanto à forma de apresentação da doutrina e da língua, bem como ao modelo seguido. A elaboração da *gramática* de Fernão de Oliveira, por exemplo, tomou como parâmetro o uso linguístico da época, *i.e.*, o que efetivamente era praticado pelos portugueses, na vivência diária. Com isso, sua *gramática* é considerada “um verdadeiro trabalho de descrição lingüística” (LEITE, 2007, p. 86-87).

Ademais, vale trazer a lume que há uma polêmica de quem dos dois, Fernão de Oliveira ou João de Barros, foi o primeiro gramático da língua portuguesa. Tal polêmica surgiu com um dos trabalhos de Maria Leonor Carvalhão Buescu (1932-1999). Esta pesquisadora, após estudo das obras desses gramáticos, defende a tese de que João de Barros foi o primeiro gramático português, enquanto Fernão de Oliveira, um curioso que fez sensatas observações sobre a língua portuguesa. Fávero (1996), também, corrobora a tese de Buescu ao tecer os seguintes comentários:

Não se justifica o problema da prioridade que alguns têm visto entre as obras de Fernão de Oliveira e João de Barros, pois se o primeiro afirma ser sua obra uma “primeira anotação” da língua portuguesa e que a escreve “sem ter outro exemplo” e João de Barros, “o primeiro que pôs a nossa linguagem em arte”, o conceito de arte e artista justifica a reivindicação de João de Barros [...]. (*ibidem*, p. 35).

Vieira, F. (2018) faz a seguinte ponderação acerca dessa polêmica:

o normativismo e o latinismo da gramática de Barros que levam muitos a considerarem-na a **primeira gramática eminentemente normativa da língua portuguesa**. O próprio Barros também assim pensava, e mesmo Oliveira reconheceu que sua *Grammatica da lingoagem portuguesa* não passava, a rigor, de um conjunto de “anotações. (*ibidem*, p. 116, grifos do autor).

Contudo, outros pesquisadores defendem que Fernão de Oliveira foi o primeiro gramático, e Leite (*op. cit.*) é uma das defensoras. Sobre as diferenças entre os dois primeiros gramáticos portugueses, ela traz as seguintes considerações:

Fernão de Oliveira foi um gramático, um estudioso da língua, um analista, e João de Barros foi um historiador que escreveu sobre a língua [...]. A diferença é que o primeiro, segundo o ponto de vista da época e, também,

segundo o ponto de vista conservador, foi “assistemático”, descreveu a língua mais livremente, indutivamente, analisando a realidade lingüística, por meio dos exemplos que observou e recolheu, sem submeter sua análise, rigidamente, ao modelo das “artes” latinas. O segundo, ao contrário, foi sistemático, tinha nas mãos a teoria e o modelo para descrever a língua, o da gramática greco-latina, e, de posse dele, dedutivamente, aplicou definições e classificações, para todas as partes do discurso, e formulou (forjou) para cada uma delas, exemplos que pudessem confirmá-las. (*ibidem*, p. 92).

Segundo Leite (2007), Fernão de Oliveira é considerado o primeiro gramático português e sua *gramática*, inclusive, tem relevância para o conhecimento do português quinhentista, principalmente, no que se refere às observações sobre fonologia/fonética.

Fernão de Oliveira poderia, modernamente, ser considerado um fonólogo, posto que sua obra é composta de 50 (cinquenta) parágrafos (ou capítulos), sendo 24 (vinte e quatro) dedicados à fonética e à ortografia; 13 (treze), à lexicologia; 6 (seis), à morfologia; e 1 (um), à sintaxe (FÁVERO, 1996, p. 25).

Em síntese, a *gramática* de Fernão de Oliveira:

- esboça uma história da língua portuguesa;
- faz uma descrição articulatória de seu sistema consonantal, vocálico e sintático;
- fixa-lhe um alfabeto;
- tenta realizar sua lexicologia;
- apresenta uma classificação e uma teoria de composição de palavras na língua. (VIEIRA, F., 2018, p. 111).

Embora a obra de Fernão de Oliveira seja a primeira publicada, acentua-se que ela não serviu de modelo para as publicadas posteriormente, sobretudo, por não seguir a tradição greco-latina. A obra de João de Barros, em contrapartida, é seguidora fiel dessa tradição instaurada e, em consonância com Vieira, F. (*op. cit.*, p. 122), João de Barros é o “autor que ditará o macromodelo das demais gramáticas, pelo menos até a segunda metade do século XIX”.

Enfim, os dois primeiros instrumentos de *gramatização* da língua portuguesa, cada um a seu modo, foram fundamentais para o nascimento da tradição gramatical dessa língua. Ademais, sobreleva-se que há muito o que se discutir acerca dos instrumentos gramaticais publicados em Portugal. Porém, fazendo um recorte, na próxima subseção, serão tecidas considerações sobre os estudos gramaticais no Brasil, a partir da apresentação de algumas periodizações.

3.2 A gramática no Brasil: algumas periodizações

Há diversos estudiosos que propuseram a periodização dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil. Dentre eles, podem-se mencionar: Antenor de Veras Nascentes (1886-1972), Sílvio Edmundo Elia (1913-1998), Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (-), Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1927-2011) e Ricardo Stavola Cavaliere (-). Sem dúvida, as tentativas e propostas de divisão e classificação desses estudiosos são de grande valia porque apresentam as principais produções, seus idealizadores e particularidades no processo de *gramatização* brasileira. Assim sendo, tais periodizações merecem ser recordadas num capítulo como este, que tenta resgatar o percurso histórico da *gramática*, desde os indianos no Oriente e dos gregos no Ocidente até os tempos hodiernos no Brasil. Nas próximas linhas, serão apresentadas algumas destas periodizações, tendo como base os textos de Cavaliere (2002)²⁰ e Fávero e Molina (2006).

Antenor de Veras Nascentes, em seu texto intitulado *A filologia portuguesa no Brasil*, publicado em 1939, propôs a divisão dos estudos filológicos no Brasil em *período embrionário*, *período empírico* e *período gramatical*. O *embrionário* refere-se ao período entre o início da cultura brasileira e 1884, ano da publicação do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*, de Antônio Alves Pereira Coruja (1806-1889); o *empírico* refere-se ao período entre 1884 e 1881, ano da publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio César Ribeiro Vaughan, mais conhecido como Júlio Riberio (1845-1890); e o *gramatical* refere-se ao período entre 1881 e 1939, ano da fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. (CAVALIERE, *op. cit.*).

No Quadro 4, a seguir, é apresentada, sumariamente, a proposta de divisão desses estudos de Antenor Nascentes:

Quadro 4 – Gramaticografia brasileira, segundo Antenor Nascentes.

PERÍODO	ANO
<i>embrionário</i>	Início da cultura brasileira-1884
<i>empírico</i>	1884-1881
<i>gramatical</i>	1881-1939

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cavaliere (*op. cit.*).

²⁰ Há um texto com o mesmo título e de conteúdo similar (não é totalmente igual), publicado pelo mesmo autor, em 2001, pela Alfa, Revista de Linguística da Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, em seu volume 45, páginas 49 a 69. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4185/3783>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Sílvio Edmundo Elia, por sua vez, em seu texto intitulado *Os estudos filológicos no Brasil*, do volume *Estudos de filologia e linguística*, publicado em 1975, propôs a periodização do percurso dos estudos gramaticais a partir dos anos 20 do XIX até os anos 60 do século XX, em dois períodos, quais sejam: o *vernaculista* e o *científico*. (CAVALIERE, 2002).

O *vernaculista* compreende o período que se inaugura com o advento da Independência do Brasil em 1822, época que florescia e se consolidava o movimento literário romântico, e finda-se em 1880, com a escritura da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro. Neste período, os gramáticos se preocupavam em perseverar as formas modelares tradicionais de então, sem interesse, pois, em descrever os aspectos linguísticos correntes na variedade brasileira da língua portuguesa. Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) é um dos representantes desse momento. (FÁVERO; MOLINA, 2006).

O *científico* compreende duas fases:

- A primeira, entre 1880 e 1990, com fervor renovador, que acolhe métodos de pesquisa com fulcro filológico. Os principais representantes dessa fase são Júlio Ribeiro e João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, mais conhecido como João Ribeiro (1860-1934) (CAVALIERE, *op. cit.*; FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*);
- A segunda, entre 1900 e 1960, com três gerações:
 - A primeira, entre 1900 e 1920, que luta por uma direção vernaculista, em desfavor do normativismo, tendo como representantes: Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1837-1914), Mário Castelo Branco Barreto (1879-1931), Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899), Manuel Said Ali Ida (1861-1953) e Otoniel Mota (1878-1951);
 - A segunda, entre 1920 e 1940, que contempla estudiosos que se debruçaram nos ensinamentos de renomados filólogos portugueses. Augusto Magne (1887-1966), Antenor Nascentes, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883-1967), José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), Clóvis do Rego Monteiro (1898-1961) são representantes dessa geração;

- A terceira, entre 1940 e 1960, se destaca pela transição entre o autodidatismo das gerações antecedentes e instrução em âmbito universitário de seus representantes: Serafim da Silva Neto (1917-1960), Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991), Evanildo Cavalcante Bechara (1928-), Celso Ferreira da Cunha (1917-1989) e Adriano da Gama Kury (1924-2012) são figuras ilustres dessa geração. Ademais, Ismael de Lima Coutinho (1900-1965), Cândido Jucá (Filho) (-1982), Ernesto de Faria Júnior (1906-1962) e Joaquim Mattoso Camara Jr. (1904-1970) são estudiosos intermediários entre a primeira e a segunda fase do *período científico*. (CAVALIERE, 2002; FÁVERO; MOLINA, 2006).

Cavaliere (*op. cit.*), tecendo comentários sobre a proposta de periodização de Sílvio Elia, diz que essa proposta: “promove grande avanço ao tema, sobretudo por emitir opinião sobre trabalhos e autores que lhe foram contemporâneos, não obstante com respeito a esses tenha traçado juízo mais elogioso do que avaliativo”. (*ibidem*, p. 103).

No Quadro 5, a seguir, são apresentadas, sinteticamente, a proposta de divisão desses estudos de Sílvio Elia:

Quadro 5 – Gramaticografia brasileira, segundo Sílvio Elia.

PERÍODO		ANO	
<i>vernaculista</i>		1822-1880	
<i>científico</i>	<i>1ª fase</i>	1880-1990	
	<i>2ª fase</i>	<i>1ª geração</i>	1900-1920
		<i>2ª geração</i>	1920-1940
		<i>3ª geração</i>	1940-1960

Fonte: Elaborado pela autora, a partir Cavaliere (*op. cit.*) e Fávero e Molina (*op. cit.*).

Já Eduardo Guimarães, em seu texto intitulado *Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramaticalização brasileira*, publicado no livro *Língua e Cidadania*, em 1996, divide os estudos linguísticos no Brasil em quatro períodos. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O *primeiro período* começa com o Descobrimento do Brasil e é concluído na segunda metade do século XIX, lapso temporal marcado por ainda não ter estudos relacionados à língua portuguesa falada no Brasil. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O *segundo período* inicia-se com a publicação das primeiras *gramáticas* brasileiras com reflexões sobre os *brasileirismos*, a de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, é um exemplo dessas primeiras *gramáticas*. Neste período, tem-se a inauguração da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897 e, além da escritura de diversas *gramáticas*, tem-se a publicação de estudos sobre a língua, tais como: *Novos Estudos de Língua Portuguesa* (1911), de Mário Barreto; *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), de Said Ali; bem como a publicação do *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (1889), de Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905). O *segundo período* é finalizado nos fins dos anos 30 do século XX, com a fundação das Faculdades de Letras no país²¹, marco temporal que inicia o *terceiro período* da *gramatização* no Brasil. (FÁVERO; MOLINA, 2006).

No *terceiro período*, evidencia-se a publicação de obras, tais como: *A formação histórica da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno (1898-1989) e *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Camara Jr., há, ainda, a publicação do acordo ortográfico em 1943, querelas acerca da denominação da língua falada no Brasil e a escritura da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)²². Este período é finalizado em meados dos anos 60 do século XX, quando a Linguística se torna disciplina obrigatória nos cursos de Letras no Brasil, pelo Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação (CNE)²³. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O quarto período inicia em 1965 e se estende até os dias atuais. É marcado pelo estudo de várias linhas de pesquisa em Linguística: Estruturalismo, Funcionalismo, Gerativismo, Sociolinguística, Linguística histórica, só para citar algumas. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

²¹ Segundo Fiorin (2006, p. 13), em 1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), surge o primeiro curso de Letras no Brasil; em 1935, na Universidade do Distrito Federal (UDF), universidade extinta em 1939; em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade de Minas Gerais.

²² A NGB foi elaborada a partir de uma comissão designada pela Portaria ministerial nº 152/57, de 24 de abril de 1957 (publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 1957, p. 10.838). Fizeram parte desta comissão como membros titulares: Antenor Nascentes, como presidente, Carlos Henrique da Rocha Lima, como secretário, Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha e Cândido Jucá (Filho), professores catedráticos de português do Colégio Pedro II; foram assessores desta comissão: Antônio José Chediak (1916-2007), Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia. (HENRIQUES, 2009).

²³ Precisamente, em 19 de outubro de 1962, com a instituição da primeira proposta de currículo mínimo para os cursos de Letras, a partir do parecer nº 283, de Valnir Chagas, a Linguística torna-se obrigatória.

No Quadro 6, a seguir, é retratada, de modo sumário, a proposta de divisão desses estudos linguísticos de Eduardo Guimarães:

Quadro 6 – Gramaticografia brasileira, segundo Eduardo Guimarães.

PERÍODO	ANO
<i>primeiro período</i>	Descobrimiento do Brasil-≈metade dos 1800
<i>segundo período</i>	1850-fins de 1930
<i>terceiro período</i>	fins de 1930-≈meados de 1960
<i>quarto período</i>	≈1965-dias atuais

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Fávero e Molina (2006).

Leodegário A. de Azevedo Filho, em seu texto intitulado *Os estudos filológicos e lingüísticos no Brasil – uma tentativa de periodização*, apresentado no Congresso Internacional de Lexicografia e Literatura no Mundo Lusófono, realizado em julho de 2000, propõe a periodização dos estudos gramaticais em cinco períodos. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O primeiro, intitulado *período de estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português*, engloba o século XVI e a obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, do pe. José de Anchieta (1534-1597), é uma das obras de destaque desse período. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O segundo, intitulado *período de imitação da gramática portuguesa*, compreende os séculos XVII e XVIII e a produção de Antonio de Moraes Silva (1755-1824) é proeminente nesse período. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O terceiro, intitulado *período purista e de diferenciação idiomática*, inicia-se em 1835, com a publicação do *Compendio da Grammatica da Língua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja. Além da *gramática* de Coruja, a produção de Sotero dos Reis: *Postillas de Grammatica Geral, aplicada a língua portuguesa pela analize dos classicos* e *Grammatica Portugueza* tem vulto nesse período. Este período é concluído em 1881, com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, marco inicial do período subsequente. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O quarto período, intitulado *período vernaculista e de evolucionismo lingüístico*, é marcado pela produção de *gramáticas* genuinamente brasileiras (escritas por brasileiros para brasileiros) e pelos embasamentos do método histórico-comparativo. (FÁVERO; MOLINA, *op. cit.*).

O quinto período, intitulado *período filológico e lingüístico*, abrange o século XX, e é subdividido em quatro gerações: a *primeira geração* caracteriza-se pela pesquisa em fatos linguísticos no texto dos bons autores, sem dar atenção ao

logicismo; as obras de Mário Barreto e Heráclito Graça são de renome para essa geração; a *segunda geração* é marcada pelos estudos de Serafim da Silva Neto, Augusto Magne, Antenor Nascentes, só para citar alguns; a *terceira geração*, conhecida como *fase de transição*, é o momento em que os estudiosos deixam de ser autodidatas e passam por uma formação universitária: Mattoso Camara Jr, Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia são nomes expressivos dessa geração, sendo o primeiro, o principal representante; a *quarta geração* abrange um número alto de nomes de vulto e as principais tendências, conforme Fávero e Molina (2006), são:

o interesse pelas línguas indígenas, a edição crítica de textos, o estudo do português fundamental, da norma lingüística culta, da dialetologia, do português do Brasil em contato com outras línguas, a linguagem dos cantadores do nordeste, os dialetos africanos remanescentes, da aplicação dos princípios de lingüística geral ao ensino de Língua Portuguesa e dos estudos filológicos e lingüísticos em nível superior. (*ibidem*, p. 50-51).

Cavaliere (2002), fazendo um contraponto entre a proposta de periodização de Antenor Nascentes, Sílvio Elia e Azevedo Filho, comenta que a proposta deste:

destaca-se dos demais por atribuir relevância, ainda que relativa, aos períodos anteriores ao século XIX, em que a produção lingüística brasileira praticamente se reduz aos volumes sobre língua indígenas e alguns textos gramaticais de inspiração lusitana. (*ibidem*, p. 102).

No Quadro 7, a seguir, é sumarizada a proposta de divisão dos estudos lingüísticos de Azevedo Filho.

Quadro 7 – Gramaticografia brasileira, segundo Azevedo Filho.

PERÍODO	ANO
<i>período de estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português</i>	1500-1600
<i>período de imitação da gramática portuguesa</i>	1600-1835
<i>período purista e de diferenciação idiomática</i>	1835-1881
<i>período vernaculista e de evolucionismo lingüístico</i>	1881-1900
<i>período filológico e lingüístico</i>	1ª geração
	2ª geração
	3ª geração
	4ª geração
	1900-dias atuais

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Fávero e Molina (*op. cit.*).

Ricardo Cavaliere (*op. cit.*), baseado nas fontes teóricas que demonstram “unicidade e identidade ao período” e nas obras de representatividade de momentos de descontinuidades que expressam “marcos históricos de sua vigência”, sugere a

divisão dos estudos linguísticos no Brasil em quatro períodos: o *embrionário*, o *racionalista*, o *científico* e o *linguístico*.

O *embrionário* inicia com a publicação da obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, em 1595, e é findado com a publicação do *Epítome da grammatica portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, em 1802. Esse período se caracteriza por estudos dispersos e sem relevância para a expressividade do pensamento sobre língua no Brasil. (CAVALIERE, 2002).

O *racionalista* é iniciado com a publicação da *gramática* de Moraes Silva (1802) e finalizado em 1881. Tem como principais representantes: Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876), Antonio Gonçalves Dias (1823-1864), Manuel Odorico Mendes (1799-1864) e Sotero dos Reis, este último, ainda se distingue pela qualidade de sua *Grammatica Portugueza*. Ademais, para este período, Cavaliere (*op. cit.*) traz a lume as seguintes ponderações:

A principal crítica que lhe impõe, decerto, reside na pouca ou mesmo nenhuma importância que então se dedicava ao estudo do português brasileiro, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos. (*ibidem*, p. 110).

Além disso, este período da *gramaticografia* brasileira, segundo ainda o mesmo autor, é marcado pelas influências da *Gramática de Port-Royal*, principalmente, no que se referem à sinopse gramatical, à tripartição *sujeito-verbo-atributo* da teoria sintática e à teoria dos verbos substantivos e verbos adjetivos.

Sobre o *científico*, é válido mencionar que, neste período, se evidencia as influências dos estudos histórico-comparativistas europeus. Este período é subdividido em duas fases: a *fase fundadora*, entre 1881 e 1920, e a *fase legatária*, entre 1920 e 1941. Na *fundadora*, os estudos gramaticais se voltam para a descrição do português contemporâneo, dando maior relevo aos estudos gerais da história da língua e à análise da palavra em seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e até semânticos. As lições linguísticas de Franz Bopp (1791-1867), William Dwight Whitney (1827-1894), August Schleicher (1821-1868), Michel Jules Alfred Bréal (1832-1915) e Friedrich Max Müller (1823-1900) foram de valia para o trabalho dos estudiosos brasileiros nesta *fase fundadora* do *período científico*. Maximino Araújo Maciel (1866-1923), Manuel Pacheco da Silva Júnior, Boaventura Plácido Lameira de Andrade (-1897), Alfredo Gomes (1859-1924), Heráclito Graça, Eduardo Carlos

Pereira de Magalhães (1855-1923), João Ribeiro e Manuel Said Ali são alguns nomes de escol desta fase. Na *legatária*, por sua vez, os estudos gramaticais se voltam para o funcionamento da *gramática* do português, enfocando, sobretudo, a sintaxe e a morfologia, em seus aspectos idiossincráticos, tais como: construções com *se*, regências verbal e nominal e casos particulares de concordância verbal. As teses de Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936), Friedrich Christian Diez (1794-1876) e Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) foram sustentáculos em matéria linguística para os estudiosos desta *fase legatária do período científico*. Otoniel Mota, José Júlio da Silva Ramos (1853-1930), Mário Barreto, Sílvio Tibiriçá de Almeida (1867-1924), Sousa da Silveira, Augusto Magne, Antenor Nascentes, José Oiticica, Clóvis Monteiro e Cândido Jucá (Filho) são nomes de vulto desta fase. Sobreleva-se que João Ribeiro e Said Ali, também, participaram ativamente nesta segunda fase do *período científico*.

No que tange ao *linguístico*, frisa-se que é iniciado em 1941 e se estende aos dias atuais. O período é marcado pela consolidação da Linguística como ciência autônoma nos estudos universitários, desprendida dos dogmas vernaculistas e didáticos. Aliás, este período é subdividido em duas fases: a *estruturalista*, de 1941 a 1980; e a *diversificada*, de 1980 aos dias atuais. A *fase estruturalista* é denominada assim pela predominância da corrente estruturalista na produção científica até os fins de 1970. Ela é iniciada com a publicação da obra *Princípios de lingüística geral*, de Joaquim Mattoso Camara Jr., considerada, conforme Cavaliere (2002, p. 115), “a mais importante obra teórica sobre linguagem, escrita no Brasil em todo século XX”. Além de Mattoso Camara Jr., Sílvio Elia é um dos nomes de destaque dessa fase do *período linguístico*. A importância de Sílvio Elia, um dos fundadores dos programas de pós-graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF)²⁴, se deve ao fato de seu perfil ser receptível às perspectivas da descrição linguística de então. A *fase diversificada* é marcada pela própria denominação que o termo enceta: por modelos teóricos díspares ou tangentes. Sociolinguística laboviana, Funcionalismo, Pragmática, Análise do Discurso e a Semântica

²⁴ A UFF foi criada originalmente com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, pela integração de faculdades da cidade carioca de Niterói, contudo, pela Lei nº 4.831, de 5 de dezembro de 1965, foi oficializado o nome atual, conforme informação colhida no endereço eletrônico da UFF. Disponível em: <www.uff.br/?q=historico>. Acesso em: 18 jun. 2018.

argumentativa são alguns ramos que florescem nos estudos linguísticos no Brasil, a partir de 1970. Sobre essa fase, Cavaliere (2002) faz a seguinte ponderação:

Ao tratar dessa **fase diversificada**, acometem-me as dificuldades próprias de quem visa fazer a história de seu tempo, o que, do ponto de vista epistemológico, haver-se-á mesmo de considerar impossível. Surgem problemas que o olhar recente não resolve, como o de verificar que experiências em articulação constituem efetivo domínio de saber, distinguindo-se de meras recorrências de experiências passadas. [...] O olhar sobre a contemporaneidade, infelizmente, segmenta-se em recortes que deixam o todo invisível. (*ibidem*, p. 118-119, grifos do autor).

Assim sendo, como essa fase se estende aos dias atuais, há muito o que se apresentar e discutir sobre a *gramaticografia* brasileira. De resto, assim como foi feito para as propostas de periodização anteriores, apresenta-se, no Quadro 8, a periodização dos estudos de Cavaliere (*op. cit.*):

Quadro 8 – Gramaticografia brasileira, segundo Cavaliere.

PERÍODO		ANO
<i>embrionário</i>		1595-1802
<i>racionalista</i>		1802-1881
<i>científico</i>	<i>fundadora</i>	1881-1920
	<i>legatária</i>	1920-1941
<i>linguístico</i>	<i>estruturalista</i>	1941-1980
	<i>diversificada</i>	1980-dias atuais

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cavaliere (*op. cit.*).

Pôde-se perceber, a partir das periodizações resenhadas, o quão cada estudioso dá relevo para alguns fatos, uma vez que cada um, mesmo tendo fontes coincidentes, tem um olhar diferenciado. Assim sendo, delimitar uma área de estudo é complexo, posto que, consoante Fávero e Molina (2006, p. 51), “o saber não é estanque e tão facilmente delimitado”.

Um ponto em comum entre os estudos descritos é a menção a Júlio Ribeiro, como representante de, pelo menos, um período ou fase ou geração da *gramaticografia* brasileira, sobretudo, pela escritura ou publicação da *Grammatica Portugueza*. Esta *gramática* é considerada a primeira a descrever fatos gramaticais do PB e, conforme Vieira, F. (2018), “a **primeira gramática brasileira em língua portuguesa**, escrita por um brasileiro para brasileiros” (*ibidem*, p. 151, grifos do autor). Sobre os *compêndios gramaticais*, de modo geral, urge que se frise seus diferentes tipos. É o que se apresentará na subseção seguinte.

3.3 A gramática e suas tipologias

O termo *gramática*, nos estudos da linguagem, com o tempo, passou a ter diversas acepções. Irandé Antunes (2007) distingue 5 (cinco) definições para *gramática*: 1) conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua; 2) conjunto de normas que regulam o uso da *norma culta*; 3) uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem; 4) uma disciplina de estudo; 5) um compêndio descritivo-normativo sobre a língua. Partindo disso, nesta subseção, será dado enfoque para a quinta acepção do termo *gramática*.

Para Bagno (2017), definir *gramática* como um compêndio descritivo-normativo sobre a língua, é tratá-la como “um verdadeiro *gênero textual*” (*ibidem*, p. 169). Sobre considerar a *gramática* como um *gênero textual*, Borges Neto (2018) pondera que o termo *gramática*, na acepção de compêndio sobre a língua, pode comportar dois sentidos: de um lado, livros para serem usados no ensino da língua “correta” e, de outro lado, livros que investigam a natureza e a estrutura das línguas. O que deixaria, provavelmente, com dois gêneros textuais distintos (*ibidem*, p. 352).

Nessa linha, as *gramáticas* podem ser *descritivas* e podem ser *prescritivas*. As *gramáticas* que buscam descrever o funcionamento, a partir do uso da língua, são as chamadas *descritivas*. Dentre as disponíveis no mercado editorial, pode-se mencionar como exemplo de *gramáticas* desse tipo: a *Gramática descritiva do português*, de Mário Alberto Perini (1943-), com primeira edição em 1995, pela Ática; a *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves (1931-), com primeira edição em 2000, pela Unesp; a *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*, de Mário Augusto do Quinteiro Vilela (1934-) e Ingedore Grünfeld Villaça Koch (1933-2018), com primeira edição em 2001, pela Almedina, em Coimbra; e a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos Santos de Azeredo (1948-), com primeira edição em 2008, pela Publifolha. (BAGNO, 2009b).

As *gramáticas* que procuram fixar os usos julgados corretos e refinados, por exemplo, são as chamadas *prescritivas*, também conhecidas como *normativas* ou *tradicionais*. Pode-se citar como exemplo de *gramáticas* desse tipo: a *Gramática metódica da língua portuguesa - curso único e completo*, de Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), com primeira edição em 1943, pela Saraiva; a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, com primeira

edição em 1957, pela José Olympio; a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, com primeira edição²⁵ em 1961, pela Companhia Nacional, e com trigésima sétima revista e ampliada em 1999, pela Nova Fronteira; a *Novíssima gramática da língua portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (1920-2013), com primeira edição em 1964, pela Companhia Nacional; a *Moderna gramática brasileira*, de Celso Pedro Luft (1921-1995), com primeira edição em 1974, pela Globo; e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991), com primeira edição em 1982, pela Nova Fronteira. (BAGNO, 2009b).

Assim sendo, as *gramáticas* podem assumir uma perspectiva mais descritiva ou mais prescritiva, nos termos de Antunes (2007):

No primeiro caso, temos uma gramática que focaliza elementos da estrutura da língua, descrevendo-os apenas ou apresentando-os em suas especificidades. No segundo caso, temos uma gramática que focaliza as hipóteses do uso considerado padrão, fixando-se, assim, no conjunto de regras que marcam o que se considera como uso correto da língua. (*ibidem*, p. 33).

Ademais, Carlos Franchi (1932-2001) distingue 3 (três) concepções de *gramática*: a concepção de *gramática normativa*, a de *gramática descritiva* e a de *gramática interna*. Dando foco às duas primeiras, vale trazer à baila, as considerações do linguista sobre essas concepções:

Para a concepção de *gramática normativa* de uso da língua, o autor traz as seguintes explicações:

Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, *estabelecidas* pelos especialistas, com base no uso da língua consagrada pelos bons escritores. Dizer que alguém “sabe gramática” significa dizer que esse alguém “conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente”. (*idem*, 2006, p. 16, grifo do autor).

Para a segunda concepção de *gramática*, traz os *infra* comentários:

²⁵ Em 1960, Bechara foi chamado, pela Companhia Nacional, para atualizar a nova edição da *Gramática expositiva – curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira, que teve a primeira edição publicada em 1907 e já estava na 114ª edição, em 1958. Entretanto, ao concluir a parte de *Fonética* com muitas inovações introduzidas, Bechara convenceu a direção da editora que o trabalho constituía uma nova obra e, assim, em 1961, a primeira edição da *Moderna gramática portuguesa* foi publicada. (BECHARA, 2014).

Gramática é um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.

“Saber gramática” significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade. (*ibidem*, p. 22).

As três concepções de *gramática* propostas por Franchi, consoante Travaglia (2009), subscrevem 3 (três) tipos básicos de *gramática*. E, além dessas tipologias básicas, existem, ainda, conforme o mesmo linguista: a *gramática implícita*, a *gramática explícita* ou *teórica*, a *gramática reflexiva*, a *gramática contrastiva* ou *transferencial*, a *gramática geral*, a *gramática universal*, a *gramática histórica* e a *gramática comparada*.

Ilari e Basso (2014), além de mencionar as *gramáticas normativas* ou *prescritivas* e as *descritivas*, falam ainda de outro tipo: as *gramáticas explicativas*. Neste tipo de *gramática*, os fatos linguísticos vistos são esclarecidos como produto de algum princípio geral que se referem às capacidades humanas. Com isso, as regras gramaticais assumem o sentido de princípios explicativos. Os autores, para ilustrar, trazem o seguinte princípio explicativo:

poderíamos assumir que as experiências de caráter físico são fundamentais para determinar a percepção e a categorização do mundo e, em seguida, poderíamos querer explicar o fato de que as línguas têm diferentes tipos de sentenças como projeção de nossos esquemas perceptuais. (*ibidem*, p. 207).

A *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*, de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), com primeira edição publicada em 1802, segundo os autores, é um exemplo de *gramática explicativa*, que, apesar de seu teor altamente descritivo, buscava explicar a língua portuguesa como uma projeção da estrutura do pensamento.

Nas *gramáticas normativas*, de modo particular, conforme Ilari e Basso (*op. cit.*), pode ser encontrada a *casuística gramatical*, uma prática que compara, aprovando ou condenando, distintas construções gramaticais: diferentes regências, concordâncias e colocações, por exemplo. Sobre a *casuística gramatical*, os autores trazem o seguinte histórico:

A casuística gramatical é uma prática antiga, que já acontecia no tempo dos gregos, e que levou o filósofo cético Sexto Empírico a incluir o gramático em sua galeria de tipos humanos. Sexto Empírico interessou-se, como ninguém, por entender os estragos que a deformação profissional provoca nas pessoas, e o que mais o incomoda no gramático é sua disposição para atormentar os outros dizendo como deveriam falar. Nos nossos dias, essa prática da casuística gramatical está mais viva do que nunca, como se pode observar pelas colunas do tipo “consultório gramatical” que encontramos nos jornais e revistas de grande circulação, pelos livros dedicados à solução de “dúvidas gramaticais”, pelo conteúdo dos manuais de redação dos principais jornais e, mais tristemente, pelo modo como a língua portuguesa é tratada em muitos concursos (de ingresso na universidade, de ingresso no emprego etc.). (*ibidem*, p. 208).

Assim, evidencia-se que a *casuística gramatical* enseja a prática de certo ou errado, contribuindo para a noção de correção linguística. Nos concursos públicos, pelo menos, em *gramáticas* e em questões de *Colocação Pronominal* das bancas organizadoras que compõem os *corpora* desta pesquisa, a *casuística gramatical* é uma prática recorrente? Nos Capítulos 6 e 7, mesmo não compondo os objetivos propostos desta pesquisa, será mencionado o uso ou não dessa prática, a fim de corroborar, se for o caso, as ideias expostas *supra* dos autores. Realça-se que, para Castilho (2014), o “estilo revelação” das exposições em gramáticas, pelo apontamento do que é certo e errado, torna, figurativamente, o gramático “numa espécie de Moisés que desce dos altos montes e brada aos povos estupefatos... o que está certo e o que está errado em sua linguagem!”²⁶ (*ibidem*, p. 88).

As *gramáticas normativas* são as que estão disponíveis em maior número no mercado. Algumas tentam, inclusive, abarcar os aportes da Linguística, mas, essencialmente, possuem pendor marcadamente *prescritivista*. Entre as *gramáticas prescritivas*, vale sobrelevar que há posturas distintas de cada autor: algumas tentam conciliar a tradição gramatical com os constructos do pensamento linguístico mais recentes, como é o caso das *gramáticas* assinadas por Evanildo Bechara, Celso Pedro Luft, Celso Cunha e Lindley Cintra; e outras são dogmáticas e intolerantes, como a de Napoleão Mendes de Almeida. Não só esses dois tipos particulares de *gramáticas normativas* existem no mercado, como, também, existem *gramáticas* que são quase cópias literais das *prescritivas* mencionadas à página 71. Sobre este ponto, Bagno (2009b) adverte que:

²⁶ Menção às passagens bíblicas que Moisés recebe várias instruções de Deus, inclusive os dez mandamentos, e as repassam ao povo. Os capítulos 19 e 20 do livro Êxodo ilustram alguns desses momentos de Moisés.

Muitas vezes, essas obras se contentam em reproduzir apenas o que há de mais prescritivo na obra dos gramáticos famosos, deixando de lado as discussões, críticas e revisões da doutrina tradicional que eles quase sempre empreendem, mesmo se mantendo fieis à perspectiva normativa. (*ibidem*, p. 53).

Nessa esteira, pode-se mencionar que, entre as *gramáticas normativas*, há as *gramáticas de referência* e as *gramáticas escolares*. As *gramáticas de referência* são elaboradas, comumente, por filólogos e/ou gramáticos renomados. As *gramáticas* assinaladas, segundo Vieira (2016, p. 30), por Napoleão Mendes de Almeida, Rocha Lima, Arthur de Almeida Torres (1903-), Gladstone Chaves de Melo, Domingos Cegalla, Celso Cunha e Evanildo Bechara são consideradas *de referência* no mercado editorial brasileiro. O linguista expressa as seguintes ponderações sobre estas *gramáticas*:

De viés normativo-prescritivo, as gramáticas de referência que cá circulam não contemplam boa parte dos usos linguísticos efetivos dos brasileiros e se valem do arcabouço categorial e conceitual greco-latino, uniformizado pela força homogeneizadora da NGB há mais de meio século. (*ibidem*, *loc. cit.*).

As *gramáticas escolares*, também conhecidas como *gramáticas didáticas* ou *gramáticas pedagógicas*, são elaboradas para serem instrumentos pedagógicos nas aulas de português e, conseqüente, ensino da *norma padrão* e sua metalinguagem. Para Vieira (*op. cit.*), “essas gramáticas escolares têm como finalidade maior servir ao ensino de língua “materna”, em particular ao ensino de conhecimentos metalinguísticos e regras de correção morfossintática” (*ibidem*, p. 34-35).

Ressalta-se que algumas *gramáticas escolares* constituem versões pedagógicas de *gramáticas de referência*. É o caso, por exemplo, da *Gramática escolar da língua portuguesa*, de Evanildo Bechara, com primeira edição em 2001, que constitui versão pedagógica da *Moderna gramática portuguesa*. Ademais, Vieira (*op. cit.*), após verificar algumas das atuais *gramáticas escolares*, afirma que:

elas reproduzem a estrutura, a terminologia, os conceitos e as prescrições doutrinárias das principais gramáticas tradicionais. Os conteúdos das principais unidades são arrolados a partir da perspectiva tradicional (fonologia, morfologia e sintaxe) e são consoantes à NGB. (*ibidem*, p. 35).

As *gramáticas* direcionadas para concursos públicos são uma tipologia particular de *gramática escolar*. Aventa-se que elas abarcam os conteúdos da *gramática normativa* que são acionados, com frequência, pelas principais bancas

organizadoras de concurso. Os títulos desses compêndios costumam vir com um qualificador que os caracterizam como sendo direcionados para concursos. Geralmente, professores que atuam em preparatórios para vestibulares e concursos públicos são seus principais elaboradores. Este tipo particular é que faz parte do escopo de apreciação deste trabalho, especificamente, no Capítulo 6. Contudo, antes das análises dessas *gramáticas*, vale trazer considerações sobre a temática de *Colocação Pronominal*, a ser feita no próximo capítulo.

4 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL

A *Colocação Pronominal*, conforme Bagno (2009a, p. 95), é “o melhor exemplo do esforço insano dos puristas para impedir o reconhecimento de uma língua caracteristicamente brasileira”. Nesse excerto, pode-se dizer que o autor se posiciona positivamente com relação aos usos do PB e negativamente aos normativistas que se restringem a apresentar o que tradicionalmente é tido como o padrão a ser seguido, sem considerar as mudanças por que passa o idioma no Brasil.

Na mesma linha de Bagno (*op. cit.*), Vieira, S. (2014, p. 122), ao fazer reflexões sobre a ordem dos pronomes átonos, comenta que a temática “foi e é ainda hoje utilizada como um forte indicador das divergências entre o português do Brasil e o português europeu”. Pagotto (1992, p. 3) afirma que é “dor de cabeça dos professores de português, celeuma famosa desde o século passado, a posição dos clíticos pronominais assinala uma das radicais diferenças entre o PB e o PE”. Vieira, S. e Corrêa (2012, p. 358) salientam que o tópico gramatical da *Colocação Pronominal* “é tradicionalmente utilizado como importante caracterizador das feições brasileiras da Língua Portuguesa, constituindo elemento nitidamente diferenciador do Português do Brasil (PB) em relação ao Europeu (PE)”.

Pode-se mencionar que uma das justificativas para a caracterização das diferenças, entre o PB e o PE, é a preferência dos brasileiros pelo uso da próclise em tempo simples e da preferência pela próclise ao verbo principal em locuções verbais, que é considerada marca genuína brasileira, segundo Teyssier (2001), Vieira, S. (2002), Bagno (*op. cit.*), Duarte, M. e Pagotto (2005) e Schei (2010).

Assim sendo, para entender melhor os posicionamentos de Bagno (*op. cit.*), Vieira, S. (2014), Pagotto (*op. cit.*) e Vieira, S. e Corrêa (*op. cit.*), é importante situar o consulente como se desenvolveram as primeiras questões em volta da *Colocação Pronominal* brasileira, o que se fará nas próximas linhas.

4.1 O surgimento do problema da *Colocação Pronominal* no Brasil dos oitocentos

As divergências dos fenômenos linguísticos entre a língua falada e a *norma* preconizada para a escrita começaram a ser observadas, no Brasil, a partir da

segunda metade do século XIX, com o estabelecimento da *norma-padrão* no Brasil. Esta variação diamésica²⁷ foi notada, principalmente, quando a *norma* para a língua escrita, paramentada nos escritos dos autores românticos portugueses, não refletia a realidade linguística brasileira.

Pagotto (1998), por exemplo, ao confrontar as constituições do Império, de 1824, e a da primeira República, de 1892, constata diferenças na escritura dos dois textos. O linguista assevera que os textos foram escritos em *gramáticas* distintas: o primeiro, de acordo com o português clássico; o segundo, paramentado na *norma-padrão* atual do português. Ele evidenciou o contraste dos textos pelas inúmeras marcas gramaticais. No que tange à *Colocação Pronominal*, especificamente, notou que a primeira constituição é essencialmente proclítica, enquanto a segunda é enclítica. Nos termos do autor:

No caso dos clíticos, foi feito um pequeno estudo quantitativo sobre todos os casos constantes nos dois textos. A diferença é gritante. A constituição do império chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico. (*ibidem*, p. 52).

Desta forma, a colocação proclítica que até então era a *norma* passa a ser estigmatizada no Brasil, em face da mudança no PE para uma colocação enclítica, favorecendo querelas em relação às especificidades da língua no Brasil. De um lado, os conservadores, os puristas, que queriam a manutenção do modelo próximo ao lusitano; de outro, os inovadores, os defensores do “dialeto brasileiro” ou do “estilo brasileiro”, nos termos de Faraco (2008, p. 110), que queriam uma *norma* para a língua escrita que incorporasse as características vernaculares e refletisse, assim, a realidade brasileira. No que concerne aos dois lados, Orlandi (2005) traz à tona alguns dos protagonistas e alguns esclarecimentos sobre a contenda:

De um lado, o Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva e os românticos como Gonçalves Dias, José de Alencar alinhavam-se entre os que defendiam nossa autonomia propugnando por uma língua nossa, a língua brasileira. De outro, os gramáticos e eruditos consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira. Temos assim, em termos de uma língua imaginária, uma língua padrão, apagando-se, silenciando-se o que era mais nosso e que não seguia os padrões: nossa língua brasileira. (*ibidem*, p. 29).

²⁷ Segundo Bagno (2007, p. 46), é a variação que se observa no contraponto entre a língua falada e a língua escrita.

É importante assinalar que, em face da Independência política, os autores românticos defendiam uma independência literária e cultural. José Martiniano de Alencar (1829-1877), em consonância com Pagotto (1998, p. 54), “se insere no programa geral do romantismo, na medida em que tentou dar uma feição própria à gramática no seu texto, a qual conteria elementos próprios de falares brasileiros”. Assim sendo, o prosador, em defesa da língua nacional, escreve seu romance *Iracema*, com originalidade e autenticidade quanto ao linguajar empregado²⁸, e o publica em 1865. Em contrapartida, é duramente criticado e acusado de escrever numa língua incorreta. Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) foi um de seus críticos. No que se refere a essas críticas, Faraco (2015) fez o seguinte comentário:

As críticas negativas a esse ideário e a essa produção literária não se fizeram esperar. Intelectuais portugueses – alguns inclusive vivendo aqui e recebendo o patrocínio do imperador Pedro II – começaram a dizer que os autores brasileiros escreviam mal, desconheciam a língua e cometiam erros de gramática. (*ibidem*, p. 22).

As polêmicas relacionadas à *Colocação Pronominal* se deram, particularmente, entre intelectuais conservadores e inovadores, mormente, a partir de 1870, quando se começou a discutir acerca da *normatização* linguística brasileira. Mário de Alencar (1872-1925), filho de José de Alencar, num escrito intitulado *Período Pronominal*, publicado na *Revista da Língua Portuguesa* nº 1, em 1919, aponta que a questão da *Colocação Pronominal*, apesar de iniciada na década de 1870, somente tomou corpo, a partir de 1880, com a publicação do artigo *A Colocação Pronominal* por Arthur Barreiros (1856-1885), no tomo V, páginas 71-83, da primeira edição da *Revista Brasileira*, do dia 1º de julho de 1880 (FARACO, 2008, p. 121).

Ademais, vale trazer à tona que o orientador desta dissertação, pesquisou as origens históricas do problema da *Colocação Pronominal* no Brasil, em seu estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Paraná (UFPR), cujo produto será publicado em forma de livro, juntamente com seu supervisor Carlos Alberto Faraco. Neste livro, na subseção 2.4 *A origem do problema: o papel da imprensa*, é dado destaque aos textos de José da Gama e Castro (1795-1873), José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879), Arthur Barreiros, José Jorge Paranhos da

²⁸ Gladstone Chaves de Melo, em seu livro *Alencar e a “Língua Brasileira”*, publicado em 1970, apresenta uma argumentação de que Alencar não era defensor da língua nacional.

Silva (1839-1895) e Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro Junior (1855-1900), alguns dos profissionais da imprensa brasileira e/ou portuguesa, que, segundo os autores, contribuíram significativamente para a disseminação de um “discurso mais inflexivo”, no século XIX, ou seja, um discurso mais purista quanto à realidade linguística brasileira *versus norma* literária lusitana, sobretudo sobre a *Colocação Pronominal*.

Gama e Castro, sem assinatura, publicou seu texto *Sobre certos vícios de locução ainda muito usados, e que importaria corrigir*, no Jornal do Commercio, às páginas 1 e 2, da 222 edição do dia 22 de agosto de 1842; José de Castilho publicou diversas cartas, sob o pseudônimo de Lucio Quinto Cincinnato, na revista *Questões do dia: observações políticas e literárias*, nos anos 1871 e 1872, endereçadas, principalmente, a João Franklin da Silveira Távora (1842-1888), pseudônimo Semprônio, criticando, muitas vezes, José de Alencar, pseudônimo Sênio, de usar a língua em desacordo com a *norma* lusitana; Arthur Barreiros publicou seu texto, conforme já mencionado, na *Revista Brasileira*, em 1980; Paranhos da Silva e Pinheiro Junior publicaram seus textos, também, na *Revista Brasileira*, com o mesmo título: *A colocação dos pronomes*, no dia 15 de agosto de 1880. (ANJOS; FARACO, no prelo).

Outros polemistas sobre o problema da *Colocação Pronominal* no Brasil que se pode citar são Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) e Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920). As contendas entre o jurista e o gramático se relacionavam à redação do Projeto do Código Civil, elaborado por Clóvis Benviláqua (-), e abarcavam não, apenas, sobre a *Colocação Pronominal*. Os neologismos, os arcaísmos, os estrangeirismos e a formação de palavras foram outros temas gramaticais que entraram nessas querelas. Rui Barbosa, no escrito *Réplica*, em 1904, argumenta numa “direção categórica e curta”, *i.e.*, num “purismo em seu grau acentuado”; Ernesto Carneiro, no escrito *Tréplica*, em 1905, por sua vez, defende a “flexibilização” de regras quanto à *Colocação Pronominal*. (ANJOS; FARACO, no prelo).

Antônio Candido de Figueiredo (1846-1925), filólogo português, foi outro polemista sobre o problema da *Colocação Pronominal*. Ele direcionou duras críticas ao professor brasileiro Paulino de Almeida Brito (1858-1919), autor da obra *Brasileirismos de colocação pronominal* (1908). Depois dessas “rixas” com o mencionado professor, Candido de Figueiredo publica a obra *O problema da colocação dos pronomes (suplemento às gramáticas portuguesas)* (1908), em

Lisboa. Neste livro, o filólogo português traz 28 regras que dizem respeito, principalmente, à “doutrina das *palavras atratoras*”, doutrina que se conserva até a atualidade, como um dos critérios que favorece o uso da próclise. Ademais, é evidenciado na obra de Candido de Figueiredo, para algumas regras de *Colocação Pronominal*, a ideia de *intenção* e de *ênfase, elegância* ou *realce* ao lado da ampliada noção da atração vocabular (ANJOS; FARACO, no prelo).

Esta noção de atração vocabular ou lexical, bem como, da disposição dos pronomes oblíquos átonos nas orações, considerando a função expressiva e o fator rítmico-prosódico serão explanadas com detalhes na próxima subseção.

4.2 A *Colocação Pronominal* e as perspectivas da atração lexical, da função expressiva e do fator rítmico-prosódico

A elaboração de regras quanto à *Colocação Pronominal*, segundo Monteiro (1994), é uma vertente em que sempre autores portugueses e brasileiros se empenharam. Francisco José Freire (1719-1773), escritor português, foi o primeiro a citar o problema da *Colocação Pronominal*²⁹ e, desde esse momento, sob preferências subjetivas e, muitas vezes, marcadas por incertezas, diversas formulações começaram a ser impostas.

Podem-se evidenciar três perspectivas quanto aos critérios para a disposição dos pronomes oblíquos átonos nas orações:

a primeira interpreta a colocação proclítica com base na suposta atração semântica que certas palavras exerceriam sobre os pronomes átonos; a segunda admite que a sínclise é um problema de natureza estilística e, como tal, se explica por elementos subjetivos ou psicológicos; a terceira enfim justifica a posição dos clíticos pela ação de fatores rítmico-prosódicos. Mas nem sempre os autores se mantêm rígidos em cada uma dessas hipóteses e em geral eles se repetem bastante, adotando atitudes ecléticas ou mesmo contraditórias. (*ibidem*, p. 182).

A atração lexical é um dos mais graves equívocos da tradição gramatical. Nenhuma palavra detém o poder de atrair o pronome para antes do verbo, considerando seu sentido num período. Muitos autores veicularam e veiculam essa

²⁹ Tal referência a Francisco José Freire é apresentada em Monteiro (*op. cit.*) sem detalhes, apenas, citando que ele tomou como base, para tal afirmativa, a tese de doutorado de José Ariel Castro (-), intitulada *A colocação do pronome pessoal átono no português arcaico (século XIII)*, de 1973, pela Faculdade de Letras da UFRJ.

“doutrina das *palavras atradoras*”, dentre eles, pode-se mencionar, consoante Monteiro (1994, p. 183): José de Sá Nunes (1889-), Paulino de Brito, Brito Mendes (-), Candido Lago (-), J. E. Oliveira (-), Augusto Cesar (-), Artur Raggio Nobrega (-), Artur de Almeida Torres (1903-), João Alcides Cunha (-), Candido de Figueiredo, Carlos Góis (1881-1934), Osmar Barbosa (-) e Madre Olívia (-).

Candido de Figueiredo é “o mais influente e radical de todos quantos ousaram disciplinar a questão” (*ibidem, loc. cit.*), “um dos pontos mais frágeis de sua doutrina é a hipótese de que os pronomes átonos são atraídos, não por fatores de ordem rítmica ou prosódica, mas pelo valor semântico de certas palavras” (*ibidem, p. 185*). Tal doutrina é repetida por vários autores (alguns mencionados no parágrafo anterior), sem se saber quem primeiro a formulou. O que se sabe é que essa doutrina persevera até os dias atuais nos compêndios gramaticais. Para ilustrar a ideia do poder semântico exercido para com o pronome oblíquo átono, traz-se explicações de Candido de Figueiredo e de Sá Nunes, a partir de Monteiro (*op. cit.*):

Candido de Figueiredo

Há vocábulos e locuções que têm alguma coisa de privilégio e que, *por sua natureza*, como diriam velhos setores, atraem os pronomes pessoais atônicos. Estão neste caso *Deus, Jesus, Senhor, Cristo, Nossa Senhora*, mormente em proposições optativas. Exerce a mesma atração, especialmente em linguagem culta ou enfática, o nome de pessoas ou coisas, que anda ligado a grandes personalidades históricas ou lendárias, a idéias sobrenaturais, aos grandes mistérios da natureza. (*ibidem, loc. cit.*)

Sá Nunes

Palavras e expressões há que, por significarem pessoas e coisas de extraordinária importância, são proferidas com ênfase que lhes dá o necessário relevo, e, em vindo no rosto da frase, exigem a posição proclítica do complemento pronominal. É o que sucede, por via de regra, com os vocábulos e locuções que designam a divindade, santos, altas personagens, autoridades superiores, as idéias elevadas e as coisas que, em sentido figurado, se usam personificadamente. (*ibidem, loc. cit.*)

Esta ideia de regras baseadas na hipotética atração vocabular é bastante criticável. Para Monteiro (*op. cit.*), é uma noção equivocada e, para evidenciar sua argumentação, traz o seguinte raciocínio:

se de fato determinadas palavras tivessem o poder de atrair o pronome oblíquo, este mudaria de posição toda vez que elas também se deslocassem ou fossem retiradas da frase. Dessa forma, em enunciados como: (257) uma sujeira que *não se pode acreditar* a não ser vendo (208.SP.DID.M.II.); (258) o público *não se interessa* por teatro (234.SP.DID.F.II) o advérbio de negação não aparece atuar como fator favorecedor da próclise, uma vez que, se o retirarmos, os pronomes

continuarão no mesmo lugar. De modo semelhante, em: (259) ele *já se formou* (242.SP.DID.F.III.) se deslocamos o advérbio para depois do verbo, o pronome oblíquo não passará só por isso a ser enclítico. (*ibidem*, p. 188, grifos do autor).

Melo (1978), por seu turno, afirma ser falso falar em teoria “magnética”, em que determinadas palavras atraem o pronome oblíquo. De acordo com o autor,

uma palavra não pode atrair outra, porque, uma vez pronunciada, deixa de existir, ao passo que a outra, a supostamente atraída, ainda não existe. Isto, sem considerar que palavra é acidente de acidente, momentâneo resultado da passagem do ar pelos órgãos articuladores em determinada momentânea posição. (*ibidem*, p. 242).

Assim, conforme Melo (*op. cit.*), não há atração entre palavras, sendo inadequado, portanto, falar em “regras de atração”, “fatores que atraem o pronome átono”, termos comuns em *gramáticas*. Corroborando a ideia da inexistência de atração entre palavras, Said Ali (2008, p. 51), apesar de usar o termo atração metaforicamente no sentido de deslocação (uma atração puramente fonética), afirma que “em todo o vocabulário da língua não existe uma única palavra dotada de força imanente que determine a aproximação de outras palavras”.

Ante o exposto, a atração vocabular é uma noção que ainda hoje repercute, talvez, pelo purismo assente da tradição gramatical, apesar dos fenômenos linguísticos, em consonância com os estudos sociolinguísticos, por exemplo, serem variáveis e, dependendo do contexto, com possibilidades diversas de *Colocação Pronominal*.

No que tange à perspectiva da função expressiva ou de ordem estilística, ressalta-se que ela não se firma em regras impostas, mas se vincula a fatores subjetivos ou psicológicos. Para adeptos desse critério, como P. A. Pinto, a *Colocação Pronominal* está relacionada à opção pessoal ou ao gosto do falante ou do escritor. (MONTEIRO, 1994).

Rocha Lima, em sua *gramática*, ao interpretar um enunciado de Eça de Queiroz, se utilizou do fator psicológico para demonstrar a mudança de conotações neste enunciado. Monteiro (*op. cit.*) traz o enunciado de Eça de Queiroz e a interpretação de Rocha Lima quanto a isso:

- Ah! o Melo conhece-os? exclamou Pedro.
- Sim, meu Pedro, o Melo os conhece.

Percebe Rocha Lima que, na primeira frase, o clítico aparece depois do verbo, porque este é o elemento mais relevante, já que o objetivo da pergunta é o de saber se o Melo *conhece* alguém. Na resposta, o termo que sobressai é o pronome, e, por isso mesmo, ele se posiciona antes do verbo. (*ibidem*, p. 189, grifos do autor).

A interpretação de Rocha Lima, também, se relaciona aos mecanismos de focalização, no sentido de colocar em destaque um elemento num enunciado. O deslocamento do pronome para antes do verbo, na segunda frase de Eça de Queiroz, resulta desse processo de focalização.

Monteiro (1994) traz outro exemplo do uso do fator psicológico. Desta vez, a posição de João Ribeiro, em sua *gramática*, para justificar, por traços da personalidade, hábitos dos brasileiros quanto à *Colocação Pronominal*:

O brasileiro diz comumente:
 – Me diga... me faça o favor...
 É esse um modo de dizer de grande suavidade e doçura, ao passo que o *diga-me* e o *faça-me* são duros e imperativos.
 O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem.
 Em *me diga* pede-se; em *diga-me* ordena-se. Assim, pois, somos inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades.
 Eis o suposto erro que, afinal, é apenas a expressão diversa da personalidade. (*ibidem*, *loc. cit.*).

Sendo assim, a *Colocação Pronominal* pode ser mirada como recurso expressivo e de livre escolha estilística do falante ou escritor. Além disso, Monteiro (*op. cit.*), afirma que, no Brasil, fatores rítmico-prosódicos podem também influenciar para que a próclise seja uma tendência geral.

Sobre a *Colocação Pronominal* diversa entre Portugal e o Brasil, José Júlio da Silva Ramos (1853-1930) foi o primeiro a tratar dessa questão da influência dos fatores rítmico-prosódicos. Para o filólogo brasileiro, a diferença é estabelecida pelo ritmo de cada região e reside na tonicidade e no valor dos fonemas. Apesar desta manifestação inicial de Silva Ramos, foram as explicações de Said Ali que mais ressoaram. (MONTEIRO, *op. cit.*).

Bechara (2009), por exemplo, faz o seguinte comentário sobre o papel de Said Ali na repercussão do fator rítmico-prosódico na *Colocação Pronominal*:

Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do não, do quê, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano. (*ibidem*, p. 587).

Said Ali (2008) assevera que as fonéticas lusitana e brasileira são distintas. Sobre isso, assim, se posiciona:

Lá os pronomes são átonos; o e final em *me*, *te*, *se* é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente *mi*, *ti*, *si*; para nós brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa *me*, *te*, *se*, *lhe*. O pronome relativo pronunciamo-lo com tendência para *qui*, ao passo que o som lusitano aproxima-se de *que*. Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é, em geral, diversa da fonética lusitana. [...] O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial. (*ibidem*, p. 58-60).

Melo (1978), tratando desta pronúncia do pronome-complemento (o pronome pessoal oblíquo átono em estudo), em uso coloquial, afirma que esse pronome em Portugal é átono, no Brasil, por sua vez, é semitônico. A título de informação na *Gramática crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro*, de Luiz Ricardo Leitão (2016), apresentam-se ponderações dessa pronúncia diversa entre os pronomes átonos brasileiros e portugueses, inclusive, fazendo referência a Melo, quando se fala da predileção dos brasileiros pela próclise, diferentemente, de muitas *gramáticas* atuais que não fazem esse tipo de explicação.

Lucchesi e Lobo (1988), trazendo pormenores sobre a *Colocação Pronominal* de Portugal e do Brasil, com base em Camara Jr., dão o seguinte esclarecimento:

em Portugal, “a pronúncia tende a incorporar” os pronomes oblíquos – então, realmente átonos – ao verbo, deles “fazendo uma espécie de sufixos numa palavra morficamente complexa”. “A partícula pronominal átona enclítica é, então, por assim dizer, um sufixo a mais, ao lado de sufixos temporais e modais, cuja insignificância fonética não perturba seu alto valor semântico” (CÂMARA JR., 1975).

No português do Brasil, o que se deu foi exatamente o contrário. Ao invés de se dar o enfraquecimento das vogais não-acentuadas, houve, na pronúncia brasileira, o seu fortalecimento. Isso fez dos nossos pronomes oblíquos átonos, não partículas realmente átonas, e sim partículas semitônicas. Assim, o deslocamento do pronome para antes do verbo predominou, entre outros fatores, pela tendência, na pronúncia brasileira, de “intensificação da primeira consoante do vocábulo fonético, que nele

funciona como um corte na cadeia de fala”. Tal intensificação põe em relevo a partícula pronominal proclítica no vocábulo fonético verbal (CÂMARA JR., 1975). (*ibidem*, p. 78).

Em vista disso, pode-se considerar que a *Colocação Pronominal* apresentada nas *gramáticas normativas* e que reflete a *norma-padrão* do PE é destoante com o que é efetivamente praticado pelos brasileiros. Para Antônio Martinz de Aguiar e Silva (1893-1974), conforme manifestação reproduzida em Bechara (2009), a *Colocação Pronominal* obedece a um complexo conjunto de fatores, *in verbis*:

“A colocação de pronomes complementos em português não rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entrelaçam e às vezes se contrapõem. Numa frase como *ele vem-me ver*, geral em Portugal, literária no Brasil, o fator lógico deslocou o pronome *me* do verbo *vem*, para adjudicá-lo ao verbo *ver*, por ser ele determinante, objeto direto, do segundo, e não do primeiro. Isto é: deixou a língua falada no Brasil de dizer *vem-me ver* (fator histórico, por ser mera continuação do esquema geral português), para dizer *vem me-ver* (escrito sem hífen), que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico). Esta colocação de tal maneira se estabilizou, que pouco se diz *vem ver-me* e trouxe consequências imprevistas:

1.^a) Pôde-se juntar o pronome ao participio, procliticamente: Aqueles *havam se-corrompido* (escrito sem hífen aqui e nos iguais exemplos).

2.^a) Pôde-se pôr o pronome depois dos futuros (do presente e do pretérito): *Poderá se-reduzir, poderia se-reduzir*. Deixando de ligar-se aos futuros, para unir-se ao infinitivo, deixou igualmente de interpor-se-lhe aos elementos constitutivos.

3.^a) Em frases como *vamos nos-encontrar*, deixando o pronome de pospor-se à forma verbal pura, para antepor-se à nominal, deixou igualmente de determinar a dissimilação das sílabas parafônicas, podendo-se então dizer *vamo-nos encontrar*” [MAg. 1, 408-409]³⁰. (*ibidem*, p. 591).

Pelo exposto neste experto, verifica-se que o prof. Martinz de Aguiar, além de citar as diversas perspectivas para a *Colocação Pronominal*, traz reflexões, especificamente, sobre a próclise ao verbo principal, colocação esta, também, conhecida como “pronome solto”, que de solto o pronome não tem nada, uma vez que se une/liga ao verbo principal. Monteiro (1994), a respeito da ligação dos pronomes às formas verbais, faz a seguinte explanação:

³⁰ Parte dessa citação de Martinz de Aguiar, também, é encontrada em Cunha e Cintra (2008), à p. 332, no tópico relativo à colocação dos pronomes átonos no Brasil.

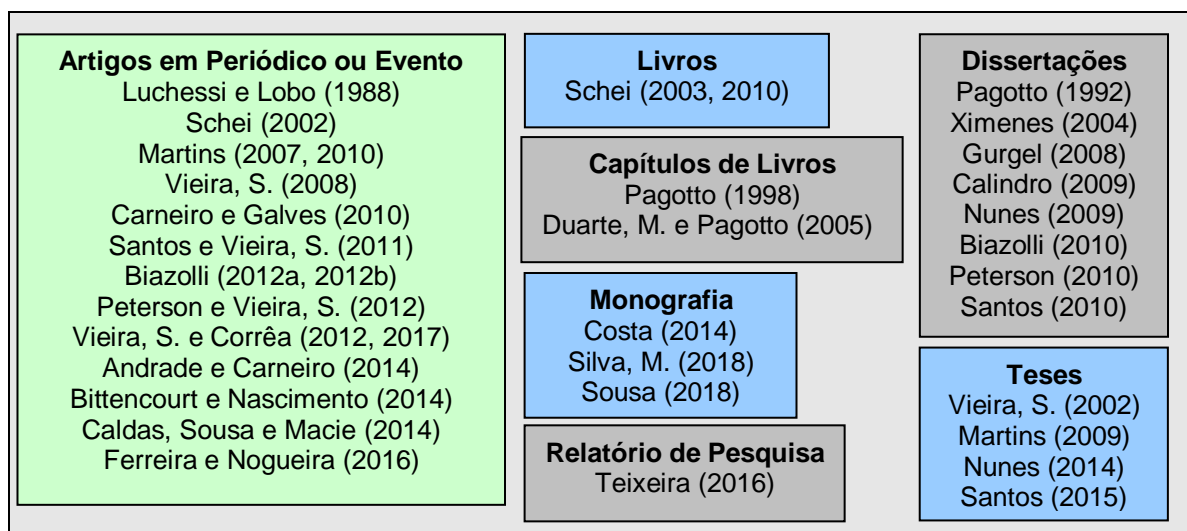
os pronomes clíticos se agregam a formas verbais, funcionando como sílabas átonas de vocábulos fonéticos. Se ocorrem em situação proclítica, valem como sílabas pretônicas do verbo a que se ligam; se, ao contrário, são enclíticas, funcionam como sílabas postônicas. (*ibidem*, p. 193).

De todo modo, em *gramáticas* veiculadas do Brasil, a nomenclatura pronome solto é usual, assim como falar, somente, do critério da atração lexical para explicar a *Colocação Pronominal*, desconsiderando os demais contextos. Na próxima subseção, serão elencadas pesquisas, a fim de demonstrar como a *Colocação Pronominal* é evidenciada aquém, além-mar etc.

4.3 Resultados de pesquisas que trabalharam com o tema de *Colocação Pronominal*

Francisco Platão Savioli, certa vez, iniciou uma discussão sobre o percurso das *gramáticas* nas ações escolares, com a seguinte assertiva: “Todo tema é abordável por mais de um ponto de vista, e a escolha de qualquer um implica recortes” (SAVIOLI, 2016, p. 134). Tal declaração é pertinente para se iniciar esta subseção, posto que, conforme já explicitado na Introdução, muitas pesquisas já trabalharam com o tema de *Colocação Pronominal*, com pontos de vista e recortes distintos. Na Figura 4, a seguir, são apresentadas as pesquisas de acordo com os gêneros acadêmicos escolhidos para a disseminação dos resultados obtidos:

Figura 4 – Pesquisas prévias com a temática de *Colocação Pronominal*.



Fonte: Elaborada pela autora.

Ademais, os *corpora* dos trabalhos publicados são diversificados: *gramáticas normativas* da língua portuguesa editadas no Brasil e inquéritos extraídos do *corpus* do Projeto NURC (LUCCHESI; LOBO, 1988), cartas pessoais, processos criminais, escrituras, testamentos e um livro de literatura de viagem (PAGOTTO, 1992), textos constitucionais (PAGOTTO, 1998), romances (SCHEI, 2002; SANTOS, 2010), regras da *gramática normativa* e romances contemporâneos (SCHEI, 2003), documentos do poder judiciário relacionados ao crime (XIMENES, 2004), cartas pessoais (DUARTE, M.; PAGOTTO, 2005; CARNEIRO; GALVES, 2010), peças de teatro (MARTINS, 2007, 2009, 2010), textos gramaticais (GURGEL, 2008), jornais (CALINDRO, 2009; BIAZOLLI, 2010, 2012a, 2012b), notícias, editoriais e anúncios (NUNES, 2009, 2014), cartas de leitor e compêndios gramaticais (PETERSON, 2010; PETERSON; VIEIRA, S., 2012), textos literários e compêndios gramaticais (SANTOS; VIEIRA, S., 2011), cartas e cartões (ANDRADE; CARNEIRO, 2014), documentos adamantinos e ouropretanos (BITTENCOURT; NASCIMENTO, 2014), *Gramática Normativa* e músicas de diferentes estilos (CALDAS; SOUSA; MACIE, 2014), cartas mineiras (COSTA, 2014), uma *gramática* específica (FERREIRA; NOGUEIRA, 2016), *gramáticas normativas* e textos contemporâneos (TEIXEIRA, 2016), *gramáticas normativas* e um texto literário específico (SILVA, M., 2018; SOUSA, 2018) etc.

Entre os trabalhos mencionados na Figura 4, há os que fazem contraponto entre a *Colocação Pronominal* em textos brasileiros e portugueses (SCHEI, 2002, 2010; MARTINS, 2009, 2010; NUNES, 2009, 2014; SANTOS, 2010), textos publicados no Brasil, em Portugal e em Moçambique (VIEIRA, S., 2002), entre cidades (BIAZOLLI, 2010, 2012a; BITTENCOURT; NASCIMENTO, *op. cit.*); os que contrapõem dados prescritivos e descritivos (LUCCHESI; LOBO, *op. cit.*; SANTOS; VIEIRA, S., *op. cit.*; PETERSON; VIEIRA, S., *op. cit.*; CALDAS; SOUSA; MACIE, *op. cit.*; TEIXEIRA, *op. cit.*; SILVA, M., *op. cit.*; SOUSA, *op. cit.*); os que descrevem a *Colocação Pronominal* em textos de um estado brasileiro (XIMENES, *op. cit.*; MARTINS, 2007; COSTA, *op. cit.*), em textos de uma cidade (CALINDRO, *op. cit.*); os que contrapõem textos de um casal brasileiro (DUARTE, M.; PAGOTTO, *op. cit.*); e os que fazem reflexões em relação à contraposição de duas pesquisas (VIEIRA, S.; CORRÊA, 2012), por exemplo.

No que tange às análises quanto aos contextos de tempo simples e de contextos de estrutura complexa, há trabalhos que abarcam apenas o tempo simples

(LUCCHESI; LOBO, 1988; BIAZOLLI, 2012b), outros abarcam apenas os complexos verbais (NUNES, 2009, 2014; MARTINS, 2010; PETERSON; VIEIRA, S., 2012; VIEIRA, S.; CORRÊA, 2012; BIAZOLLI, 2012a; ANDRADE; CARNEIRO, 2014; COSTA, 2014; TEIXEIRA, 2016.) e outros que preferem abarcar os dois casos (PAGOTTO, 1992; SCHEI, 2002, 2003, 2010; VIEIRA, S., 2002; XIMENES, 2004; DUARTE, M.; PAGOTTO, 2005; GURGEL, 2008; CALINDRO, 2009; BIAZOLLI, 2010; CARNEIRO; GALVES, 2010; PETERSON, 2010; SANTOS, 2010; SANTOS; VIEIRA, S., 2011; BITTENCOURT; NASCIMENTO, 2014; CALDAS; SOUSA; MACIE, 2014; SILVA, M., 2018; SOUSA, 2018). Entre os trabalhos que abarcam o tempo simples, há os que analisam apenas as orações finitas não dependentes com sujeitos pré-verbais não focalizados (MARTINS, 2007). Na mesma direção, abarcando o tempo simples e as estruturas verbais complexas, há trabalhos que abarcam apenas orações finitas não dependentes (MARTINS, 2009).

Além do mais, alguns não fazem referência explícita à delimitação do período da amostra analisada (CALINDRO, *op. cit.*; CALDAS; SOUSA; MACIE, *op. cit.*) e outros fazem, da seguinte forma: século XVI ao século XX (PAGOTTO, 1992); PB do século XIX, PB do século XIX *versus* PE do século XIX, PB do século XIX *versus* PB do século XX (SCHEI, 2002, 2010); nas três primeiras décadas do século XIX (XIMENES, *op. cit.*); entre 1879 e 1892 (DUARTE, M.; PAGOTTO, *op. cit.*); entre os séculos XIX e XX (MARTINS, 2007, 2009, 2010; NUNES, 2009, 2014; SANTOS, *op. cit.*; SANTOS; VIEIRA, S., *op. cit.*; ANDRADE; CARNEIRO, *op. cit.*); entre os anos 1880 e 1920 (GURGEL, *op. cit.*; BIAZOLLI, 2010, 2012a, 2012b); entre 1809 e 1904 (CARNEIRO; GALVES, *op. cit.*); no período de 2008 a 2009 (PETERSON, *op. cit.*); no século XVIII (BITTENCOURT; NASCIMENTO, *op. cit.*); entre 1900 e 1999 (COSTA, *op. cit.*).

Sobre a perspectiva teórica, a maioria dos trabalhos é fundamentada nos estudos da Sociolinguística Variacionista (NUNES, 2009, 2014; MARTINS, 2010; SANTOS, *op. cit.*; PETERSON, *op. cit.*; SANTOS; VIEIRA, S., *op. cit.*; PETERSON; VIEIRA, S., *op. cit.*; BIAZOLLI, 2012b; VIEIRA, S.; CORRÊA, *op. cit.*; CALDAS; SOUSA; MACIE, *op. cit.*; COSTA, *op. cit.*; TEIXEIRA, *op. cit.*), mas existem trabalhos na perspectiva da Teoria do Conhecimento (LUCCHESI; LOBO, *op. cit.*), da Teoria Gerativa (PAGOTTO, 1992), da História das Ideias Linguísticas (PAGOTTO, 1998; FERREIRA; NOGUEIRA, 2016) e da Historiografia Linguística (GURGEL, *op. cit.*). Além disso, há trabalhos que associam duas perspectivas: a Linguística Histórica e a

Sociolinguística Variacionista (BIAZOLLI, 2010, 2012a); a Linguística Histórica e a Teoria Gerativa (CARNEIRO; GALVES, 2010), a Historiografia Linguística e a Sociolinguística Variacionista (SANTOS, 2015), a Sociolinguística Variacionista e o instrumental técnico da Fonética Acústica (VIEIRA, S., 2002), a Sociolinguística Variacionista, sob o corolário proposto por Anthony Kroch para o estudo da mudança sintática via competição de *gramáticas*, e a Teoria Gerativa, no que se refere à teoria de Princípios e Parâmetros, em sua versão minimalista (MARTINS, 2009). Um dos trabalhos apresenta uma perspectiva de caráter interdisciplinar, abrangendo teorias sobre a categoria gramatical do pronome e, em particular, sobre a *Colocação Pronominal* abordada em várias correntes linguísticas, assim como abrangendo a história social da língua portuguesa e aspectos paleográficos e filológicos (XIMENES, 2004). Outros, no entanto, não filiam sua pesquisa em um quadro teórico específico (SCHEI, 2002, 2003, 2010; CALINDRO, 2009; BITTENCOURT; NASCIMENTO, 2014; SILVA, M., 2018; SOUSA, 2018), inclusive, vale trazer à baila que esta dissertação faz parte deste grupo.

Já em relação aos resultados, percebe-se que a maioria das pesquisas é convergente, uma vez que apresentam como diversificada a *Colocação Pronominal*, a depender do contexto de produção. Dada a vasta produção bibliográfica em relação ao tema de *Colocação Pronominal* e considerando que não é possível revisar todas as pesquisas, uma vez que não caberia nos limites desta subseção, serão sumarizadas, apenas, três dessas pesquisas: duas de autores experientes e uma de uma autora iniciante. Assim sendo, escolheu-se: um artigo, sendo o mais antigo dos elencados na Figura 1 (LUCCHESI; LOBO, 1998), um capítulo de livro (DUARTE, M.; PAGOTTO, 2005) e um relatório de uma pesquisadora iniciante feito no âmbito da UFPI (TEIXEIRA, 2016).

- **Lucchesi e Lobo (*op. cit.*)**

Lucchesi e Lobo (*op. cit.*), em artigo publicado na revista *Sitientibus*, sob o aporte da Teoria do Conhecimento, apresentaram um estudo que confrontou a síntese das prescrições relativas ao assunto de *Colocação Pronominal* em tempo simples em cinco *gramáticas normativas* e nos resultados obtidos em 18 inquéritos do Projeto NURC, depreendido como *norma culta*.

Para depreender a *norma-padrão*, os autores elegeram as seguintes gramáticas: *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (1976); *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (1979); *Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha (1981); *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (1982); e *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1985). E, para a *norma culta*, foram verificados nove inquéritos, do tipo Elocução Formal; três, do tipo Diálogo entre dois Informantes; e seis, do tipo Diálogo entre Informante e Documentador.

Após as análises, a primeira constatação, no que tange à *Colocação Pronominal*, é a de significativa disparidade entre os modelos para a *norma-padrão*, prescrito nas gramáticas, e para a *norma culta*, encontrado na amostra de inquéritos estudados. A disparidade assenta-se, conforme os autores, nos seguintes motivos: “as gramáticas normativas, em última instância, baseiam-se em uma norma em que predomina a ênclise, ao passo que na norma depreendida nos atos de fala das pessoas cultas, no Brasil, a próclise predomina” (LUCCHESI; LOBO, 1988, p. 77). Outra constatação do estudo é a evidência do caráter ideológico assente na abordagem das diferentes gramáticas, uma vez que, por processo de generalização, “é precisamente o modelo específico, restrito à norma do português europeu, o modelo de colocação pronominal apresentado como traço geral da língua portuguesa em seu uso culto” (*ibidem*, p. 79).

- **Duarte, M. e Pagotto (2005)**

Num dos capítulos do livro intitulado *A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*, Duarte, M. e Pagotto (*op. cit.*) investigam como reage um casal brasileiro, no texto escrito, no que se refere ao uso da próclise e da ênclise, em face dos planos da língua – o normativo e o não normativo, no século XIX.

Para tanto, os pesquisadores escolheram as cartas que Christiano Benedicto Ottoni e Barbara Balbina de Araújo Maia Ottoni escreveram para seus netos, que se encontravam com os pais em Paris. Tais cartas foram escritas entre 1879 e 1892. O avô, nascido em 1811, escreveu as cartas entre 68 e 81 anos de idade; a avó, por sua vez, nascida em 1822, escreveu as cartas entre 61 e 67 anos de idade. Uma

amostra de 126 ocorrências, sendo 113 em contextos de tempo simples e 14, em locuções verbais, foram objeto de análise.

Após as análises, percebe-se que o avô é mais afeito à *norma* mais lusitana, enquanto a avó é mais propensa ao uso das “formas do português do Brasil” (DUARTE, M.; PAGOTTO, 2005, p. 80). As estruturas com verbo pleno e com verbos auxiliar e principal em início de período, assim como em orações coordenadas e com verbo precedido de sujeito são os contextos que confirmam tal conclusão. Outra constatação é que poderia ter uma sensível diferenciação entre homem e mulher, no tocante aos papéis que desempenham na sociedade, posto que o casal, mesmo pertencente à elite política e econômica, não seguiam as mesmas *normas* de *Colocação Pronominal*, na modalidade escrita. Nos termos dos autores: “No caso dos clíticos, parece que homens e mulheres, ao menos nos grandes salões, não seguiam os passos da mesma dança, pelo menos no que se refere à modalidade escrita” (*ibidem, loc. cit.*).

- **Teixeira (2016)**

Teixeira (*op. cit.*), tendo como base o quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, realizou uma pesquisa no âmbito do Programa de Iniciação Científica Voluntária, que objetivou confrontar regras predicadas em *gramáticas normativas* relativas à *Colocação Pronominal* em contextos de locuções verbais com os usos efetivamente praticados em textos considerados cultos dos primeiros quinze anos do século XXI.

Para isso, elegeu seis *gramáticas normativas* para a análise concernente ao *predicado*, quais sejam: *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali (1969); *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Melo (1978); *Moderna Gramática Brasileira*, de Luft (2002); *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2008); *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2009); e *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2012). E, para a análise do *praticado* em momentos de escrita monitorada, escolheu textos jornalísticos (editoriais da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*), textos literários (contos e crônicas), textos científicos (capítulos de livros e artigos publicados em periódicos), textos religiosos (livros e artigos em meio digital ou em

folhetos litúrgicos católicos) e textos jurídicos (códigos e leis), no período mencionado *supra*.

Depois de efetivada a análise, a autora constatou que, em geral, há convergência entre os dados *predicados* e *praticados*. Entretanto, entre outras conclusões, ela esclarece que, nas *gramáticas* verificadas, à exceção da *gramática* de Luft, as formas efetivamente realizadas pelos brasileiros, como é o caso da próclise ao verbo principal em locuções verbais (colocação intra-LVC sem hífen – V1clV2), são trazidas em notas de rodapé ou observações ou em tópico à parte, não compondo, assim, as regras básicas possíveis de colocação. Tal constatação demonstra que, em muitas *gramáticas*, no que toca ao assunto de *Colocação Pronominal*, precisam ser revistas no sentido de abarcar como regras básicas os usos efetivados pelos brasileiros. Outra conclusão que se pode sobrelevar é quanto à inexistência de ocorrência nos textos jurídicos de próclise ao verbo principal em locuções verbais. Tal resultado revela, de certo modo, conservadorismo e total observância dos preceitos tradicionais da *gramática normativa* desses textos.

Nesta subseção, para finalizar, vale assinalar que Monteiro (1994) adverte que a *Colocação Pronominal*, também conhecida como *Sínclise Pronominal* ou *Topologia Pronominal*, é uma seara de estudos profícuos não só em relação à língua portuguesa, mas, nas línguas românicas, de modo geral. O autor cita as seguintes pesquisas prévias sobre o assunto em apreço:

tem sido intenso o esforço e a preocupação pela análise dos pronomes clíticos nas demais línguas românicas. Dos muitos autores que se dedicaram ao assunto, podemos citar: Bastida (1976), Bennema & Hagemen (1980), Cuervo (1985), Goosse (1952), Otero (1975), Gross (1980), Pizzini (1982), Quicoli (1980), Rivero (1986), Sorrento (1960), Sola (1973), Marinescu (1973), Perlmutter (1969) e Ramsden (1963). De particular interesse são os estudos sobre a posição dos clíticos em galego, por manter, segundo Rosário Álvarez (1979/80: 402), o sistema que foi comum às primitivas línguas românicas. Além da tese de Rosário Álvarez, que dedica todo o segundo volume à descrição da ordem dos pronomes pessoais, devem ser lidos os trabalhos de Prieto Alonso (1986a, 1986b), Campos (1989), Ferreiro (1986), Dubroca (1974), Azaka (1990), Calero (1987), Cristina Silva (1988) e Costa González (1988). (*ibidem*, 181).

Assim, sabe-se que o trabalho com a temática de *Colocação Pronominal* não é novo, mas pesquisas com problemas, objetivos, perspectivas, *corpora* e metodologias diferenciados podem revelar novos olhares sob dado tema e contribuir

para que determinadas “angulações” não sejam tidas como verdades absolutas. Fazendo uma menção à fábula *Os Cegos e o Elefante*³¹, pode-se dizer que o elefante *Colocação Pronominal*, sob o olhar de cada *Pesquisador*, com seu *modus operandi*, está sendo tateado e várias conclusões parciais sobre o todo estão sendo feitas e publicadas. Esta pesquisa é mais uma que trará conclusões parciais sobre a temática *Colocação Pronominal*. Com isso, na próxima seção, foi detalhado o *modus operandi* desta pesquisa.

³¹ Uma das versões desta fábula pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <<https://pt.linkedin.com/pulse/f%C3%A1bula-os-cegos-e-o-elefante-saulo-magal%C3%A3es>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A dissertação ora apresentada discute *Colocação Pronominal* em compêndios gramaticais e em provas de concursos públicos. Para tanto, para o delinear da pesquisa, foram traçados os passos metodológicos, de acordo com as seguintes subseções:

5.1 Descrição dos passos de pesquisa

Após o trabalho de leitura e dissertação sobre os conteúdos de *normas linguísticas, gramática* e de *Colocação Pronominal*, partiu-se para a escolha das *gramáticas* e das bancas organizadoras de concursos públicos, com o intuito de analisá-las e, com isso, ter conhecimento de como esses instrumentos linguísticos e como essas bancas abordaram o assunto de *Colocação Pronominal*.

5.1.1 Critérios para a seleção das gramáticas de concursos públicos

Tendo em vista a necessidade de delimitação do *corpus* para o tempo da pesquisa, foram verificadas 6 (seis) *gramáticas* voltadas para concursos públicos. Para a escolha destas *gramáticas*, foram estabelecidos os seguintes critérios, cumulativamente:

- ✓ *Critério 1 – gramáticas encontradas no Google Shopping;*
- ✓ *Critério 2 – gramáticas com o maior número de edições.*

Sobre o *critério 1*, menciona-se que a escolha de se trabalhar com *gramáticas* disponíveis em pesquisas do *Google Shopping* se deu pelo fato de esta ferramenta agregar várias lojas nacionais e, conseqüentemente, possibilitar alcance do grande público que busca esses instrumentos linguísticos para contribuir com seu êxito nos concursos públicos.

É certo que nem todos conhecem o *Google Shopping*, por isso, são trazidas, a seguir, algumas informações sobre essa ferramenta:

O *Google Shopping*, acessado pelo endereço eletrônico: <<https://www.google.com.br/shopping?hl=pt-BR>>, é uma plataforma do *Google* que,

desde 2011, contribui para a venda de produtos pela *internet*. A vitrine virtual, atualmente, permite ao público em geral comparar preços entre as lojas cadastradas e verificar resenhas de usuários sobre os produtos. Nos resultados das pesquisas, encontra-se, por exemplo, uma foto do produto, o(s) preço(s) e nome da(s) loja(s) que oferta(m) o produto³². Entre as lojas cadastradas que vendem *gramáticas* para concursos públicos, têm-se a *Saraiva*, a *Americanas.com*, a *Submarino*, a *Amazon.com.br*, a *Livraria Concursar*, a *Livraria da Folha*, a *Livraria Florense*, a *Shoptime* e a *Livraria Cultura*, só para citar algumas.

No que tange ao *critério 2*, cumpre esclarecer que a escolha de *gramáticas* com o maior número de edições foi justificada pelo tempo no mercado e pela aceitabilidade dos consumidores. Ou seja, partiu-se da premissa de que, se um instrumento linguístico tem várias edições, pode significar mais aceitabilidade pelos que se dedicam aos estudos para alcançar uma vaga nos concursos públicos.

Definidos os critérios, no primeiro trimestre de 2018, realizou-se o levantamento e aquisição dessas *gramáticas*. Desta forma, apresentam-se, a seguir, no Quadro 9, as *gramáticas* examinadas nesta pesquisa:

Quadro 9 – Gramáticas para concursos públicos selecionadas para análise.

Nº	TÍTULO	AUTOR	EDIÇÃO	ANO
01	Português para concursos	Renato Aquino	30. ed.	2017
02	A nova gramática do concursando ³³	José Almir Fontella Dornelles	20. ed. edição comemorativa de 20 anos	2017
03	Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares...	Nilson Teixeira de Almeida	9. ed.	2009
04	Nova gramática da língua portuguesa para concursos	Rodrigo Bezerra	8. ed.	2017
05	Gramática para concursos	Marcelo Rosenthal	8. ed.	2018
06	Português esquematizado®	Agnaldo Martino	7. ed.	2018

Fonte: Elaborado pela autora.

Tais *gramáticas* serão apresentadas de forma pormenorizada no Capítulo 6, com uma descrição que contém, pelo menos, as particularidades expostas no subtópico seguinte.

³² Para mais informações sobre o *Google Shopping*, leia Ricotta (2016).

³³ Anteriormente, a *gramática* de Dornelles chamava-se *A gramática do concursando*. Foram publicadas 19 edições com este nome. A última foi publicada em 2010, pela editora Vetcon.

5.1.1.1 *Descrição da etapa de análise das gramáticas de concursos públicos*

Na seção destinada à análise dessas *gramáticas*, foram feitas caracterizações gerais sobre cada *gramática* (informações sobre o autor, visão geral e organização da obra); em seguida, foram apresentadas as prescrições quanto ao assunto de *Colocação Pronominal* de cada obra, explicitando, por exemplo, os contextos de tempo simples para o uso da próclise (*se pesquisa*), da ênclise (*pesquisa-se*), da mesóclise (*pesquisar-se-á*), da colocação facultativa de próclise e ênclise, da apossíclise, bem como os contextos de locuções de infinitivo, gerúndio ou particípio para o uso da próclise ao verbo auxiliar (*Aqui se pode pesquisar*), da ênclise ao verbo auxiliar (*pode-se pesquisar*), da próclise ao verbo principal (*pode se pesquisar*) e da ênclise ao verbo principal (*pode pesquisar-se*). Ao final das sumarizações de cada *gramática*, as regras foram sendo esquematizadas em um quadro. Além disso, numa subseção posterior, foi feita uma síntese comparativa entre essas *gramáticas* e a sistematização de quadros gerais com as regras de cada gramática, de acordo com o contexto, com o intuito de contribuir para a análise das questões de provas de concurso.

5.1.2 *Critérios para a seleção das bancas organizadoras de concursos públicos*

As bancas de provas de concursos públicos foram selecionadas a partir de uma plataforma de estudos *on-line* chamada *Qconcursos.com*. Hoje, além da *Qconcursos.com*, com o advento da Educação a Distância (EaD), proporcionada, sobretudo, pelas inovações tecnológicas, há diversas outras plataformas de estudos *on-line*, no mercado, as quais se podem citar: a *PCI Concursos*, a *Questãocerta*, a *OK Concursos*, *Super Provas*, *IOB Concursos*, *Aprova Concursos*, *Estratégia Concursos*, a *Qstão*, a *QualConcursos*, a *Gabarite*, a *A Casa do Concurseiro*, a *A Casa das Questões*, a *Máquina de Aprovação*, a *Tecconcursos*, a *Rota dos Concursos*, entre outras.

Essas plataformas estão disponibilizadas na web e/ou em aplicativo (app.), de forma gratuita e/ou paga com planos com assinaturas mensal ou anual, dependendo do período de estudo do concurseiro. A plataforma de estudos *on-line* escolhida, por exemplo, com mais de 10 anos, no mercado, tem versões tanto em web (acessada pelo endereço eletrônico: <<https://www.qconcursos.com>>), quanto em app (para

Android e iOS), assim como versões gratuitas ou pagas. Na versão gratuita (padrão) dessa plataforma, o concurseiro só pode responder a 10 questões por dia, criar 5 cadernos com 10 questões cada, criar 5 minissimulados com 10 questões cada e ver, tão-somente, os comentários produzidos pela comunidade nas questões. Em uma das versões pagas (*premium* ou *avançado*), por sua vez, pode responder e imprimir ilimitadas questões, criar vários cadernos e simulados, bem como ver os comentários produzidos pela comunidade e pelos professores em texto e em vídeo. O assinante *premium* pode, ainda, acessar todas as aulas avulsas com materiais de apoio e fazer todos os cursos disponíveis na plataforma³⁴.

É interessante comentar que a plataforma *Qconcursos.com* não está voltada, apenas, para o público que almeja se preparar para concursos públicos, estando voltada, também, para o público que pretende participar do Enem, fazer testes para ingressar na carreira militar, realizar o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou prestar vestibular para ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES). A seguir, apresenta-se a tela inicial dessa plataforma de estudos *on-line*:

Fotografia 1 – Tela inicial da plataforma *Qconcursos.com*.



Fonte: Fotografada pela autora em 16 jul. 2018.

A escolha de utilizar a plataforma *Qconcursos.com* para a seleção de questões se justificou pelo fato de diariamente ser atualizada e, ainda, por haver, em seu banco de dados, até o mês de julho de 2018, em torno de 700.000 questões cadastradas, de mais de 45.000 provas e de mais de 15.000 concursos.

³⁴ Para detalhes acerca dos planos de assinatura, acesse: <<https://www.qconcursos.com/planos-de-assinatura>>.

Nesse universo, a escolha das bancas organizadoras se deu a partir dos seguintes critérios, cumulativamente:

- ✓ *Critério 1* – estar entre as 20 bancas com o maior número de questões disponibilizadas na plataforma *Qconcursos.com*;
- ✓ *Critério 2* – conter o maior número de questões de *Colocação Pronominal* disponibilizadas na plataforma *Qconcursos.com*.

Assim, a partir de buscas localizadas na citada plataforma, no início de julho de 2018, obteve-se a informação de que há mais de 300 (trezentas) bancas organizadoras no país. Na Fotografia 2, tem-se a aba em que constam as informações sobre algumas bancas de concursos públicos com questões cadastradas na plataforma:

Fotografia 2 – Aba Bancas da plataforma *Qconcursos.com*.

[Início](#) / [Concursos Públicos](#) / [Apêndices](#) / [Bancas](#)

Bancas de Concursos Públicos 354 ENCONTRADOS

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z Todas

Palavras Chave

CESPE	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE
IADES	Instituto Americano de Desenvolvimento
FCC	Fundação Carlos Chagas
IBFC	Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
VUNESP	Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP
FUNCAB	Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt
CESGRANRIO	Fundação Cesgranrio

Fonte: Fotografada pela autora em 18 jul. 2018.

Quando se clica no nome da banca, têm-se informações sobre o número de questões, de provas e de concursos de cada uma. Então, a partir do quantitativo de

questões de provas por cada banca organizadora, em planilha, à parte, elaborada pela autora, teve-se o conhecimento das 20 (vinte) bancas organizadoras com o maior número de questões em concursos públicos, disponibilizadas nessa plataforma. No Quadro 10, a seguir, detalham-se informações dessas bancas:

Quadro 10 – Vinte bancas organizadoras com o maior número de questões em concursos públicos, disponibilizadas na plataforma Qconcursos.com.

Nº	SIGLA	NOME	Endereço eletrônico	Nº de questões	Nº de questões de Colocação Pronominal
01	CESPE (CEBRASPE)	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos	http://www.cespe.unb.br/	192.000	81
02	FCC	Fundação Carlos Chagas	http://www.concursosfcc.com.br	89.000	73
03	CESGRANRIO	Fundação Cesgranrio	http://www.cesgranrio.org.br/concursos/principal.aspx	38.000	41
04	FGV	Fundação Getulio Vargas	http://fgvprojetos.fgv.br/home	37.000	21
05	VUNESP	Vestibular da Universidade Estadual Paulista	http://www.vunesp.com.br	29.000	134
06	IBFC	Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação	http://www.ibfc.org.br	16.000	19
07	FUNCAB	Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt	http://www.funca.org/	14000	51
08	INSTITUTO AOC	Instituto AOC	http://www.institutoaoc.org.br/instituto.jsp	14000	26
09	ESAF	Escola de Administração Fazendária	http://www.esaf.fazenda.gov.br/	11000	9
10	CONSULPLAN	CONSULPLAN	http://www.consulplan.net/home.aspx	9900	5
11	QUADRIX	Instituto QUADRIX	http://www.quadrix.org.br/	8600	9
12	IESES	Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul	http://www.concursos.ieses.org/	8300	69
13	IADES	Instituto Americano de Desenvolvimento	http://www.iades.com.br/inscricao	8000	10
14	FUNIVERSA	Fundação Universa	http://www.universa.org.br/	6800	5
15	FUNRIO	Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Assistência, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	http://www.funrio.org.br/	6400	4
16	FUNDEP	Fundação de	https://www.gest	5700	5

	(Gestão de concursos)	Desenvolvimento da Pesquisa	aodeconcursos.com.br/site/site/default.aspx		
17	IDECAN	Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional	http://www.idecan.org.br/Index.aspx	5600	1
18	FEPESE	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	https://novosite.fepepe.org.br/	5600	16
19	CETRO	CETRO Concursos	http://www.cetroconcursos.org.br/	5000	17
20	COPEVE - UFAL	Núcleo Executivo de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alagoas	http://www.copeve.ufal.br/index.php	4900	14

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Destaca-se que, para a elaboração da coluna, referente ao número de questões de *Colocação Pronominal*, por cada banca, utilizou-se os dados coletados em mais uma das abas da plataforma. Trata-se da aba questões, em que há diversos parâmetros para seleção do quantitativo de questões a serem apresentadas. Pode-se paramentar por banca organizadora do concurso, por instituição promotora do concurso, por cargo, por ano, por nível, por área de formação, por disciplina, por assunto, por área de atuação, por modalidade e por grau de dificuldade. Nesta pesquisa, selecionaram-se, apenas, os parâmetros: banca [sigla de cada uma das 20 bancas], disciplina [português] e assunto [*Colocação Pronominal*]. Na Fotografia 3, a seguir, têm-se informações sobre essa aba:

Fotografia 3 – Aba questões da plataforma *Qconcursos.com*.

The screenshot shows the 'Questões de Concursos - Questões' interface. At the top, there's a breadcrumb trail: Home > Questões de Concursos > Questões. Below that, the title 'Questões de Concursos - Questões' is displayed next to a 'filtros salvos' button. A section titled 'Minhas Questões' contains radio buttons for 'Todas', 'Não resolvidas', 'Resolvidas (0)', 'Acertei (0)', and 'Errei (0)'. Below this is a search bar labeled 'Palavra-chave' and a row of dropdown menus for 'Banca', 'Instituição', 'Cargo', 'Ano', and 'Nível'. A second row of dropdown menus includes 'Área de formação', 'Disciplina', 'Assunto', 'Área de atuação', 'Modalidade', and 'Dificuldade'. At the bottom, there are checkboxes for 'Apenas que tenham' (Comentários do professor, Comentários, Meus comentários, Minhas anotações) and 'Excluir questões' (Dos meus cadernos, Anuladas, Desatualizadas). A 'Filtrar' button is located at the bottom right.

Fonte: Fotografada pela autora em 16 jul. 2018.

Partindo para o cumprimento do *critério 2*, foram selecionadas 6 (seis) bancas de provas de concursos públicos que continham o maior número de questões de *Colocação Pronominal*, disponibilizadas na plataforma *Qconcursos.com*, consoante o Quadro 11. Destaca-se, adicionalmente, que foram selecionadas apenas esse número de bancas, por conta da necessidade de delimitação da amostra trabalhada e, assim, favorecer uma melhor qualidade da pesquisa.

Quadro 11 – Bancas organizadoras de concursos públicos selecionadas para análise de questões.

Nº	SIGLA	NOME	Endereço eletrônico	Nº de questões de <i>Colocação Pronominal</i>
01	VUNESP	Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista	http://www.vunesp.com.br	134
02	CESPE (CEBRASPE)	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos	http://www.cespe.unb.br/	81
03	FCC	Fundação Carlos Chagas	http://www.concursosfcc.com.br	73
04	IESES	Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul	http://www.concursos.ieses.org/	69
05	FUNCAB	Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt	http://www.funcab.org/	51
06	CESGRANRIO	Fundação Cesgranrio	http://www.cesgranrio.org.br/concursos/principal.aspx	41
TOTAL				449

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Assim sendo, por banca, as questões de provas de concursos públicos foram verificadas, conforme especificação apresentada adiante.

5.1.2.1 Descrição da etapa de análise das questões de provas de concursos públicos

Para a efetiva análise das questões das provas das bancas selecionadas, preliminarmente, as questões foram codificadas, levando em consideração os seguintes dados:

- ✓ A sigla da banca organizadora (VUNESP, CESPE, FCC, IESES, FUNCAB ou CESGRANRIO);
- ✓ O ano (entre os anos 2000 e 2018);

- ✓ O nível de escolaridade (fundamental [F], médio [M] ou superior [S]); e
- ✓ O número da questão (entre 1 e 134, na primeira banca; entre 1 e 81, na segunda banca; entre 1 e 73, na terceira banca; entre 1 e 69, na quarta banca; entre 1 e 51, na quinta banca; e entre 1 e 41, na sexta banca).

A título de exemplificação, a codificação VUNESP-2018-S-1 refere-se a uma questão da banca organizadora VUNESP, de um concurso público do ano de 2018, de nível superior, sendo a primeira na ordem dos *corpora* da mencionada banca na plataforma *Qconcursos.com*. No Apêndice A, encontram-se a codificação e outras informações sobre as questões que foram analisadas nesta dissertação.

Posteriormente, a questão foi verificada quanto ao ano de aplicação, ao nível de escolaridade e ao tipo: múltipla escolha ou certo (C) ou errado (E). Em seguida, foram examinadas quanto ao contexto: se é questão que envolve o uso de próclise, ênclise, mesóclise, ênclise ou próclise facultativas, *Colocação Pronominal* em locuções verbais ou apossíclise. Além disso, foram verificadas quanto ao tipo específico de regra de *Colocação Pronominal* que o candidato precisa recordar para obter êxito no gabarito da questão. A análise efetiva quanto ao tipo específico de regra foi baseada nos quadros gerais apresentados ao final da síntese comparativa das *gramáticas* no Capítulo 6, subseção 6.7. Com isso, ao término das análises de questões de cada banca, foi feita uma síntese comparativa dessas questões.

E, finalmente, depois das análises das *gramáticas* e das questões de provas, foram feitas considerações acerca do confronto entre as regras gramaticais com o que efetivamente foi encontrado em questões de provas de concursos públicos.

6 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS GRAMÁTICAS VOLTADAS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Com o intuito de investigar o tratamento dado à *Colocação Pronominal* nas gramáticas direcionadas para os concursos públicos, neste Capítulo, foram feitas descrições e análise de cada uma delas. Conforme já explicitado no Capítulo anterior, as gramáticas que compõem os corpora da pesquisa se intitulam: 1) *Português para concursos*, de Renato Aquino; 2) *A nova gramática do concursando*, de José Almir Fontella Dornelles; 3) *Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares...*, de Nilson Teixeira de Almeida; 4) *Nova gramática da língua portuguesa para concursos*, de Rodrigo Bezerra; 5) *Gramática para concursos*, de Marcelo Rosenthal; 6) *Português esquematizado®*, de Agnaldo Martino.

6.1 Os pormenores da *Colocação Pronominal na Português para concursos*

Promove-se, a seguir, a apresentação biográfica do autor, bem como tecidas considerações gerais acerca da obra e, particulares, em relação às regras de *Colocação Pronominal na Português para concursos*, de agora em diante *PPC*.

6.1.1 O autor da *PPC*

Renato Monteiro de Aquino³⁵ (-), mais conhecido por Renato Aquino, é mestre em Letras (Filologia Românica) pela UFRJ e membro da Academia de Ciências e Letras de Maricá (RJ). Já foi professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Língua Portuguesa tanto da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro quanto da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Atualmente, é fiscal de atividades econômicas aposentado do município do Rio de Janeiro e é professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Além da *PPC*, Renato Aquino já publicou as seguintes obras: *Interpretação de textos*, que já está em sua 16ª edição, pela Impetus; *Redação para concursos*, 15ª

³⁵ Não possui currículo cadastrado na plataforma *Lattes*. Pesquisa efetivada em 29 out. 2018.

edição, pela Impetus; *Manual de Português e Redação Jurídica*, 6ª edição, pela Impetus; *Português – Questões comentadas*, 2ª edição, pela Impetus; *Dicionário de Gramática*, 3ª edição, pela Impetus; *Gramática objetiva da Língua Portuguesa*, 5ª edição, pela Campus/Elsevier; *Português para concursos em vídeo* (8 fitas), pela Telejur; *Amor e Luz* (poesias), pela Pongetti; *Espelho da Alma* (sonetos, trovas e outros poemas), pela Impetus.

6.1.2 Breve descrição da PPC

A PPC, no decurso de 29 anos, já teve 30 edições. Em consulta ao *site* da Agência Brasileira do ISBN, foram obtidos os seguintes dados em relação ao cadastro da obra:

Quadro 12 – Cadastro ISBN da PPC.

ISBN	Título	Edição	Ano	Tipo Suporte	Páginas	Editadora
85-352-1798-3	Português para concursos	1	1990	Papel	388	Elsevier
978-85-352-2902-8	Português para concursos: nova edição	1	2009	Papel	392	Elsevier
978-85-7626-655-6	Português para concursos: teoria e 900 questões	1	2012	Papel	395	Impetus
978-85-7626-848-2	Português para concursos: teoria e 900 questões	29	2015	Papel	424	Impetus
978-85-7626-958-8	Português para concursos	30	2017	Papel	395	Impetus

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN em 29 out. 2018.

A partir do Quadro *supra*, certifica-se que apenas algumas das edições dessa obra foram cadastradas. A primeira edição foi cadastrada em três anos diferentes, com número de páginas variantes e, ainda, com dois cadastros por uma editora e um cadastro por outra. Além disso, não foi feito o cadastramento da segunda a vigésima oitava edição da PPC. Constata-se, também, que a obra não possui versão em formato digital.

No tocante à organização da trigésima edição da PPC, publicada em 2017, objeto de análise, está estruturada em 13 capítulos, conforme Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Divisão de conteúdos da PPC.

Capítulo 1	Noções de fonética
Capítulo 2	Acentuação gráfica
Capítulo 3	Separação de sílabas
Capítulo 4	Ortografia
Capítulo 5	Semântica
Capítulo 6	Classes de palavras
Capítulo 7	Concordância nominal
Capítulo 8	Concordância verbal
Capítulo 9	Regência verbal
Capítulo 10	Crase
Capítulo 11	Análise sintática
Capítulo 12	Colocação Pronominal
Capítulo 13	Pontuação
APÊNDICE	I – Emprego de certas palavras II – Emprego das iniciais III – Plural dos compostos IV – Plural com metáfora V – Emprego do hífen VI – Vícios de linguagem VII – Estrutura das palavras VIII – Formação das palavras IX – A palavra SE X – A palavra QUE XI – Estilística XII – Tipologia textual XIII – Outros exercícios
Gabarito	
Comentários	
Índice remissivo	
Bibliografia	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Aquino (2017).

Em cada capítulo, há outros subtópicos relacionados, seguidos de exercícios com questões formuladas pelo autor e extraídas de concursos e vestibulares diversos, numa escala crescente de dificuldade. O Capítulo 12, correspondente ao assunto de *Colocação Pronominal*, será detalhado na próxima subseção.

6.1.3 Regras de *Colocação Pronominal* na PPC

O autor organiza o Capítulo 12, intitulado *Colocação Pronominal*, da seguinte forma: primeiramente, faz considerações sobre a *Colocação Pronominal* na forma verbal simples, topicalizando o assunto em *emprego da próclise*, *emprego da ênclise*, *emprego da mesóclise* e em *próclise facultativa*; posteriormente, faz considerações sobre a *Colocação Pronominal* nas locuções verbais, seguidas de *observações finais* e *exercícios* sobre o assunto.

No que tange ao *emprego da próclise*, inicialmente, comenta que esta colocação se refere ao emprego do pronome antes do verbo. A ocorrência de próclise se dá quando há alguma “palavra atrativa”. Neste ponto, o autor aponta as seguintes palavras como “atrativas”: os pronomes indefinidos, relativos e interrogativos; os advérbios que não peçam pausa; e as conjunções subordinativas. Além das “palavras atrativas”, o autor, em observação, comenta que se usa próclise nas frases optativas e quando há gerúndio precedido pela preposição *em*.

Para cada regra de próclise, o autor traz exemplos de autoria própria, como se pode ver, abaixo:

1) Os pronomes indefinidos, relativos e interrogativos.

Ex.: Alguém me chama.

O livro que lhe emprestei é ótimo.

Quem o chamou?

2) Os advérbios que não peçam pausa.

Ex.: Aqui se trabalha.

Mas: Aqui, trabalha-se.

3) As conjunções subordinativas:

Ex.: Quando te encontrei, já era tarde.

Obs.: Também se usa próclise nas frases optativas (exprimem desejo) e quando há gerúndio precedido pela preposição *EM*.

Ex.: Deus te ajude!

Em se falando de esportes, ele se alegrou. (AQUINO, 2017, p. 170, grifos do autor).

Para o emprego da ênclise, o autor principia dizendo que a ênclise se refere à colocação em que o pronome é posto depois do verbo. Em seguida, afirma que a ocorrência desse tipo de colocação acontece quando não há palavra que exija o emprego da próclise. Na sequência, traz os seguintes contextos e exemplos de própria autoria para o uso da ênclise:

1) No início do período.

Ex.: Respondeu-me com precisão.

2) Em orações iniciadas por gerúndio.

Ex.: Paulo sairá, levando-te com ele.

3) Com o verbo no imperativo afirmativo.

Ex.: Meu filho, diga-me uma coisa. (*ibidem*, p. 170-171, grifos do autor).

No que diz respeito ao uso da mesóclise, Aquino (*op. cit.*) explana que é uma colocação em que o pronome se encontra dentro do verbo. A colocação mesoclítica

é usada com verbos no futuro do presente ou no futuro do pretérito, em contextos em que não há palavra que exija o uso da próclise. O autor traz dois exemplos de própria autoria para este tipo de colocação: “**Ex.:** Encontrá-lo-ei em casa. **Mas:** Nunca o encontrarei em casa.” (*ibidem*, p. 171, grifos do autor).

Avançando, o autor menciona os casos de uso facultativo da próclise, com os substantivos, com os pronomes pessoais e os demonstrativos, com as conjunções coordenativas e com o infinitivo pessoal precedido de *não*. Para tanto, traz os seguintes exemplos de própria autoria:

1) Com os substantivos.

Ex.: Paulo se levantou. Paulo levantou-se.

2) Com os pronomes pessoais e os demonstrativos.

Ex.: Ele o trouxe. Ele trouxe-o.
Isto me agrada. Isto agrada-me.

3) Com as conjunções coordenativas.

Ex.: Chegou tarde, mas me encontrou. Chegou tarde, mas encontrou-me.

4) Com o infinitivo pessoal precedido de **não**.

Ex.: Não lhe falamos do problema para não o incomodar.
Não lhe falamos do problema para não incomodá-lo. (*ibidem*, p. 171, grifos do autor).

No que está relacionado à *Colocação Pronominal* em locuções verbais, o autor assinala que depende da forma do verbo principal, se no gerúndio, no infinitivo ou no particípio.

Com gerúndio ou infinitivo, Aquino (2017) traz os seguintes exemplos de própria autoria, acentuando a *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014) em algumas das construções, conforme se pode constatar, *in verbis*:

Ex.: Desejo escrever-lhe. (certo)

Desejo-lhe escrever. (certo)

Desejo lhe escrever. (errado)

Lhe desejo escrever. (errado) (AQUINO, *op. cit.*, p. 171, grifo do autor).

Na existência de “palavra que atraia o pronome”, o autor ainda pondera que só podem ocorrer dois tipos de colocação: a próclise ao verbo auxiliar e a ênclise ao verbo principal. Tal observância é feita por meio de dois exemplos: “Nunca lhe desejo escrever. Nunca desejo escrever-lhe.” (*ibidem*, p. 172).

Com particípio, o gramático traz, consoante faz com os contextos de gerúndio ou infinitivo, exemplos demonstrando construções “certas” e “erradas”, enfatizando,

desta forma, a *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014) em alguns deles, como se pode ver, *infra*:

Ex.: Tinha escrito-lhe. (errado)
 Tinha-lhe escrito. (certo)
 Tinha lhe escrito. (errado)
 Lhe tinha escrito. (errado) (AQUINO, 2017, p. 172, grifo do autor).

Em contextos com “palavra que atraia o pronome”, o autor salienta que só pode ocorrer a próclise ao verbo auxiliar. Esta afirmação é feita a partir do seguinte exemplo: “Nunca lhe tinha escrito.” (*ibidem*, p. 172). Além disso, Aquino (*op. cit.*) afirma que há duas possibilidades de construções com preposição entre os verbos auxiliar e principal: próclise ao principal ou ênclise ao principal. Nesse caso, traz os exemplos: “Deixou de lhe falar. Deixou de falar-lhe.” (*ibidem*, p. 172). Sobre a possibilidade de aceitar a próclise ao principal, quando houver preposição entre os verbos auxiliar e principal, fica a indagação se o critério que move o gramático é pela presença da preposição ou porque a próclise ao principal é a colocação praticada no Brasil. Há uma incongruência assente!

Na finalização do Capítulo 12, o autor traz um tópico com observações relacionadas ao uso da ênclise em locuções verbais, do “pronome solto” entre os verbos auxiliar e principal, da apossínclise e da próclise em contextos com palavras ou expressão entre vírgulas, nos seguintes termos:

- ⇒ Como se viu pelos exemplos, infinito e gerúndio admitem ênclise; participio, não.
- ⇒ Segundo a gramática tradicional, consideramos errada a colocação do pronome átono solto entre dois verbos. No entanto, há uma tendência muito grande de aceitar-se como válida tal colocação. Muitas bancas de concurso têm considerado correto tal emprego. Assim, só por eliminação é possível resolver uma questão em que ocorra o pronome entre os dois verbos sem prender-se ao auxiliar.
Ex.: Preciso-lhe dizer algo. (certo)
 Preciso lhe dizer algo. (certo ou errado)
- ⇒ Com duas palavras atrativas, pode o pronome ficar entre elas. É o que se chama apossínclise.
Ex.: Já me não querem falar.
- ⇒ Havendo palavra ou expressão entre vírgulas, será obrigatória a próclise, caso tenha sido usada uma palavra atrativa antes das vírgulas.
Ex.: Sempre, meus amigos, me interesse por esse assunto. (*ibidem*, p. 172, grifo do autor).

No que respeita à primeira observação, o autor reafirma que não se usa ênclise em contextos de verbo principal no particípio; apenas em contextos de verbo principal no infinitivo ou no gerúndio.

Na segunda observação, Aquino (2017) faz uma referência genérica à “gramática tradicional”, à *gramática normativa* que se comentou no Capítulo 3 desta dissertação, sem explicitar obras ou autores que endossam seu posicionamento quanto à desconsideração da *próclise ao verbo principal* em locuções verbais. Ao passo que essa colocação é considerada “errada”, há, entretanto, segundo o autor, uma tendência para aceitá-la como uma das possibilidades; e essa tendência de aceitação é por parte da sociedade brasileira ou das bancas de concursos? Ficou truncado tal afirmação. Ademais, se há aceitação dessa colocação por “muitas bancas”, que bancas de concursos, então? Tal posição do autor é genérica. Faz-se necessário, salvo melhor juízo, a menção de exemplos de questões de bancas distintas, a fim de avaliar tal informação.

Outro ponto que se destaca acerca da segunda observação é em relação ao exemplo apresentado “Preciso-lhe dizer algo. (certo) Preciso lhe dizer algo. (certo ou errado)”; agora, Aquino (*op. cit.*), com base em sua argumentação de que muitas bancas validam a *próclise ao verbo principal*, traz entre parênteses certo ou errado, para o exemplo dessa colocação: “Preciso lhe dizer algo. (certo ou errado).” Contudo, menciona-se que, no tópico anterior, o autor havia apresentado tal colocação como errada em dois exemplos: um exemplo, na explicação dos contextos de verbo principal no gerúndio ou infinitivo: “Desejo lhe escrever. (errado)”; outro exemplo, na explicação dos contextos de verbo principal no particípio: “Tinha lhe escrito. (errado)”. Pode-se dizer, com efeito, que o consulente pode ficar em dúvida quanto a este conteúdo específico e possa buscar outros compêndios congêneres para orientações.

A terceira observação é relacionada ao caso de ocorrência de apossíclise, uma interpolação de uma ou mais palavras entre o pronome átono e o verbo. No caso específico de duas palavras atrativas, o autor afirma que o pronome átono fica entre essas palavras.

Na quarta e última observação, Aquino (*op. cit.*) explica que se antes de palavra ou expressões entre vírgulas, houver “palavra atrativa”, há obrigatoriedade de uso da próclise. Nesta observação, em nome que um tal fator de atração (a distância, diga-se de passagem), o autor diz ser obrigatória a próclise.

Em face das considerações expostas, no Quadro 14, a seguir, são apresentadas, sinteticamente, as regras de *Colocação Pronominal*, consoante Aquino (2017):

Quadro 14 – Resumo da *Colocação Pronominal*, segundo Aquino (*op. cit.*).

Na forma verbal simples	
Próclise	
1	Com pronomes indefinidos, relativos e interrogativos
2	Com advérbios que não peçam pausa
3	Com conjunções subordinativas
4	Em frases optativas
5	Com o verbo no gerúndio precedido pela preposição EM
Emprego da ênclise	
1	No início do período
2	Em orações iniciadas por gerúndio
3	Com o verbo no imperativo afirmativo
Emprego da mesóclise	
1	Com o verbo no futuro do presente ou do pretérito, quando não há nenhuma palavra exigindo a próclise
Próclise facultativa	
1	Com os substantivos
2	Com os pronomes pessoais e os demonstrativos
3	Com as conjunções coordenativas
4	Com o infinitivo pessoal precedido de não
Colocação nas locuções verbais	
1	Com infinitivo ou gerúndio → ênclise ao verbo principal; ênclise ao verbo auxiliar - Havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar; ênclise ao verbo principal
2	Com participio → ênclise ao verbo auxiliar; - Havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar
3	Com preposição entre o auxiliar e o principal – próclise ao principal; ênclise ao principal
Observações finais	
1	Infinito e gerúndio admitem ênclise; participio, não.
2	Há uma tendência muito grande de aceitar-se como válida a colocação próclise ao principal.
3	Apossínclise → com duas palavras atrativas, pode o pronome ficar entre elas.
4	Havendo palavra ou expressão entre vírgulas, será obrigatória a próclise, caso tenha sido usada uma palavra atrativa antes das vírgulas.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Aquino (*op. cit.*, p. 170-172).

Após as descrições e ponderações sobre a *gramática* de Aquino (*op. cit.*), passa-se, adiante, a exposição acerca da *Colocação Pronominal* no compêndio gramatical de Dornelles (2017).

6.2 Os pormenores da *Colocação Pronominal* em *A Nova Gramática do Concursando*

Efetua-se, a seguir, breves comentários sobre o autor da obra *A nova gramática do concursando*, daqui em diante *ANGC*, para, em seguida, serem

pormenorizadas informações globais sobre a *gramática* e, em particular, sobre as regras de *Colocação Pronominal*.

6.2.1 O autor da ANGC

José Almir Fontella Dornelles³⁶ (-), natal de São Borja³⁷, município do Rio Grande do Sul (RS), é o autor da ANGC. Formado em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrou aulas de Literatura Brasileira e Língua Portuguesa, do ensino fundamental ao ensino superior. Segundo o próprio autor na apresentação da ANGC: “São mais de quarenta anos dedicados a cursos de pré-vestibulares, à reciclagem e à capacitação de servidores públicos e, principalmente, à preparação para **concursos públicos**”. (DORNELLES, 2017, p. 15, grifos do autor).

No que tange aos concursos públicos, ministrou aulas em distintos cursos preparatórios ao longo de 30 anos, bem como publicou vários livros e apostilas no decurso de 20 anos. Além da ANGC, foram algumas das publicações na área de concursos públicos de José Dornelles: *Português fundamental para concursos* e *Língua Portuguesa: questões com gabaritos comentados*, publicadas pela Vestcon; *Gramática essencial para concursos* e *Língua portuguesa: o quê, quanto e como estudar para concursos*, inicialmente, publicadas pela Vestcon, agora, pela Alumnus; e *As melhores questões de gramática: superior*, publicada pela Alumnus.

6.2.2 Breve descrição da ANGC

Com a primeira edição publicada em 1995, a ANGC já está no mercado há mais de 20 anos. Em 2017, pela Alumnus, foi publicada a vigésima edição da mencionada *gramática*, revista, ampliada, bem como com novos exercícios e questões. Esta vigésima edição, objeto de análise, se trata de uma edição comemorativa de 20 anos. No Quadro 15, são apresentadas informações sobre o cadastro da obra na Agência Nacional do ISBN:

³⁶ Não possui currículo cadastrado na plataforma *Lattes*. Pesquisa efetivada em 30 nov. 2018.

³⁷ Segundo informações constantes no perfil do autor na rede social Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/josealmir.fontelladornelles>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Quadro 15 – Cadastro ISBN da ANGC.

ISBN	Título	Edição	Ano	Tipo Suporte	Páginas	Editora
978-85-381-0256-4	A Gramática do Concurando	20	2014	Papel	418	VEST CON
978-85-8423-073-0	A Nova Gramática do Concurando	1	2016	Papel	478	Alumnus
978-85-8423-122-5	A Nova Gramática do Concurando	20	2017	E-book - EPUB	480	Alumnus

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN em 30 nov. 2018.

Pelo quadro exposto, nota-se que a ANGC somente em 2014 começou a ter seus títulos registrados com ISBN. Além disso, verifica-se que em 2017 foi publicada uma versão em formato digital dessa *gramática*. Ademais, no *site* da Estante Virtual (endereço eletrônico: <https://www.estantevirtual.com.br/>), um dos maiores portais de compra e venda de livros do Brasil, há registro de livro no tipo seminovo/usado, com o título *A gramática do concursando*, com edições de 1995, 1996, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013, à venda³⁸.

No que se refere aos conteúdos, a ANGC está dividida em 6 (seis) partes, consoante Quadro 16, a seguir:

Quadro 16 – Divisão de conteúdos da ANGC.

PARTE 1 – FONÉTICA	Fonética e Fonologia
PARTE 2 – ORTOGRAFIA	Emprego das Letras Emprego do Hífen Divisão Silábica Acentuação Gráfica Grafia da Palavra Porquê
PARTE 3 – MORFOLOGIA	Estrutura e Processos de Formação Emprego das Classes de Palavras Substantivo Adjetivo Pronome Verbos Outras Classes de Palavras Funções da Palavra Se
PARTE 4 – SINTAXE	Sintaxe da oração Sintaxe do Período Concordância Nominal Concordância Verbal Regência Verbal e Nominal Crase Colocação Pronominal
PARTE 5 – PONTUAÇÃO	Emprego dos Sinais de Pontuação
PARTE 6 – SEMÂNTICA	Significação das Palavras
BIBLIOGRAFIA	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Dornelles (2017, p. 5-13).

³⁸ Pesquisa realizada em 10 dez. 2018.

Pontua-se que cada capítulo é iniciado com exercícios de motivação que objetivam uma autoavaliação e prognóstico do estudante em relação ao assunto. Em sequência, é trazido um *box* intitulado *Dicas de estudo*, em que se encontram informações sobre a estatística e a probabilidade (mínima, pequena, média, grande e máxima) de se ter questões relacionadas ao estudo nos concursos públicos, bem como, no quadro mencionado, são indicados os itens que mais caem nos concursos públicos sobre o assunto. Segundo o autor, tais dicas foram formuladas com base em pesquisa e análise de mais de 3000 questões, de 398 provas, aplicadas entre 2013 e 2015, cujos pormenores são encontrados em sua obra *Língua portuguesa: o quê, quanto e como estudar para concursos*. Depois de mencionar tais dicas, o autor pormenoriza aspectos teóricos sobre o assunto. Na continuação, traz o gabarito dos exercícios de motivação, bem como mais exercícios e questões de concursos para serem respondidos: os exercícios, para testar e memorizar o assunto estudado; as questões de concursos, para mostrar como o assunto é cobrado nas provas. Na finalização do capítulo, o autor traz o gabarito dos exercícios e questões, com comentários. À luz desses esclarecimentos preliminares, serão apresentadas as minúcias do Capítulo *Colocação Pronominal na ANGC*.

6.2.3 Regras de Colocação Pronominal na ANGC

O Capítulo *Colocação Pronominal* é o último da parte 4, referente à Sintaxe. Ele é principiado por exercícios de motivação que consistem em julgar 10 (dez) alternativas em certo ou errado, para que o consulente se avalie quanto ao assunto em apreço. Na continuação, traz um *Box*, contendo curiosidades em relação à *Colocação Pronominal* nos concursos públicos, o qual é apresentado, a seguir:

Box 1 – Dicas de estudo, relativas à Colocação Pronominal.

1) Estatística: **12** questões em **3.490** pesquisadas*.
 2) Probabilidade de cair em prova: **mínima** ¹ (0,34%).
 3) O que estudar mais?
 Os itens que mais caem em provas: **próclise e ênclise obrigatórias – mesóclise**.
 Observação: predominam questões do tipo “reescrever textos” e “identificar opção com ou sem erro”.
 (*) Fonte: in **O quê, quanto e como estudar português para concursos**. 3. ed. Alumnus, 2016³⁹.

Fonte: DORNELLES, 2017, p. 408.

³⁹ Para esclarecer, a fonte mencionada faz parte do Box na *gramática* de Dornelles (*op. cit.*).

Segundo o *Box 1*, numa amostra de 3490 questões de concursos verificadas, houve ocorrência, apenas, de 12 questões, relacionadas ao assunto de *Colocação Pronominal*, representando, probabilidade mínima de cobrança em provas. Itens relativos à próclise obrigatória, ênclise obrigatória e mesóclise, com questões de reescrita de textos e de identificação de alternativas com ou sem “erro” foram tidos como recorrentes. Nesse sentido, depois das análises das 6 (seis) bancas de concurso selecionadas nesta dissertação, é válido confrontar se tais itens e tipos de questões são comuns.

Na sequência, Dornelles (2017) traz um tópico sobre a *Sintaxe de Colocação*, colocação dos termos na oração e das orações no período. Aqui, o gramático apresenta exemplos de orações em ordem direta: sujeito → verbo → complementos verbais → adjuntos adverbiais; e em ordem inversa: termos em sequência alterada. Exibem-se, *infra*, os exemplos mencionados:

1) Ordem direta

Sujeito → verbo → complementos verbais → adjuntos adverbiais:

Alguns colegas visitaram a biblioteca na semana passada.

sujeito verbo objeto direto adjunto adverbial

A diretoria achava que tinham razão embora não soubesse por quê.

or. principal or. subord. subst. or. subord. adverbial

2) Ordem inversa

Quando se *alterar a sequência* ideal dos termos:

Visitaram, na semana passada, alguns colegas a biblioteca.

verbo adjunto adverbial sujeito objeto direto

Embora não soubesse por quê, a diretoria achava que tinha razão.

or. subord. adverbial or. principal or. subord. subst.

(*ibidem*, p. 408).

No tópico seguinte, efetivamente, o autor pontua considerações sobre o assunto de *Colocação Pronominal*, trazendo, inicialmente, em subtópico *A Topologia Pronominal*, as posições que podem se encontrar os pronomes oblíquos átonos: próclise – “pronome anteposto ao verbo”; ênclise – “pronome posposto do verbo”; mesóclise – “pronome intercalado no verbo” (*ibidem*, p. 408-409, grifos do autor).

No outro subtópico intitulado *Princípios Básicos*, Dornelles (*op. cit.*) apresenta três princípios, os quais serão discriminados, a seguir:

1) Desde que não inicie oração, a colocação do pronome antes do verbo estará, a princípio, correta:

As competições **se iniciaram** *na hora marcada*.

Atenção!

.....
 Entretanto, o pronome átono pode iniciar orações interferentes ⁽³⁹⁾:
*As férias de julho, **me diziam as crianças**, foram as melhores.*

2) Depois dos infinitivos invariáveis, a colocação será correta, mas não obrigatória:

Não dizer-lhe a verdade será pior.
*Não **lhe dizer** a verdade será pior.*

3) É proibida a colocação do pronome depois de verbos no particípio, no futuro do presente ou no futuro do pretérito:

Tenho dedicado-me ao trabalho. (incorreto)
*Tenho **me** dedicado ao trabalho. (correto)*
Avisarei-te assim que chegarem as notas. (incorreto)
*Avisar **te-ei** assim que chegarem as notas. (correto)*
 [...]

⁽³⁹⁾ Orações que inserem, em certos períodos, opiniões, advertências, observações ou ressalvas. (*ibidem*, p. 409).

Aponta-se que o autor se utiliza da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), julgando “corretos” e “incorretos” os exemplos do terceiro princípio básico de *Colocação Pronominal*.

Posteriormente, o gramático apresenta os casos obrigatórios de próclise: 1) Orações negativas, exclamativas, interrogativas e optativas; 2) Orações subordinadas com a conjunção clara ou subentendida; 3) Com pronomes substantivos (indefinidos, relativos e interrogativos); 4) Com advérbios de qualquer tipo; 5) Com o gerúndio preposicionado (preposição em); 6) Com verbos no infinitivo flexionado. (DORNELLES, 2017, p. 409-410). Ao todo, traz 14 exemplos de própria autoria, para contextualizar o uso da próclise obrigatória.

Logo depois, menciona os casos de próclise facultativa: 1) Estando o sujeito expresso; 2) Com infinitivos invariáveis; 3) Com as orações coordenadas sindéticas. (*ibidem*, p. 410). Cada caso é sucedido por 2 (dois) exemplos de própria autoria.

Explicita, também, os casos obrigatórios de ênclise: 1) Períodos e orações iniciadas por verbo; 2) Pronomes o, a, os, as (com infinitivos precedidos pelas preposições a ou por); 3) Orações imperativas afirmativas. (*ibidem*, p. 410-411). O autor se utiliza de 5 (cinco) exemplos de própria autoria, para contextualizar os casos obrigatórios de ênclise.

Para o tempo simples, por fim, traz as considerações para o uso da mesóclise, com exemplos autorais, *in verbis*:

A mesóclise será obrigatória com verbos no **futuro do presente** ou do **pretérito**, desde que não haja caso de próclise:
Por este processo, ter-se-ão obtido os melhores resultados.
Sua atitude é serena, poder-se-ia dizer hierática, quase ritual.

Atenção!

.....
 Qualquer caso obrigatório de próclise tem precedência:

Amanhã te contarei todas as novidades.

A mesóclise será obrigatória apenas em oração iniciada pelo verbo:

Contar-te-ei amanhã todas as novidades.

.....
 (*ibidem*, p. 411, grifos do autor).

Para a *Colocação Pronominal* nos tempos compostos (ter/haver + particípio), Dornelles (2017) diz que os pronomes se juntam ao verbo auxiliar; não ao particípio. São apresentados os seguintes exemplos de própria autoria: Talvez **o** tivéssemos subestimado. Haviam-**no** declarado vencedor. (*ibidem*, p. 411).

No que tange à *Colocação Pronominal* nas locuções verbais, por sua vez, traz duas regras, com exemplos autorais: 1) Não havendo caso de próclise, será livre a colocação; 2) Havendo caso de próclise, o pronome será colocado antes ou depois da locução verbal, *i.e.*, não ficando entre os verbos. Para a primeira regra, o autor traz um exemplo com a possibilidade de próclise ao verbo auxiliar (O diretor **nos** deve oferecer o prêmio), ênclise ao verbo auxiliar (O diretor deve-**nos** oferecer o prêmio) e ênclise ao verbo principal (O diretor deve oferecer-**nos** o prêmio). Para a segunda, dois exemplos com a possibilidade de próclise ao verbo auxiliar (O rapaz não se deve casar hoje) e ênclise ao verbo principal (O rapaz não deve casar-**se** hoje). (*ibidem*, p. 411). Além disso, traz duas observações, as quais serão mencionadas, adiante:

Observações

.....
 1) Nesses casos, as opções de colocação não podem contrariar regras básicas de colocação, nem gerar cacofonia.

São construções **incorretas**:

Os alunos haviam convidado-me para sair.

(houve ênclise com particípio)

Os alunos iriam amar-te.

(houve cacofonia "Iriam a Marte")

2) A **Sintaxe Brasileira**, isto é, a colocação do pronome oblíquo "solto" entre os verbos, mesmo havendo fatores de próclise, vem sendo consagrada por escritores e gramáticos de renome, mas ainda não foi definitivamente aceita pelos **padrões clássicos** da língua:

*Os alunos ainda não tinham **nos** informado a data.*

Atenção!

.....
Os estudantes, numa prova, devem optar pela colocação prevista nos padrões formais da língua:

Os alunos ainda não nos tinham informado a data.

.....
(*ibidem*, p. 412, grifos do autor).

Sobre a observação 2, o autor comenta que a próclise ao verbo principal é um tipo de colocação que “vem sendo consagrada”, mas não cita nomes de escritores nem gramáticos renomados que a utilizam ou a recomendam, para referendar suas afirmações. Além disso, cabe mencionar que há uma contradição nesta observação: se vem sendo consagrada pelos escritores e gramáticos de renome, onde estariam os padrões clássicos da língua? A *norma-padrão* de uma língua não está contida nas *gramáticas*?

Para concluir a exposição do conteúdo de *Colocação Pronominal*, o autor, ainda, comenta acerca da apossínclise, da seguinte forma:

É a **figura de linguagem** que consiste em intercalar, nos casos de próclise, palavra(s) entre o verbo e o pronome oblíquo. Ocorre, mais comumente, com o advérbio **não**.

Em vez de “É possível que o leitor não nos creia.”

“É possível que o leitor **nos não** creia.” (Machado de Assis)

Outros exemplos:

Em vez de “O amor que eu lhe ofertei.”

“O amor que **lhe eu** ofertei.” (Olavo Bilac)

Em vez de “Quem rosas colhe sem a mão lhe sangrar?”

“Quem rosas colhe sem **lhe a mão** sangrar?” (Antero de Quental) (*ibidem*, p. 412, grifos do autor).

Observa-se que o autor traz abonações de escritores da literatura portuguesa e brasileira, para legitimar o caso específico de apossínclise: Machado de Assis (1839-1908) e Olavo Bilac (1865-1918), escritores brasileiros; Antero de Quental (1842-1891), escritor português. Além disso, utiliza-se da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014) na apresentação dos contextos adequados e abonados em escritores da literatura. Contudo, menciona-se que os trechos de reescrita do gramático (Em vez de “[...]”) deveriam ter sido escritos sem as aspas porque o leitor pode ficar em dúvida. Esta pesquisadora, mesmo, teve que consultar os textos citados dos autores para saber quais das construções eram as deles.

Isso posto, no Quadro 17, adiante, são resumidas as regras de *Colocação Pronominal*, expostas na ANGC:

Quadro 17 – Resumo da Colocação Pronominal, segundo Dornelles (2017).

Princípios básicos	
1	Desde que não inicie oração, a colocação do pronome antes do verbo estará, a princípio, correta. Atenção! Entretanto, o pronome átono pode iniciar orações interferentes
2	Depois dos infinitivos invariáveis, a colocação será correta, mas não obrigatória
3	É proibida a colocação do pronome depois de verbos no particípio, no futuro do presente ou no futuro do pretérito
Próclise – casos obrigatórios	
1	Orações negativas, exclamativas, interrogativas e optativas
2	Orações subordinadas com a conjunção clara ou subentendida
3	Com pronomes substantivos: indefinidos, relativos, interrogativos.
4	Com advérbios de qualquer tipo
5	Com o gerúndio preposicionado (preposição em)
6	Com verbos no infinitivo flexionado
Próclise facultativa	
1	Estando o sujeito expresso
2	Com infinitivos invariáveis
3	Com as orações coordenadas sindéticas
Ênclise – casos obrigatórios	
1	Períodos e orações iniciadas por verbo
2	Pronomes o, a, os, as (com infinitivos <i>precedidos pelas preposições a ou por</i>)
3	Orações imperativas afirmativas
Mesóclise	
1	Com verbos no futuro do presente ou do pretérito, desde que não haja caso de próclise Atenção! Qualquer caso obrigatório de próclise tem precedência A mesóclise será obrigatória apenas em oração iniciada pelo verbo
Colocação Pronominal nos tempos compostos	
1	Os pronomes juntam-se ao verbo auxiliar e não ao particípio
Colocação Pronominal nas locuções verbais	
1	Não havendo caso de próclise, será livre a colocação
2	Havendo caso de próclise, o pronome será colocado antes ou depois da locução verbal, isto é, não poderá ficar entre os verbos
	Observações: As opções de colocação não podem contrariar regras básicas de colocação, nem gerar cacofonia A Sintaxe Brasileira , isto é, a colocação do pronome oblíquo “solto” entre os verbos, mesmo havendo fatores de próclise, vem sendo consagrada por escritores e gramáticos de renome, mas ainda não foi definitivamente aceita pelos padrões clássicos da língua. Atenção! Os estudantes, numa prova, devem optar pela colocação prevista nos padrões formais da língua
Apossínclise	
1	Intercalar, nos casos de próclise, palavra(s) entre o verbo e o pronome oblíquo. Ocorre, mais comumente, com o advérbio não

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Dornelles (*op. cit.*, p. 408-412).

Assim, feitas as considerações sobre a *gramática* de Dornelles (*op. cit.*), desenvolve-se, a seguir, a análise descritiva das regras de *Colocação Pronominal* na *gramática* de Almeida (2009).

6.3 Os pormenores da *Colocação Pronominal na Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares...*

A fim de contextualizar a configuração das regras de *Colocação Pronominal*, convém, preliminarmente, tecer algumas considerações acerca da biografia do autor, bem como acerca das características gerais da *Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares...*, daqui para frente *GLPC*.

6.3.1 O autor da *GLPC*

Nílson Teixeira de Almeida⁴⁰ (-), autor da *GLPC*, é natural da cidade de Itapetininga, município do estado de São Paulo. Bacharelou e licenciou-se em Língua Portuguesa pela USP. É professor desde 1974 e já atuou em variadas escolas e cursos pré-vestibulares da capital e do interior do estado paulista. Hodiernamente, é docente do ensino médio e de cursos preparatórios para vestibulares e concursos públicos. Além do mais, é idealizador e apresentador do programa de rádio *Certo ou Errado?* e autor das obras: *Regência Verbal e Nominal*, publicada pela Atual; *Fonologia, Acentuação e Crase*, publicada, também, pela Atual; *Gramática completa para concursos e vestibulares*, publicada pela Saraiva; *Superdicas de português para concursos públicos e vestibulares*, também, publicada pela Saraiva; entre outras.

6.3.2 Breve descrição da *GLPC*

A edição da *GLPC*, objeto de análise, é a nona, publicada no ano de 2009, com revisão e atualização, conforme a nova ortografia e de acordo com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). Em consulta ao *site* da Agência Nacional do ISBN, têm-se os seguintes dados quanto ao cadastro da *gramática*:

⁴⁰ Não possui currículo cadastrado na plataforma *Lattes*. Busca efetivada em 10 dez. 2018.

Quadro 18 – Cadastro ISBN da GLPC.

ISBN	Título	Edição	Ano	Tipo Suporte	Páginas	Editora
978-85-02-07641-9	Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares	9	2009	Papel	5	Saraiva
978-85-02-09292-1	Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, ENEN, colégios técnicos e militares...	1	2010	Publicação digitalizada	0	Saraiva

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN em 10 dez. 2018.

Pelo quadro *supra*, nota-se que a GLPC só começou a fazer o cadastro do ISBN a partir da nona edição, impressa em 2009. Além disso, tem-se a informação de que essa *gramática* iniciou o cadastro das versões digitais, a partir de 2010.

A GLPC está estruturada, de acordo com os pormenores apresentados, no Quadro 19, *infra*:

Quadro 19 – Divisão de conteúdos da GLPC.

I – Fonologia	1 – Fonologia 2 – Ortografia 3 – Emprego do hífen 4 – Acentuação gráfica 5 – Significação das palavras
II – Morfologia	1 – Estrutura e formação de palavras 2 – Classes de palavras 3 – Classes gramaticais invariáveis
III – Sintaxe	1 – As estruturas do período simples 2 – As estruturas do período composto 3 – Sintaxe de regência 4 – Crase 5 – Sintaxe de concordância 6 – Colocação pronominal 7 – As palavras <i>que, se e como</i> 8 – Pontuação
IV – Figuras de linguagem	1 – Figuras de linguagem 2 – Vícios de linguagem
V – Tópicos de linguagem	1 – Tópicos de linguagem
VI – Respostas aos exercícios e testes	I – Fonologia II – Morfologia III – Sintaxe IV – Figuras de linguagem V – Tópicos de linguagem
Siglas das instituições promotoras de vestibulares	
Siglas das instituições promotoras de concursos públicos	
Bibliografia	
Conteúdo do CD de áudio	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Almeida (2009).

A partir do Quadro 19, aponta-se que cada capítulo da *GLPC* é finalizado com exercícios produzidos em ordem crescente de dificuldades e, ainda, com testes de concursos públicos e vestibulares, de variadas instituições. Ao final das seis partes, têm-se as siglas das instituições que realizam vestibulares e concursos públicos, bem como a bibliografia que fundamentou a obra e informações referentes ao CD de áudio que vem com a *gramática*.

Um dado adicional sobre a *GLPC*, em concordância com o que o próprio autor afirma, na apresentação da obra, é seu embasamento em textos de autores clássicos, modernos e contemporâneos. No prefácio da *gramática*, inclusive, Reinaldo Polito (2009) faz o seguinte comentário sobre tais escolhas de Almeida: “Os exemplos utilizados pelo Professor Nílson foram garimpados cuidadosamente nos textos mais importantes da nossa língua, desde os autores clássicos até os mais contemporâneos [...]”. (*ibidem*, p. IX-X).

Nessa esteira, ao longo da obra, podem ser encontradas várias abonações, para exemplificar os fatos linguísticos descritos. Com isso, fica a curiosidade de como o autor apresenta os exemplos quanto ao fenômeno de *Colocação Pronominal*. Ele se embasa em abonações de autores portugueses e/ou brasileiros? Autores clássicos ou mais contemporâneos? Sobre isso, na próxima seção, serão apresentadas as postulações e trazidas as abonações e os textos de própria autoria acerca desse assunto na *GLPC*.

6.3.3 Regras de Colocação Pronominal na *GLPC*

Antes de mais nada, cabe mencionar que as regras de *Colocação Pronominal* estão expostas em capítulo específico (Capítulo 6), da parte III na *GLPC*, relativa à Sintaxe. Tal capítulo é iniciado com a explicitação dos pronomes oblíquos átonos: *me, te, se, o, a, lhe, os, as, lhes, nos* e *vos*; assim como com as posições que esses pronomes podem ocupar numa frase: próclise, mesóclise e ênclise. A fim de exemplificar, o autor traz as seguintes abonações:

- a) **antes do verbo – próclise** (pronome **proclítico**)
“Não, não *me* abandone, não *me* desespere (...)” (Luciano Gomes)
- b) **no meio do verbo – mesóclise** (pronome **mesoclítico**)
“Meu nome, dir-*lhes*-ei a seu tempo.” (Jorge de Lima)

c) **após o verbo – ênclise** (pronome **enclítico**)

“Suporta-se com paciência a cólica do próximo.” (Machado de Assis)
(ALMEIDA, 2009, p. 416, grifos do autor).

A primeira abonação é um trecho de uma composição de Luciano Gomes (1971-), escritor e compositor brasileiro; a segunda é um trecho de um texto de Jorge de Lima (1895-1953), escritor brasileiro; a terceira é um trecho de um texto de Machado de Assis (1839-1908), escritor brasileiro.

Depois disso, traz as regras gerais, iniciando pelos contextos de uso obrigatório da próclise, quais sejam:

- a) com **verbos** modificados diretamente por **advérbios** antepostos a eles [...]
- b) em orações iniciadas por **pronomes indefinidos** ou **pronomes demonstrativos** [...]
- c) em **orações subordinadas** (iniciadas por **conjunção subordinativa**, **pronome relativo**, **pronome interrogativo** ou **advérbio interrogativo**) [...]
- d) em **orações interrogativas** iniciadas por **pronomes** ou **advérbios interrogativos** [...]
- e) em **orações exclamativas** iniciadas por **pronomes** ou **advérbios exclamativos**; [...]
- f) em **orações optativas** (que exprimem desejo) com sujeito anteposto ao verbo [...]
- g) com verbo no **gerúndio** precedido da preposição **em** [...]
- h) com verbo no **infinitivo pessoal** (flexionado ou não) precedido de **preposição** [...] (*ibidem*, p. 416-417, grifos do autor).

Para a regra a), Almeida (*op. cit.*) traz uma observação de que, havendo pausada por vírgula, a recomendação é o uso da ênclise. Além disso, vale mencionar que, para cada regra, o autor exemplifica com abonações ou, ainda, com textos de própria autoria.

Antes de apresentar as regras de ênclise, o gramático expõe que, consoante a *gramática normativa*, a ênclise é a posição normal dos pronomes oblíquos átonos, caso não haja condições para o uso da próclise ou da mesóclise. Sobre essa afirmativa, fica o seguinte questionamento: Como pode a ênclise ser a posição normal se o gramático condiciona ao não uso da próclise ou da mesóclise? Acredita-se que tal ideia está incoerente.

As regras para ênclise obrigatória, segundo Almeida (*op. cit.*), são:

- a) com verbo no **início do período**, desde que não esteja no futuro do indicativo [...]
- b) com verbo no **imperativo afirmativo** [...]
- c) com verbo no **gerúndio**, desde que não esteja precedido da preposição **em** [...]

- d) com verbo no **infinitivo impessoal** regido da preposição **a** [...]
 e) em **orações interrogativas** iniciadas por **palavras interrogativas**, com verbo no **infinitivo impessoal** [...]. (*ibidem*, p. 418, grifos do autor).

Para o uso da mesóclise, o autor afirma que é ela só ocorrerá com verbos no futuro do presente ou do pretérito e, caso não haja, fator de próclise. Para o uso da mesóclise, o gramático, ainda, traz duas observações: “1.^a) Se o verbo no **futuro** vier precedido de **pronome reto**, ocorrerá a **próclise** [...] 2.^a) Se o **sujeito anteposto** à forma verbal no futuro **não** for **pronome reto**, ocorrerá **facultativamente** a **próclise** ou a **mesóclise** [...]”. (*ibidem*, p. 419, grifos do autor).

Para a *Colocação Pronominal* em locuções verbais, Almeida (2009) traz as seguintes regras:

Com locuções em que o **verbo principal** ocorre no **infinitivo** ou no **gerúndio**:

a) se a **locução verbal não** vier precedida de um fator de próclise, o pronome átono poderá ficar **depois do verbo auxiliar** ou **depois do verbo principal** [...]

b) havendo fator de próclise, o pronome átono ficará **antes do verbo auxiliar** ou **depois do verbo principal** [...]

Com locuções em que o **verbo principal** ocorre no **particípio**:

a) se **não** houver fator de próclise, o pronome átono ficará **depois do verbo auxiliar** [...]

b) se houver fator de próclise, o pronome átono deverá ficar **antes do verbo auxiliar** [...]. (*ibidem*, p. 419, grifos do autor).

Chama-se atenção para o fato de o autor não fazer referência à possibilidade da próclise ao verbo principal nas locuções verbais. Nem em suas regras nem nos exemplos escolhidos.

No que toca aos exemplos apresentados ao longo das exposições das regras de *Colocação Pronominal*, o autor se utiliza de 66 exemplos, sendo 29 de autoria própria e 37 abonações. Contabilizou-se o seguinte quantitativo de abonações por autor: 7 abonações de Machado de Assis (1839-1908), escritor brasileiro; 3 abonações de Clarice Lispector (1920-1977), escritora brasileira; 2 abonações de Alexandre Herculano (1810-1877), escritor português; 2 abonações de Eça de Queiroz (1845-1900), escritor português; 2 abonações de Gonçalves Dias (1823-1864), escritor brasileiro; 2 abonações de Jorge de Lima (1895-1953), escritor brasileiro; 2 abonações de Vicente de Carvalho (1866-1924), escritor brasileiro; 1 abonação de Abel Botelho (1854-1917), escritor português; 1 abonação de Alcântara Machado (1901-1935), escritor brasileiro; 1 abonação de Aluísio Azevedo (1857-

1913), escritor brasileiro; 1 abonação de Artur Azevedo (1855-1908), escritor brasileiro; 1 abonação de Camilo Castelo Branco (1825-1890), escritor português; 1 abonação de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), escritor brasileiro; 1 abonação de Cecília Meireles (1901-1964), escritora brasileira; 1 abonação de Coelho Neto (1864-1934), escritor brasileiro; 1 abonação da *Folha de S. Paulo*, jornal brasileiro; 1 abonação de Franklin Távora (1842-1888), escritor brasileiro; 1 abonação de Luciano Gomes (1971-), escritor brasileiro; 1 abonação de Lúcio Cardoso (1913-1968), escritor brasileiro; 1 abonação de Manuel Bandeira (1886-1968), escritor brasileiro; 1 abonação de Olavo Bilac (1865-1918), escritor brasileiro; 1 abonação de Rebelo da Silva (1822-1871), escritor português; 1 abonação de Tristão da Cunha (1890-1974), escritor brasileiro; e 1 abonação de Visconde de Taunay (1843-1899), escritor brasileiro.

Assim sendo, as abonações são de 5 autores portugueses e de 19 autores brasileiros. Percebe-se que Almeida (2009) privilegia abonações de autores de obras românticas, realistas e modernas da literatura portuguesa e brasileira. Os autores classicistas, naturalistas, surrealistas e parnasianos estão, também, mencionados. Quase não são citados autores mais contemporâneos.

Sistematicamente, considere-se o Quadro 20, no tocante às prescrições acerca da *Colocação Pronominal* na GLPC:

Quadro 20 – Resumo da *Colocação Pronominal*, segundo Almeida (*op. cit.*).

Próclise – casos obrigatórios	
1	com verbos modificados diretamente por advérbios antepostos a eles Observação: Havendo pausa indicada por vírgula, recomenda-se a ênclise
2	em orações iniciadas por pronomes indefinidos ou pronomes demonstrativos
3	em orações subordinadas (iniciadas por conjunção subordinativa, pronome relativo, pronome interrogativo ou advérbio interrogativo)
4	em orações interrogativas iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos
5	em orações exclamativas iniciadas por pronomes ou advérbios exclamativos
6	em orações optativas (que exprimem desejo) com sujeito anteposto ao verbo
7	com verbo no gerúndio precedido da preposição em
8	com verbo no infinitivo pessoal (flexionado ou não) precedido de preposição
De acordo com a Gramática Normativa, a posição normal dos pronomes átonos é depois do verbo, desde que não haja condições para a próclise ou para a mesóclise	
Ênclise – casos obrigatórios	
1	com verbo no início do período, desde que não esteja no futuro do indicativo
2	com verbo no imperativo afirmativo
3	com verbo no gerúndio, desde que não esteja precedido da preposição em
4	com verbo no infinitivo impessoal regido da preposição a
5	em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal
Mesóclise	
1	só poderá ocorrer com verbos no futuro do presente ou no futuro do pretérito, desde que não

	haja algum fator de próclise Observação: 1. ^a) Se o verbo no futuro vier precedido de pronome reto, ocorrerá a próclise 2. ^a) Se o sujeito anteposto à forma verbal no futuro não for pronome reto, ocorrerá facultativamente a próclise ou a mesóclise
Colocação Pronominal nas locuções verbais	
1	Com locuções em que o verbo principal ocorre no infinitivo ou no gerúndio: a) se a locução verbal não vier precedida de um fator de próclise, o pronome átono poderá ficar depois do verbo auxiliar ou depois do verbo principal b) havendo fator de próclise, o pronome átono ficará antes do verbo auxiliar ou depois do verbo principal
2	Com locuções em que o verbo principal ocorre no particípio: a) se não houver fator de próclise, o pronome átono ficará depois do verbo auxiliar b) se houver fator de próclise, o pronome átono deverá ficar antes do verbo auxiliar

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Almeida (2009, p. 408-412).

Realizadas as considerações sobre as regras de *Colocação Pronominal* de Almeida (*op. cit.*), passa-se, agora, à apresentação das regras na *gramática* de Bezerra (2017).

6.4 Os pormenores da *Colocação Pronominal* na *Nova gramática da língua portuguesa para concursos*

Procede-se, a seguir, à apresentação de informações sobre o autor, bem como sobre a sua *gramática* de modo global, a fim de, posteriormente, serem mencionadas as prescrições relacionadas à *Colocação Pronominal* na *Nova gramática da língua portuguesa para concursos*, doravante *NGLPC*.

6.4.1 O autor da *NGLPC*

A autoria da *NGLPC* é de Rodrigo Bezerra da Silva⁴¹ (-), graduado em Letras (Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em Direito pela Associação de Ensino Superior de Olinda (AESO). Há mais de 20 anos, ministra aulas de Língua Portuguesa, especificamente, *gramática*, interpretação de textos e redação. Atualmente, é diretor comercial e pedagógico e professor de concursos públicos do *CERS Cursos Online*, além de ter um canal no *YouTube* (endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/user/profrodrigobezerra/feed>), criado em 2013, com mais

⁴¹ Não possui currículo cadastrado na plataforma *Lattes*. Busca efetivada em 11 jul. 2018.

de 150 vídeos, mais 14000 inscritos e mais de 500.000 visualizações⁴², com dicas, aulas, resoluções de questões e motivações para quem quer ter êxito nos concursos públicos⁴³.

6.4.2 Breve descrição da NGLPC

A NGLPC já teve, ao longo do tempo, 8 edições, entre publicações impressas e digitalizadas. Em consulta ao *site* da Agência Brasileira do ISBN, têm-se os seguintes dados em relação ao cadastro dessa *gramática* voltada para concursos públicos:

Quadro 21 – Cadastro ISBN da NGLPC.

ISBN	Título	Edição	Ano	Tipo Suporte	Páginas	Editadora
978-85-309-3251-0	Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos	1	2010	Papel	896	Forense LTDA
978-85-309-3404-0	Nova Gramática da Língua Portuguesa para concursos	4	2011	Papel	800	Forense LTDA
978-85-309-3684-6	Nova Gramática da Língua Portuguesa para concursos	4	2011	<i>E-book</i>	0	Forense LTDA
978-85-309-3840-6	Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos	5	2011	Papel	800	Forense LTDA
978-85-309-4696-8	Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos	6	2013	Papel	800	Forense LTDA
978-85-309-4748-4	Nova gramática da língua portuguesa: revista e atualizada	6	2013	Publicação digitalizada - PDF	808	Forense LTDA
978-85-309-4749-1	Nova gramática da Língua Portuguesa para concursos: revista e atualizada	6	2013	Publicação digitalizada - PDF	808	Forense LTDA
978-85-309-5531-1	Nova gramática da língua portuguesa para concursos	7	2014	Publicação digitalizada - PDF	808	Forense LTDA
978-85-309-6107-7	Nova gramática da língua portuguesa para concursos	7	2014	<i>E-book</i>	808	Forense LTDA
978-85-309-6108-4	Nova Gramática da língua portuguesa para	7	2014	Publicação digitalizada	808	Forense LTDA

⁴² Estatísticas sobre o canal verificadas no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/user/profrodri gobezerra/about>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

⁴³ Parte deste parágrafo foi elaborado a partir de dados verificados no perfil do autor na rede social LinkedIn. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/rodrigo-bezerra-1197882b>>. Acesso em: 13 set. 2018.

	concursos			- PDF		
978-85-309-7594-4	Nova gramática da língua portuguesa para concursos	8	2017	Papel	872	Forense LTDA
978-85-309-7596-8	Nova gramática da língua portuguesa para concursos	8	2017	Publicação digitalizada - PDF	808	Forense LTDA
978-85-309-7597-5	Nova gramática da língua portuguesa para concursos	8	2017	Publicação digitalizada - PDF	200	Forense LTDA

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN em 11 jul. 2018.

Com base no Quadro apresentado, verifica-se que a primeira edição da *NGLPC* foi publicada em 2010, tendo, assim, já oito anos no mercado editorial brasileiro. Constatou-se, ainda, que a segunda e terceira edições dessa *gramática* não tiveram o ISBN cadastrado. Além disso, as publicações em meio digital foram iniciadas a partir da quarta edição da *NGLPC*.

No que se refere à oitava edição da *NGLPC*, edição alvo desta pesquisa, pela ficha catalográfica, verifica-se que, além de ter sido publicada pela Editora Forense, ela foi publicada pela Editora Método do Grupo Editorial Nacional (GEN).

Estruturalmente, ela é dividida em 4 partes, quais sejam: I) Fonética; II) Morfologia; III) Sintaxe; IV) Parte especial, seguidas da bibliografia. No Quadro 22, a seguir, tem-se a subdivisão de cada uma dessas partes:

Quadro 22 – Divisão de conteúdos da *NGLPC*.

I – Fonética	Capítulo 1 – Fonética e fonologia Capítulo 2 – Ortografia oficial Capítulo 3 – Acentuação Capítulo 4 – Significação das palavras
II – Morfologia	Introdução à Morfologia Capítulo 1 – Estruturação e formação de palavras Capítulo 2 – Substantivo Capítulo 3 – Adjetivo Capítulo 4 – Artigo Capítulo 5 – Numeral Capítulo 6 – Pronome Capítulo 7 – Verbo Capítulo 8 – Advérbio Capítulo 9 – Conjunção Capítulo 10 – Preposição Capítulo 11 – Interjeição
III – Sintaxe	Capítulo 1 – Sintaxe de oração – termos essenciais da oração Capítulo 2 – Termos integrantes da oração Capítulo 3 – Termos acessórios da oração Capítulo 4 – Sintaxe do período composto Capítulo 5 – Sintaxe de concordância Capítulo 6 – Sintaxe de regência Capítulo 7 – Emprego do acento grave – crase Capítulo 8 – Sintaxe de colocação pronominal

	Capítulo 9 – Emprego dos sinais de pontuação
IV – Parte especial	Capítulo 1 – Emprego do infinitivo
	Capítulo 2 – Funções morfológicas das palavras “que”, “se” e “como”
	Capítulo 3 – Particularidades léxicas e gramaticais
	Capítulo 4 – A linguagem figurada – as figuras de linguagem
Bibliografia – conteúdo gramatical	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bezerra (2017, p. XIX-XXXV).

Ao final de cada capítulo, há questões que já foram aplicadas em provas de concursos públicos. Cada capítulo é seguido de uma lista com o gabarito de cada uma delas. Em alguns capítulos, por exemplo, da segunda e terceira partes, depois do gabarito, o autor recomenda acessar o GEN | Informação On-line (GEN-io), portal de material suplementar, no endereço eletrônico <<http://gen-io.grupogen.com.br>>, para ter acesso a mais questões sobre o capítulo estudado.

Ademais, para cada um dos capítulos, o autor traz um plano de estudos. Neste plano, o aluno pode colocar a data de cada momento de estudo dos capítulos: o momento em que estudou, o momento em que revisou, o momento em que releu, o momento em que resolveu exercícios sobre o assunto e traz, ainda, algumas considerações. Veja, a seguir, o plano para o capítulo referente ao assunto de *Colocação Pronominal*:

Quadro 23 – Plano de estudos – assunto de *Colocação Pronominal*.

ASSUNTO	ESTUDEI EM (data)	REVISEI EM (data)	RELI EM (data)	RESOLVI EXERCÍCIOS SOBRE O ASSUNTO EM (data)
8. Sintaxe de colocação pronominal				
Considerações: Fique tranquilo aqui, pois o assunto é bastante fácil. Sugiro que, antes, dê uma olhada, em morfologia, nos pronomes pessoais (retos e oblíquos). Quando iniciar o assunto de colocação pronominal, sempre revise as regras de atração do pronome oblíquo átono (casos de próclise), notadamente a próclise que se dá por causa das conjunções subordinativas e dos pronomes relativos. Leia com atenção sobre a colocação dos pronomes oblíquos nas locuções verbais.				

Fonte: BEZERRA, *op. cit.*, p. XVI.

Pelas considerações em relação ao estudo do assunto em tela, constata-se que o autor julga o assunto de *Colocação Pronominal* descomplicado, exigindo, apenas, uma revisão no que tange aos casos que levam o pronome para antes do verbo, sobretudo em virtude de conjunções subordinativas e de pronomes relativos. Outra ponderação que o autor faz, preliminarmente, é em relação à leitura atenta acerca dos contextos de *Colocação Pronominal* em locuções verbais.

Em face dos aspectos gerais da *NGLPC*, procede-se, adiante, à explanação das prescrições concernentes ao fenômeno de *Colocação Pronominal* na *NGLPC*.

6.4.3 Regras de Colocação Pronominal na NGLPC

O *Capítulo 8*, intitulado *Sintaxe de colocação pronominal*, constante na parte III, referente ao assunto de sintaxe da *NGLPC*, é introduzido pelo autor por um *box*, contendo as seguintes informações:

Box 2 – Informações preliminares sobre o Capítulo 8.

Estudaremos agora um assunto bem fácil. Por ausência de força tônica, trabalharemos a correta disposição dos pronomes oblíquos átonos dentro da estrutura oracional. Aqui, procure ficar atento, principalmente, aos fatores que atraem o pronome átono, pois esse conhecimento é frequentemente cobrado nas provas. O assunto exigirá de nós um pouco de memória, afinal teremos de apreender as principais regras as quais levam o pronome a ficar em uma das três posições: antes do verbo (próclise), no meio do verbo (mesóclise) e depois do verbo (ênclise). Convém aqui salientar que as regras que estudaremos abaixo se prestam, na maioria das vezes, ao uso formal da língua. No dia a dia e na linguagem coloquial, elas são pouco observadas. Vamos lá!!

Fonte: BEZERRA, 2017, p. 687.

Neste *Box*, entre outras afirmações, o autor dá noções de como os concursos tratam o assunto de *Colocação Pronominal*. Nesse quesito, Bezerra (*op. cit.*) chama a atenção do leitor para o estudo, sobretudo, dos “fatores que atraem o pronome átono”, posto que há cobrança frequente desse conteúdo em provas de concursos públicos. Aqui, tem-se um dado interessante para a fase de análise de questões na seção subsequente: Questões sobre o uso do pronome proclítico são mais recorrentes em concursos públicos? No *Capítulo 7*, será retomada essa discussão. Outro ponto interessante do *Box 2* é quando o autor faz a observação de que as regras expostas sobre o conteúdo de *Colocação Pronominal* são usadas, em grande medida, em momentos de maior monitoramento da linguagem. No cotidiano e nos momentos de menor monitoramento, em contrapartida, elas são pouco consideradas. Depois do *Box*, o autor menciona que a *Colocação Pronominal*, na Língua Portuguesa, se limita a apresentar as regras para a disposição adequada dos pronomes oblíquos átonos na estrutura oracional, elencando tais pronomes (me, te,

se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes) e as posições que podem assumir (próclise, mesóclise e ênclise).

Em seguida, é feita a explanação das regras, levando em conta a seguinte topicalização: 8.1 MÁXIMAS DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL; 8.2 REGRAS GERAIS (8.2.1 PRÓCLISE, 8.2.1.1 Outros fatores de próclise, 8.2.2 MESÓCLISE, 8.2.3 ÊNCLISE); 8.3 COLOCAÇÃO DOS PRONOMES OBLÍQUOS NAS LOCUÇÕES VERBAIS.

No que respeita às “máximas da *Colocação Pronominal*”, regras gerais que direcionam as outras, tópico 8.1, o autor traz as seguintes regras:

1. Não se inicia período com pronome oblíquo átono. [...]
2. Não se admite ênclise a um verbo no futuro ou no particípio. [...]
3. Em geral, toda ênclise a um verbo no infinitivo é correta, ainda que exista um fator de próclise. [...] (*ibidem*, p. 688-690).

A regra geral 3 deixa entender que a ideia de fator de atração é fraca porque, em geral, a ênclise é correta, se houver um verbo no infinitivo.

Para cada uma dessas “máximas”, o autor traz exemplos de construções inadequadas, as quais são, em seguida, corrigidas e apresentadas de modo adequado, praticando, assim, a *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014). Veja um exemplo:

- ▶ **Te disseram** que o juiz julgou improcedente a nossa causa?
(Construção errada)

Corrija-se para...

- ▶ Disseram-te que o juiz julgou... (*ibidem*, p. 688, grifos do autor⁴⁴).

Para a primeira “máxima”, o autor ainda traz a seguinte observação:

Perceba que esta máxima proíbe que o período seja iniciado com o pronome oblíquo, porque uma oração no meio de um período composto pode começar com o pronome oblíquo átono. Veja abaixo:

- ▶ “Hoje estarás comigo no Paraíso, **lhe respondeu** o Filho de Maria.”
(Camilo C. Branco)

⁴⁴ Os destaques na *NGLPC* são realizados nas cores laranja e preta, entretanto se preservará o negrito para uniformização nesta dissertação.

► “Política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com a outra. Antes se negam, **se excluem, se repulsam mutuamente.**” (Rui Barbosa)

► Cada dia lhe desfolha um afeto, **lhe discute** uma crença, **lhe mata** uma esperança, **lhe traz** um desengano cruel.” (A. Herculano) (*ibidem*, p. 688-689, grifos do autor).

Nota-se que, ao fazer esta observação, o autor se subsidia em exemplos de autores portugueses e brasileiros: Camilo Castelo Branco (1825-1890) e Alexandre Herculano (1810-1877), escritores portugueses; Rui Barbosa (1849-1923), brasileiro.

Outro momento em que o autor traz trechos de autores portugueses e brasileiros é quando traz exemplos sobre a terceira “máxima”. Veja, a seguir, todos os exemplos apresentados para a “máxima” mencionada:

► A fim de **não** o encontrar, *OU encontrá-lo*, mudei o meu itinerário.

► Para **não** as contrariar, *OU contrariá-las* procurei resolver o problema imediatamente.

► Deixou sua sala *para me entregar Ou entregar-me* o prêmio a que fiz jus pelo ótimo desempenho este mês.

► “Proponho firmemente com vossa graça **não ofender-vos** mais.” (M. Bernardes)

► “Basta-lhe os olhos negros e a tristeza, a palidez e o *nunca sorrir-se.*” (Camilo C. Branco)

► “Ela, encostada à poltrona, passava-lhe os dedos pelos cabelos, muito ao leve e caladinha para *não perturbá-lo.*” (Machado de Assis, *Quincas Borba*) (*ibidem*, p. 689-690, grifos do autor em negrito; grifos nossos em itálico).

Pelo exposto, vê-se que o autor traz três exemplos de criação própria e três exemplos de autores portugueses e brasileiros: Padre Manuel Bernardes (1644-1710) e Camilo Castelo Branco (1825-1890), escritores portugueses, com os trechos de *Luz e Calor* e de *Os brilhantes do Brasileiro*, respectivamente; Machado de Assis (1839-1908), brasileiro, com um trecho de *Quincas Borba*.

Com relação às regras para próclise em tempo simples, subtópico 8.2.1, o autor apresenta sete “fatores que atraem o pronome oblíquo átono” para antes do verbo, quais sejam:

1) Palavras de valor negativo (não, nunca, jamais, ninguém, nada, nem [= e nem] etc.). [...]

→ **Observação:**

Se houver pausa depois da palavra negativa, emprega-se a ênclise. [...]

2) Advérbios e pronomes indefinidos. [...]

→ **Observação:**

Se houver pausa depois do advérbio, o pronome ficará enclítico. Se o verbo estiver no futuro, emprega-se a mesóclise. [...]

3) Pronomes relativos (**que, o qual, os quais, as quais, cujo, cuja, cujos, cujas, onde, quem** etc.). [...]

4) Pronomes demonstrativos (este, esta, isto, aquele, aquela, aquilo etc.). [...]

5) Conjunções subordinativas (quando, se, já que, porque, embora, enquanto, como, à medida que etc.). [...]

6) Verbo no gerúndio precedido da preposição “em”. [...]

7) Conjunções coordenativa alternativa. [...] (*ibidem*, p. 690-692, grifos do autor).

Menciona-se que se se comparar as observações das regras 1 e 2 *supra*, relacionadas ao uso da ênclise, quando houver pausa depois de palavras negativas ou advérbios e pronomes indefinidos, com a observação da primeira “máxima” desse autor, relacionada ao uso facultativo de próclise ou ênclise em uma oração no meio de um período composto, verifica-se incongruência dessa *gramática*, porque uma oração no meio pode ser antecedida de uma pausa depois de uma palavra negativa ou advérbio e pronome indefinido e, assim, ser usada uma próclise.

Além dessas regras para próclise, o autor abre, ainda, mais um subtópico, intitulado 8.2.1.1 *Outros fatores de próclise*, com as seguintes considerações:

a próclise é de rigor:

1) Nas orações exclamativas e nas optativas (orações que exprimem desejo) [...]

2) Nas orações interrogativas em que haja pronomes interrogativos [...]

3) Com verbos no infinitivo pessoal precedido de preposição [...] (*ibidem*, p. 692-693, grifos do autor).

Assim, no geral, são apresentadas 10 regras para o uso da próclise em tempo simples, com duas observações quanto aos contextos de pausa depois de palavras negativas e de advérbios. Ademais, vale mencionar que, nos dois subtópicos (8.2.1 e 8.2.1.1), são utilizados 31 exemplos formulados pelo autor.

No tocante ao uso da mesóclise, tópico 8.2.2, Bezerra (2017) afirma que ela ocorre em dois tempos do modo indicativo: o futuro do presente, que é formado pelo INFINITIVO do verbo + o PRESENTE DO INDICATIVO do verbo HAVER (ex.: Eu

comprar + hei → **comparei = Hei de comprar**); o futuro do pretérito que, por seu turno, é formado pelo INFINITIVO do verbo + o PRETÉRITO IMPERFEITO do verbo HAVER (ex.: Eu comprar + **havia** → **compraria = Havia de comprar**). Assim sendo, o pronome oblíquo átono ficará entre o INFINITIVO do verbo e o verbo HAVER.

Para exemplificar, o autor traz seis trechos, com os quais se pode verificar o uso da mesóclise:

- ▶ Compraria o carro se eu pudesse. = **Comprá-lo-ia** se eu pudesse. (= Havia de comprá-lo se eu pudesse.)
- ▶ **Encontrá-lo-á** deitado numa rede bem vistosa à varanda da casa grande. (= Há de encontrá-lo deitado...)
- ▶ **Conceder-lhe-íamos** o emprego se ele tivesse competência. (= Havíamos de conceder-lhe o emprego...)
- ▶ **Estabelecer-nos-emos** aqui até que a tempestade passe. (= Havemos de estabelecer-nos aqui até...)
- ▶ **Jogá-lo-ão** na lixeira se todas as tentativas falharem. (= Hão de jogá-lo na lixeira se...)
- ▶ “**Dir-me-eis** que não tendes outro modo de vos sustentar”. (Pe. Antônio Vieira) (*ibidem*, p. 693-694, grifos do autor).

Ressalta-se que cinco desses exemplos foram formulados pelo autor e um deles foi retirado do *Sermão de Santo Antônio aos Peixes*, de Padre Antônio Vieira (1608-1697), escritor luso-brasileiro.

O autor em relação ao uso da mesóclise traz duas observações, quais sejam:

a) Não havendo palavra atrativa e estando o futuro do presente ou do pretérito no meio de uma oração, será indistinta tanto a próclise quanto a mesóclise. Observe:

- ▶ Ele **me entregará OU entregar-me-á** o pacote amanhã pela manhã.
- ▶ Ricardo **se retiraria OU retirar-se-ia** da reunião de qualquer jeito.

b) Se houver palavra atrativa antes do futuro, a próclise será obrigatória. (*ibidem*, p. 694, grifos nossos).

Portanto, no geral, é apresentada uma regra para o uso da mesóclise, com duas observações: uma quanto ao uso facultado dela ou da próclise em contexto em que o futuro do presente ou do pretérito não esteja iniciando oração e não tenha “palavra atrativa” antes do verbo nesses; e uma quanto ao uso obrigatório em contextos que houver “palavra atrativa” antes do verbo no futuro do presente ou do pretérito.

No que concerne ao uso da ênclise, tópico 8.2.3, o autor apresenta os seguintes contextos para este tipo de *Colocação Pronominal*:

1) Quando o verbo iniciar o período. [...]

2) Com o verbo no gerúndio, desde que não forme locução verbal ou que não esteja precedido da preposição “em” ou de qualquer elemento de atração. [...]

→ **Observação:**

Se houver fator de próclise, esta será de rigor. [...]

3) Com verbos no imperativo afirmativo. [...]

4) Com verbos no infinitivo regidos da preposição “a”, em se tratando dos pronomes oblíquos vocálicos “o, a, os, as”, os quais assumirão, obrigatoriamente, as formas “lo, la, los, las”. [...]

→ **Observação:**

Não se esqueça de que o infinitivo é uma forma verbal privilegiada. À exceção da regra acima e da próclise com o infinitivo flexionado, diante de um verbo no infinitivo estão corretas tanto a próclise quanto a ênclise, mesmo com a existência de um fator de próclise. [...] (*ibidem*, p. 694-696, grifos do autor).

Em vista disso, certifica-se que o autor traz quatro regras de uso da ênclise, sendo feitas, entretanto, duas observações a duas dessas regras: uma observação em relação à regra 2, ponderando que o pronome vai para antes do verbo, se houver “fator de próclise”, inclusive, pensa-se que, salvo melhor juízo, esta observação é desnecessária, uma vez que, na própria regra, já consta essa advertência, qual seja: “Com o verbo no gerúndio, desde que [...] não esteja precedido [...] de qualquer elemento de atração” (*ibidem*, p. 695); e uma outra observação em relação à regra 4, atentando para o uso facultado tanto de próclise quanto de ênclise, perante um verbo no infinitivo, mesmo ante “fator de próclise”.

Destaca-se, ainda, que o autor, no geral, neste tópico, se utilizou de 14 exemplos, sendo 13 de própria autoria e um outro (“Acudiu toda a cidade a acompanhá-lo.”), de autoria de Frei Luís de Sousa (1555-1632), escritor português.

No que diz respeito à colocação dos pronomes oblíquos nas locuções verbais, tópico 8.3, o autor introduz o tópico com o seguinte *Box*:

Box 3 – Introito acerca do tópico 8.3.

A partir de agora, vamos usar o conhecimento acima para posicionar corretamente os pronomes oblíquos dentro das locuções verbais. O assunto não é difícil, mas você precisa estar bem atento às orientações abaixo. Vamos lá!

Fonte: BEZERRA, 2017, p. 696.

Neste *Box*, o autor comenta que o conhecimento prévio em relação à *Colocação Pronominal* em tempo simples, é proveitoso para a *Colocação*

Pronominal em contextos de locuções verbais. Além desse *Box*, o autor rememora ao consulente o que é uma locução verbal de forma esquemática, essencialmente, dizendo que é uma locução formada por um verbo auxiliar + um verbo principal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio.

A partir disso, o autor apresenta as posições que o pronome oblíquo átono pode assumir nos contextos de locuções verbais, quais sejam:

- a) **Próclise ao verbo auxiliar** → Colocação sempre possível, exceto se a locução iniciar o período.
- b) **Ênclise ao verbo auxiliar** → Colocação possível desde que não haja um fator de próclise ou o verbo esteja no futuro.
- c) **Ênclise ao verbo principal** → Colocação sempre possível em se tratando do infinitivo ou do gerúndio. Gramaticalmente, não se admite ênclise a um verbo no particípio.
- d) **Pronome oblíquo solto no meio da locução verbal (próclise ao verbo principal)** → Posição consolidada pelo uso. Já foi combatida por alguns gramáticos, mas hoje plenamente aceita pelo padrão mais formal da língua em virtude do largo emprego nas situações do dia a dia. (*ibidem*, p. 696-697, grifos do autor).

Ademais, evidencia-se que o autor apresenta a posição *próclise ao verbo principal* na mesma esteira das demais, ou seja, como uma das possíveis posições básicas que o pronome oblíquo átono pode assumir, sem distinção.

Além disso, é interessante quando o autor fala que a posição *próclise ao verbo principal* é consolidada pelo uso, apesar de não fazer referência a pesquisas que chegaram a essa conclusão.

No entanto, ressalta-se que o combate por alguns gramáticos no que se refere ao uso da posição *próclise ao verbo principal* não está no passado. Hoje, ainda há gramáticos que combatem o uso dessa posição, a partir do momento que não a consideram, por exemplo, como uma das possíveis posições básicas em contextos de locução verbal, como é o caso da *PPC*, de Aquino (2017), da *ANGC*, de Dornelles (2017), da *GLPC*, de Almeida (2009), da *GPC*, de Rosenthal (2018) e da *PES*, de Martino (2018), estudadas nesta dissertação.

Neste tópico, o autor, ainda, exemplifica cada um dos contextos de uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais: 1) Verbo auxiliar + infinitivo; 2) Verbo auxiliar + gerúndio; 3) Verbo auxiliar + particípio.

Para o primeiro contexto, traz três exemplos: a) Os homens devem amar uns aos outros. (se), possibilitando a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo principal – infinitivo* e a *próclise ao verbo principal*; b) Eu quero dizer muita coisa. (lhe), propiciando a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo principal – infinitivo* e a *próclise ao verbo principal*; c) Não posso abater com essas calúnias. (me), ensejando a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo principal – infinitivo* e a *próclise ao verbo principal*. No exemplo c, porém, não foi possível a *ênclise ao verbo auxiliar*, por conta de haver palavra negativa, um dos “fatores” para próclise.

Para o segundo contexto, traz dois exemplos: a) Os olhos da personagem foram enchendo de lágrimas. (se), viabilizando a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo principal – gerúndio* e a *próclise ao verbo principal*; b) O empregado afirmou que não estava insultando. (me), promovendo a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo principal – gerúndio* e a *próclise ao verbo principal*. No exemplo b, entretanto, não foi possível a *ênclise ao verbo auxiliar*, por conta de haver palavra negativa, um dos “fatores” para próclise.

Para o terceiro contexto, traz três exemplos: a) O time tem dado muitas decepções. (nos), oportunizando a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo auxiliar* e a *próclise ao verbo principal*; b) E se ele tivesse enganado, o que você faria? (me), proporcionando a *próclise ao verbo auxiliar*, a *ênclise ao verbo auxiliar* e a *próclise ao verbo principal*; c) Onde terá metido aquele menino? (se), propiciando a *próclise ao verbo auxiliar* e a *próclise ao verbo principal*. Nos exemplos a, b e c, não foi possível a *ênclise ao verbo principal*, tendo em vista que “gramaticalmente, não se admite ênclise a um verbo no particípio”. (BEZERRA, 2017, p. 697). Ademais, no exemplo c, não foi possível a *ênclise ao verbo auxiliar*, tendo em vista a presença de pronome interrogativo, um dos “fatores” para próclise, conforme as regras da *gramática* em análise.

Depois da apresentação desses exemplos, o autor traz duas observações, quais sejam:

→ **Observações:**

- a) Lembre-se de que não se pospõe pronome oblíquo átono a um verbo no particípio.

b) Quando a locução verbal é formada por um verbo auxiliar mais uma preposição e mais o verbo principal, observam-se as mesmas posições elencadas acima à exceção da ênclise ao verbo auxiliar. Veja:

d) Ele há de acostumar em breve com a nova função na empresa. (se)

→ Ele **se** há de acostumar em breve com a nova função na empresa. (Próclise ao verbo auxiliar)

→ Ele há de acostumar-**se** em breve com a nova função na empresa. (Ênclise ao verbo principal – infinitivo)

→ Ele há de **se** acostumar em breve com a nova função na empresa. (Pronome solto entre a preposição e o verbo principal). (*ibidem*, p. 699, grifos do autor).

Esclarece-se que a observação *a* já foi indicada quando o autor menciona que “gramaticalmente, não se admite ênclise a um verbo no particípio” (*ibidem*, p. 697), no momento da apresentação da posição *ênclise ao verbo principal*. A observação *b*, por sua vez, ainda não mencionada, fala de como proceder quando houver a presença de elemento interveniente, uma preposição. Neste caso, o autor afirma que não é possível a *ênclise ao verbo auxiliar*.

Por meio das considerações efetivadas, resume-se, adiante, as postulações de Bezerra (2017), quanto ao conteúdo de *Colocação Pronominal*:

Quadro 24 – Resumo da *Colocação Pronominal*, segundo Bezerra (*op. cit.*).

Máximas da Colocação Pronominal	
1	Não se inicia período com pronome oblíquo átono. → Observação: Perceba que esta máxima proíbe que o período seja iniciado com o pronome oblíquo, porque uma oração no meio de um período composto pode começar com o pronome oblíquo átono.
2	Não se admite ênclise a um verbo no futuro ou no particípio.
3	Em geral, toda ênclise a um verbo no infinitivo é correta, ainda que exista um fator de próclise.
Regras gerais	
PRÓCLISE	
1	Palavras de valor negativo → Observação: Se houver pausa depois da palavra negativa, emprega-se a ênclise.
2	Advérbios e pronomes indefinidos → Observação: Se houver pausa depois do advérbio, o pronome ficará enclítico. Se o verbo estiver no futuro, emprega-se a mesóclise.
3	Pronomes relativos
4	Pronomes demonstrativos
5	Conjunções subordinativas
6	Verbo no gerúndio precedido da preposição “em”
7	Conjunções coordenativa alternativa.
Outros fatores de próclise	
8	Nas orações exclamativas e nas optativas (orações que exprimem desejo)
9	Nas orações interrogativas em que haja pronomes interrogativos
10	Com verbos no infinitivo pessoal precedido de preposição
MESÓCLISE	
1	Verbo no futuro do presente e no futuro do pretérito

	→ Observações: a) Não havendo palavra atrativa e estando o futuro do presente ou do pretérito no meio de uma oração, será indistinta tanto a próclise quanto a mesóclise. b) Se houver palavra atrativa antes do futuro, a próclise será obrigatória.
ÊNCLISE	
1	Quando o verbo iniciar o período
2	Com o verbo no gerúndio, desde que não forme locução verbal ou que não esteja precedido da preposição “em” ou de qualquer elemento de atração. → Observação: Se houver fator de próclise, esta será de rigor.
3	Com verbos no imperativo afirmativo.
4	Com verbos no infinitivo regidos da preposição “a”, em se tratando dos pronomes oblíquos oblíquos vocálicos “o, a, os, as”, os quais assumirão, obrigatoriamente, as formas “lo, la, los, las”. → Observação: Não se esqueça de que o infinitivo é uma forma verbal privilegiada. À exceção da regra acima e da próclise com o infinitivo flexionado, diante de um verbo no infinitivo estão corretas tanto a próclise quanto a ênclise, mesmo com a existência de um fator de próclise.
LOCUÇÕES VERBAIS	
1	Próclise ao verbo auxiliar → sempre possível, exceto se a locução iniciar o período.
2	Ênclise ao verbo auxiliar → possível desde que não haja um fator de próclise ou o verbo esteja no futuro.
3	Ênclise ao verbo principal → sempre possível em se tratando do infinitivo ou do gerúndio. Não se admite ênclise a um verbo no particípio.
4	Próclise ao verbo principal → Posição consolidada pelo uso. → Observações: a) Lembre-se de que não se pospõe pronome oblíquo átono a um verbo no particípio. b) Quando a locução verbal é formada por um verbo auxiliar mais uma preposição e mais o verbo principal, observam-se as mesmas posições elencadas acima à exceção da ênclise ao verbo auxiliar.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bezerra (2017, p. 688-699).

Uma vez apresentadas as regras de modo analítico, bem como apresentado o quadro-resumo dessas regras da *gramática* de Bezerra (*op. cit.*), efetua-se, agora, a exposição acerca da *Colocação Pronominal* na *gramática* de Rosenthal (2018).

6.5 Os pormenores da *Colocação Pronominal* na *Gramática para concursos*

Expõe-se, nas próximas linhas, informações referentes ao autor da *Gramática para concursos*, a partir de agora *GPC*, bem como descrições acerca da obra e, particularmente, das regras de *Colocação Pronominal*.

6.5.1 O autor da GPC

Marcelo Ferreira Rosenthal (-), mais conhecido como Marcelo Rosenthal, segundo informações disponíveis na plataforma *Lattes*⁴⁵, é formado em Letras pela UFRJ (1988) e aperfeiçoamento em Português e Alemão pela mesma instituição (1991). É servidor público, atuando como técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (RJ). Ministra aula de Língua Portuguesa na Academia do Concurso Público, no Profisco, no Granvittoria e no Uniequipe. É, ainda, professor em aulas telepresenciais, disponíveis pela internet, do Curso *Concurso Virtual* (endereço eletrônico: <<http://concursovirtual.com.br>>). Além disso, tem um curso on-line chamado *Português para concursos* que pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <<https://portuguesparaconcursos.com>>. Outrora, já foi professor dos cursos: *União Concursos*, *Pré Concursos*, *Degrau Cultural*, *Curso Gabarito*, *Curso Metta* e *Curso Decisum*.

Além da *GPC*, juntamente com Lilian Furtado, Pedro Henrique e Tiago Omena, publicou a obra *Interpretação de textos e semântica para concursos: teoria, esquemas, exercícios e questões de concursos comentadas*, pela Elsevier, que já está em sua 3ª edição (2016). Publicou, ainda, duas obras relacionadas ao esporte pela Maquinária Editora: *a.Z.-d.Z. - O Flamengo e o Mundo antes e depois de Zico* (2014); e *1958 - A primeira estrela* (2015), em parceria com Aldizio Tabosa.

6.5.2 Breve descrição da GPC

A *GPC* de Marcelo Rosenthal, atualmente, em sua oitava edição, faz parte do catálogo *Série Impetus concursos*, coordenado por William Douglas. Entretanto, salienta-se que a mencionada obra, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN, consoante Quadro 25, a seguir, já teve as seguintes publicações:

⁴⁵ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1183168719139301>>. Acesso em: 29 nov. 2018. Evidencia-se que não há atualização no currículo *Lattes* do autor desde 16 set. 2009.

Quadro 25 – Cadastro ISBN da GPC.

ISBN	Título	Edição	Ano	Tipo Suporte	Páginas	Editora
85-352-2093-3	Gramática para concursos	1	2006	Papel	568	Elsevier
85-352-2310-X	Gramática para concursos	1	2006	Papel	568	Elsevier
978-85-352-2489-4	Gramática para concursos	3	2007	Papel	536	Elsevier
978-85-352-3425-1	Gramática para concursos	4	2010	Papel	576	Elsevier
978-85-352-4666-7	Gramática para concursos: teoria e mais de 1000 questões	5	2011	Papel	576	Elsevier
978-85-352-5118-0	Gramática para concursos	1	2012	E-book - PDF	574	Elsevier
978-85-352-7045-7	Gramática para concursos: teoria e mais de 1.000 questões	6	2013	Papel	584	Elsevier
978-85-352-7046-4	Gramática para concursos: teoria e mais de 1.000 questões	6	2013	E-book - PDF	584	Elsevier

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN em 31 out. 2018.

Pelo quadro *supra*, realça-se que, além das edições em papel, a *GPC*, ainda, já foi publicada em PDF, no formato digital. Outro dado considerável sobre a obra de Marcelo Rosenthal é que nem todas as edições foram cadastradas na Agência Nacional do ISBN, inclusive, a oitava, objeto de análise nesta dissertação.

A *GPC* está estruturada em 31 capítulos, seguidos do gabarito das questões apresentadas ao longo dos capítulos, bem como da bibliografia subsidiária da obra. No Quadro 26, são trazidos os títulos dos capítulos da obra:

Quadro 26 – Divisão de conteúdos da GPC.

Capítulo 1	Fonologia
Capítulo 2	Ortografia
Capítulo 3	Regras de acentuação
Capítulo 4	Estrutura dos nomes
Capítulo 5	Substantivo
Capítulo 6	Adjetivo
Capítulo 7	Artigo
Capítulo 8	Advérbio
Capítulo 9	Pronome
Capítulo 10	Conjunções
Capítulo 11	Preposição
Capítulo 12	Interjeição
Capítulo 13	Numeral
Capítulo 14	Verbo
Capítulo 15	Sujeito
Capítulo 16	Predicado
Capítulo 17	Predicativo

Capítulo 18	Objeto
Capítulo 19	Complemento Nominal e Adjunto Adnominal
Capítulo 20	Adjunto Adverbial
Capítulo 21	Agente da Passiva, Aposto e Vocativo
Capítulo 22	Classificação de Orações
Capítulo 23	Paralelismo Sintático
Capítulo 24	Pontuação
Capítulo 25	Crase
Capítulo 26	Regência
Capítulo 27	Concordância
Capítulo 28	Estilística
Capítulo 29	Coesão e coerência textual
Capítulo 30	Teoria argumentativa
Capítulo 31	Questões comentadas de concursos
Gabarito	
Bibliografia	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Rosenthal (2018).

Diferentemente de outras obras, na *GPC*, o conteúdo relacionado à *Colocação Pronominal* está contido no Capítulo 9, que diz respeito ao conteúdo de pronome. No próximo subtópicos, serão apresentados detalhes sobre o subitem 9.12. *Estudo da colocação dos pronomes*.

6.5.3 Regras de Colocação Pronominal na *GPC*

Na *gramática* de Rosenthal (*op. cit.*), a subseção relativa ao assunto de *Colocação Pronominal* é iniciada por considerações sobre algumas regras que o autor numerou de 1 a 9, para, posteriormente, apresentar as postulações gerais quanto à 1) próclise, à 2) ênclise, à 3) apossínclise e à 4) mesóclise.

Na primeira consideração, o autor é categórico, no que tange à norma tradicional: “Nunca se pode começar uma oração por pronomes oblíquos” (ROSENTHAL, *op. cit.*, p. 122). Utilizando-se da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), comenta que a colocação proclítica está equivocada no trecho da música *Gita* de Raul Seixas (1945-1989): “Me come, me cospe, me beija...” (*ibidem, loc. cit.*), e, em seguida, apresenta como deveria ser o período: “Come-me, cospe-me, beija-me...” (*ibidem, loc. cit.*). Além disso, mesmo usando o artifício da *casuística*, diz que o compositor se valeu da licença poética, e acrescenta que autores compreendem que o pronome átono poderia, sim, ser empregado no início de oração, uma vez que o pronome oblíquo átono não é tão átono aqui no Brasil. Rosenthal (*op. cit.*) até cita que, em 2005, no concurso da CVM, a banca NCE “admitiu não ser grave o pronome oblíquo iniciar orações” (*ibidem, loc. cit.*). Sobre

essas considerações do autor, a justificativa do uso do pronome proclítico não é a licença poética, mas a de que é posição corrente, normal no Brasil, ou melhor.

A segunda consideração está relacionada a “atração” que palavras podem exercer para que o pronome fique proclítico ao verbo. Neste ponto, percebe-se falta de uniformização na própria *gramática*, tendo em vista que, no elenco das regras feito em momento posterior, o autor apresenta outras particularidades para próclise que não constam nessa segunda consideração, quais sejam: palavras de sentido negativo, pronomes demonstrativos e orações que exprimem desejo (orações optativas).

Nesta segunda consideração, traz, assim como fez para a primeira, a *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), agora, com um exemplo de própria autoria: “Ela sempre ajudou-te” (ROSENTHAL, 2018, p. 122). Rosenthal (*op. cit.*), ainda, traz uma observação, qual seja: “Ressalte-se que o único obstáculo para um pronome oblíquo posicionar-se antes de verbo é se estiver iniciando oração” (*ibidem, loc. cit.*). Para tanto, traz um exemplo de Raul Pompeia (1863-1895), escritor brasileiro: “E quando ele punha-se a contar histórias de castidade...” (*ibidem, loc. cit.*); um de Castro Alves (1847-1871), escritor brasileiro: “Pernambuco! Um dia eu vi-te” (*ibidem, loc. cit.*); e mais quatro de própria autoria: “Alguém nos viu. [...] Em se tratando de político, nunca poderemos confiar neles. Quem te viu lá? Não viajei, pois me cansei muito no dia anterior” (*ibidem, loc. cit.*), para se posicionar que não é só em contextos com palavras atrativas que favorecem o uso da próclise. Os contextos diversos, assim, não podem ser considerados equivocados. Com isso, vê-se que Rosenthal (*op. cit.*), neste ponto, apresentou regras, em conformidade com o uso no Brasil.

Na terceira consideração, Rosenthal (*op. cit.*) fala da *Colocação Pronominal* em locuções verbais. No caso do verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, o autor diz que o pronome átono pode vir tanto antes como depois da locução. Além disso, traz a seguinte observação:

Ex.: Não te posso ver daqui. / Não posso ver-te daqui.

Não te estou vendo. / Não estou vendo-te.

Obs.: Neste caso, mesmo que haja termo atraindo o pronome oblíquo, a gramática não faz qualquer oposição ao uso do pronome após a locução verbal.

Contudo, o uso do dia a dia gera uma situação peculiar. O único lugar onde não deveria estar o pronome é o que todos usam, ou seja, entre os verbos.

Por isso, os gramáticos mais modernos já aceitam tal posicionamento com duas ressalvas:

1ª – Se houver termo que atraia o pronome oblíquo, este não poderá estar ligado ao primeiro verbo com hífen.

Ex.: Não estou te vendo daqui. (certo)

Não estou-te vendo daqui. (errado)

Ele está nos vendo daqui. (certo)

Ele está-nos vendo daqui. (certo)

2ª – O que ocorre aqui é a influência da Linguística, isso é, a gramática se amoldando ao uso popular. Então, cabe vislumbrar mais um caso interessante: com os pronomes oblíquos O, A, OS, AS, a forma tradicional (antes ou depois da locução) se torna a única. Tal ocorre em razão de a orientação gramatical coincidir com o uso diário da população.

Ex.: Não o pude ver. (certo)

Não pude vê-lo. (certo)

Não pude o ver. (errado) (*ibidem*, p. 123).

Assim sendo, verifica-se que podem ocorrer a próclise ao verbo auxiliar, a ênclise ao verbo auxiliar, a próclise ao verbo principal e a ênclise ao verbo principal. Porém, a ênclise ao verbo auxiliar não pode acontecer, se houver termo que atraia o pronome para antes do verbo; e próclise ao verbo auxiliar e a ênclise ao verbo principal são as únicas possibilidades, com pronome oblíquo o, a, os e as. Sobre a possibilidade da próclise ao verbo principal, Rosenthal (2018) diz que ela é uma possibilidade aceita, apenas, pelos “gramáticos mais modernos”. Na verdade, esses “gramáticos mais modernos” são os que acolhem as insinuações cultas. A próclise ao verbo principal, é uma realidade entre brasileiros, inclusive, em momentos de escrita ou fala monitorada. Não é a influência da Linguística, não é orientação gramatical que coincide com o uso da população, é a realidade brasileira sendo retratada em seus compêndios gramaticais.

Nesta terceira consideração, o autor ainda diz que houve uma questão, num concurso para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2004, envolvendo a *Colocação Pronominal* em locução em que o verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, e a banca não aceitou a possibilidade de haver a próclise ao verbo principal, “apesar de o uso do pronome oblíquo entre os verbos já estar deveras difundida, a forma conservadora – com o pronome oblíquo átono antes ou depois da locução – acabou por prevalecer” (*ibidem*, *loc. cit.*). No que tange à *Colocação Pronominal* em locução em que o verbo principal se encontra no particípio, o autor comenta que só pode ocorrer a próclise ao verbo auxiliar ou a ênclise ao verbo auxiliar.

Na quarta consideração, Rosenthal (2018) evidencia que a *Colocação Pronominal* em tempo simples em que o verbo esteja no particípio só pode ocorrer enclítica.

Da quinta à nona consideração não se fala da *Colocação Pronominal*, objeto de análise nesta dissertação. Portanto, deixa-se de comentá-las.

Partindo para as regras de *Colocação Pronominal*, Rosenthal (*op. cit.*) apresenta as seguintes regras para o uso da próclise:

- 1) Quando o verbo estiver precedido de palavras que atraem o pronome para antes do verbo. São elas:
 - a) Palavras de sentido negativo [...]
 - b) Advérbios [...]
 - c) Conjunções subordinativas [...]
 - d) Pronomes relativos [...]
 - e) Pronomes indefinidos [...]
 - f) Pronomes demonstrativos [...]
- 2) Orações iniciadas por palavras interrogativas [...]
- 3) Orações iniciadas por palavras exclamativas [...]
- 4) Orações que exprimem desejo (orações optativas) [...] (*ibidem*, p. 124-125, grifos do autor).

Em seguida, traz os contextos de uso da ênclise, quais sejam:

- 1) Quando o verbo estiver no imperativo afirmativo [...]
- 2) Quando o verbo estiver no infinitivo impessoal [...]
- 3) Quando o verbo iniciar a oração [...]
- 4) Quando houver pausa antes do verbo [...]
- 5) Quando o verbo estiver no gerúndio [...] (*ibidem*, p. 125-126, grifos do autor).

Destaca-se que, para cada regra de próclise e de ênclise, o autor traz exemplos de própria autoria.

Depois das explanações das regras de próclise e de ênclise, Rosenthal (*op. cit.*) fala da apossínclise, que é quando acontece intercalação de vocábulo entre o pronome átono e o verbo. Para exemplificar, traz duas abonações: uma, de Bernardo Guimarães (1825-1884), escritor brasileiro: “... se me não enganou é gente da polícia”; e uma, de Fernando Pessoa (1888-1935), escritor português: “Se me ainda amas, por amor não ames: Traíras-me comigo”.

Posteriormente, o autor comenta sobre a mesóclise, a partir da seguinte regra: “**1) Quando o verbo estiver no futuro do presente ou futuro do pretérito, contanto que esses verbos não estejam precedidos de palavras que exijam a próclise**” (*ibidem*, p. 127, grifos do autor). Para as explicações dessa colocação,

Rosenthal (2018) traz cinco exemplos de própria autoria. E, na finalização do subtópico, o autor traz um *box* intitulado *bizu* que antecipa o assunto subsequente relativo à contração dos pronomes oblíquos átonos em verbos transitivos diretos e indiretos.

Eis, a seguir, esquematicamente, no Quadro 27, as regras de *Colocação Pronominal* elencadas por Rosenthal (*op. cit.*):

Quadro 27 – Resumo da *Colocação Pronominal*, segundo Rosenthal (*op. cit.*).

Uso da Próclise	
1	Palavras de sentido negativo
2	Advérbios
3	Conjunções subordinativas
4	Pronomes relativos
5	Pronomes indefinidos
6	Pronomes demonstrativos
7	Preposição EM com verbo no gerúndio
8	Orações iniciadas por palavras interrogativas
9	Orações iniciadas por palavras exclamativas
10	Orações que exprimem desejo (orações optativas)
Uso da Ênclise	
A ênclise é usada quando a próclise e a mesóclise não forem possíveis	
1	Quando o verbo estiver no imperativo afirmativo
2	Quando o verbo estiver no infinitivo impessoal
3	Quando o verbo iniciar a oração
4	Quando houver pausa antes do verbo
5	Quando o verbo estiver no gerúndio
Uso da Apossínclise	
1	Quando há a intercalação de vocábulo entre o pronome átono e o verbo
Uso da Mesóclise	
1	Quando o verbo estiver no futuro do presente ou futuro do pretérito, contanto que esses verbos não estejam precedidos de palavras que exijam a próclise.
<i>Colocação Pronominal nas locuções verbais</i>	
1	<p>Estando o último verbo no infinitivo ou gerúndio, o pronome tanto poderá aparecer antes como depois da locução</p> <p>Obs.: Mesmo que haja termo atraindo o pronome oblíquo, a gramática não faz qualquer oposição ao uso do pronome após a locução verbal.</p> <p>Os gramáticos mais modernos já aceitam a próclise ao verbo principal com duas ressalvas:</p> <p>1ª – Se houver termo que atraia o pronome oblíquo, este não poderá estar ligado ao primeiro verbo com hífen.</p> <p>2ª – Com os pronomes oblíquos O, A, OS, AS, a forma tradicional (antes ou depois da locução) se torna a única.</p>
2	Quando o último verbo encontrar-se no particípio, o pronome deverá vir antes ou no meio da locução

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Rosenthal (*op. cit.*, p. 122-127).

Em sequência, são apresentadas as regras da última *gramática* analisada nesta dissertação, qual seja: *Português Esquematizado®*, de Martino (2018).

6.6 Os pormenores da *Colocação Pronominal na Português Esquematizado*®

Explana-se, adiante, dados sobre o autor da obra *Português Esquematizado*®, daqui para a frente *PES*, assim como dados gerais sobre a organização da obra e específicas sobre as regras de *Colocação Pronominal*.

6.6.1 O autor da *PES*

Agnaldo Sergio de Martino (1966-), mais conhecido como Agnaldo Martino, é o autor da obra *Português Esquematizado*®. Nascido em 13 de julho de 1966, é natural de Alvorada do Sul, município do estado do Paraná⁴⁶. É formado em Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas brasileira portuguesa e inglesa) pela Universidade São Francisco (USF), com curso concluído em 1988. É mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo obtido o título em 2008, com a dissertação intitulada *Coerência e Coesão na Interpretação em Provas de Concursos Públicos*⁴⁷, sob orientação de Leonor Lopes Fávero. Doutor em Língua Portuguesa, também, pela PUC-SP, tendo obtido o título em 2013, com a tese intitulada *O Cronista Machado de Assis e a Educação no Século XIX*⁴⁸, com a mesma orientadora do mestrado⁴⁹. Atualmente, é pós-doutorando na PUC-SP, desde 7 de fevereiro de 2017⁵⁰.

Segundo Lenza (2018), em 1987, Agnaldo Martino começou a lecionar e, nesta trajetória, já atuou em cursos regulares de ensino fundamental e médio (na rede pública estadual de São Paulo, no Colégio Constant e na Escola Morumbi) e preparatórios para vestibulares e concursos públicos (Prima, Complexo Educacional Damásio de Jesus, Marcato, Central de Concursos, Meta, Formação, Qualidade,

⁴⁶ Segundo dados constantes no perfil do autor na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/agnaldo_martino/>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁴⁷ Referência da dissertação: MARTINO, Agnaldo Sergio de. **Coerência e coesão na interpretação em provas de concursos públicos**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=111828>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁴⁸ Referência da tese: MARTINO, Agnaldo Sergio de. **O cronista Machado de Assis e a educação no século XIX**. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14257>>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁴⁹ Parte deste parágrafo foi construído a partir de dados coletados do currículo *Lattes* do autor. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0440121461435737>>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁵⁰ Segundo informações constantes no perfil do autor na rede social Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/agnaldomartino>>. Acesso em: 12 set. 2018.

UniEquipe, Solução etc.), como professor de *gramática*, interpretação de texto, redação oficial e discursiva. Nos dias de hoje, ministra aulas na Universidade Anhanguera / Rede LFG, transmitidas via satélite, para várias cidades brasileiras.

6.6.2 Breve descrição da PES

A PES já teve, no decurso de 6 anos, 8 edições, entre edições em papel e digitais. No *site* da Agência Brasileira do ISBN, são encontradas as seguintes informações de cadastro acerca da obra:

Quadro 28 – Cadastro ISBN da PES.

ISBN	Título	Edição	Ano	Tipo Suporte	Páginas	Editora
978-85-02-15210-6	Português: esquematizado	1	2012	Papel	742	Saraiva
978-85-02-19100-6	Português: esquematizado	2	2012	Papel	680	Saraiva
978-85-02-19101-3	Português: esquematizado	2	2012	E-book	0	Saraiva
978-85-02-19102-0	Português: esquematizado	2	2012	Publicação digitalizada	0	Saraiva
978-85-02-21375-3	Esquematizado - português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva	3	2014	Papel	680	Saraiva
978-85-02-21376-0	Esquematizado: português gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva	3	2014	E-book - e-PUB	0	Saraiva
978-85-02-21377-7	Esquematizado: português gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva	3	2014	Publicação digitalizada - PDF	0	Saraiva
978-85-02-61983-8	Português gramática: interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva	4	2015	Papel	680	Saraiva
978-85-02-61985-2	Português gramática: interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva	4	2015	Publicação digitalizada - PDF	680	Saraiva
978-85-02-61984-5	Português gramática: interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva	4	2015	E-book - EPUB	680	Saraiva
978-85-472-0128-	Português	5	2016	Papel	680	Saraiva

9						
978-85-472-0129-6	Português	5	2016	E-book - EPUB	680	Saraiva
978-85-472-0130-2	Português	5	2016	Publicação digitalizada - PDF	680	Saraiva
978-85-472-1175-2	Português	6	2017	Papel	680	Saraiva
978-85-472-1176-9	Português	6	2017	E-book - EPUB	680	Saraiva
978-85-472-1177-6	Português	6	2017	Publicação digitalizada - PDF	680	Saraiva
978-85-472-2350-2	Português: gramática – interpretação de texto – redação oficial – redação discursiva	7	2018	Papel	700	Saraiva
978-85-472-3001-2	Português	7	2018	E-book - EPUB	500	Saraiva
978-85-472-3002-9	Português	7	2018	Publicação digitalizada - PDF	500	Saraiva
978-85-536-0352-7	Português	8	2018	Papel	688	Saraivajur

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de consulta à Agência Nacional do ISBN em 21 set. 2018.

Segundo informações apresentadas no quadro *supra*, nota-se que a primeira edição impressa da *PES* foi publicada em 2012 e, somente, a partir da segunda edição que foram feitas publicações digitalizadas, no formato PDF e e-PUB. Ademais, na oitava edição, edição alvo desta pesquisa, têm-se um histórico com dados acerca das edições e tiragens da obra, quais sejam: a primeira edição foi publicada em janeiro de 2012 e esta edição teve mais quatro tiragens (a 2ª tiragem em fevereiro, a 3ª tiragem em março, a 4ª tiragem em junho e a 5ª tiragem em setembro de 2012); a segunda edição foi publicada em 2013, inclusive, este dado é discordante com o que consta no cadastro na Agência Nacional do ISBN, conforme informações *supra*; a terceira edição publicada em janeiro de 2014, com uma segunda tiragem em abril de 2014; a quarta edição em janeiro de 2015; a quinta edição em janeiro de 2016, com uma segunda tiragem em agosto de 2016; a sexta edição em dezembro de 2016, com uma segunda tiragem em setembro de 2017, inclusive, a informação da primeira tiragem desta edição, também, está díspar em

relação ao que consta na Agência Nacional do ISBN, segundo dados do quadro *supra*; e a sétima edição em janeiro de 2018.

Vale sobrelevar que a *PES* faz parte da *Coleção Esquematizado®*, uma coleção de obras elaborada a partir da *Metodologia Esquematizado®*, uma metodologia desenvolvida em 6 “pilares”, conforme comenta Pedro Lenza, coordenador dessa coleção:

A metodologia se materializou nos seguintes “pilares”:

- **esquematizado®**: a parte teórica é apresentada de forma objetiva, dividida em vários itens e subitens e em parágrafos curtos. Essa estrutura revolucionária rapidamente ganhou a preferência dos concurreseiros;
- **superatualizado**: doutrina e legislação em sintonia com as grandes tendências da atualidade e na linha dos concursos públicos de todo o País;
- **linguagem clara**: a exposição fácil e direta, a leitura dinâmica e estimulante trazem a sensação de que o autor está “conversando” com o leitor;
- **palavras-chave (keywords)**: os destaques na cor azul possibilitam a leitura “panorâmica” da página, facilitando a fixação dos principais conceitos. O realce colorido recai sobre os termos que o leitor certamente grifaria com a sua caneta marca-texto;
- **recursos gráficos**: esquemas, tabelas e gráficos favorecem a assimilação e a memorização dos principais temas;
- **questões resolvidas**: ao final de cada capítulo, o assunto é ilustrado com questões de concursos ou elaboradas pelos próprios autores, o que permite conhecer as matérias mais cobradas e também checar o aprendizado. (LENZA, 2018, p. 10, grifos do autor⁵¹).

Criada em 1999, a proposta foi iniciada com apenas uma obra, a obra *Direito Constitucional Esquematizado®*, voltada para os candidatos que realizavam o exame da OAB. Com o tempo, o trabalho começou a abarcar obras voltadas para candidatos que se preparavam tanto para concursos públicos na área jurídica quanto das áreas não jurídicas⁵², bem como para alunos de graduação e profissionais de modo geral. Hoje, a coleção conta com mais de 20 títulos⁵³ e a *PES* começou a fazer parte dessa coleção, conforme já exposto, a partir de 2012. Tais informações são trazidas para situar o leitor em relação à *Coleção Esquematizado®* e, nesse cenário, à metodologia aplicada na exposição dos conteúdos da *PES*.

⁵¹ Os destaques na *PE* são feitos na cor azul, mas se manterá o negrito para uniformização nesta dissertação.

⁵² Roberto Caparroz colabora na coordenação das obras voltadas para as áreas não jurídicas.

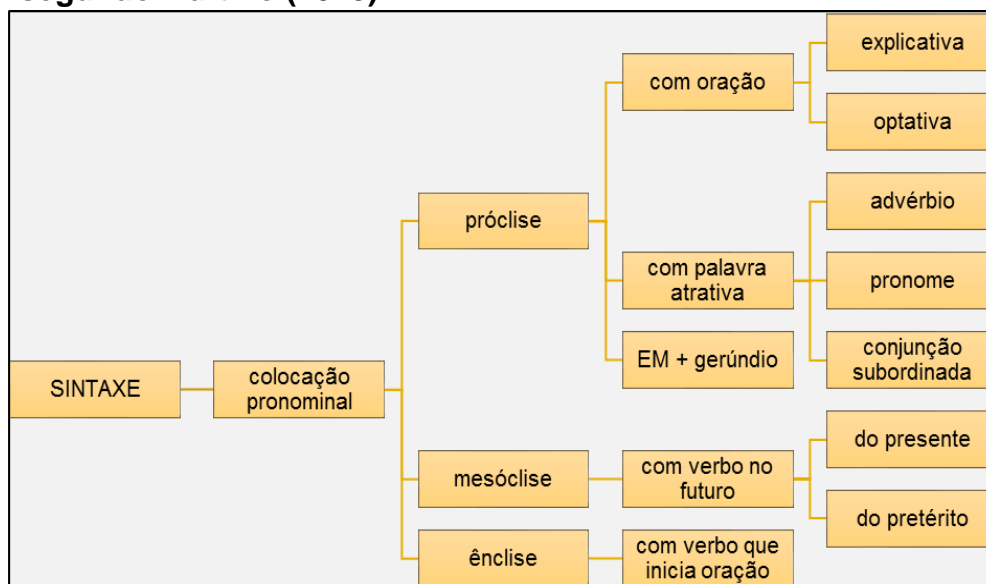
⁵³ *Comércio Internacional e Legislação Aduaneira Esquematizado®, Contabilidade Geral e Avançada Esquematizado®, Direito Administrativo Esquematizado®, Direito Ambiental Esquematizado®, Direito Civil 1 Esquematizado®, Direito Civil 2 Esquematizado®, Direito Civil 3 Esquematizado®, Direito Empresarial Esquematizado®, Direito Financeiro Esquematizado® e Macroeconomia Esquematizado®* são alguns títulos dessa coleção.

No que se refere à disposição dos conteúdos, a obra é dividida em 11 partes, quais sejam: 1. Fonologia; 2. Ortografia; 3. Morfologia; 4. Sintaxe; 5. Pontuação; 6. Semântica; 7. Estilística; 8. Interpretação de texto; 9. Redação oficial; 10. Redação discursiva; 11. Provas simuladas, seguidas das referências. Ao final de cada uma das partes, são apresentadas questões e, em seguida, o gabarito, juntamente com comentários sobre elas. Na disposição dos conteúdos, o assunto de *Colocação Pronominal* está contido na parte 4. Sintaxe, especificamente, no tópico 4.7., o qual será apresentado adiante.

6.6.3 Regras de Colocação Pronominal na PES

O tópico 4.7., intitulado *Colocação Pronominal*, é iniciado com um esquema contendo uma síntese das regras de *Colocação Pronominal*, conforme se pode vislumbrar na figura, a seguir:

Figura 5 – Esquema das regras de Colocação Pronominal, segundo Martino (2018).



Fonte: MARTINO, *op. cit.*, p. 211, com adaptação de *layout* e de cor nossa.

Em seguida, o autor comenta que o assunto de *Colocação Pronominal* aborda a disposição dos pronomes clíticos (me, te, se, o(s), a(s), lhe(s), nos, vos), nas três posições que podem assumir: próclise, mesóclise e ênclise, cada uma das posições acompanhadas de um exemplo.

Posteriormente, o autor parte para apresentação das regras de próclise, subtópico 4.7.1., quais sejam:

Usa-se:

a) Nas **orações negativas** (sem pausa entre a palavra de negação e o verbo):

Não me abandone.

Nunca me deixe só.

Ninguém me viu aqui.

Nada me fará mudar de ideia.

Não veio nem me telefonou.

b) Nas **orações exclamativas**:

Macacos me mordam!

c) Nas **orações optativas**:

Deus nos ajude!

d) Nas **orações interrogativas** iniciadas por **pronomes** ou **advérbios interrogativos**:

Quem me chamou?

Onde me viste?

e) Nas **orações subordinadas**:

Quando me viu, sorriu para mim.

Ela virá, se a convidarmos.

f) Com **advérbios** ou **pronomes indefinidos** (sem pausa entre eles e o verbo):

Aqui se aprende Português. (mas: Aqui, aprende-se Português.)

Aquilo nos agrada.

g) Com a preposição **EM** + verbo no **gerúndio**:

Em se comentando o caso, seja discreto. (*ibidem*, p. 211-212, grifos do autor).

Assim sendo, são apresentadas sete regras para próclise em tempo simples, cada uma delas seguida de exemplos de autoria do autor (no geral, 14 exemplos).

Para a colocação mesoclítica, subtópico 4.7.2., o autor traz uma regra, seguida de dois exemplos: “Usa-se com verbos no **futuro do presente** ou **futuro do pretérito**: Devolver-me-á o livro amanhã. Deixar-te-ia sozinha se você pedisse...” (*ibidem*, p. 212, grifos do autor).

No que tange à ênclise, subtópico 4.7.3., o autor apresenta duas regras, com exemplos de sua própria autoria e seguidas de uma “curiosidade”. Veja:

Usa-se:

a) Com verbos no **infinitivo**: Viver é adaptar-se.

b) Com verbos que **iniciam oração**: Mostrou-me o livro, retirou-se calado, deixando-me só na sala.

Curiosidade: Nas orações intercaladas, o pronome pode aparecer também antes do verbo:

Tão lindos, disse-me a mulher, são os teus olhos.

Tão lindos, me disse a mulher, são os teus olhos. (*ibidem*, p. 212, grifos do autor).

A “curiosidade” mencionada refere-se a um caso facultativo no uso da próclise ou da ênclise em orações intercaladas. No subtópico seguinte, 4.7.4. Caso especial, o autor traz mais um caso de uso facultado da próclise ou da ênclise. Veja:

4.7.4. Caso especial

Com verbo no **INFINITIVO**, precedido de **preposição** ou palavra negativa, usa-se próclise ou ênclise:

Estou aqui para te servir.

Estou aqui para servir-te.

Meu desejo era não o incomodar.

Meu desejo era não incomodá-lo. (*ibidem*, p. 212, grifos do autor).

Assim, segundo o autor, em contextos com verbo no infinitivo, antecedido de preposição ou palavra negativa, pode-se usar tanto a próclise quanto a ênclise.

No que concerne às locuções verbais, subtópico 4.7.5., o autor traz as seguintes informações:

a) Auxiliar + infinitivo:

Ênclise no infinitivo: O diretor quer ver-te agora.

Ênclise no auxiliar: O diretor quer-te ver agora.

Curiosidade: Com ênclise no auxiliar, o hífen é facultativo.

O diretor quer te ver agora.

próclise no auxiliar: O diretor te quer ver agora.

b) Auxiliar + gerúndio:

ênclise no gerúndio: Os alunos foram retirando-se.

ênclise no auxiliar: Os alunos foram-se retirando.

próclise no auxiliar: Os alunos se foram retirando.

c) Auxiliar + particípio:

ênclise no auxiliar: As meninas tinham-se arrumado.

próclise ao auxiliar: As meninas se tinham arrumado. (*ibidem*, p. 212-213, grifos do autor).

Sobre o subtópico que diz respeito aos contextos de *Colocação Pronominal* em locuções verbais, constata-se que o autor tratou, apenas, de mencionar os contextos e as possíveis posições sem prescrever regras a serem seguidas. A partir das informações apresentadas, entende-se que a próclise ao verbo auxiliar é possível; a ênclise ao verbo auxiliar, também, é possível; a ênclise ao verbo principal

é possível, apenas, nos contextos de verbo do infinitivo e no gerúndio (assim sendo, não é possível o uso nos contextos de verbo no particípio); a próclise ao verbo principal é uma posição a que o autor não se referiu. Aliás, implicitamente, pode ser considerada uma posição, para os contextos de verbo principal no infinitivo, a partir do momento que foi trazida a “curiosidade”: “Com ênclise no auxiliar, o hífen é facultativo. O diretor quer te ver agora” (*ibidem*, p. 212). E a posição próclise ao verbo principal para os contextos de verbo principal no gerúndio e particípio não é possível? Tal ausência de informação quanto a esses contextos demonstra incongruência na explicitação das regras de *Colocação Pronominal* nas locuções verbais.

Dando enfoque ao esquema apresentado pelo autor (Figura 5), após a verificação das regras de *Colocação Pronominal* para os contextos de tempo simples e as informações para os contextos de locuções verbais ao longo do tópico 4.7., verifica-se que o esquema não reflete integralmente as regras mencionadas nos subtópicos 4.7.1., 4.7.3., 4.7.4 e 4.7.5., faltando, portanto, uniformização na própria *gramática*. No que se refere ao subtópico 4.7.1., o autor deixa de estruturar no esquema informações sobre o uso da próclise quando houver orações negativas (sem pausa entre a palavra de negação e o verbo); orações interrogativas iniciadas por pronomes e advérbios interrogativos; orações subordinadas; e com advérbios ou pronomes indefinidos (sem pausa entre eles e o verbo). No que diz respeito ao subtópico 4.7.3., o autor deixa de esquematizar informações sobre o uso da ênclise quando houver verbos no infinitivo. O autor, também, deixa de mencionar no esquema o uso facultado da próclise ou da ênclise nas orações intercaladas. No que tange ao subtópico 4.7.4., o autor deixa de diagramar o uso facultado da próclise ou da ênclise quando houver verbo no infinitivo, precedido de preposição. E sobre o último subtópico, subtópico 4.7.5., o autor deixa de fora do esquema os contextos de locução verbal.

Diante das descrições e observações apresentadas, arrolam-se, no Quadro 29, as regras expostas por Martino (2018) sobre o fenômeno de *Colocação Pronominal*:

Quadro 29 – Resumo da *Colocação Pronominal*, segundo Martino (2018).

PRÓCLISE	
1	Nas orações negativas (sem pausa entre a palavra de negação e o verbo)
2	Nas orações exclamativas
3	Nas orações optativas
4	Nas orações interrogativas iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos
5	Nas orações subordinadas
6	Com advérbios ou pronomes indefinidos (sem pausa entre eles e o verbo)
7	Com a preposição EM + verbo no gerúndio
MESÓCLISE	
1	Com verbos no futuro do presente ou futuro do pretérito
ÊNCLISE	
1	Com verbos no infinitivo
2	Com verbos que iniciam oração Curiosidade: Nas orações intercaladas, o pronome pode aparecer também antes do verbo
Caso especial	
1	Com verbo no INFINITIVO, precedido de preposição ou palavra negativa, usa-se próclise ou ênclise
LOCUÇÕES VERBAIS	
1	Próclise ao auxiliar → Auxiliar + infinitivo; Auxiliar + gerúndio; Auxiliar + particípio.
2	Ênclise ao auxiliar → Auxiliar + infinitivo; Auxiliar + gerúndio; Auxiliar + particípio.
3	Curiosidade: Próclise ao principal (ênclise ao auxiliar - hífen facultativo) → Auxiliar + infinitivo.
3	Ênclise ao principal → Auxiliar + infinitivo; Auxiliar + gerúndio.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Martino (*op. cit.*, p. 211-213).

Em face de todas as considerações tecidas sobre cada uma das *gramáticas* voltada para concursos públicos, finaliza-se esta seção com uma sistematização comparativa do conteúdo de *Colocação Pronominal* em cada um desses compêndios.

6.7 Síntese comparativa das regras de *Colocação Pronominal* das *gramáticas* analisadas

A análise comparativa nesta subseção levou em conta, em linhas gerais, os seguintes aspectos: disposição do conteúdo de *Colocação Pronominal* na *gramática*, a extensão desse conteúdo, o número de exemplos apresentados, o uso da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), o introito do capítulo/tópico desse conteúdo, a perspectiva mais assente; para, em seguida, fazer considerações sobre as regras de *Colocação Pronominal*.

No que se refere à disposição do conteúdo de *Colocação Pronominal*, no Quadro 30, a seguir, têm-se os dados:

Quadro 30 – Disposição do conteúdo de *Colocação Pronominal* nas gramáticas.

PPC	Capítulo 12 <i>Colocação Pronominal</i>
ANGC	Subtópico <i>Colocação Pronominal</i> , da parte 4 <i>Sintaxe</i>
GLPC	Subtópico 6 <i>Colocação Pronominal</i> , da parte III <i>Sintaxe</i>
NGLPC	Capítulo 8 – <i>Sintaxe de colocação pronominal</i> , da parte III <i>Sintaxe</i>
GPC	Subtópico 9.12. <i>Estudo da colocação dos pronomes</i> , do Capítulo 9 <i>Pronome</i>
PES	Tópico 4.7. <i>Colocação Pronominal</i> , da parte 4 <i>Sintaxe</i>

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas gramáticas.

Assim, pelo Quadro *supra*, viu-se que em quatro das gramáticas analisadas, o conteúdo de *Colocação Pronominal* está contido na parte de sintaxe: ANGC, GLPC, NGLPC e PES. Em duas gramáticas, por sua vez, a disposição é diferente: na PPC, o conteúdo está num capítulo à parte; na GPC, num subtópico contido num capítulo referente ao estudo do pronome. Observa-se, pois, que, nem todas, estão estruturadas da mesma maneira, a falta de uniformização, desta forma, já é refletida nesse aspecto.

A extensão do conteúdo de *Colocação Pronominal*, pode ser vislumbrada, no Quadro 31, *infra*:

Quadro 31 – Extensão do conteúdo de *Colocação Pronominal* nas gramáticas.

PPC	3 páginas
ANGC	6 páginas
GLPC	4 páginas
NGLPC	13 páginas
GPC	6 páginas
PES	3 páginas

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas gramáticas.

Neste quesito, pôde-se dizer que a NGLPC é mais detalhada. Empenha mais que o dobro de páginas para a apresentação do conteúdo que as demais. Pode-se mencionar, aqui, que obras direcionadas para concursos tendem a ter conteúdos mais sumarizados, conforme, inclusive, pode ser comprovado pelo número mais reduzido de páginas e, assim, o menor detalhamento nas gramáticas PPC, ANGC, GLPC, GPC e PES.

O número de exemplos expostos em cada gramática pode ser visto, no Quadro 32, a seguir:

Quadro 32 – Quantitativo de exemplos relativos ao conteúdo de Colocação Pronominal nas gramáticas.

	PRÓPRIA AUTORIA	ABONAÇÃO	TOTAL DE EXEMPLOS
PPC	38	-	38
ANGC	57	4	61
GLPC	29	37	66
NGLPC	98	8	106
GPC	57	4	61
PES	37	-	37
	316	53	369

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas gramáticas.

Neste item, em seu conjunto, predominantemente, prevalecem os exemplos de própria autoria, que, em termos percentuais, chegam a quase 86%. Especificamente, a NGLPC é a que comporta mais exemplos. Tal fato pode explicar a maior extensão do capítulo de Colocação Pronominal dessa gramática. Constatou-se, ainda, que duas gramáticas (PPC e PES) se utilizam, apenas, de exemplos autorais; e duas gramáticas (ANGC e GPC) se utilizam, majoritariamente, de exemplos de própria autoria.

Quanto ao uso de abonações, observou-se que a GLPC é a que mais se subsidia desse artifício, mais da metade de seus exemplos são retirados de textos de escritores brasileiros e portugueses. Nas outras gramáticas que se utilizam dessa prática (ANGC, NGLPC e GPC), o quantitativo de abonações é muito pequeno, menos de 10% dos exemplos. No Quadro 33, a seguir, apresentam-se o quantitativo de abonação, por escritor, encontrado nessas gramáticas:

Quadro 33 – Abonações encontradas nas gramáticas.

QUANTITATIVO	ESCRITORES
9 abonações	Machado de Assis (1839-1908)
3 abonações por escritor	Alexandre Herculano (1810-1877) e Clarice Lispector (1920-1977)
2 abonações por escritor	Camilo Castelo Branco (1825-1890), Eça de Queiroz (1845-1900), Gonçalves Dias (1823-1864), Jorge de Lima (1895-1953), Olavo Bilac (1865-1918) e Vicente de Carvalho (1866-1924)
1 abonação por escritor	Abel Botelho (1854-1917), Alcântara Machado (1901-1935), Aluísio Azevedo (1857-1913), Antero de Quental (1842-1891), Antônio Vieira (1608-1697), Artur Azevedo (1855-1908), Bernardo Guimarães (1825-1884), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Castro Alves (1847-1871), Cecília Meireles (1901-1964), Coelho Neto (1864-1934), Fernando Pessoa (1888-1935), <i>Folha de S. Paulo</i> , Franklin Távora (1842-1888), Frei Luís de Sousa (1555-1632), Luciano Gomes (1971-), Lúcio Cardoso (1913-1968), Manuel Bandeira (1886-1968), Manuel Bernardes (1644-1710), Raimundo Correia (1859-1911), Raul Seixas (1945-1989), Rebelo da Silva (1822-1871), Rui Barbosa (1849-1923), Tristão da Cunha (1890-1974) e Visconde de Taunay (1843-1899)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas gramáticas ANGC, GLPC, NGLPC e GPC.

Pelo levantamento realizado, constata-se que Machado de Assis é o “mais lembrado” quando os autores lançam mão do expediente das abonações. Outro ponto a ser ressaltado é a representatividade de escritores nascidos no século XIX: das 53 abonações encontradas nas *gramáticas*, no assunto relativo à *Colocação Pronominal*, 40 abonações são de escritores nascidos no século XIX que, em termos percentuais, representa mais 75% das abonações; 9 abonações, de escritores nascidos no século XX; 2 abonações, de escritores nascidos no século XVII; 1 abonação, de um escritor nascido no século XVI. Ademais, uma das abonações é de uma citação, sem referência de data, extraída do jornal *Folha de S. Paulo*. Outro dado que se pode sobrelevar é a representatividade de abonações em autores do sexo masculino, uma vez que, apenas, 4 das 53 abonações são de mulheres. Outra informação, por fim, que fica evidenciada é que os textos de escritores de literatura brasileira são os mais acionados para o expediente de abonações, em detrimento dos textos jornalísticos, científicos, jurídicos e religiosos, por exemplo. Assim sendo, quando se lança mão do expediente das abonações, o *corpus* literário é assente nessas *gramáticas*, no assunto de *Colocação Pronominal*.

No que concerne à *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), têm-se o seguinte quantitativo de exemplos que os autores fazem uso dessa prática:

Quadro 34 – A *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, *op. cit.*) nos exemplos relativos ao conteúdo de *Colocação Pronominal* nas *gramáticas*.

<i>PPC</i>	10 exemplos
<i>ANGC</i>	10 exemplos
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	12 exemplos
<i>GPC</i>	9 exemplos
<i>PES</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pelos dados apresentados *supra*, vislumbrou-se que a *NGLPC* é a que mais se utiliza de exemplos para aprovar ou condenar construções relacionadas ao conteúdo de *Colocação Pronominal*; a *PPC* e *ANGC*, em segundo, com o uso de 10 exemplos; e a *GPC*, em terceiro, com 9 exemplos. Em contraposição, a *GLPC* e a *PES* não se servem dessa prática para o conteúdo em voga. Voltando e respondendo ao questionamento feito no Capítulo 2, quanto à recorrência da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, *op. cit.*), com a apresentação sumarizada do

Quadro 34, pode-se dizer que o apontamento de CERTO e ERRADO é uma prática frequente, na maioria, das *gramáticas* analisadas, no assunto específico de *Colocação Pronominal*.

Na *PPC*, tal prática é usada, por exemplo, quando são apresentadas as possibilidades de *Colocação Pronominal* em locução com o verbo principal no infinitivo ou gerúndio: “**Ex.**: Desejo escrever-lhe. (certo) Desejo-lhe escrever. (certo) Desejo lhe escrever. (errado) Lhe desejo escrever. (errado)” (AQUINO, 2017, p. 171, grifos do autor); na *ANGC*, ao apresentar exemplos em que é “proibida” a *Colocação Pronominal* depois de verbos no participípio, no futuro do presente ou no futuro do pretérito: “Tenho dedicado-me ao trabalho. (incorreto) Tenho-me dedicado ao trabalho. (correto) Avisarei-te assim que chegarem as notas. (incorreto) Avisar-te-ei assim que chegarem as notas. (correto)” (DORNELLES, 2017, p. 409, grifos do autor); na *NGLPC*, quando o autor apresenta exemplos para a máxima que não se inicia período com pronome oblíquo átono: “**Te disseram** que o juiz julgou improcedente a nossa causa? (**Construção errada**) Corrija-se para... *Disseram-te que o juiz julgou...*” (BEZERRA, 2017, p. 688, grifos do autor); e, na *GPC*, ao expor uma das ressalvas para a *Colocação Pronominal* em locuções verbais: “**Ex.**: Não estou te vendo daqui. (certo) Não estou-te vendo daqui. (errado) Ele está nos vendo daqui. (certo) Ele está-nos vendo daqui. (certo)” (ROSENTHAL, 2018, p. 123).

No que diz respeito ao introito do capítulo/tópico referente ao assunto nas *gramáticas*, cada um dos autores fez de modo particular:

- Na *PPC*, o autor já parte para a exposição das regras de *Colocação Pronominal* em forma verbal simples;
- Na *ANGC*, há exercícios de motivação com o intuito de avaliar e prognosticar; em seguida, apresenta dicas de estudo, com estatísticas, probabilidade, o que estudar mais e observações sobre as questões; posteriormente, fala da Sintaxe de Colocação, evidenciando a ordem direta e a ordem inversa; e, no tópico seguinte, fala das posições e dos princípios básicos, para, adiante, expor as regras de *Colocação Pronominal*;
- Na *GLPC*, apresentam-se, inicialmente, os pronomes oblíquos átonos e as posições em que podem ocupar, para ulterior explanação das regras básicas de *Colocação Pronominal*;
- Na *NGLPC*, há apresentação preliminar de um *Box* contendo informações sobre a facilidade do estudo de *Colocação Pronominal*, sobre a justificativa para este

estudo, sobre o tratamento dado ao assunto nos concursos públicos, explicitando que questões relacionadas aos “fatores que atraem o pronome átono” são recorrentes nesses certames e sobre, ainda, a observância do assunto em maior medida nos momentos de maior grau de monitoração estilística; em seguida, o autor menciona os pronomes oblíquos átonos e suas possíveis posições em tempo simples; avançando, antes de mencionar as regras propriamente ditas, cria um tópico para apresentar 3 máximas da *Colocação Pronominal* (1. Não se inicia período com pronome oblíquo átono; 2. Não se admite ênclise a um verbo no futuro ou no particípio; 3. Em geral, toda ênclise a um verbo no infinitivo é correta, ainda que exista um fator de próclise) que, essencialmente, são mencionadas, novamente, quando se apresentam as regras gerais desse fenômeno;

- Na *GPC*, antes de apresentar as regras propriamente ditas, o autor faz nove considerações sobre a *Colocação Pronominal* e o emprego dos pronomes na oração;

- Na *PES*, preliminarmente, há apresentação de um esquema contendo uma síntese das regras de *Colocação Pronominal* e, conforme já mencionado na subseção 6.6.3, não reflete integralmente as regras expostas ao longo do tópico; logo depois, cita os pronomes clíticos e as possíveis posições que podem assumir em tempo simples, com exemplificações sobre cada uma dessas posições; para, em seguida, apresentar as regras de *Colocação Pronominal*.

Pela apresentação do introito de cada capítulo/tópico, no que tange ao assunto em tela, percebeu-se como cada obra fez de forma diferenciada a exposição inicial do assunto, sendo, nesse aspecto, também, nada uniformes.

Evidencia-se que a perspectiva da atração lexical é assente na exposição do conteúdo de *Colocação Pronominal* nessas gramáticas. São arroladas diversas regras a serem seguidas para o assunto em tela, com base nesta teoria da atração lexical, em que palavras atraem os pronomes, como um ímã. Na *PPC*, na *NGLPC* e na *GPC*, os autores falam, explicitamente, da ideia de atração: Aquino (2017), por exemplo, diz que a próclise “ocorre quando alguma palavra *atrai* o pronome” (*ibidem*, p. 170, grifo nosso); Bezerra (2017), “fatores que *atraem* o pronome átono” (*ibidem*, p. 687, grifo nosso), “o pronome oblíquo ficará proclítico ao verbo por causa dos seguintes fatores que o *atraem*” (*ibidem*, p. 690, grifo nosso); Rosenthal (2018), “os pronomes oblíquos são *atraídos* por...” (*ibidem*, p. 122, grifo nosso). Na *ANGC* e na

GLPC, os autores falam em fator(es) de próclise, que não deixa de ter a ideia de atração embutida.

Confrontando as regras de *Colocação Pronominal* nas seis gramáticas analisadas, enfatiza-se, preliminarmente, a falta de uniformização na exposição dessas regras. No Quadro 35, primeiramente, é sistematizado o comparativo das regras de próclise nas gramáticas analisadas:

Quadro 35 – Comparativo das regras de próclise nas gramáticas analisadas.

Regra 1	
PPC	Com pronomes indefinidos
ANGC	Com pronomes substantivos: indefinidos
GLPC	Em orações iniciadas por pronomes indefinidos
NGLPC	Com pronomes indefinidos
GPC	Com pronomes indefinidos
PES	Com pronomes indefinidos (sem pausa entre eles e o verbo)
Regra 2	
PPC	Com pronomes relativos
ANGC	Com pronomes substantivos: relativos
GLPC	-
NGLPC	Com pronomes relativos
GPC	Com pronomes relativos
PES	-
Regra 3	
PPC	Com pronomes interrogativos
ANGC	Com pronomes substantivos: interrogativos / Em orações interrogativas
GLPC	Em orações interrogativas iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos
NGLPC	Em orações interrogativas em que haja pronomes interrogativos
GPC	Em orações iniciadas por palavras interrogativas
PES	Em orações interrogativas iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos
Regra 4	
PPC	Com advérbios que não peçam pausa
ANGC	Com advérbios de qualquer tipo
GLPC	Com verbos modificados diretamente por advérbios antepostos a eles Observação: Havendo pausa indicada por vírgula, recomenda-se a ênclise
NGLPC	Com advérbios → Observação: Se houver pausa depois do advérbio, o pronome ficará enclítico. Se o verbo estiver no futuro, emprega-se a mesóclise
GPC	Com advérbios
PES	Com advérbios (<i>sem pausa entre eles e o verbo</i>)
Regra 5	
PPC	Com conjunções subordinativas
ANGC	Em orações subordinadas com a conjunção clara ou subentendida
GLPC	Em orações subordinadas (iniciadas por conjunção subordinativa, pronome relativo, pronome interrogativo ou advérbio interrogativo)
NGLPC	Com conjunções subordinativas
GPC	Com conjunções subordinativas
PES	Em orações subordinadas
Regra 6	
PPC	Em frases optativas
ANGC	Em orações optativas
GLPC	Em orações optativas com sujeito anteposto ao verbo
NGLPC	Em orações optativas
GPC	Em orações optativas

PES	Em orações optativas
Regra 7	
PPC	Com o verbo no gerúndio precedido pela preposição EM
ANGC	Com o gerúndio preposicionado (preposição em)
GLPC	Com verbo no gerúndio precedido da preposição em
NGLPC	Com verbo no gerúndio precedido da preposição “em”
GPC	Com preposição EM com verbo no gerúndio
PES	Com a preposição EM + verbo no gerúndio
Regra 8	
PPC	-
ANGC	Em orações negativas
GLPC	-
NGLPC	Com palavras de valor negativo → Observação: Se houver pausa depois da palavra negativa, emprega-se a ênclise.
GPC	Com palavras de sentido negativo
PES	Em orações negativas (sem pausa entre a palavra de negação e o verbo)
Regra 9	
PPC	-
ANGC	Em orações exclamativas
GLPC	Em orações exclamativas iniciadas por pronomes ou advérbios exclamativos
NGLPC	Em orações exclamativas
GPC	Em orações iniciadas por palavras exclamativas
PES	Em orações exclamativas
Regra 10	
PPC	-
ANGC	Com verbos no infinitivo flexionado
GLPC	Com verbo no infinitivo pessoal (flexionado ou não) precedido de preposição
NGLPC	Com verbos no infinitivo pessoal precedido de preposição
GPC	-
PES	-
Regra 11	
PPC	-
ANGC	-
GLPC	Em orações iniciadas por pronomes demonstrativos
NGLPC	Com pronomes demonstrativos
GPC	Com pronomes demonstrativos
PES	-
Regra 12	
PPC	-
ANGC	-
GLPC	-
NGLPC	Com conjunções coordenativas alternativas
GPC	-
PES	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pela sistematização, *supra*, das regras de próclise nas *gramáticas* analisadas, detectou-se que, apenas 6 das 12 Regras são convergentes, quais sejam: **1, 3, 4, 5, 6 e 7**, em grande grau, uma vez que aparecem nas 6 *gramáticas* em estudo. Convém acrescentar, porém, que estas 6 Regras, em algumas dessas *gramáticas*, aparecem com especificidades:

- Para a **Regra 1**, pode-se dizer que 5 das 6 *gramáticas* são comprometidas com a ideia de fator de atração, por trazerem o pronome indefinido como fator para a próclise; outro detalhe, para a **Regra 1**, é que apenas uma dessas *gramáticas*, a *PES*, além da ideia de fator de atração, traz o fator rítmico-prosódico como argumento para particularizar tal regra, ou seja, fala em pausa, que a ocorrência de próclise só se dará se não houver pausa entre o pronome indefinido e o verbo;

- Para a **Regra 4**, pode-se declarar que todos se envolvem com a ideia de que palavras atraem palavras, no caso específico, que o advérbio atrai o pronome para antes do verbo; nesta **Regra 4**, o fator rítmico-prosódico, pela referência à pausa, em 4 (*PPC*, *GLPC*, *NGLPC* e *PES*) das 6 *gramáticas*, também é considerado;

- Para a **Regra 5**, a metade dos autores fala que as conjunções subordinativas favorecem a próclise; a outra metade deles fala que orações subordinativas são favorecedoras do contexto em voga. Evidencia-se que a *ANGC* particulariza, ainda mais, e fala que a conjunção pode estar clara ou subentendida; a *GLPC*, por sua vez, pormenoriza e cita as orações subordinadas que são iniciadas por conjunção subordinativa, pronome relativo, pronome interrogativo ou advérbio interrogativo. Tais explicitações desta *gramática*, assim, superpõem, de certo modo, outras regras referenciadas para a próclise, como as **Regras 2, 3 e 4**. Torna-se, deste modo, a análise comparativa por parte desta pesquisadora até comprometida, uma vez que as **Regras 2, 3, 4 e 5** podem ser, salvo melhor juízo, coincidentes.

- Para a **Regra 6**, ressalta-se que, mais uma vez, a *GLPC* se distingue das demais, considerando que as orações optativas que favorecem a próclise são as que contêm o sujeito anteposto ao verbo.

Pelo Quadro 35, verificou-se que 5 das 6 *gramáticas* apresentam a **Regra 9**, referente às orações exclamativas, como favorecedoras da próclise. Notou-se, também, que 4 das 6 *gramáticas* apresentam as **Regras 2 e 8**, que dizem respeito ao pronome relativo e às palavras de teor negativo / orações negativas, respectivamente, como facilitadoras da próclise. Estas três regras são comprometidas com a ideia de fator de atração; entretanto, verificou-se a **Regra 8** faz, ainda, referência ao fator rítmico-prosódico, em face da menção à pausa na *NGLPC* e na *PES*. Sobre a **Regra 8**, salvo melhor juízo, considera-se que ela é uma regra que superpõe outras regras, tendo em vista que palavras negativas podem ser pronomes indefinidos ou advérbios, por exemplo, coincidindo com as **Regras 1 e 4**.

Em 3 das 6 *gramáticas*, aparecem as **Regras 10 e 11**. A **Regra 10**, apesar de aparecer em 3 das 6 *gramáticas*, em cada uma é apresentada de modo particular: na *ANGC*, fala em infinitivo flexionado; na *GLPC*, em infinitivo pessoal (flexionado ou não) precedido de preposição; e na *NGLPC*, em infinitivo pessoal precedido de preposição.

Finalmente, somente, em 1 das 6 *gramáticas*, aparece a **Regra 12**, relacionada ao uso da próclise quando houver conjunções coordenativas alternativas.

No Quadro 36, a seguir, é apresentado o quantitativo de regras de próclise, por *gramática*:

Quadro 36 – Quantitativo de regras para o uso da próclise, por *gramática*.

<i>PPC</i>	7 regras
<i>ANGC</i>	10 regras
<i>GLPC</i>	9 regras
<i>NGLPC</i>	12 regras
<i>GPC</i>	10 regras
<i>PES</i>	8 regras

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Como se vê, a *NGLPC*, com 12 regras, é a *gramática* com o maior número de regras relativas ao uso da próclise, seguida da *ANGC* e da *GPC*, com 10 regras cada uma; da *GLPC*, com 9 regras; da *PES*, com 8 regras; e da *PPC*, com 7 regras. O maior comprometimento com a ideia de atração lexical, pela *NGLPC*, pode ser uma justificativa para tal resultado.

No comparativo das regras de ênclise, tem-se a seguinte sistematização:

Quadro 37 – Comparativo das regras de ênclise nas *gramáticas* analisadas.

Regra 13	
<i>PPC</i>	Em início do período
<i>ANGC</i>	Em períodos e orações iniciadas por verbo
<i>GLPC</i>	Com verbo no início do período, <i>desde que não esteja no futuro do indicativo</i>
<i>NGLPC</i>	Quando o verbo iniciar o período
<i>GPC</i>	Quando o verbo iniciar a oração / <i>Quando houver pausa antes do verbo</i>
<i>PES</i>	Com verbos que iniciam oração <i>Curiosidade: nas orações intercaladas, o pronome pode aparecer também antes do verbo</i>
Regra 14	
<i>PPC</i>	Em orações iniciadas por gerúndio
<i>ANGC</i>	-
<i>GLPC</i>	Com verbo no gerúndio, desde que não esteja precedido da preposição em
<i>NGLPC</i>	Com o verbo no gerúndio, desde que não forme locução verbal ou que não esteja

	precedido da preposição “em” ou de qualquer elemento de atração. → Observação: Se houver fator de próclise, esta será de rigor.
<i>GPC</i>	Quando o verbo estiver no gerúndio
<i>PES</i>	-
Regra 15	
<i>PPC</i>	Com o verbo no imperativo afirmativo
<i>ANGC</i>	Em orações imperativas afirmativas
<i>GLPC</i>	Com verbo no imperativo afirmativo
<i>NGLPC</i>	Com verbos no imperativo afirmativo
<i>GPC</i>	Quando o verbo estiver no imperativo afirmativo
<i>PES</i>	-
Regra 16	
<i>PPC</i>	-
<i>ANGC</i>	Com pronomes <i>o, a, os, as</i> (com infinitivos <i>precedidos pelas preposições a ou por</i>)
<i>GLPC</i>	Com verbo no infinitivo impessoal regido da preposição <i>a</i>
<i>NGLPC</i>	Com verbos no infinitivo regidos da preposição “ <i>a</i> ”, em se tratando dos pronomes oblíquos vocálicos “ <i>o, a, os, as</i> ”, os quais assumirão, obrigatoriamente, as formas “ <i>lo, la, los, las</i> ”. → Observação: Não se esqueça de que o infinitivo é uma forma verbal privilegiada. À exceção da regra acima e da próclise com o infinitivo flexionado, diante de um verbo no infinitivo estão corretas tanto a próclise quanto a ênclise, mesmo com a existência de um fator de próclise.
<i>GPC</i>	Quando o verbo estiver no infinitivo impessoal
<i>PES</i>	Com verbos no infinitivo
Regra 17	
<i>PPC</i>	-
<i>ANGC</i>	-
<i>GLPC</i>	Em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	-
<i>PES</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pela sistematização das regras de ênclise do Quadro 37, constatou-se que, somente, 1 das 5 Regras são convergentes, qual seja: **Regra 13**, em grande grau, considerando que ocorre nas 6 *gramáticas* analisadas. Importa acrescentar, entretanto, particularidades dessa **Regra 13** em algumas das *gramáticas*: a *GLPC* condiciona, ainda, que o verbo não poderá estar no futuro do indicativo; na *GPC*, fala-se em pausa, retratando o fator rítmico-prosódico; na *PES*, a curiosidade apresentada enseja dúvida, posto que faculta o uso da ênclise ou da próclise em contextos de orações intercaladas, demonstrando, assim, divergência e demonstração de falta de uniformização nessas *gramáticas*.

Ademais, no Capítulo 2, foi trazida uma citação de Antunes (2007) em que a autora comenta que o uso do pronome oblíquo átono em início de frase é uma normalidade no PB, constituindo um uso regularmente atestado e que pode identificar uma pessoa como sendo brasileira. Contudo, a normatividade exposta nas

gramáticas nesta dissertação não reflete a normalidade. A colocação proclítica em início de frase é condenada nos cânones gramaticais, que, poderiam retratar o uso dos brasileiros, no mínimo, dos brasileiros considerados cultos.

Pelo Quadro 37, em 4 das 6 *gramáticas* estudadas, observou-se a indicação da **Regra 14**. Contudo, é válido mencionar as particularidades seguintes: na *GLPC*, condiciona, ainda, que o verbo no gerúndio não poderá estar precedido da preposição “em”; na *NGLPC*, o verbo no gerúndio não poderá formar locução verbal, nem poderá estar precedido da preposição “em”, nem poderá estar precedido de qualquer “elemento de atração”.

Em 5 das 6 *gramáticas* expõem as **Regras 15 e 16**. Sobre a **Regra 16**, evidenciou-se, ainda, especificidades, quais sejam: na *ANGC*, a precedência pode ser tanto a preposição “a” quanto a “por”; na *GLPC*, fala-se apenas na precedência da preposição “a”; na *NGLPC*, tal regra é bem detalhada e traz ainda uma observação que faculta o uso da próclise ou da ênclise em contextos com verbo no infinitivo; na *PES*, fala-se apenas em verbos no infinitivo. Assim sendo, a *NGLPC* e a *PES* são desarmônicas e demonstram falta de uniformidade quanto à **Regra 16**.

Em 1 das 6 gramáticas verificadas, notou-se a exposição da **Regra 17**. Esta Regra pode, inclusive, salvo melhor arbítrio, ser incluída nas particularidades da **Regra 16**.

Em síntese, no Quadro 38, *infra*, é apresentado o quantitativo de regras de ênclise, por *gramática*:

Quadro 38 – Quantitativo de regras para o uso da ênclise, por *gramática*.

<i>PPC</i>	3 regras
<i>ANGC</i>	3 regras
<i>GLPC</i>	5 regras
<i>NGLPC</i>	4 regras
<i>GPC</i>	4 regras
<i>PES</i>	2 regras

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Conforme é exposto no Quadro, a *GLPC*, com 5 regras, é a *gramática* com o maior número de regras relacionadas ao uso da ênclise, seguida da *NGLPC* e da *GPC*, com 4 regras cada uma; da *PPC* e da *ANGC*, com 3 regras cada uma; e da *PES*, com 2 regras. Pode-se realçar que as regras de ênclise são em menor quantidade, se comparadas com as de próclise. Além disso, evidencia-se que não

dá, como se viu em uma das *gramáticas* (*GLPC*), para falar em ênclise como a colocação normal, se as regras para esse contexto são poucas.

Na sistematização comparativa das regras de mesóclise, obtém-se o seguinte resultado:

Quadro 39 – Comparativo das regras de mesóclise nas *gramáticas* analisadas.

Regra 18	
<i>PPC</i>	Com o verbo no futuro do presente ou do pretérito, quando não há nenhuma palavra exigindo a próclise
<i>ANGC</i>	Com verbos no futuro do presente ou do pretérito, desde que não haja caso de próclise Atenção! Qualquer caso obrigatório de próclise tem precedência A mesóclise será obrigatória apenas em oração iniciada pelo verbo
<i>GLPC</i>	Só poderá ocorrer com verbos no futuro do presente ou no futuro do pretérito, desde que não haja algum fator de próclise Observação: 1. ^a) Se o verbo no futuro vier precedido de pronome reto, ocorrerá a próclise 2. ^a) Se o sujeito anteposto à forma verbal no futuro não for pronome reto, ocorrerá facultativamente a próclise ou a mesóclise
<i>NGLPC</i>	Verbo no futuro do presente e no futuro do pretérito → Observações: a) Não havendo palavra atrativa e estando o futuro do presente ou do pretérito no meio de uma oração, será indistinta tanto a próclise quanto a mesóclise. b) Se houver palavra atrativa antes do futuro, a próclise será obrigatória.
<i>GPC</i>	Quando o verbo estiver no futuro do presente ou futuro do pretérito, contanto que esses verbos não estejam precedidos de palavras que exijam a próclise
<i>PES</i>	Com verbos no futuro do presente ou futuro do pretérito

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pela sistematização *supra*, detectou-se que a **Regra 18** é aparece nas 6 *gramáticas*. Porém, há particularidades em algumas *gramáticas*, que tornam essa regra incongruente: na *PPC*, na *ANGC* e na *GPC*, há menção que os verbos não poderão estar precedidos de palavras favorecedoras de próclise; na *GLPC*, além da menção anterior, ainda há duas observações: ocorrerá o uso da próclise, se o verbo vier precedido de pronome reto; e ocorrerá, facultativamente, próclise ou mesóclise, se o sujeito anteposto ao verbo não for pronome reto; na *NGLPC*, por sua vez, o autor, também, traz duas observações: ocorrerá, facultativamente, próclise ou mesóclise, se não houver “palavra atrativa” e o verbo estiver “no meio da oração”; a segunda é a mesma menção apresentada na *PPC*, na *ANGC* e na *GPC*. Tais particularidades, no comparativo de regras em *gramáticas* distintas, causam muitas dúvidas e o consulente pode até pensar em invenção de regras por parte dos elaboradores de compêndios gramaticais.

No Quadro 40, a seguir, é retratado o quantitativo de regras de mesóclise, por *gramática*:

Quadro 40 – Quantitativo de regras para o uso da mesóclise, por *gramática*.

<i>PPC</i>	1 regra
<i>ANGC</i>	1 regra
<i>GLPC</i>	1 regra
<i>NGLPC</i>	1 regra
<i>GPC</i>	1 regra
<i>PES</i>	1 regra

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pelo exposto no Quadro, todas as *gramáticas* apresentaram apenas uma regra de mesóclise, ressaltando que algumas trouxeram observações.

No Quadro 41, *infra*, apresenta-se o comparativo de regras facultativas de ênclise ou de próclise nas *gramáticas* estudadas:

Quadro 41 – Comparativo das regras facultativas de ênclise ou de próclise nas *gramáticas* analisadas.

Regra 19	
<i>PPC</i>	Com os substantivos, pronomes pessoais e os demonstrativos
<i>ANGC</i>	Estando o sujeito expresso
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	-
<i>PES</i>	-
Regra 20	
<i>PPC</i>	Com as conjunções coordenativas
<i>ANGC</i>	Com as orações coordenadas sindéticas
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	-
<i>PES</i>	-
Regra 21	
<i>PPC</i>	Com o infinitivo pessoal precedido de não
<i>ANGC</i>	Com infinitivos invariáveis
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	-
<i>PES</i>	Com verbo no infinitivo, precedido de preposição ou palavra negativa, usa-se próclise ou ênclise

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Com base do Quadro exposto, observou-se que, somente, 3 das 6 *gramáticas* trazem usos facultados para próclise ou ênclise (*PPC*, *ANGC* e *PES*). Quanto às

Regras 19 e 20, elas estão expressas em, apenas, 2 das 6 *gramáticas*. No caso da **Regra 19**, na *PPC*, fala-se em substantivos, pronomes pessoais e os demonstrativos; na *ANGC*, em sujeito exposto. Cabe ressaltar que esta pesquisadora, partindo do pressuposto que os substantivos, pronomes pessoais e pronomes demonstrativos, quando expressos numa oração, podem ter a função sintática de sujeito, considerou a regra da *PPC* e a da *ANGC* como única. Além do que, cabe ponderar que os demonstrativos elencados como caso de uso facultado de próclise e de ênclise na *PPC*, são apresentados como caso, apenas, de próclise na *GLPC*, na *NGLPC* e na *GPC*, conforme sistematizado na **Regra 11**; com isso, vê-se incongruência entre as *gramáticas* analisadas. No que tange à **Regra 20**, na *ANGC*, há restrição, apenas, para as sindéticas.

No que tange à **Regra 21**, certificou-se que aparece na metade das *gramáticas*, com particularidades, quais sejam: na *PPC*, fala-se em infinitivo pessoal precedido de não; na *ANGC*, em infinitivos invariáveis; na *PES*, em verbo no infinitivo, precedido de preposição ou palavra negativa. Tal uso facultado de próclise ou ênclise, no que tange à precedência de palavra negativa, é incongruente, considerando a **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas.

No Quadro 42, a seguir, é representado o quantitativo de regras facultativas para próclise ou ênclise, por *gramática*:

Quadro 42 – Quantitativo de regras para o uso facultativo de próclise ou ênclise, por *gramática*.

<i>PPC</i>	3 regras
<i>ANGC</i>	3 regras
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	-
<i>PES</i>	1 regra

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Conforme foi apresentado no Quadro 42, foram poucos os usos facultativos de próclise ou ênclise, e os poucos usos foram restritos a, somente, 3 das 6 *gramáticas*.

Partindo para o comparativo das regras de *Colocação Pronominal* em locuções verbais, antes de mais nada, esclarece-se que a sistematização dessas

regras foi, de certo modo, custosa, considerando a variedade da disposição dos conteúdos em cada uma das *gramáticas*. Definiu-se a disposição feita em Bezerra (2017), porque as regras são apresentadas a partir das possibilidades de colocação: próclise ao verbo auxiliar, ênclise ao verbo auxiliar, próclise ao verbo principal e ênclise ao verbo principal. Com isso, repetições podem ser vislumbradas porque há regras que possibilitam mais de uma colocação. Além disso, ressalta-se que há *gramáticas* que trouxeram, apenas, exemplos para dizer que uma determinada colocação é aceita, como é o caso da *PES*.

Feitos estes esclarecimentos, no Quadro 43, a seguir, é apresentada a sistematização das regras de *Colocação Pronominal* em locuções verbais nas *gramáticas* examinadas:

Quadro 43 – Comparativo das regras de *Colocação Pronominal* em locuções verbais nas *gramáticas* analisadas.

Regra 22 – Próclise ao verbo auxiliar	
<i>PPC</i>	- Não é possível, se a locução iniciar período - Com infinitivo ou gerúndio, havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar; ênclise ao verbo principal - Com particípio, havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar
<i>ANGC</i>	- Será livre a colocação, não havendo caso de próclise - Havendo caso de próclise, o pronome será colocado antes ou depois da locução verbal, isto é, não poderá ficar entre os verbos
<i>GLPC</i>	- Havendo fator de próclise em locução em que o verbo principal ocorre no infinitivo ou no gerúndio, o pronome átono ficará antes do verbo auxiliar ou depois do verbo principal - Se houver fator de próclise em locução em que o verbo principal ocorre no particípio, o pronome átono deverá ficar antes do verbo auxiliar
<i>NGLPC</i>	Sempre possível, exceto se a locução iniciar o período
<i>GPC</i>	- Estando o último verbo no infinitivo ou gerúndio, o pronome tanto poderá aparecer antes como depois da locução - Se houver termo que atraia o pronome oblíquo, esta será uma das possibilidades - Quando o último verbo encontrar-se no particípio, o pronome deverá vir antes ou no meio da locução
<i>PES</i>	Auxiliar + infinitivo; Auxiliar + gerúndio; Auxiliar + particípio.
Regra 23 – Ênclise ao verbo auxiliar	
<i>PPC</i>	- Com infinitivo ou gerúndio, não havendo palavra que atraia o pronome → ênclise ao verbo principal; ênclise ao verbo auxiliar - Com infinitivo ou gerúndio, havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar; ênclise ao verbo principal - Com particípio, não havendo palavra que atraia o pronome → ênclise ao verbo auxiliar; - Com particípio, havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar
<i>ANGC</i>	- Será livre a colocação, não havendo caso de próclise - Havendo caso de próclise, o pronome será colocado antes ou depois da locução verbal, isto é, não poderá ficar entre os verbos
<i>GLPC</i>	- Se a locução em que o verbo principal ocorre no infinitivo ou no gerúndio não vier precedida de um fator de próclise, o pronome átono poderá ficar depois do verbo auxiliar ou depois do verbo principal - Se não houver fator de próclise em locução em que o verbo principal ocorre no particípio, o pronome átono ficará depois do verbo auxiliar

<i>NGLPC</i>	Possível desde que não haja um fator de próclise ou o verbo esteja no futuro.
<i>GPC</i>	- Se houver termo que atraia o pronome oblíquo, este não poderá estar ligado ao primeiro verbo com hífen - Quando o último verbo encontrar-se no particípio, o pronome deverá vir antes ou no meio da locução
<i>PES</i>	- Auxiliar + infinitivo; Auxiliar + gerúndio; Auxiliar + particípio Curiosidade: Com ênclise no auxiliar, o hífen facultativo
Regra 24 – Próclise ao verbo principal	
<i>PPC</i>	Observações finais: Segundo a gramática tradicional, consideramos errada a colocação do pronome átono solto entre dois verbos. No entanto, há uma tendência muito grande de aceitar-se como válida tal colocação. Muitas bancas de concurso têm considerado correto tal emprego. Assim, só por eliminação é possível resolver uma questão em que ocorra o pronome entre os dois verbos sem prender-se ao auxiliar.
<i>ANGC</i>	Observações: A Sintaxe Brasileira, isto é, a colocação do pronome oblíquo “solto” entre os verbos, mesmo havendo fatores de próclise, vem sendo consagrada por escritores e gramáticos de renome, mas ainda não foi definitivamente aceita pelos padrões clássicos da língua. Atenção! Os estudantes, numa prova, devem optar pela colocação prevista nos padrões formais da língua.
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	Posição consolidada pelo uso. Já foi combatida por alguns gramáticos, mas hoje plenamente aceita pelo padrão mais formal da língua em virtude do largo emprego nas situações do dia a dia.
<i>GPC</i>	Obs.: O uso do dia a dia gera uma situação peculiar. O único lugar onde não deveria estar o pronome é o que todos usam, ou seja, entre os verbos. Por isso, os gramáticos mais modernos já aceitam tal posicionamento com duas ressalvas: 1ª – Se houver termo que atraia o pronome oblíquo, este não poderá estar ligado ao primeiro verbo com hífen. 2ª – Com os pronomes oblíquos O, A, OS, AS, a forma tradicional (antes ou depois da locução) se torna a única. Obs.: [...] O estudo da colocação pronominal em locuções verbais (com último verbo no infinitivo ou gerúndio) foi abordado na prova para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2004, e a banca fez valer a visão tradicional, ou seja, apesar de o uso do pronome oblíquo entre os verbos já estar deveras difundida, a forma conservadora – com o pronome oblíquo átono antes ou depois da locução – acabou por prevalecer.
<i>PES</i>	- Auxiliar + infinitivo Curiosidade: Com ênclise no auxiliar, o hífen facultativo
Regra 25 – Ênclise ao verbo principal	
<i>PPC</i>	- Com infinitivo ou gerúndio, não havendo palavra que atraia o pronome → ênclise ao verbo principal; ênclise ao verbo auxiliar - Com infinitivo ou gerúndio, havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar; ênclise ao verbo principal - Com particípio, não havendo palavra que atraia o pronome → ênclise ao verbo auxiliar - Com particípio, havendo palavra que atraia o pronome → próclise ao verbo auxiliar
<i>ANGC</i>	- Não havendo caso de próclise, será livre a colocação. - Havendo caso de próclise, o pronome será colocado antes ou depois da locução verbal, isto é, não poderá ficar entre os verbos. - É proibida a colocação do pronome depois de verbos no particípio.
<i>GLPC</i>	- Se a locução em que o verbo principal ocorre no infinitivo ou no gerúndio não vier precedida de um fator de próclise, o pronome átono poderá ficar depois do verbo auxiliar ou depois do verbo principal - Havendo fator de próclise em locução em que o verbo principal ocorre no infinitivo ou no gerúndio, o pronome átono ficará antes do verbo auxiliar ou depois do verbo principal
<i>NGLPC</i>	- Sempre possível em se tratando do infinitivo ou do gerúndio. - Não se admite ênclise a um verbo no particípio.
<i>GPC</i>	- Estando o último verbo no infinitivo ou gerúndio, o pronome tanto poderá aparecer antes como depois da locução

	Obs.: Mesmo que haja termo atraindo o pronome oblíquo, a gramática não faz qualquer oposição ao uso do pronome após a locução verbal. - Quando o último verbo encontrar-se no particípio, o pronome deverá vir antes ou no meio da locução.
<i>PES</i>	Auxiliar + infinitivo; Auxiliar + gerúndio.
Regra 26 – Com elemento interveniente	
<i>PPC</i>	Obs.: Com preposição entre o auxiliar e o principal – próclise ao principal; ênclise ao principal.
<i>ANGC</i>	-
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	Observações: b) Quando a locução verbal é formada por um verbo auxiliar mais uma preposição e mais o verbo principal, observam-se as mesmas posições elencadas acima à exceção da ênclise ao verbo auxiliar.
<i>GPC</i>	-
<i>PES</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pelo Quadro *supra*, constatou-se que 3 das 5 regras são convergentes, quais sejam: **22**, **23** e **25**, em grande grau, uma vez que aparecem nas 6 *gramáticas* estudadas. Cabe mencionar, entretanto, que estas 3 regras, em algumas dessas *gramáticas*, aparecem com particularidades:

- A **Regra 22**, que diz respeito ao uso da próclise ao verbo auxiliar, não é trazida de forma uniforme nas *gramáticas* analisadas: na *PPC*, o autor não menciona se esta colocação é uma das possibilidades aceitas, quando não há “palavra atrativa”; ele só explicita que, se houver palavra atrativa, esta é uma das possibilidades para os contextos com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, e é a única possibilidade para os contextos de verbo principal no particípio; outro detalhe é que, por um exemplo, verificou-se que não é possível esta colocação, se a locução iniciar período; na *ANGC*, o autor comenta que é uma das possibilidades, havendo ou não caso de próclise; ressalta-se que o autor não faz ponderação quanto aos contextos de verbo principal no infinitivo, gerúndio ou particípio; na *GLPC*, é fica clara a impossibilidade de uso desta colocação, sem “fator de próclise”; com “fator de próclise”, por sua vez, o autor menciona que próclise ao verbo auxiliar é uma das possibilidades para os contextos com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, e é a única possibilidade para os contextos de verbo principal no particípio; na *NGLPC*, o autor é bem sucinto e diz que é uma das possibilidades de uso com verbo principal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio, advertindo, ainda, que não é uma das possibilidades, quando a locução iniciar o período; na *GPC*, o autor menciona que esta é uma das possibilidades de colocação, mesmo não havendo caso de próclise; além do mais, se houver termo que atraia o pronome, é uma das possibilidades com

verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, e é a única possibilidade para os contextos de verbo principal no particípio; na *PES*, o autor só cita exemplos e a colocação próclise ao verbo auxiliar é uma delas.

- Para a **Regra 23**, referente ao uso da ênclise ao verbo auxiliar, também, falta uniformização, quando se compara as *gramáticas*: na *PPC*, o autor traz como uma das possibilidades, se não houver “palavra atrativa”, quando o verbo principal estiver no infinitivo ou gerúndio; se houver “palavra atrativa”, não é possibilidade de colocação; é a única possibilidade, se não houver “palavra atrativa”, quando o verbo principal estiver no particípio; se houver “palavra atrativa”, também, não é possibilidade de colocação; na *ANGC*, o autor menciona como uma das possibilidades, se não houver “palavra atrativa”, sem especificar qual o contexto do verbo principal; se houver “palavra atrativa”, é uma das possibilidades de colocação; na *GLPC*, nos contextos de verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, sem “fator de próclise, a colocação ênclise ao verbo auxiliar é uma das possibilidades; nos contextos de verbo principal no particípio, sem “fator de próclise”, esta colocação é a única aceitável; na *NGLPC*, o autor brevemente declara que é uma das possibilidades de uso com verbo principal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio, ponderando que não é uma das possibilidades, quando houver “fator de próclise” ou quando o verbo estiver no futuro; na *GPC*, o autor assinala que não é uma das possibilidades, se houver “fator de próclise”; acentua, ainda, que é uma das possibilidades, com verbo principal no particípio, sem especificar se é contexto com ou sem “fator de próclise”; na *PES*, o autor, novamente, cita exemplos e, desta vez, a colocação ênclise ao verbo auxiliar sendo uma delas, trazendo, ainda, uma curiosidade da possibilidade do uso facultado do hífen, anunciando, implicitamente, a existência da próclise ao verbo principal.

- A **Regra 25**, relacionada ao uso da ênclise ao verbo principal, notou-se que todas as *gramáticas*, apesar de se utilizarem de formas diferentes para retratar esta regra, foram uniformes, ou seja, todos fazem menção à possibilidade desta colocação, havendo ou não “palavra atrativa”, com verbo principal no infinitivo ou no gerúndio; e não é uma das possibilidades de colocação, havendo ou não “palavra atrativa”, com verbo principal no particípio.

Ademais, a **Regra 24**, referente à próclise ao verbo principal, é mencionada em, apenas, 5 das 6 *gramáticas*. Contudo, cabe algumas considerações: das 5 *gramáticas*, apenas, a *NGLPC* traz esta regra como uma das possibilidades básicas

de colocação, inclusive, como uma possibilidade “plenamente aceita pelo padrão mais formal da língua” (BEZERRA, 2017, p. 697). Não trazendo, assim, esta posição em segundo plano como uma observação à regra geral em forma de nota explicativa e/ou em forma de tópico posterior, à parte, que comenta acerca da *Colocação Pronominal* do PB, como fazem em algumas *gramáticas* de referência: Rocha Lima (2017), Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009) e Melo (1978), só para citar algumas.

A aceitabilidade da próclise ao verbo principal como uma das possibilidades básicas, porém, não é colocada da mesma forma pelas demais *gramáticas* voltadas para concursos estudadas: na *PPC*, na *ANGC* e na *GPC*, a **Regra 24** é apresentada a partir de observações; na *GLPC*, nada se fala a respeito; e na *PES*, por uma “curiosidade”.

Ainda sobre a **Regra 24**, comenta-se que, na *PPC*, tal regra é posta como “errada” pelo próprio autor, mesmo conhecedor da tendência de aceitabilidade como uma das possibilidades de colocação; na *ANGC*, por sua vez, tal regra não é trazida como uma das possibilidades, mesmo o autor sabendo que já é consagrada por escritores e gramáticos de renome, como ele próprio menciona; na *GPC*, a regra em referência é uma possibilidade não aceita, embora o autor assevere que, em *gramáticas* modernas, é uma possibilidade aceita com ressalvas; na *PES*, é uma possibilidade aceita para os contextos de verbo principal no infinitivo.

Pelas exposições das 4 *gramáticas* (*PPC*, *ANGC*, *NGLPC* e *GPC*), a próclise ao verbo principal é uma colocação que vem sendo consolidada pelo uso. Tais apresentações vão em encontro com as argumentações de Teyssier (2001), Vieira, S. (2002), Bagno (2009a), Schei (2010) e Teixeira (2016), mencionados do Capítulo 4, os quais atestam que a posição *próclise ao verbo principal* é uma das possibilidades de uso no PB. Pode-se dizer, assim, que há lugar para o culto nas *gramáticas* voltadas para concursos públicos, que a *norma culta* se insinua nessas *gramáticas*.

Sobre a nomenclatura pronome solto para se referir à próclise ao verbo principal, destaca-se que ela é encontrada na *PPC*, na *ANGC* e na *NGLPC*. Nesta última, o autor fala tanto em pronome solto quanto próclise ao verbo principal. Segundo já exposto no Capítulo 4, a partir de Monteiro (1994), a nomenclatura não é adequada, porque o pronome funciona como sílaba pretônica do verbo principal e como tal não está solto, mas o que se vê, pela pesquisa realizada, é a perseverança de tal nomenclatura em 3 das 6 *gramáticas* voltadas para concursos públicos.

Além disso, no Quadro 43, é apresentada a **Regra 26**, que diz respeito à presença de elemento interveniente (preposição, por exemplo), em locuções verbais. Assim sendo, verificou-se que, apenas, 2 das 6 *gramáticas* trazem tal regra, inclusive, em observações às regras básicas de *Colocação Pronominal* em locuções verbais.

No Quadro 44, a seguir, é retratado o quantitativo de regras de *Colocação Pronominal* em locuções verbais, por *gramática*:

Quadro 44 – Quantitativo de regras de Colocação Pronominal em locuções verbais, por gramática.

<i>PPC</i>	5 regras
<i>ANGC</i>	4 regras
<i>GLPC</i>	3 regras
<i>NGLPC</i>	5 regras
<i>GPC</i>	4 regras
<i>PES</i>	3 regras

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Em consonância com o Quadro *supra*, a *PPC* e a *NGLPC*, com 5 regras cada uma, são as *gramáticas* com o maior número de regras, sucedidas da *ANGC* e da *GPC*, com 4 regras cada uma; e da *GLPC* e da *PES*, com 3 regras cada uma.

Salienta-se, ainda, que, em algumas *gramáticas* analisadas, é verificada a existência de regra quanto à apossíncise, conforme Quadro 45, a seguir:

Quadro 45 – Comparativo das regras de apossíncise nas gramáticas analisadas.

Regra 27	
<i>PPC</i>	Observações finais: Com duas palavras atrativas, pode o pronome ficar entre elas
<i>ANGC</i>	Intercalar, nos casos de próclise, palavra(s) entre o verbo e o pronome oblíquo. Ocorre, mais comumente, com o advérbio não
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	Quando há a intercalação de vocábulo entre o pronome átono e o verbo
<i>PES</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

A **Regra 27**, consoante Quadro *supra*, foi constatada na metade das *gramáticas* analisadas. Cada uma apresentando a citada regra de forma particular.

No Quadro 46, a seguir, é apresentado o quantitativo de regras de apossíncise, por *gramática*:

Quadro 46 – Quantitativo de regras de apossínclise, por gramática.

<i>PPC</i>	1 regra
<i>ANGC</i>	1 regra
<i>GLPC</i>	-
<i>NGLPC</i>	-
<i>GPC</i>	1 regra
<i>PES</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pelo Quadro *supra*, somente, uma regra referente à apossínclise foi encontrada na metade das *gramáticas*: na *PPC*, na *ANGC* e na *GPC*.

Em síntese, no Quadro 47, a seguir, é apresentado o somatório de regras de próclise, ênclise, mesóclise, ênclise ou próclise facultativas, *Colocação Pronominal* em locuções verbais e apossínclise, por *gramática*:

Quadro 47 – Somatório de regras de Colocação Pronominal, por gramática.

<i>PPC</i>	20 regras
<i>ANGC</i>	22 regras
<i>GLPC</i>	18 regras
<i>NGLPC</i>	22 regras
<i>GPC</i>	20 regras
<i>PES</i>	15 regras

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas nas *gramáticas*.

Pelo Quadro exposto, a *ANGC* e a *NGLPC*, com 22 regras cada uma, são as *gramáticas* com o maior número de regras, seguidas da *PPC* e *GPC*, com 20 regras; da *GLPC* com 18 regras; e da *PES*, com 15 regras.

Com o comparativo realizado, pôde-se concluir que, embora algumas *gramáticas* coincidam em relação à disposição do conteúdo, à extensão do conteúdo, ao quantitativo de exemplos, ao uso de abonações, à prática da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), ao modo de introduzir o Capítulo/Tópico e às regras de próclise, ênclise, mesóclise, ênclise ou próclise, *Colocação Pronominal* em locuções verbais e apossínclise, a falta de congruência é deveras acentuada, sobretudo, no que tange às regras.

Tal constatação é vista, de certo modo, negativamente para o ensino e, em particular, para o ensino direcionado aos concursos públicos, em que a unidade, para o acerto do gabarito das questões, é uma constante, uma vez que pode, inclusive, resguardar as bancas de recursos e de pedidos de anulação de questões.

Ademais, após a análise comparativa das regras de *Colocação Pronominal* nas seis *gramáticas*, vale mencionar o que Roberto Caparroz (2018) comenta sobre as diferenças entre *gramáticas* na apresentação da obra *PES*:

Costumo ponderar que, se um candidato ler dois autores sobre o mesmo tema, provavelmente “elevantá ao quadrado” suas dúvidas, pois não saberá como enfrentar, nas provas, as divergências de pensamento que, apesar de comuns e salutareis no meio acadêmico, devem ser evitadas a todo custo nos concursos. (*ibidem*, p. 11).

Diante do exposto e das considerações efetivadas nesta subseção, demonstrou-se que estudos como este são necessários, a fim comprovar as discrepâncias entre os instrumentos linguísticos e, a partir disso, trabalhar para que se tenham *gramáticas* mais uniformes quanto aos conteúdos apresentados.

Um ponto positivo que se pode destacar, ao final das análises das *gramáticas*, é em relação aos usos cultos contidos nas *gramáticas*, instrumentos que veiculam a *norma-padrão*. Viu-se que há lugar para a *norma-culta* brasileira nas *gramáticas*, quando se fala, por exemplo, da próclise ao verbo principal. Na *NGLPC*, esta colocação é trazida como uma das possibilidades básicas de colocação. Ela é apresentada como uma possibilidade “plenamente aceita pelo padrão mais formal da língua” (BEZERRA, 2017, p. 697). O lugar do culto, também, é visto nos casos facultativos de próclise ou ênclise, em três das *gramáticas*: *PPC*, *ANGC* e *PES*. Aliás, o lugar do culto está contido em todos os casos de uso da próclise, vistos nas *gramáticas*, uma vez que a próclise é a colocação normal, usual no Brasil; pode-se dizer, com isso, que não há necessidade de se falar em fator de atração.

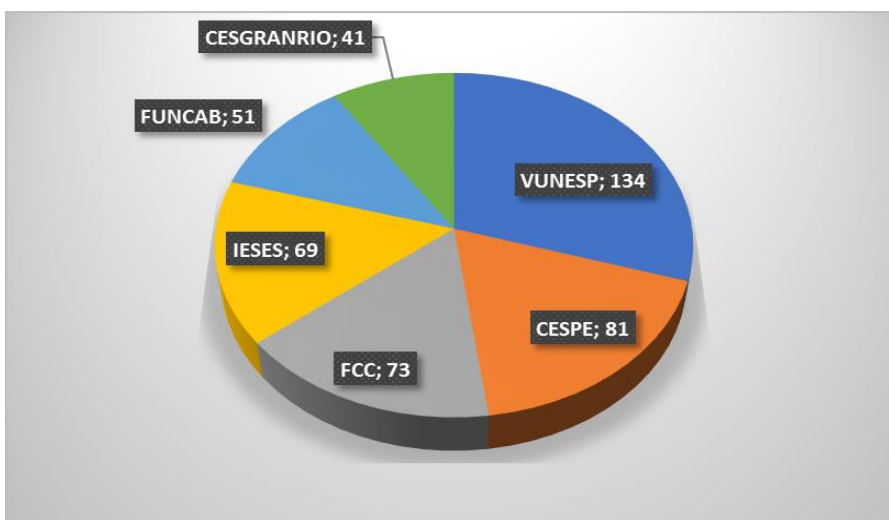
Além disso, constatou-se que o conteúdo de *Colocação Pronominal* revelou-se um assunto laborioso para estudo. Não se concorda, assim, com Bezerra (2017), que diz que é “um assunto bem fácil” (*ibidem*, p. 687), “não é difícil” (*ibidem*, p. 696). Nada disso! É difícil! De acordo com as *gramáticas* estudadas, muitas regras estão envolvidas e se se estudar por *gramáticas* distintas, há muitas particularidades quanto ao assunto de *Colocação Pronominal*.

Vistas as prescrições contidas nas *gramáticas*, no capítulo seguinte, foram apresentados resultados relacionados ao que de fato é cobrado em questões de concursos públicos, quanto ao assunto de *Colocação Pronominal*.

7 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS

Nesta seção, foram feitas considerações de como as bancas organizadoras de concursos públicos abordam questões de *Colocação Pronominal*. Nesse sentido, conforme já apresentado na seção metodológica, foram selecionadas seis bancas, quais sejam: 1) Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP); 2) Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE / CESPE); 3) Fundação Carlos Chagas (FCC); 4) Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESES); 5) Fundação Professor Carlos Antonio Bittencourt (FUNCAB); e 6) Fundação CESGRANRIO. No gráfico, a seguir, é apresentado o quantitativo de questões de *Colocação Pronominal* analisadas, por banca organizadora de concurso:

Gráfico 1 – Quantitativo de questões de *Colocação Pronominal* das bancas analisadas.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Evidencia-se que, primeiramente, foram feitas considerações por banca organizadora de concurso, em subtópicos distintos, e realizadas observações quanto ao comparativo entre essas bancas, em subtópico finalístico.

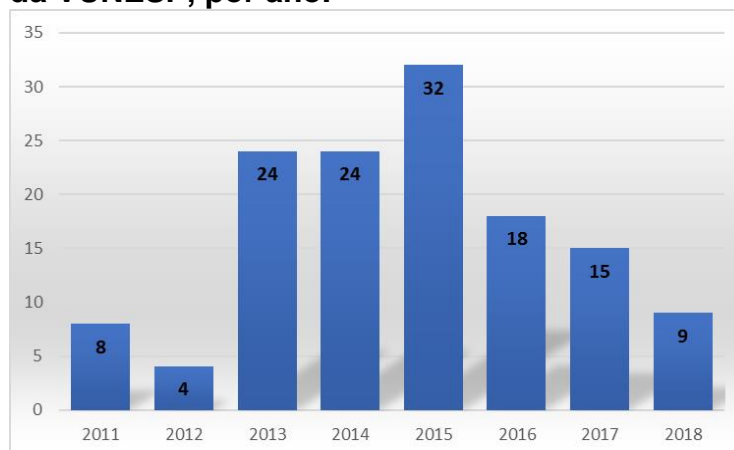
7.1 A *Colocação Pronominal* nas questões de concursos públicos da VUNESP

A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista, criada em 1979 pelo Conselho Universitário da UNESP, é uma instituição sem fins lucrativos

que, além de atuar nos processos seletivos de ingresso de alunos em cursos e programas na UNESP, atua em diversas outras atividades. A realização de concursos públicos é uma atividade promovida pela VUNESP desde 1988 e que, atualmente, contempla demandas de várias instituições de âmbito federal, estadual e municipal, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como de empresas públicas e privadas e de entidades de sociedade civil⁵⁴.

No que se refere ao quantitativo, por ano, das 134 questões de *Colocação Pronominal* cadastradas na plataforma *Qconcursos.com*, no período selecionado, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 2 – Questões de *Colocação Pronominal* da VUNESP, por ano.



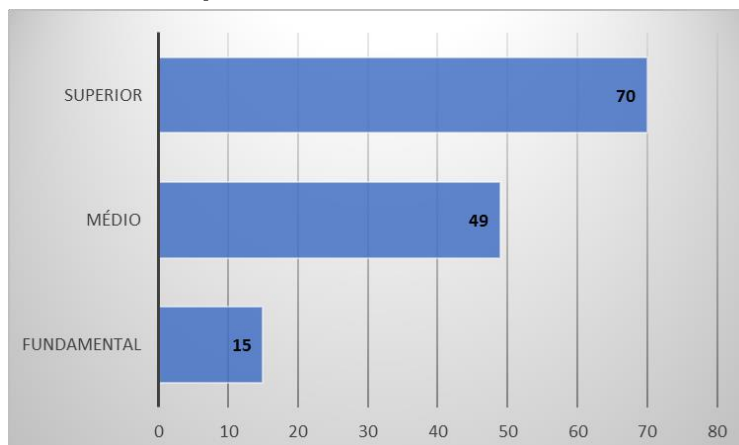
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir do gráfico apresentado, constatou-se que o ano com maior número de questões foi o de 2015, com 32 questões, seguido dos anos 2014 e 2013, com 24 questões cada um; 2016, com 18 questões; 2017, com 15 questões; 2018, com 9 questões; 2011, com 8 questões; e 2012, com 4 questões. Constatou-se que 6 questões, embora elencadas como de *Colocação Pronominal*, são de assunto diverso.

Já, no que diz respeito ao quantitativo, por nível de escolaridade, de questões disponíveis na plataforma *Qconcursos.com*, da banca em referência, têm-se os seguintes dados:

⁵⁴ O parágrafo foi construído com base em informações extraídas do *site* da Fundação VUNESP, nas seguintes abas: <<https://www.vunesp.com.br/Institucional/Quem%20Somos>> e <<https://www.vunesp.com.br/Institucional/Instituicoes%20Atendidas>>. Acessadas em: 29 ago. 2018.

Gráfico 3 – Questões de *Colocação Pronominal* da VUNESP, por nível de escolaridade.

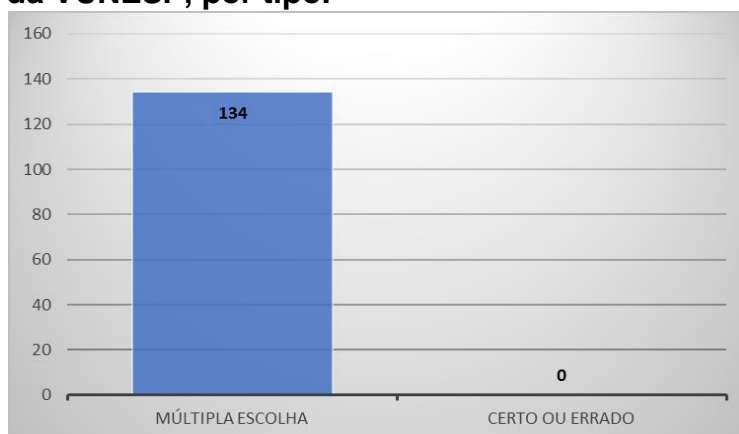


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelo exposto no Gráfico 3, notou-se que o maior número de questões foi do nível superior, com 70 questões, seguido do nível médio, com 49 questões, e do nível fundamental, com 15 questões.

Por outro lado, no que tange ao tipo de questão objetiva, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 4 – Questões de *Colocação Pronominal* da VUNESP, por tipo.



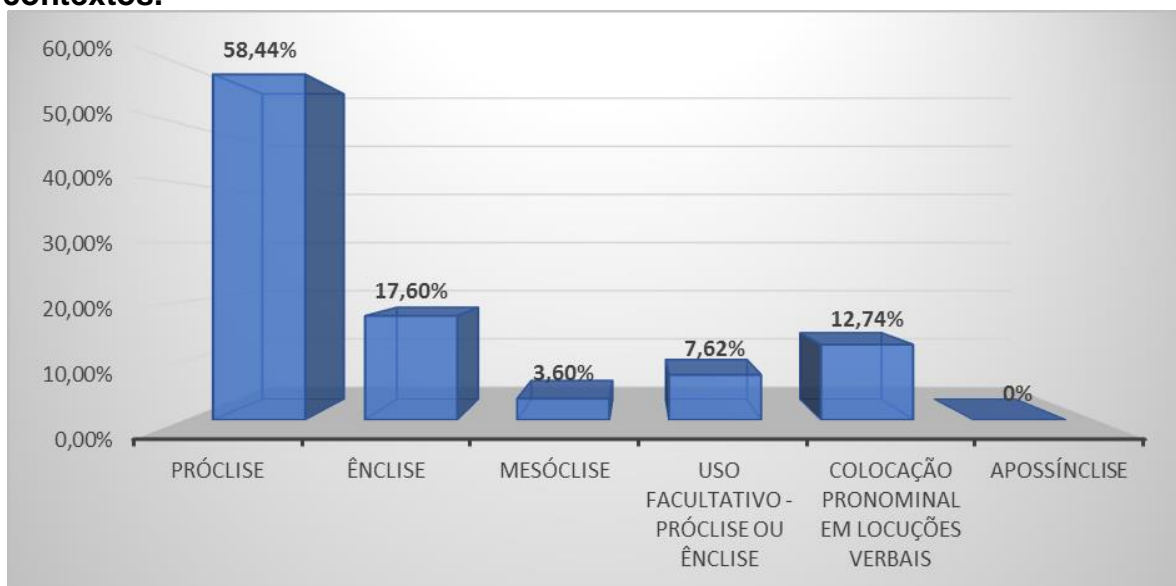
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelo gráfico apresentado, observou-se que todas as questões de *Colocação Pronominal* da VUNESP foram do tipo múltipla escolha. Percebeu-se que algumas destas questões associaram o conteúdo de *Colocação Pronominal* com outros: concordância verbal e nominal, conjugação verbal, pontuação, emprego de

pronomes, flexão verbal, regência, só para citar alguns. Além disso, vislumbrou-se que grande parte dos enunciados destas questões solicitaram ao candidato assinalar a alternativa correta quanto à *Colocação Pronominal* e aos demais assuntos envolvidos. Viu-se, ainda, questões de múltipla escolha que envolveram reescrita, substituição e preenchimento correto de lacunas.

Por sua vez, no que concerne aos percentuais dos usos da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, bem como da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossínclise, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 5 – Questões de *Colocação Pronominal* da VUNESP, em relação aos contextos.

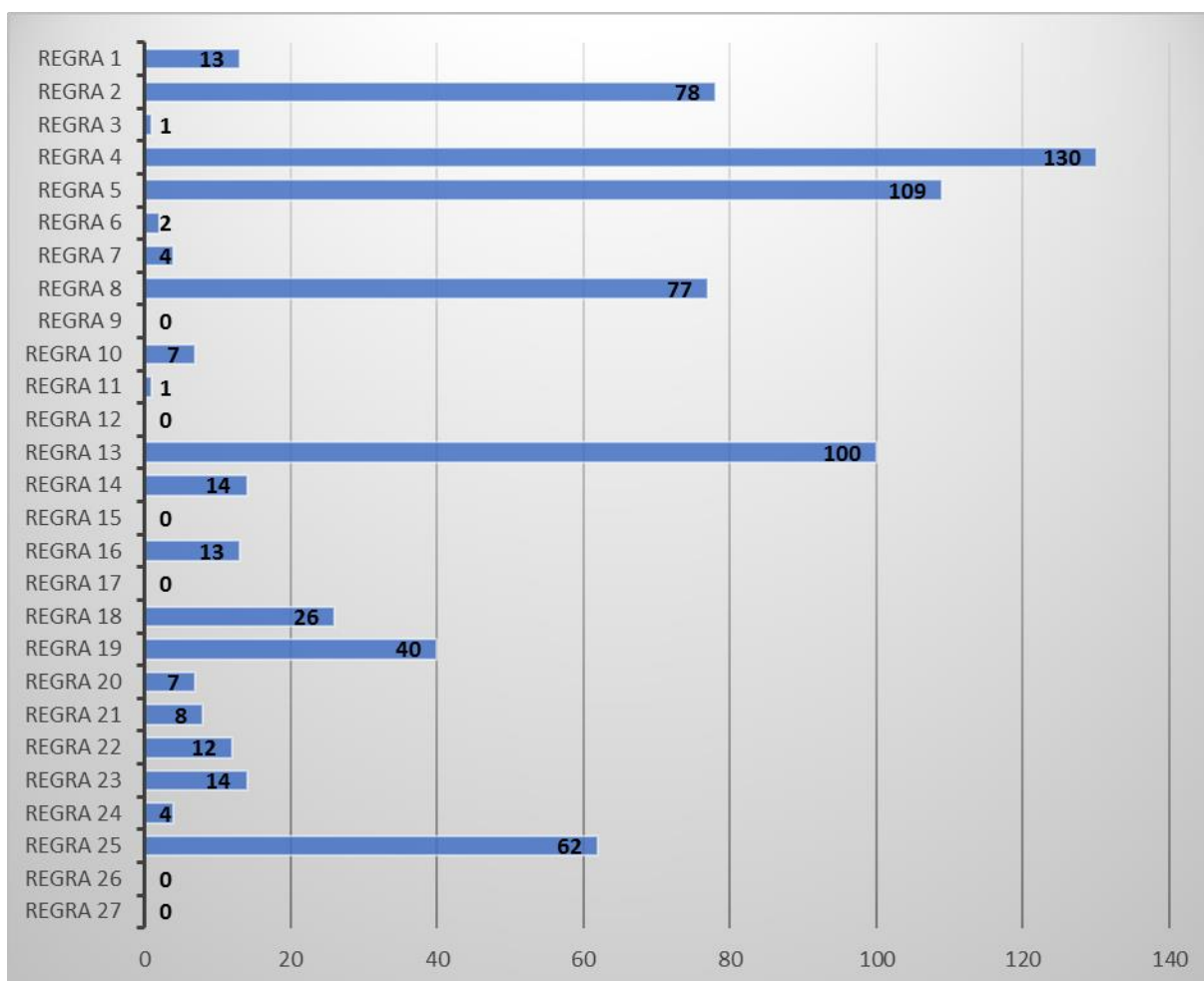


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Com isso, certificou-se que as questões relativas ao uso da próclise foram as mais frequentes, com 58,44%, seguidas das questões relativas ao uso da ênclise, com 17,60%; das questões relativas ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, com 12,74%; das questões relativas ao uso facultativo de próclise ou ênclise, com 7,62%; e das questões relativas ao uso da mesóclise, com 3,60% das ocorrências. Não houve questões relativas à apossínclise.

No que tange às regras de *Colocação Pronominal*, após análises das questões, tendo como parâmetro os Quadros 35, 37, 39, 41, 43 e 45, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 6 – Questões da VUNESP, por regra de *Colocação Pronominal*.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Assim, a partir do gráfico exposto, constatou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**) foram as mais recorrentes, com 130 ocorrências; em segundo, questões relacionadas ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**), com 109 ocorrências; em terceiro, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**), com 100 ocorrências; em quarto, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos (**Regra 2**), com 78 ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**), com 77 ocorrências; em sexto, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 62 ocorrências; em sétimo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso (**Regra 19**), com 40 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas a questões

relacionadas ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito (**Regra 18**), com 26 ocorrências; em nono, questões relacionadas ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio (**Regra 14**) e ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**), com 14 ocorrências cada uma; em décimo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**) e ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**), com 13 ocorrências cada uma; em décimo primeiro, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**), com 12 ocorrências; em décimo segundo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com verbo no infinitivo pessoal ou invariável (**Regra 21**), com 8 ocorrências; em décimo terceiro, questões relacionadas ao uso da próclise com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição (**Regra 10**) e ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 7 ocorrências cada uma; em décimo quarto, questões relacionadas ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em” (**Regra 7**) e ao uso da próclise ao verbo principal em locuções (**Regra 24**), com 4 ocorrências cada uma; em décimo quinto, questões relacionadas ao uso da próclise em frases ou orações optativas (**Regra 6**), com 2 ocorrências; em décimo sexto, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas (**Regra 3**) e ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles, com 1 ocorrência cada uma.

Evidenciou-se que 6 regras de *Colocação Pronominal* não foram apresentadas nas questões selecionadas da VUNESP: a **Regra 9**, referente ao uso de próclise em orações exclamativas; a **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; a **Regra 15**, referente ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo; a **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; a **Regra 26**, referente ao contexto de elemento interveniente na locução verbal; e a **Regra 27**, referente ao contexto de apossínclise.

Assim sendo, em suma, verificou-se que 21 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas gramáticas analisadas foram efetivamente encontradas em questões da VUNESP.

No intuito de trazer exemplos de como foi o tratamento da *Colocação Pronominal* em questões da VUNESP, são apresentadas, nas próximas linhas, três questões e algumas considerações sobre elas:

Figura 6 – Questão VUNESP-2014-S-76.

Calor verbal

Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, onde é notória a agressividade da oposição parlamentar ao governo de Barack Obama, o debate ideológico brasileiro tem se destacado por uma singular dualidade de estilos. No reino virtual da internet, blogueiros e comentaristas amiúde adotam uma linguagem de extrema virulência. No mundo político real, entretanto, o ambiente vinha se caracterizando há tempos por um relativo marasmo. As semanas sufocantes deste verão acumulam, todavia – não tanto pela impaciência com as condições meteorológicas, e bem mais pelo avançar do calendário eleitoral –, claros sinais de que se passa a apostar em novos tons de beligerância política.

(Folha de S.Paulo, 13.02.2013. Adaptado)

Assinale a alternativa correta quanto ao emprego de pronomes e à colocação pronominal.

a) ¹³ Se vê uma dualidade de estilos no debate ideológico brasileiro, ²⁴ cujo pode se diferenciar em alguns aspectos do americano ^{2 / 5 4 / 8}

b) Os Estados Unidos são um país que não poupa-se o governo de Barack Obama da agressividade da oposição parlamentar ¹⁹

c) Blogueiros e comentaristas brasileiros se valem de uma linguagem virulenta onde querem criticar o governo ¹³

d) Tem-se a oposição no mundo virtual e no mundo real: aquela, há tempos, ²² se vinha caracterizando por um relativo marasmo

e) Nas semanas sufocantes deste verão, ¹³ reservam-se claros sinais de que a política terá novos tons ¹⁸ que a transformarão.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 6 tratou de uma questão de uma prova aplicada em 30 de novembro de 2014, para o cargo de analista de tecnologia da informação, em nível superior, do Concurso da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Foi uma questão que exigiu conhecimento acerca de regras de *Colocação Pronominal*, bem como do emprego dos pronomes.

Esta questão abarcou as seguintes regras das *gramáticas* analisadas: a **Regra 2**, relacionada ao uso de próclise com pronomes relativos; a **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios; a **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; a **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas; a **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período; a **Regra**

18, relacionada ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito; a **Regra 19**, relacionada ao uso de ênclise ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso; a **Regra 22**, relacionada ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções; a **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções.

Figura 7 – Questão VUNESP-2013-F-108.

Assinale a alternativa em que a colocação dos pronomes está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

a) Os policiais ⁴ sempre ofereceram-nos ajuda.
4 / 8

b) Nunca informaram-me sobre o seguro desemprego
13

c) Nos avisaram que a polícia já havia sido chamada
5

d) Assim que telefonarem-lhe, ele tomará providências.
4 / 8

e) Não lhe disseram que os passaportes eram falsos.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 7 referiu-se a uma questão do concurso público da Polícia Civil de São Paulo, para o cargo de auxiliar de papiloscopista policial, nível fundamental, da prova aplicada no dia 1º de junho de 2013. Nesta questão, a banca não conciliou o assunto de *Colocação Pronominal* com outros, inclusive, pôde-se vislumbrar muitas questões dessa banca com o enunciado em tela.

A VUNESP evidenciou, nesta questão, as seguintes regras das *gramáticas* estudadas: a **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios; a **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; a **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas; e a **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período.

Figura 8 – Questão VUNESP-2011-S-131.

Leia a tirinha para responder à questão.

No segundo quadrinho, observa-se o emprego correto do pronome, quanto à sua colocação na frase. Assinale a alternativa que nomeia essa espécie de colocação e por que ela é obrigatória, nesse contexto.

a) Próclise, pelo uso de palavra negativa.

b) Mesóclise, pela utilização do imperativo.

c) Próclise, pela utilização do gerúndio.

d) Ênclise, pelo uso de expressão negativa.

e) Mesóclise, pela presença de perífrase.

(<http://www.google.com.br/images?q=tiras+do+charlie+brown>)

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcurso.com*, com marcações pela autora.

A Figura 8 trouxe uma questão do concurso público da Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, nível superior, para o cargo de administrador de banco de dados, com prova aplicada em 9 de janeiro de 2011. Esta questão pôde acionar as seguintes regras das *gramáticas* estudadas: a **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios; e a **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas.

Ante o exposto, constatou-se que a VUNESP trouxe questões envolvendo, somente, o assunto de *Colocação Pronominal*, como, também, conciliado a outros assuntos gramaticais ou relacionados à coerência e coesão textuais. Além disso, certificou-se que nem todas as regras apresentadas nas *gramáticas* estudadas foram evidenciadas nas questões dessa banca.

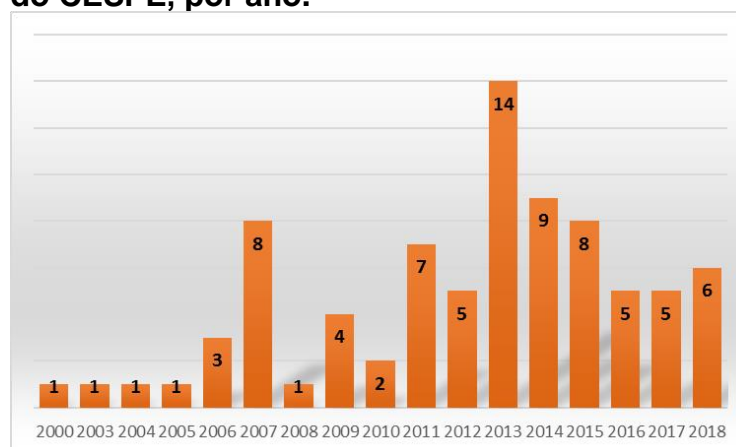
7.2 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos do CESPE

Na década de 1970, sob o nome Comissão Permanente de Concurso Vestibular (COPEVE), organizando o processo seletivo para ingresso na Universidade de Brasília (UnB), foram iniciadas as atividades desta banca organizadora. E, com a criação da Diretoria de Acesso ao Ensino Superior (DAE), na UnB, em 1987, que incorporou as atividades da COPEVE, assim como com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a banca começou a atuar na organização de concursos públicos. Posteriormente, em 1993, foi criado o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE / UnB) e, com isso, a banca passou a ter maior visibilidade nacional em suas áreas de atuação. Nesse contexto, em 2013, foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), uma instituição civil sem fins lucrativos, que passou a gestar os serviços e atividades do CESPE, entre outras atribuições⁵⁵.

Contudo, mesmo com a mudança CESPE → CEBRASPE, vale destacar que, nesta pesquisa, tendo em vista o uso frequente, ainda, foi utilizada a sigla antiga, CESPE, para se fazer referência a esta banca organizadora de concursos públicos.

No que respeita ao quantitativo, por ano, das 81 questões de *Colocação Pronominal* cadastradas na plataforma *Qconcursos.com*, no período selecionado, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 7 – Questões de Colocação Pronominal do CESPE, por ano.



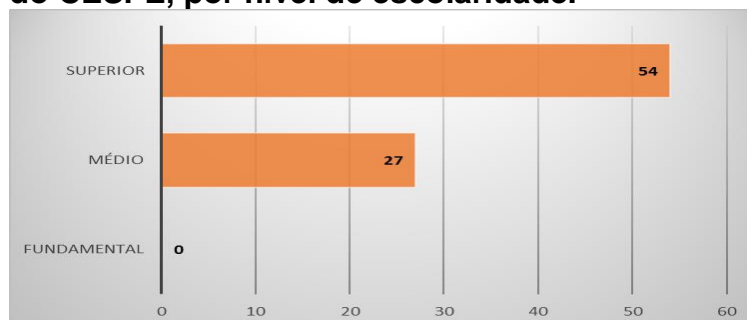
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

⁵⁵ O parágrafo foi elaborado a partir em informações contidas no subitem 1.2 *Histórico*, do item 1 *O Cebbraspe*, do Relatório de Gestão CEBRASPE 2014. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/cebraspe/arquivos/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_Cebbraspe_2014.pdf>. Acessado em: 7 out. 2018.

Com base no Gráfico 7, observou-se que o ano com maior número de questões foi o de 2013, com 14 questões, sucedido do ano 2014, com 9 questões; 2015 e 2007, com 8 questões cada um; 2011, com 7 questões; 2018, com 6 questões; 2017, 2016 e 2012, com 5 questões cada um; 2009, com 4 questões; 2006, com 3 questões; 2010, com 2 questões; e 2008, 2005, 2004, 2003 e 2000, com 1 questão cada um. Notou-se que 5 questões, apesar de listadas como de *Colocação Pronominal*, foram de outros assuntos.

Por sua vez, no que tange ao quantitativo, por nível de escolaridade, de questões acessíveis na plataforma *Qconcursos.com*, da banca em referência, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 8 – Questões de *Colocação Pronominal* do CESPE, por nível de escolaridade.

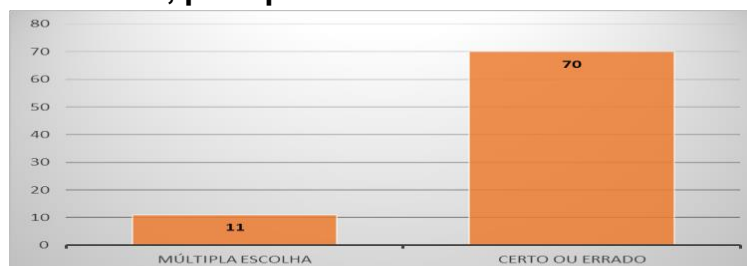


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelo gráfico apresentado, constatou-se que o maior número de questões foi do nível superior, com 54 questões, seguido do nível médio, com 27 questões. Não foram encontradas questões de *Colocação Pronominal* do CESPE para o nível fundamental.

Já, no tocante ao tipo de questão objetiva, têm-se os seguintes dados

Gráfico 9 – Questões de *Colocação Pronominal* do CESPE, por tipo.



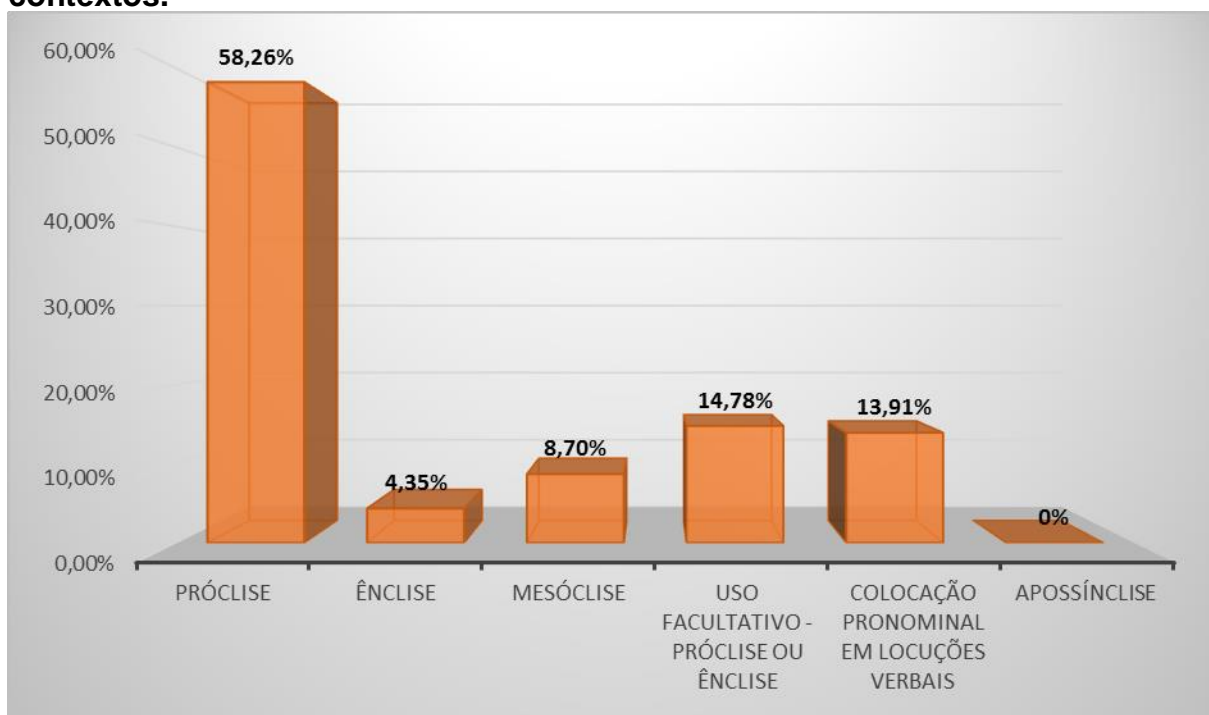
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelas informações do gráfico *supra*, viu-se que a maior parte das questões objetivas foram do tipo certo ou errado, com 70 questões, seguida das questões de múltipla escolha, com, apenas, 11 questões. Vale mencionar que, na avaliação da prova objetiva de questão certo ou errado do CESPE, se a resposta do candidato for discordante com o gabarito oficial, por exemplo, terá 1,0 ponto negativo, ou seja, para cada erro cometido, anula-se um acerto.

Notou-se que algumas destas questões, principalmente, de múltipla escolha, relacionaram o conteúdo de *Colocação Pronominal* com pontuação, emprego de pronomes, ortografia, conjugação verbal, flexão dos substantivos e do verbo ou coesão, por exemplo. Além do mais, vislumbrou-se que os enunciados de algumas questões de certo ou errado pediram para o candidato julgar se dado deslocamento do pronome ou substituição de trecho por outro podia manter ou prejudicar a correção gramatical ou provocou erro gramatical ou comprometeu a fidelidade do texto à *norma* da língua na modalidade escrita formal.

Por outro lado, em relação aos percentuais dos usos da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossínclise, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 10 – Questões de *Colocação Pronominal* do CESPE, em relação aos contextos.

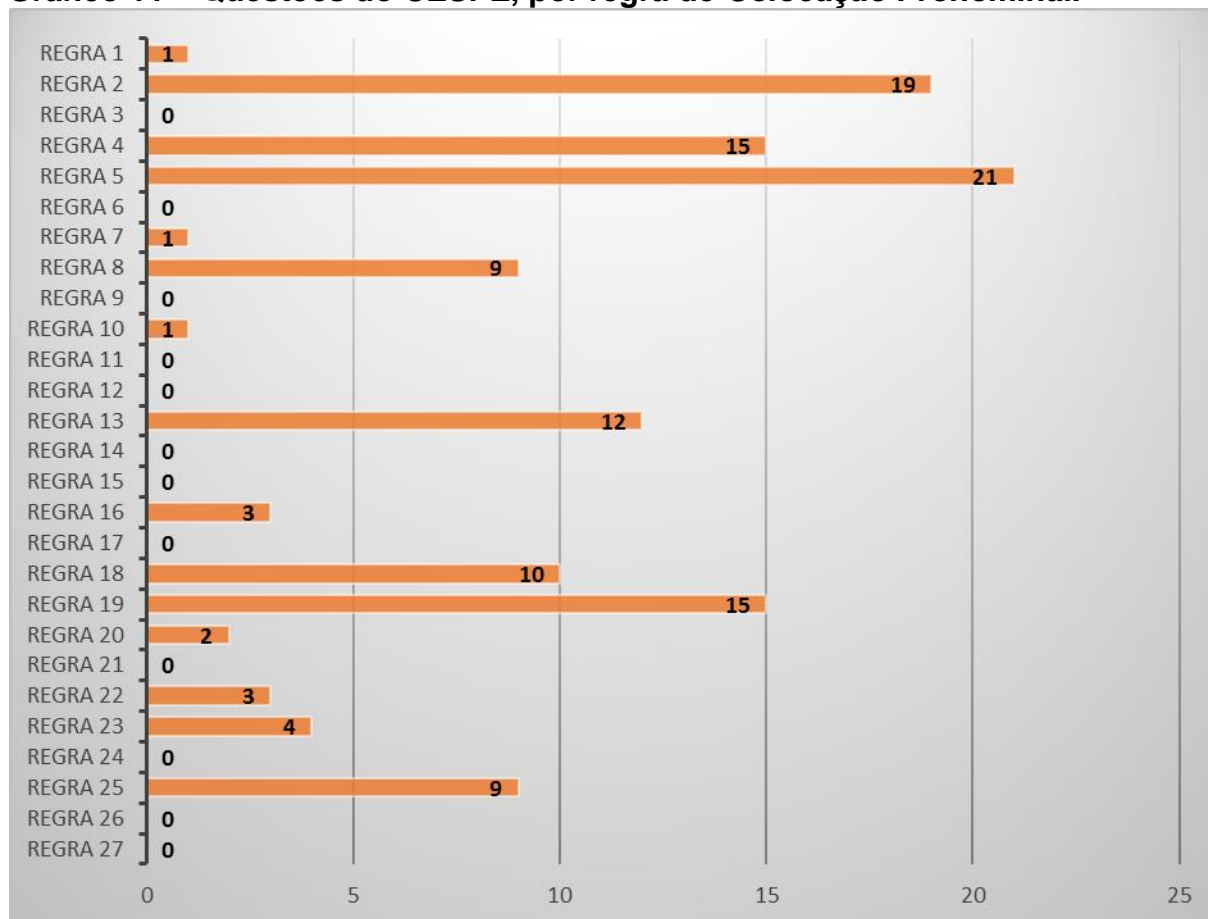


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Dessa forma, verificou-se que as questões relacionadas ao uso da próclise foram as mais frequentes, com 58,26%, sucedidas das questões relacionadas ao uso facultativo de próclise ou ênclise, com 14,78%; das questões relacionadas ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, com 13,91%; das questões relacionadas ao uso da mesóclise, com 8,70% das ocorrências; e das questões relacionadas ao uso da ênclise, com 4,35%. Não houve questões relacionadas à apossíclise.

No que se relaciona às regras de *Colocação Pronominal*, depois das análises das questões, tendo como base os Quadros 35, 37, 39, 41, 43 e 45, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 11 – Questões do CESPE, por regra de *Colocação Pronominal*.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Assim sendo, pelo gráfico apresentado, verificou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**) foram as mais frequentes, com 21 ocorrências; em

segundo, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos (**Regra 2**), com 19 ocorrências; em terceiro, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**) e ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso (**Regra 19**), com 15 ocorrências cada uma; em quarto, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**), com 12 ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso da mesóclise com verbo no futuro do presente ou do pretérito (**Regra 18**), com 10 ocorrências; em sexto, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**) e ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 9 ocorrências cada uma; em sétimo, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**), com 4 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**) e ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**), com 3 ocorrências cada uma; em nono, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 2 ocorrências; em décimo, questões relacionadas ao uso da próclise com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição (**Regra 10**), ao uso de próclise com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em” (**Regra 7**) e ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**), com 1 ocorrência cada uma.

Notou-se que 12 Regras de *Colocação Pronominal* não foram apresentadas nas questões selecionadas do CESPE: a **Regra 3**, referente ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas; a **Regra 6**, referente ao uso da próclise em frases ou orações optativas; a **Regra 9**, referente ao uso de próclise em orações exclamativas; a **Regra 11**, referente ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles; a **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; a **Regra 14**, referente ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio; a **Regra 15**, referente ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo; a **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; a **Regra 21**, referente ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável; a **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções; a **Regra 26**, referente ao contexto de elemento interveniente na locução verbal; e a **Regra 27**, referente ao contexto de apossíclise.

Portanto, em síntese, constatou-se que 15 das 27 Regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram efetivamente encontradas em questões do CESPE.

Para ilustrar, a seguir, são apresentados alguns exemplos de questões do CESPE relacionadas à *Colocação Pronominal*:

Figura 9 – Questão CESPE-2017-S-7.

Texto CG1A2AAA

1 Desde que a urna eletrônica foi adotada em todo o
território brasileiro, votar passou a ser uma atividade
relativamente simples. Diante da urna, o eleitor pode seguir
4 quatro caminhos diferentes. É possível deixar o voto em
branco; para isso, basta apertar a tecla branca. A segunda
opção é digitar um número que não corresponda a nenhum dos
7 candidatos ou partidos e, com isso, anular o voto. A terceira
opção é digitar o número de um partido e votar “na legenda”.
Por fim, é possível escolher um candidato específico
10 digitando-se o seu número.

Até meados da década de 90 do século XX, ainda na
era da cédula de papel, a apuração geralmente era feita em
13 ginásios esportivos e durava muitos dias. As pessoas que
tiveram a oportunidade de ver uma dessas apurações **devem se** 24
lembrar das fases da contagem de votos. Inicialmente, os votos
em branco eram carimbados para evitar que eles fossem
16 preenchidos de maneira fraudulenta durante o cômputo. Os
votos nulos eram separados em uma pilha específica. Depois de
contados os votos, os boletins de cada urna eram preenchidos,
19 enviados para níveis superiores de apuração e totalizados. Hoje
os poderosos computadores da justiça eleitoral em Brasília são
22 capazes de proclamar, em poucas horas, quais foram, entre os
milhares de candidatos, os eleitos.

Jairo Nicolau. *Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 21-3 (com adaptações).

Em relação aos aspectos linguísticos do texto CG1A2AAA, julgue os itens a seguir.

I A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso se substituísse “foi adotada” (l.1) por **se adotou**.

II A oração “apertar a tecla branca” (l.5) exerce, no período em que ocorre, a função de complemento da forma verbal “basta”.

III A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “devem se lembrar” (l. 14 e 15) fosse reescrito de qualquer uma das seguintes formas: **devem-se lembrar** 23 ou **devem lembrar-se**. 25

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Apenas os itens II e III estão certos.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 9 tratou de uma questão do concurso público do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com prova aplicada em 20 de agosto de 2017, nível superior, para o cargo de analista judiciário. Foi uma questão de múltipla escolha, com três


assertivas para julgamento que exigiu o conhecimento não só de *Colocação Pronominal*.

Esta questão contemplou as seguintes regras das *gramáticas* analisadas: a **Regra 23**, referente ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções, e a **Regra 25**, ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções. Notou-se que, no texto motivador da questão em tela, o trecho objeto de análise constou a colocação *próclise ao verbo principal*, uma das possibilidades de uso no PB, que, às vezes, não é apresentada como regra em *gramáticas*, conforme especificado anteriormente, nos Capítulos 4 e 6. A banca, ao trazer em seu texto motivador a colocação *próclise ao verbo principal* e ao falar em manutenção da correção gramatical, se posicionou favorável a tal contexto como uma das possibilidades de uso. Não só nesta questão, mas em outras (CESPE-2016-M-16 e CESPE-2010-M-60), o CESPE trouxe um texto motivador e a referência à correção gramatical para a colocação *próclise ao verbo principal*.

Figura 10 – Questão CESPE-2009-M-64.

1 É triste explicar como um país cujo litoral é de
 2 9.198 km, e que possui uma rede hidroviária enorme, ainda
 3 não explore adequadamente o transporte marítimo. É óbvio
 4 que o investimento necessário para otimizar e modernizar
 5 esse sistema é grande e que a movimentação de cargas por ele
 6 não tem a mesma velocidade do transporte aéreo ou do
 7 ferroviário. Possuir uma frota mercante de real poder é
 8 questão não só de desenvolvimento social e comercial, mas,
 9 também, de segurança e estratégia. Se não há como fazer
 10 girar o seu comércio por falta de navios, o Brasil fica
 11 à deriva, guiado por empresas estrangeiras. Em termos de
 12 segurança, a frota **se torna** um apoio fundamental para a 19
 13 Marinha de Guerra em caso de necessidade. Para o setor da
 14 logística, o transporte marítimo também significa
 15 crescimento. É um mercado muito grande e praticamente
 16 virgem, se considerarmos a magnitude do potencial
 brasileiro. Há muito o que se fazer nos portos e nas ligações
 destes com o transporte rodoviário e ferroviário.

Cristiano Cecatto: Importância do transporte marítimo
 no Brasil. Internet: <www.ecivilnet.com> (com adaptações).

 QuestoesdeCONCURSOS.com.br

A respeito da organização do texto, julgue os itens a seguir.

O deslocamento do pronome átono para depois do verbo, em "se torna" (L.12), escrevendo-se **torna-se,** 19
 provocaria erro gramatical no texto.

Certo Errado

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcurtos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 10 tratou de uma questão tipo certo ou errado, aplicada em 28 de fevereiro de 2009, no concurso público do Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para o cargo de técnico em regulação, nível médio. Nesta questão, foi assente a **Regra 19** das *gramáticas* analisadas, relacionada ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso.

Figura 11 – Questão CESPE-2011-S-57.

1 A possibilidade de alguém sair às ruas do Cairo para
 2 protestar contra o presidente Hosni Mubarak em 1998, ano em
 3 que o jornalista norte-americano de origem egípcia Abdalla
 4 Hassan se mudou para a cidade, era, nas palavras dele,
 5 “simplesmente impensável”. “No máximo, culpava-se o
 6 primeiro-ministro, jamais o presidente”, disse Hassan,
 7 enquanto os protestos se espalhavam pelas ruas da capital 5
 8 egípcia. Seu depoimento dá a dimensão do medo imposto pelo
 9 ditador, que permaneceu 30 anos no poder — e quão
 10 espetaculares e inesperados foram os eventos no Cairo e em
 11 cidades como Suez e Alexandria. Multidões sublevadas saíram
 12 pelas ruas clamando por melhores condições de vida, emprego
 13 e, sobretudo, pelo fim do regime de Mubarak. Para deter as
 14 manifestações, o ditador desativou a Internet, cortou a telefonia
 15 celular e ocupou estações de rádio e TV. Decretou toque de
 16 recolher. Não adiantou. Os protestos continuaram. A semana
 17 terminou sem que estivesse claro o futuro político do maior
 18 aliado dos Estados Unidos da América (EUA) no mundo árabe.
 19 Se Mubarak caísse, o que viria em seu lugar — uma
 20 democracia moderna ou uma teocracia islâmica como a do Irã?
 A resposta a essa pergunta é crucial para toda a região.

Juliano Machado e Leticia Sorg. **O grito árabe pela democracia.**
In: Época, 31/1/2011, p. 32 (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

No trecho “enquanto os protestos se espalhavam pelas ruas da capital egípcia” (l.7-8), a próclise do pronome “se” justifica-se pela natureza subordinada da oração, explicitada pela conjunção temporal “enquanto”.

Certo Errado

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora

A Figura 11 referiu-se a uma questão tipo certo ou errado, aplicada em 1º de abril de 2011, no concurso público do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, para cargos diversos de nível superior. A **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas, das *gramáticas* analisadas,

foi acionada. Tal regra foi a que teve mais frequência entre as questões dessa banca.

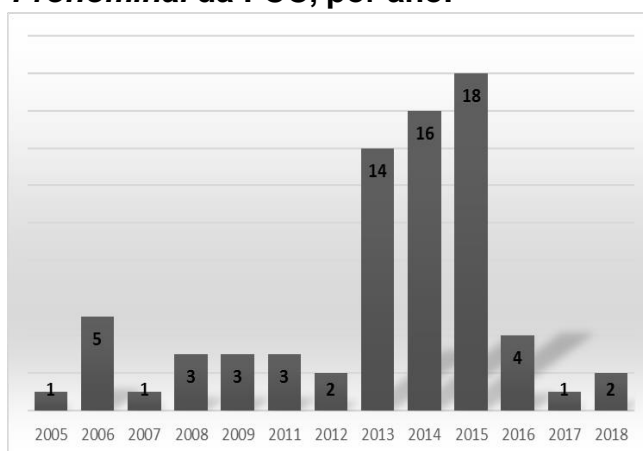
Em face do exposto, constatou-se que o CESPE pode trazer questões de múltipla escolha que envolve o assunto de *Colocação Pronominal* conciliado a conteúdos diversos de Língua Portuguesa. Entretanto, em questões do tipo certo ou errado, majoritariamente, a banca se restringiu em apresentar o conteúdo específico em estudo. Além do que, nem todas as regras das *gramáticas* estudadas foram mobilizadas por esta banca em suas questões.

7.3 A *Colocação Pronominal* nas questões de concursos públicos da FCC

A Fundação Carlos Chagas é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que está no mercado desde 1964, atuando na realização de concursos públicos, vestibulares, avaliação de sistemas e pesquisas socioeducativas. A FCC, ao longo de seus 55 anos de história, já prestou serviços em mais de 2,5 mil projetos, para mais de 500 instituições e com a avaliação de mais de 273 milhões de candidatos⁵⁶.

No que concerne ao quantitativo, por ano, das 73 questões de *Colocação Pronominal* cadastradas na plataforma *Qconcursos.com*, no período selecionado, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 12 – Questões de *Colocação Pronominal* da FCC, por ano.



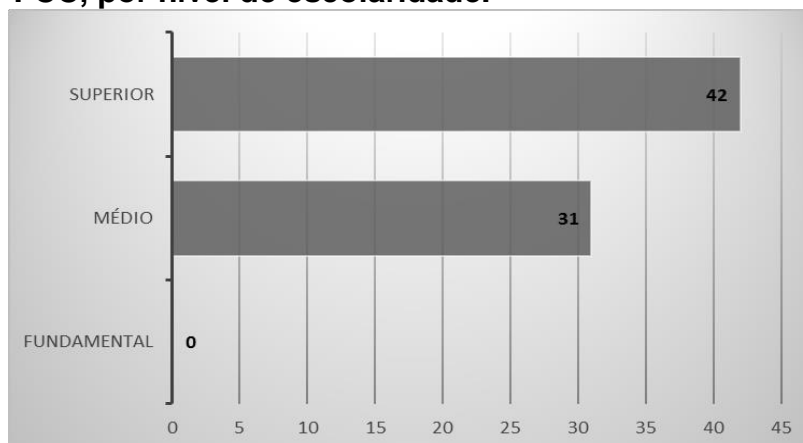
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

⁵⁶ O parágrafo foi elaborado a partir de dados colhidos do *site* da FCC, na seguinte aba: <<https://www.fcc.org.br/fcc/institucional/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

Pelo gráfico apresentado, comprova-se que o maior número de questões foi do ano 2015, com 18 questões, seguido do ano 2014, com 16 questões; 2013, com 14 questões; 2006, com 5 questões; 2016, com 4 questões; 2011, 2009 e 2008, com 3 questões cada um; 2018 e 2012, com 2 questões cada um; e 2017, 2007 e 2005, com 1 questão cada um. Constatou-se que 2 questões, apesar de estarem elencadas como de *Colocação Pronominal*, foram de outros assuntos.

Por outro lado, no que se refere ao quantitativo, por nível de escolaridade, de questões disponíveis na plataforma *Qconcursos.com*, da banca em referência, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 13 – Questões de *Colocação Pronominal* da FCC, por nível de escolaridade.

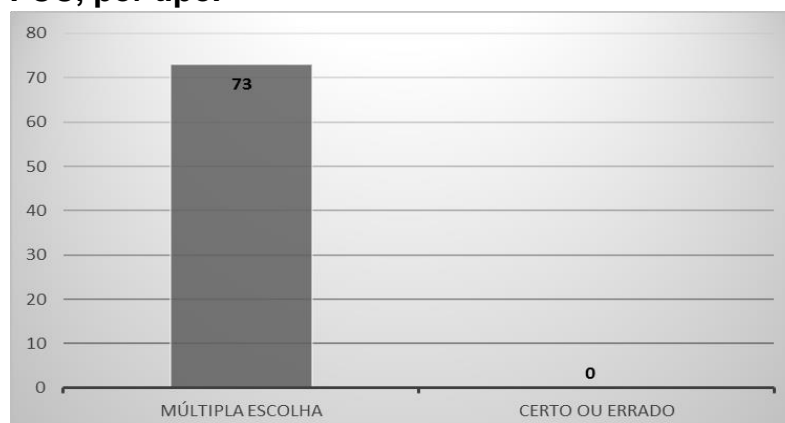


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Com base no Gráfico 13, detectou-se que o maior número de questões é do nível superior, com 42 questões, seguido do nível médio, com 31 questões. Não constaram questões de *Colocação Pronominal* da FCC para o nível fundamental.

Por sua vez, quanto ao tipo de questão objetiva, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 14 – Questões de *Colocação Pronominal* da FCC, por tipo.

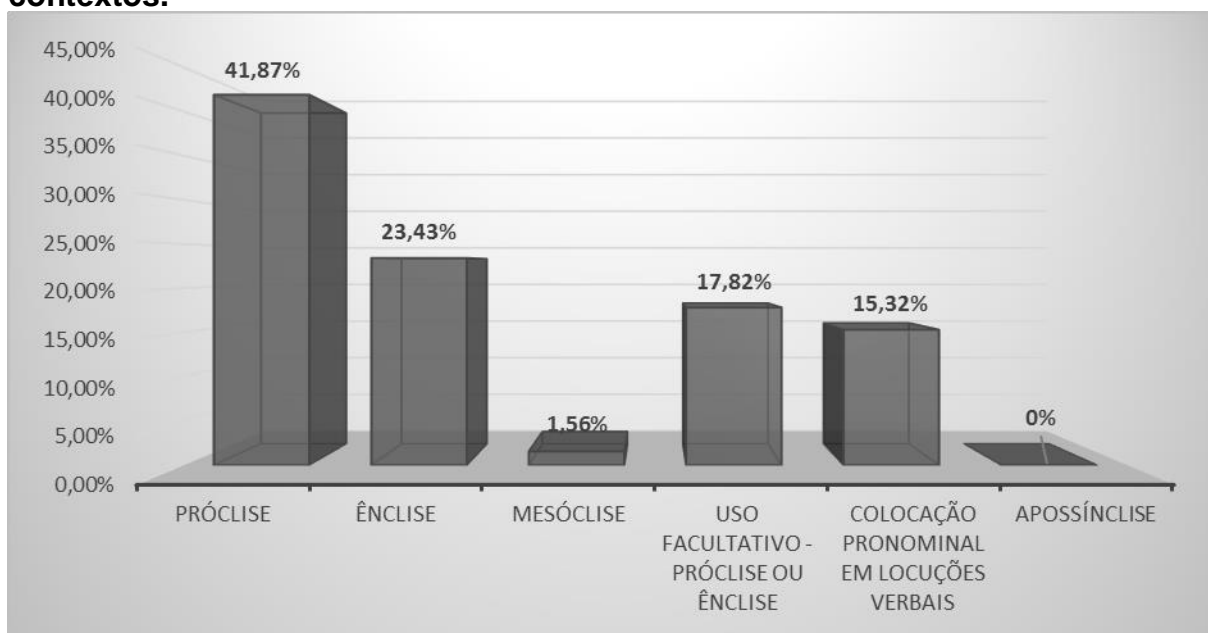


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir do Gráfico apresentado, constatou-se que todas as questões de *Colocação Pronominal* da FCC foram do tipo múltipla escolha. Evidenciou-se, ademais, que, majoritariamente, as questões dessa banca conciliaram o conteúdo de *Colocação Pronominal* com o assunto de emprego dos pronomes como objeto direto e indireto. Há, ainda, questões que abarcaram *Colocação Pronominal* e pontuação, conjugação verbal ou concordância. Além disso, notou-se que grande parte dos enunciados das questões envolveu a substituição de elementos sublinhados. Houve, ainda, questões de preenchimento correto de lacuna, redação correta de frase, alternativas válidas etc.

Já, no que respeita aos percentuais dos usos da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossínclise, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 15 – Questões de Colocação Pronominal da FCC, em relação aos contextos.

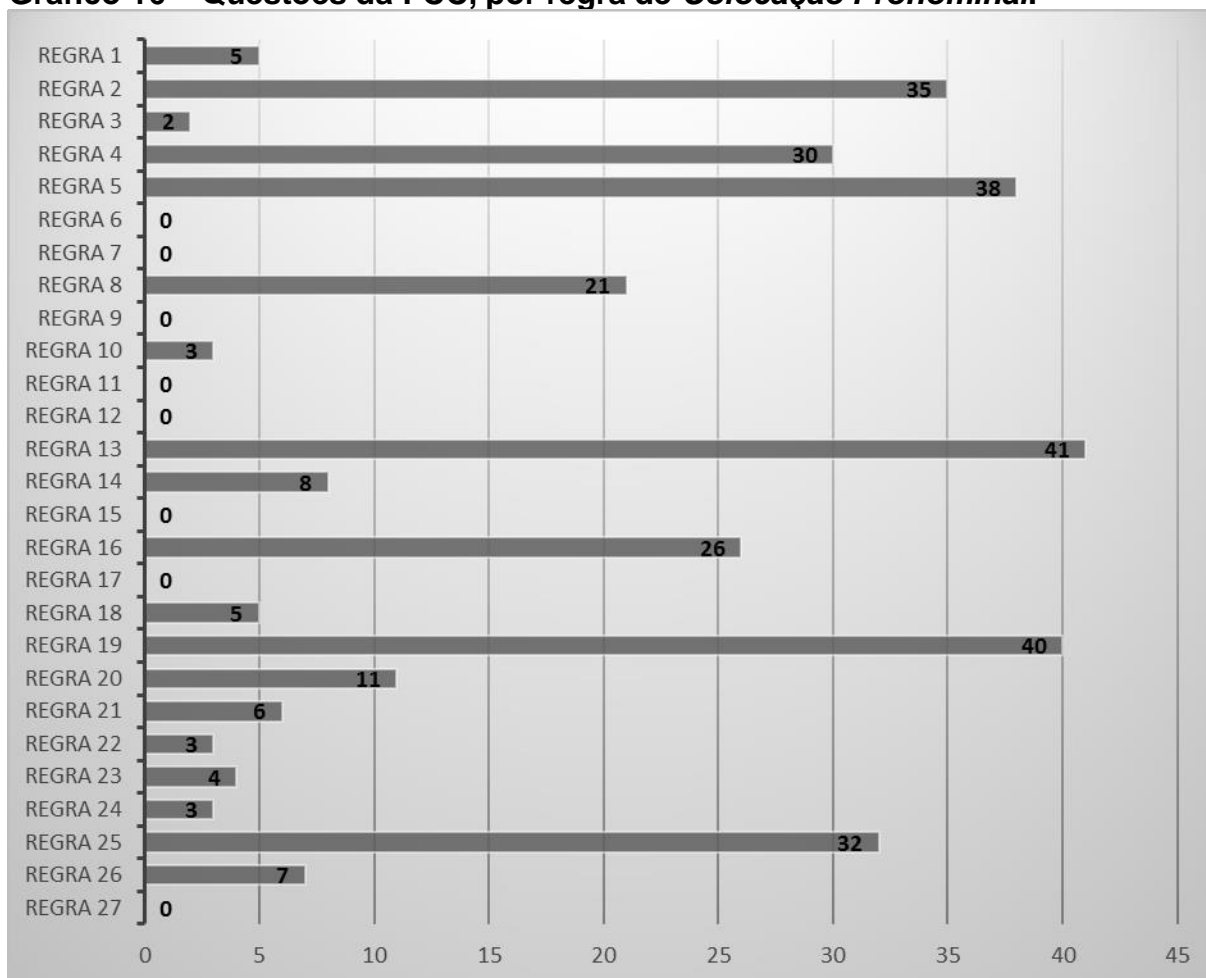


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Dessa forma, verificou-se que as questões relativas ao uso da próclise foram as mais recorrentes, com 41,87%, sucedidas das questões relativas ao uso da ênclise, com 23,43%; das questões relativas ao uso facultativo de próclise ou ênclise, com 17,82%; das questões relativas ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, com 15,32%; e das questões relativas ao uso da mesóclise, com 1,56% das ocorrências. Não houve questões relativas à apossínclise, como nas outras bancas.

No que diz respeito às regras de *Colocação Pronominal*, depois das análises das questões, tendo como base os Quadros 35, 37, 39, 41, 43 e 45, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 16 – Questões da FCC, por regra de *Colocação Pronominal*.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelo gráfico exposto, evidenciou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**) foram as mais acionadas, com 41 ocorrências; em segundo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso (**Regra 19**), com 40 ocorrências; em terceiro, questões relacionadas ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**), com 38 ocorrências; em quarto, próclise com pronomes relativos (**Regra 2**), com 35 ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 32 ocorrências; em sexto, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**), com 30 ocorrências; em sétimo, questões relacionadas ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**), com 26 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de

valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**), com 21 ocorrências; em nono, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 11 ocorrências; em décimo, questões relacionadas ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio (**Regra 14**), com 8 ocorrências; em décimo primeiro, questões relacionadas ao contexto de elemento interveniente na locução verbal (**Regra 26**), com 7 ocorrências; em décimo segundo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável (**Regra 21**), com 6 ocorrências; em décimo terceiro, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**) e ao uso da mesóclise com verbo no futuro do presente ou do pretérito (**Regra 18**), com 5 ocorrências cada uma; em décimo quarto, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**), com 4 ocorrências; em décimo quinto, questões relacionadas ao uso da próclise com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição (**Regra 10**), ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**) e ao uso da próclise ao verbo principal em locuções (**Regra 24**), com 3 ocorrências cada uma; em décimo sexto, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas (**Regra 3**), com 2 ocorrências.

Constatou-se que 8 Regras de *Colocação Pronominal* das gramáticas analisadas não foram apresentadas nas questões selecionadas da FCC: a **Regra 6**, referente ao uso da próclise em frases ou orações optativas; a **Regra 7**, referente ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em”; a **Regra 9**, referente ao uso de próclise em orações exclamativas; a **Regra 11**, referente ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles; a **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; a **Regra 15**, referente ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo; a **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; e a **Regra 27**, referente ao contexto de apossínclise.

Ante o exposto, em resumo, constatou-se que 19 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas gramáticas analisadas foram efetivamente encontradas em questões da FCC.

Com o fito de exemplificar como foi o tratamento da *Colocação Pronominal* em questões da FCC, a seguir, são apresentadas três questões:

Figura 12 – Questão FCC-2015-M-14.

O enunciado de um cartaz está redigido corretamente em:

a) ⁴ **Aqui se vendem** produtos ecologicamente corretos.

b) ¹³ **Vende-se,** aqui, produtos ecologicamente corretos.

c) ¹³ **Se vende,** aqui, produtos ecologicamente corretos.

d) ¹³ **Vendem-se** aqui, produtos ecologicamente corretos.

e) ¹³ Aqui, **se vende** produtos ecologicamente corretos.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 12 tratou de uma questão de uma prova aplicada em 15 de novembro de 2015, para o cargo de oficial, em nível médio, do concurso da Defensoria Pública de São Paulo. Foi uma questão que exigiu conhecimento acerca de regras de *Colocação Pronominal*, bem como, de pontuação e concordância.

No que tange, especificamente, ao assunto de *Colocação Pronominal*, esta questão abarcou as seguintes regras das *gramáticas* analisadas: a **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios; e a **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período.

Figura 13 – Questão FCC-2013-M-45.

É como se a floresta se dissolvesse: o sul do Amazonas perdeu cerca de 2 milhões de hectares de floresta por ano nesta década. O Ibama, que deveria conter a devastação, olha tudo de longe. Monitora imagens de satélites em Manaus, a cerca de 500 quilômetros. Na região onde motosserras e o fogo dizimam a floresta, os fiscais só aparecem uma vez por ano e ficam por um mês. Nessa época, os madeireiros tiram suas férias. "Quando a gente entra nas serrarias, vê dezenas de caminhões parados", revelou o analista ambiental Geraldo Motta.

O madeireiro Vítor José de Souza, dono de uma serraria em Santo Antônio do Matupi, diz que a ausência do Estado favorece a devastação: "Um plano de manejo florestal leva 18 meses para sair porque tem de vir alguém de Manaus para fazer a vistoria". Nesse meio tempo, os madeireiros clandestinos agem. O manejo florestal, garante Souza, gera mais dinheiro que o boi ou a agricultura: "Um lote de 100 hectares produz madeira suficiente para o cara viver sem fazer mais nada. Por que ele iria querer só desmatar?" Migrante do Paraná, Souza detém seis planos de manejo para abastecer a serraria.

(Adaptado de: "Ibama fiscaliza o sul do Amazonas por satélite" **Grandes Reportagens: Amazônia**. São Paulo, nov.-dez./2007. p. 48)

O manejo florestal, os ambientalistas, gera mais dinheiro que o boi ou a agricultura: "Nos lotes de 100 hectares,¹³ madeiras para os caras viverem sem fazer mais nada"

Preenchem corretamente as lacunas do segmento acima, na ordem dada:

a) garante - produzem - suficiente

b) garantem - produzem-se - suficientes

c) garante-se - produz - suficientemente

d) garante - produzem - suficientes

e) garantem - produz-se - suficiente

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 13 apresentou uma questão do concurso do Ministério Público do Estado do Amazonas, para o cargo de agente de apoio – Administrativo, nível médio, aplicada em 1º de agosto de 2013. A questão contemplou conhecimentos de *Colocação Pronominal* e de concordância. A **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período, das *gramáticas* analisadas pôde ser acionada para a resolutividade da questão.

Figura 14 – Questão FCC-2013-S-43.

No âmbito da arte contemporânea, a pintura de Chagall¹⁹ pela importância que tem nela o elemento temático, de fundo onírico, que, por sua vez, as profundas raízes afetivas e culturais do artista. Sua obra, moderna, todas as conquistas formais da arte contemporânea.

(Adaptado de: educação.uol.com.br/biografias/marc-chagall.html)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) se destaca - refletem - assimila
- b) destaca - refletem - assimilava
- c) destaca-se - refletiam - assimilaram
- d) destaca - refletia - assimilara
- e) se destaca - reflete - assimilou

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 14 expôs uma questão de uma prova aplicada em 17 de novembro de 2013, para o cargo de nível superior de analista judiciário do concurso do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Além de *Colocação Pronominal*, a questão demandou conhecimentos de conjugação e tempo verbal. Quanto ao assunto de *Colocação Pronominal* contido nas *gramáticas* analisadas, a **Regra 19**, relacionada ao uso facultativo de ênclise ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso, foi mobilizada.

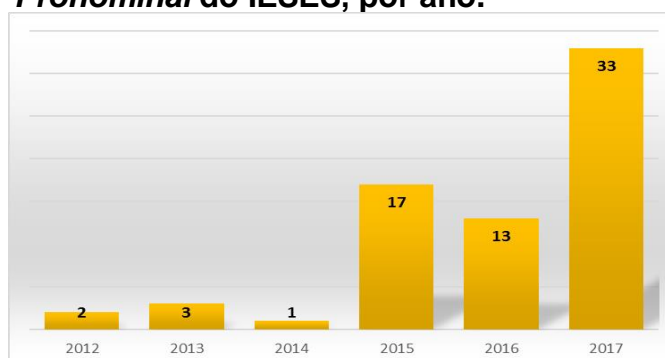
Diante da exposição, verificou-se que a FCC contemplou questões envolvendo não só o assunto de *Colocação Pronominal*, mas outros conhecimentos gramaticais. Além disso, observou-se que nem todas as regras apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram acionadas para a resolutiva das questões dessa banca.

7.4 A *Colocação Pronominal* nas questões de concursos públicos do IESES

Criado em 19 de março de 1996, o Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos. Em seu portfólio, constam os seguintes serviços: processo de planejamento, organização e controle de Concursos Públicos e Processos Seletivos; consultoria e assessoria em Administração; preparatórios de certificação; cursos de extensão; atividades gratuitas à comunidade, tais como cursos de férias, consultorias para entidades beneficentes, treinamentos para reenquadramento funcional etc.⁵⁷

No tocante ao quantitativo, por ano, das 69 questões de *Colocação Pronominal* acessadas na plataforma *Qconcursos.com*, no período selecionado, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 17 – Questões de *Colocação Pronominal* do IESES, por ano.



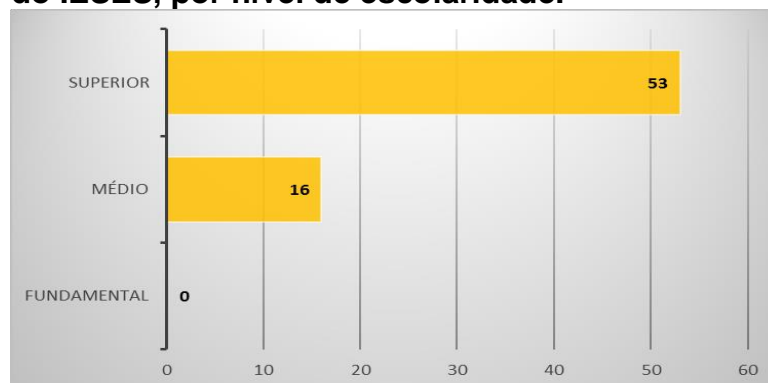
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir do gráfico em tela, notou-se que o maior número de questões foi do ano 2017, com 33 questões, seguido do ano 2015, com 17 questões; 2016, com 13 questões; 2013, com 3 questões; 2012, com 2 questões; e 2014, com 1 questão. Observou-se que 1 questão, ainda que elencada como de *Colocação Pronominal*, foi de assunto díspar.

Já, concernente ao quantitativo, por nível de escolaridade, de questões disponíveis na plataforma *Qconcursos.com*, da banca em referência, têm-se os seguintes dados:

⁵⁷ O parágrafo foi produzido a partir de informações retiradas das seguintes abas do site do IESES: <<http://www.ieses.org/index-6.html>> e <<http://www.ieses.org/index-3.html>>. Acessadas em: 18 maio 2019.

Gráfico 18 – Questões de Colocação Pronominal do IESES, por nível de escolaridade.

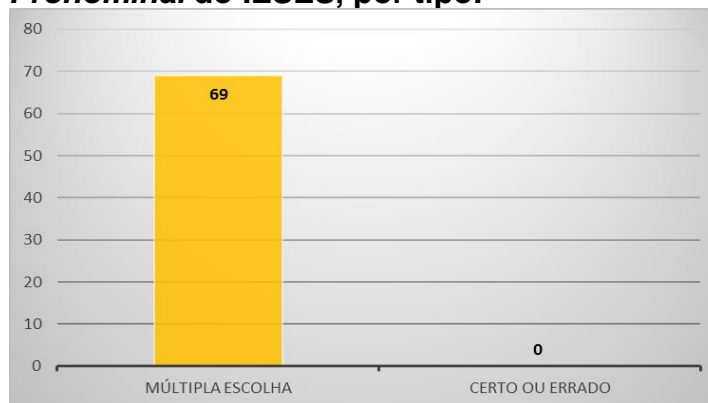


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir do gráfico em tela, observou-se que o maior número de questões foi do nível superior, com 53 questões, sucedido do nível médio, com 16 questões. Não constaram questões de *Colocação Pronominal* do IESES para o nível fundamental.

Por outro lado, no que respeita ao tipo de questão objetiva, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 19 – Questões de Colocação Pronominal do IESES, por tipo.



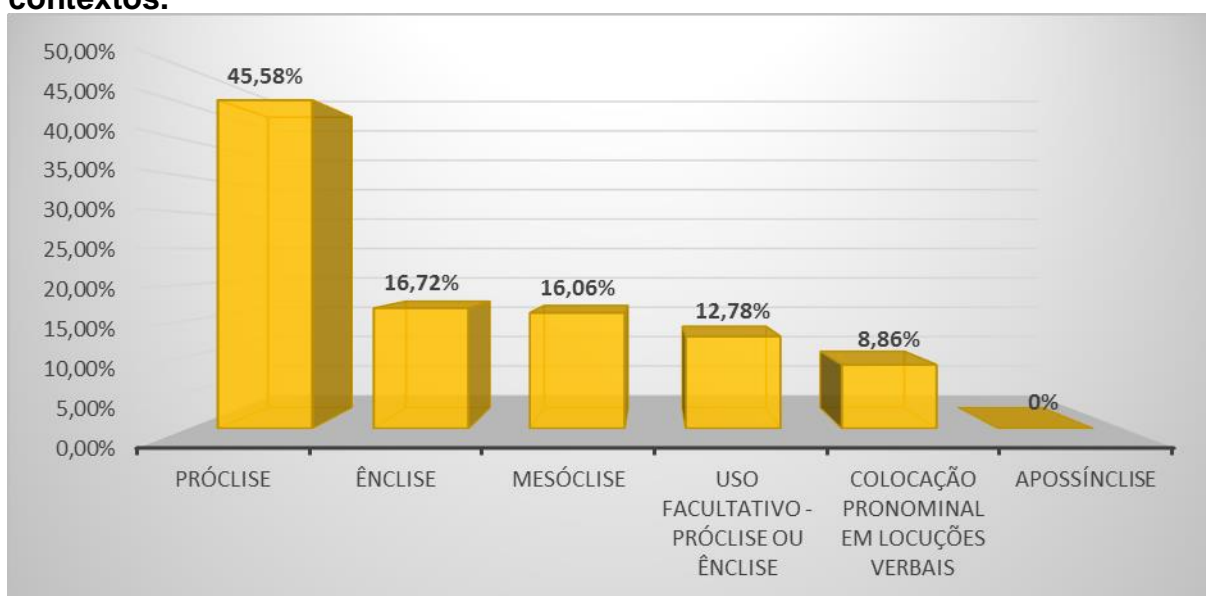
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Com base no Gráfico 19, verificou-se que todas as questões de *Colocação Pronominal* do IESES foram do tipo múltipla escolha. Notou-se que algumas destas questões associaram o conteúdo de *Colocação Pronominal* com outros: concordância, ortografia, acentuação, funções da linguagem, recursos de construção de sentido, conjugação e flexão verbal, pontuação, uso dos pronomes, de modo geral, só para citar alguns. Ademais, certificou-se que os enunciados das questões foram diversos, envolvendo reescrita, preenchimento de lacuna, apontamento de

alternativa correta, alternativa com conclusões corretas, alternativa que obedecia às regras, alternativa que continha análise correta de proposições, opção correta, alternativa que oferecia a definição correta, alternativa que continha afirmativa correta, proposição de acordo com a *norma-padrão*, proposição correta, alternativa que contiveram justificativas das análises corretas, erro na análise, alternativa incorreta, opção incorreta etc. Essa diversidade mais evidente pode indicar uma falta de padrão para a elaboração de questões para essa banca.

Por sua vez, quanto aos percentuais dos usos da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossínclise, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 20 – Questões de *Colocação Pronominal* do IESES, em relação aos contextos.

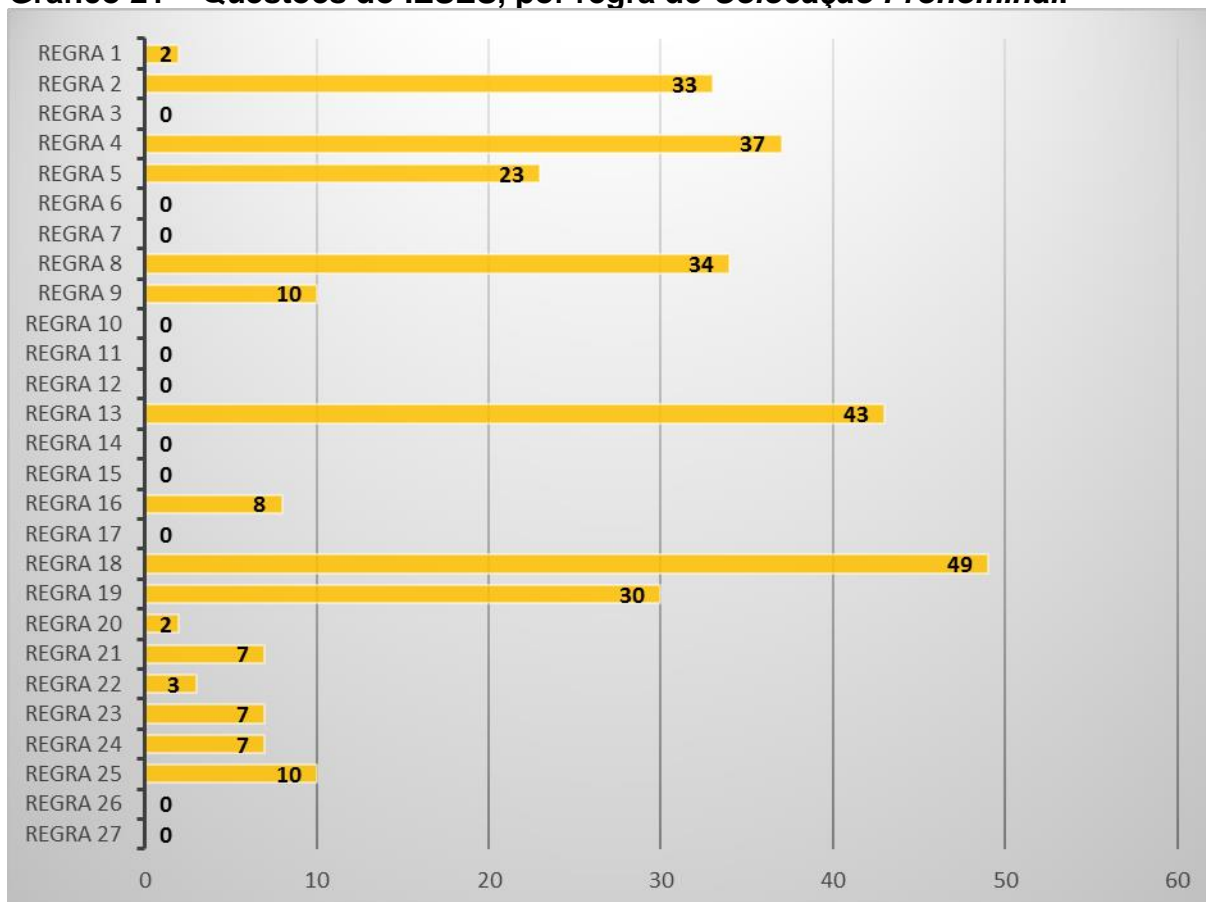


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Assim sendo, verificou-se que as questões relacionadas ao uso da próclise foram as mais recorrentes, com 45,58%, seguidas das questões relacionadas ao uso da ênclise, com 16,72%; das questões relacionadas ao uso da mesóclise, com 16,06% das ocorrências; das questões relacionadas ao uso facultativo de próclise ou ênclise, com 12,78%; e das questões relacionadas ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, com 8,86%. Não houve questões relacionadas à apossínclise, como nas outras bancas.

No tocante às regras de *Colocação Pronominal*, após as análises das questões, tendo como referência os Quadros 35, 37, 39, 41, 43 e 45, tem-se o seguinte resultado

Gráfico 21 – Questões do IESES, por regra de *Colocação Pronominal*.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Desse modo, a partir dessa sistematização, verificou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito (**Regra 18**) foram mais recorrentes, com 49 ocorrências; em segundo, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**), com 43 ocorrências; em terceiro, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**), com 37 ocorrências; em quarto, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**), com 34 ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos (**Regra 2**), com 33 ocorrências; em sexto, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso (**Regra 19**), com 30 ocorrências; em sétimo, questões

relacionadas ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**), com 23 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas ao uso de próclise em orações exclamativas (**Regra 9**) e ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 10 ocorrências cada uma; em nono, questões relacionadas ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**), com 8 ocorrências; em décimo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável (**Regra 21**), ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**) e ao uso da próclise ao verbo principal em locuções (**Regra 24**), com 7 ocorrências cada uma; em décimo primeiro, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**), com 3 ocorrências; em décimo segundo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**) e ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 2 ocorrências cada uma.

Notou-se que 11 regras de *Colocação Pronominal* não foram apresentadas nas questões selecionadas do IESES: a **Regra 3**, referente ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas; a **Regra 6**, referente ao uso da próclise em frases ou orações optativas; a **Regra 7**, referente ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em”; a **Regra 10**, referente ao uso da próclise com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição; a **Regra 11**, referente ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles; a **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; a **Regra 14**, referente ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio; a **Regra 15**, referente ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo; a **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; a **Regra 26**, referente ao contexto de elemento interveniente na locução verbal; e a **Regra 27**, referente ao contexto de apossínclise.

Isto posto, em resumo, certificou-se que 16 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram efetivamente encontradas em questões do IESES.

Para exemplificar, são apresentadas, a seguir, três questões do IESES relacionadas à *Colocação Pronominal*:

Figura 15 – Questão IESES-2017-S-11.

Sobre a colocação pronominal, as alternativas a seguir contêm justificativas ou análises sobre a forma como os pronomes foram empregados. Assinale a correta.

- a) Em: "Quem ²⁴deveria me dizer qual a forma correta admite duas formas" a mesóclise seria a forma correta para empregar o pronome, pois o verbo está no futuro do pretérito.
- b) Em: "¹³Pedem-me budget e eu penso na antiga, sólida e útil palavra orçamento" a próclise empregada é a única forma correta.
- c) Em: "Surtem adeogados", ¹³trocam-se "pineus" e o monstro verde irritadiço é o incrível "Hulki"., a ênclise está correta, mas a próclise também poderia ser empregada sem prejuízo à correção.
- d) Em: "Esperneiam gramáticos, ¹³exasperam-se puristas, ¹³descabelam-se professores" a ênclise empregada, nas duas ocorrências, é obrigatória.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 15 retratou uma questão aplicada no concurso da Companhia de Gás do Ceará, em 12 de março de 2017, para o cargo de nível superior de analista de gestão. Esta questão exigiu conhecimentos sobre as regras de *Colocação Pronominal*. Das regras apresentadas nas *gramáticas* estudadas foram acionadas: a **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período, bem como a **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções. Ademais, na alternativa a), viu-se a menção ao trecho do texto que trouxe a colocação próclise ao verbo principal. Com isso, entendeu-se que o IESES considerou, salvo melhor juízo, essa colocação como uma das possibilidades de colocação.

Figura 16 – Questão IESES-2015-M-47.

Leia o fragmento a seguir e responder à questão.

VÍTIMAS DA DEPENDÊNCIA DIGITAL

Com a explosão dos smartphones, cerca de 10% dos brasileiros já são viciados digitais. A medicina aprofunda o estudo do transtorno e anuncia o surgimento de novas opções de tratamento, como a primeira clínica de reabilitação especializada.

Monique Oliveira

"Eu literalmente não sabia o que fazer comigo", disse um estudante do Reino Unido. "Fiquei **me coçando** como um viciado porque não podia usar o celular", contou um americano. "Me senti morto", desabafou um jovem da Argentina. **Esses** são alguns dos relatos entre os mil que foram colhidos por pesquisadores da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. **Eles** queriam saber o que sentiam jovens espalhados por dez países, nos cinco continentes, depois de passarem 24 horas longe do computador, dos smartphones e dos tablets. As descrições, como se viu, são assombrosas. E representam exatamente como sofrem os portadores de um transtorno preocupante que tem avançado pelo mundo: o IAD (Internet Addiction Disorder), sigla em inglês para distúrbio da dependência em internet. Na verdade, o que os entrevistados manifestaram são sintomas de abstinência, no mesmo grau dos apresentados por quem é dependente de drogas ou de jogo, por exemplo, quando privado do objeto de sua compulsão.
(Revista Isto É, p.67, nº 2289, 02/10/2013, fragmento)

Observe os períodos retirados do texto. "Fiquei **me coçando** como um viciado porque não podia usar o celular", contou um americano." "Esses são alguns dos relatos entre os mil que foram colhidos por pesquisadores da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos." "Eles queriam saber o que sentiam jovens espalhados por dez países, nos cinco continentes, depois de passarem 24 horas longe do computador, dos smartphones e dos tablets." Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O termo "Esses" é um pronome demonstrativo que faz referência a seres que se encontram longe do falante e do ouvinte.
- (B) **Eu** é um pronome do caso reto e está na primeira pessoa do singular.
- (C) O pronome "Eles" pode ser classificado como pronome substantivo, pois representa (substitui) o substantivo pesquisadores no período anterior do texto.
- (D) No primeiro período, podemos afirmar que, de acordo com a regra da colocação pronominal, na locução verbal "**Fiquei me coçando**", se o verbo principal estiver no gerúndio ou no infinitivo, o pronome fica antes ou depois do verbo principal.

23 / 24 / 25

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 16 se remeteu a uma questão aplicada em 18 de maio de 2015, no concurso do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, para o cargo de nível médio de assistente em administração. Foi uma questão que envolveu não só o conteúdo de *Colocação Pronominal*, mas do uso de pronome, de modo geral. No que tange, especificamente, à *Colocação Pronominal*, viu-se que a **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções, foi trazida, novamente, como uma das possibilidades de colocação. As **Regras 23 e 25**, relacionadas ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções e ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções, respectivamente, também, foram, implicitamente, consideradas, na alternativa d).

Figura 17 – Questão IESES-2014-M-64.

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma alternativa de reescrita alterando a colocação pronominal. Assinale C para Certo ou E para Errado. Em seguida, assinale a alternativa que contenha a ordem correta.

- () Todos se manifestaram / Todos manifestaram-se.
 () Disse que se manifestaria / Disse que manifestar-se- ia
 () Então, manifestar-se-ia / Então se manifestaria.
 () Eles se manifestaram / Eles manifestaram-se.

- a) E – E – C – C
 b) E – C – E – C
 c) C – E – E – E
 d) C – C – C – E

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 17 mencionou uma questão do concurso da Administração do Porto de São Francisco do Sul, para o cargo de agente, de nível médio, aplicada em 6 de abril de 2014. Foi uma questão que exigiu conhecimentos, apenas, das regras de *Colocação Pronominal*. A **Regra 1**, relacionada ao uso de próclise com pronomes indefinidos, a **Regra 18**, relacionada ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito, e a **Regra 19**, relacionada ao uso de ênclise ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso, foram regras das *gramáticas* analisadas acionadas.

Com as considerações efetivadas, detectou-se que o IESES trouxe questões que podiam envolver, apenas, o conteúdo específico de *Colocação Pronominal*;

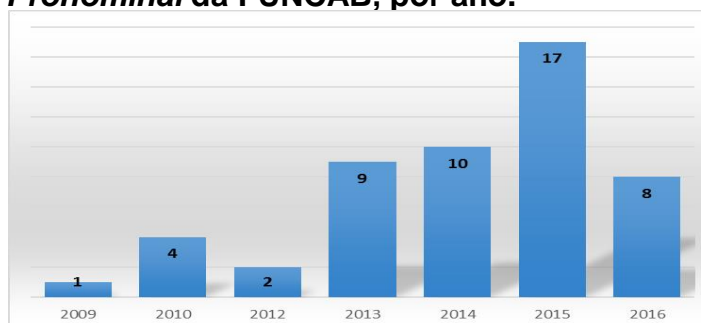
entretanto, podiam conciliá-lo com outros. Além disso, constatou-se que nem todas as regras das *gramáticas* estudadas foram acionadas por esta banca em suas questões.

7.5 A *Colocação Pronominal* nas questões de concursos públicos da FUNCAB

Com sede em Niterói (RJ), a FUNCAB leva o nome de seu patrono prof. Carlos Augusto Aguiar Bittencourt Silva (1926-2015). A Fundação, sem fins lucrativos, desenvolve, desde 2003, atividades de apoio técnico, assistência técnica, cursos, estudos e pesquisas, linhas de pesquisa, programas, publicações, serviços técnicos profissionais especializados, unidades de apoio, viagens e eventos em geral, em parceria com agentes financiadores⁵⁸.

No que tange ao quantitativo, por ano, das 51 questões cadastradas na plataforma *Qconcursos.com*, referente à *Colocação Pronominal*, no período selecionado, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 22 – Questões de *Colocação Pronominal* da FUNCAB, por ano.



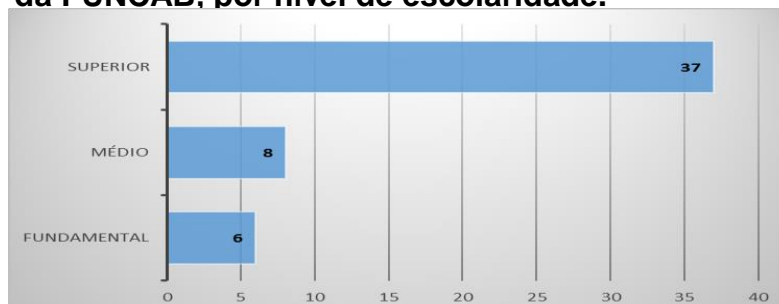
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelas informações do Gráfico *supra*, detectou-se que o maior número de questões foi do ano 2015, com 17 questões, seguido do ano 2014, com 10 questões; 2013, com 9 questões; 2016, com 8 questões; 2010, com 4 questões; 2012, com 2 questões; e 2009, com 1 questão.

⁵⁸ O parágrafo foi elaborado a partir de informações extraídas do site da FUNCAB, principalmente, das abas seguintes: <<http://funcab.org/patrono.php>> e <<http://funcab.org/atividades.php>>. Acessadas em: 15 maio 2019.

Por sua vez, quanto ao quantitativo, por nível de escolaridade, de questões disponíveis na plataforma *Qconcursos.com*, da banca em referência, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 23 – Questões de Colocação Pronominal da FUNCAB, por nível de escolaridade.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir do Gráfico apresentado, verificou-se que o maior número de questões foi do nível superior, com 37 questões, seguido do nível médio, com 8 questões, e do nível fundamental, com 6 questões.

Já, no que concerne ao tipo de questão objetiva, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 24 – Questões de Colocação Pronominal da FUNCAB, por tipo.



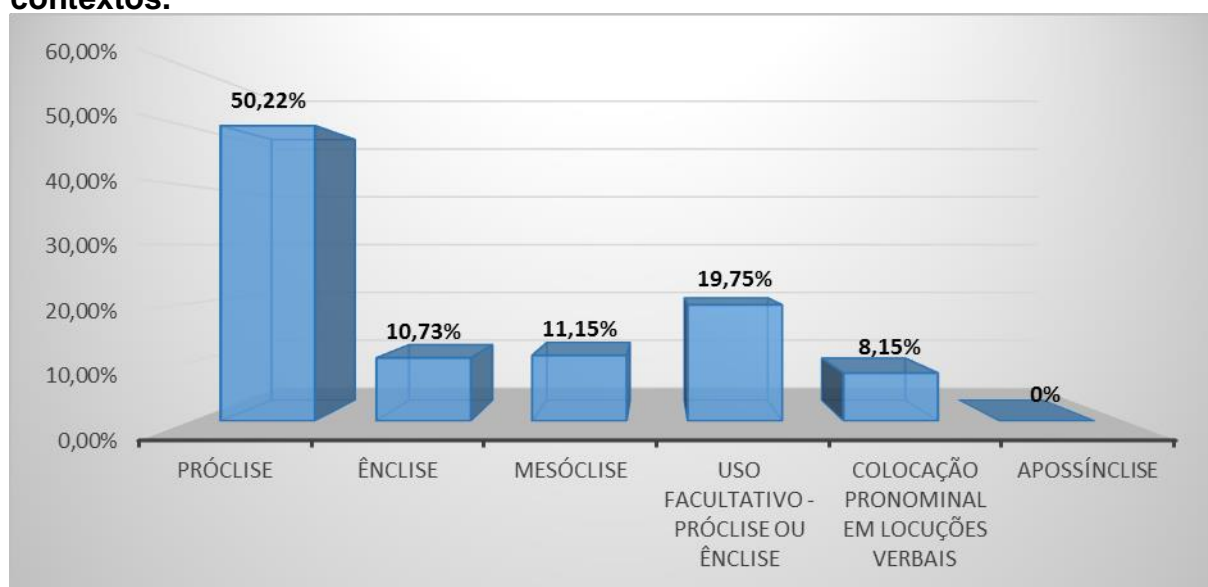
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelo exposto no Gráfico 24, observou-se que todas as questões de *Colocação Pronominal* da FUNCAB foram do tipo múltipla escolha. Viu-se que a maioria das questões contemplaram, apenas, o conteúdo de *Colocação Pronominal*; e as poucas de conhecimentos diversos conciliados com o de *Colocação Pronominal* foram relacionadas ao emprego dos pronomes na função de objeto direto e indireto,

uso da crase, conjugação e tempos verbais e de papéis dos termos na oração. Além do que, vislumbrou-se enunciados diversos, pedindo para indicar a alternativa que feriu as regras de *Colocação Pronominal*, a única substituição correta, a opção que o pronome deveria ficar após o verbo, a alternativa com problema, com erro, com deslize, com desrespeito, em desacordo, inaceitável, entre outras. Viu-se, ainda, questões que envolveram reescrita, substituição e preenchimento correto de lacunas.

Por outro lado, no tocante aos percentuais dos usos da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossínclise, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 25 – Questões de *Colocação Pronominal* da FUNCAB, em relação aos contextos.

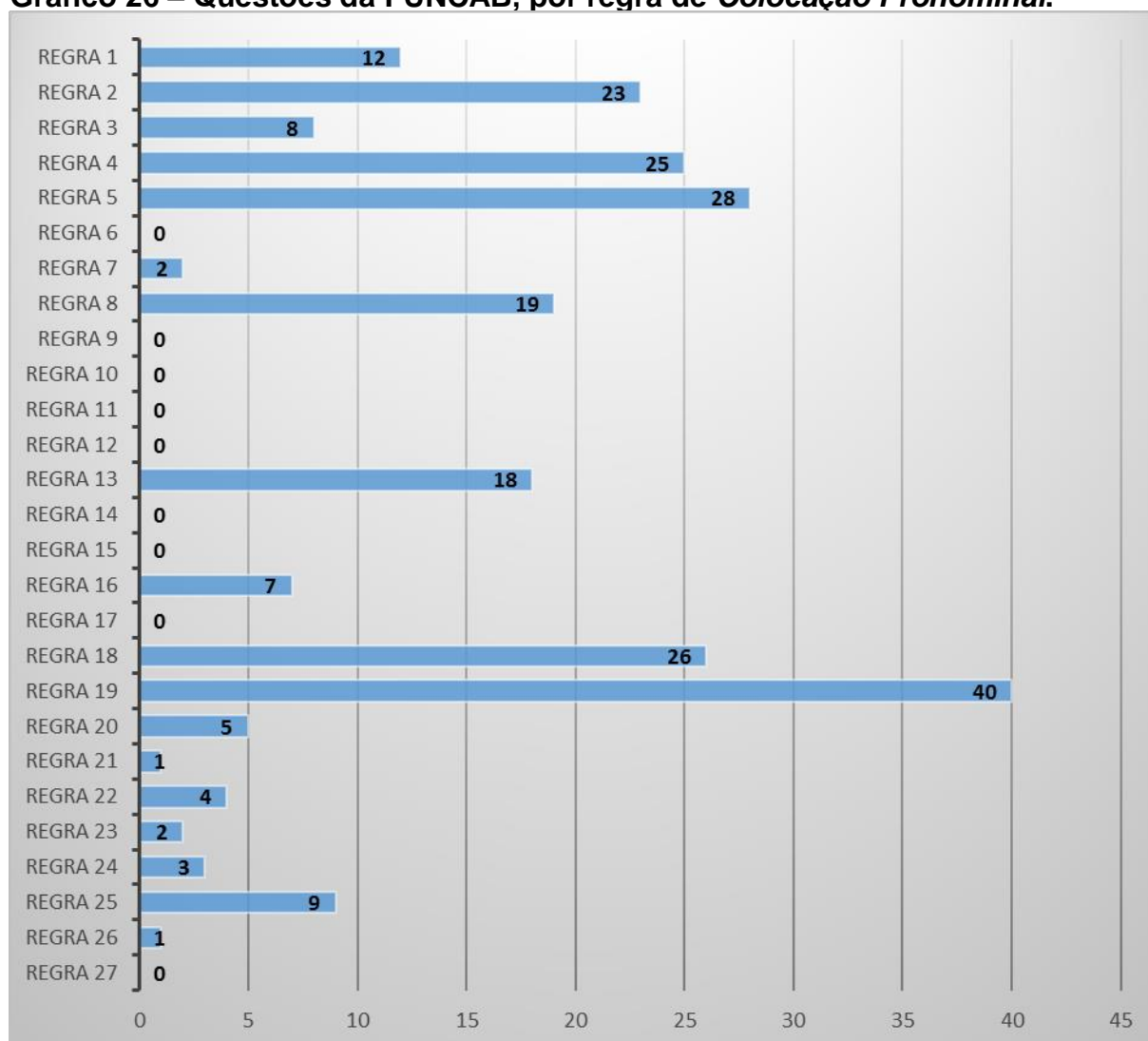


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Então, constatou-se que as questões relacionadas ao uso da próclise foram as mais recorrentes, com 50,22%, sucedidas das questões relacionadas ao uso facultativo de próclise ou ênclise, com 19,75%; das questões relacionadas ao uso da mesóclise, com 11,15% das ocorrências; das questões relacionadas ao uso da ênclise, com 10,73%; e das questões relacionadas ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, com 8,15%. Não houve questões relacionadas à apossínclise, como nas outras bancas.

No que se relaciona às regras de *Colocação Pronominal*, depois de feitas as análises das questões, tendo como parâmetro os Quadros 35, 37, 39, 41, 43 e 45, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 26 – Questões da FUNCAB, por regra de *Colocação Pronominal*.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Nesse sentido, a partir do Gráfico exposto, observou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso facultativo de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso (**Regra 19**), foram mais acionadas, com 40 ocorrências; em segundo, questões relacionadas ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**), com 28 ocorrências; em terceiro, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 18**), com 26 ocorrências; em quarto, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**), com 25

ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos (**Regra 2**), com 23 ocorrências; em sexto, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**), com 19 ocorrências; em sétimo, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**), com 18 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**), com 12 ocorrências; em nono, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 9 ocorrências; em décimo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas (**Regra 3**), com 8 ocorrências; em décimo primeiro, questões relacionadas ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**), com 7 ocorrências; em décimo segundo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 5 ocorrências; em décimo terceiro, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**), com 4 ocorrências; em décimo quarto, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo principal em locuções (**Regra 24**), com 3 ocorrências; em décimo quinto, questões relacionadas ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em” (**Regra 7**) e ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**), com 2 ocorrências cada uma; em décimo sexto, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável (**Regra 21**) e ao contexto de elemento interveniente na locução verbal (**Regra 26**), com 1 ocorrência cada uma.

Evidenciou-se que 9 Regras de *Colocação Pronominal* não foram apresentadas nas questões coletadas da FUNCAB: a **Regra 6**, referente ao uso da próclise em frases ou orações optativas; a **Regra 9**, referente ao uso de próclise em orações exclamativas; a **Regra 10**, referente ao uso da próclise, com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição; a **Regra 11**, referente ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles; a **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; a **Regra 14**, referente ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio; a **Regra 15**, referente ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo; a **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; e a **Regra 27**, referente ao contexto de apossíclise.

Dessa forma, em resumo, constatou-se que 18 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram efetivamente encontradas em questões da FUNCAB.

Para exemplificar, são apresentadas, nas próximas linhas, três questões da FUNCAB que envolveram o assunto de *Colocação Pronominal*:

Figura 18 – Questão FUNCAB-2014-F-34.

A outra noite

Outro dia fui a São Paulo e resolvi voltar à noite, uma noite de vento sul e chuva, tanto lá como aqui. Quando vinha para casa de táxi, encontrei um amigo e o trouxe até Copacabana; e contei a ele que lá em cima, além das nuvens, estava um luar lindo, de lua cheia; e que as nuvens feias que cobriam a cidade eram, vistas de cima, enluradas, colchões de sonho, alvas, uma paisagem irreal.

Depois que o meu amigo desceu do carro, o chofer aproveitou um sinal fechado para voltar-se para mim:
- O senhor vai desculpar, eu estava aqui a ouvir sua conversa. Mas, tem mesmo luar lá em cima?
Confirmei: sim, acima da nossa noite preta e enlameçada e torpe havia uma outra - pura, perfeita e linda.
-Mas que coisa...

Ele chegou a pôr a cabeça fora do carro para olhar o céu fechado de chuva. Depois continuou guiando mais lentamente. Não sei se sonhava em ser aviador ou pensava em outra coisa.
-Ora, sim senhor...

E, quando saltei e paguei a corrida, ele me disse um "boa noite" e um "muito obrigado ao senhor" tão sinceros, tão veementes, como se eu lhe tivesse feito um presente de rei.

(BRAGA, Rubem. *Para gostar de ler*, vol. 2, crônicas. São Paulo, Ática.) Para gostar de ler

Assinale a opção em que o pronome oblíquo foi corretamente colocado.

1 / 8
a) Ninguém avisou-me sobre isso.

3
b) Quem contou-te o que aconteceu?

2 / 5
c) A pessoa que ajudou-me era muito simpática.

5
d) Quando nos viu, deu uma freada e parou.

4 / 8
e) Não aproxime-se do alambrado.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 18 tratou de uma questão do concurso público do Processamento de Dados da Amazônia S/A, com prova aplicada em 15 de junho de 2014, de nível fundamental, para o cargo de motorista. A questão em tela pôde envolver as seguintes regras das *gramáticas* analisadas: a **Regra 1**, relacionada ao uso de próclise com pronomes indefinidos; a **Regra 2**, relacionada ao uso de próclise com pronomes relativos; a **Regra 3**, referente ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas; a **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios; a **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; e a **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas.

Figura 19 – Questão FUNCAB-2014-S-28.

São os meios de comunicação, em especial a televisão, que divulgam, em escala mundial, informações (fragmentadas) hoje tomadas como conhecimento, construindo, desse modo, o mundo que conhecemos. Trata-se, na verdade, de processo metonímico – a parte escolhida para ser divulgada, para ser conhecida, vale pelo todo. É como se “o mundo todo” fosse constituído apenas por aqueles fatos/notícias que chegam até nós.

Informação, porém, não é conhecimento, podendo até ser um passo importante. O conhecimento implica crítica. Ele se baseia na inter-relação e não na fragmentação. Todos temos observado que essa troca do conhecimento pela informação tem resultado na diminuição da criticidade.

O conhecimento é um processo que prevê a condição de reelaborar o que vem como um “dado”, possibilitando que não sejamos meros reprodutores; inclui a capacidade de elaborações novas, permitindo reconhecer, trazer à superfície o que ainda é virtual, o que, na sociedade, está ainda mal desenhado, com contornos borrados. Para tanto, o conhecimento prevê a construção de uma visão que totalize os fatos, inter-relacionando todas as esferas da sociedade, percebendo que o que está acontecendo em cada uma delas é resultado da dinâmica que faz com que todas interajam, de acordo com as possibilidades daquela formação social, naquele momento histórico; permite perceber, enfim, que os diversos fenômenos da vida social estabelecem suas relações tendo como referência a sociedade como um todo. Para tanto, podemos perceber, as informações – fragmentadas – não são suficientes.

Os meios de comunicação, sobretudo a televisão, ao produzirem essas informações, transformam em verdadeiros espetáculos os acontecimentos selecionados para se tornar notícias. Já na década de 1960, Guy Debord percebia “na vida contemporânea uma ‘sociedade de espetáculo’, em que a forma mais desenvolvida de mercadoria era antes a imagem que o produto material concreto”, e que “na segunda metade do século XX, a imagem substituiria a estrada de ferro e o automóvel como força motriz da economia”.

Por sua condição de “espetáculo”, parece que o mais importante na informação passa a ser aquilo que ela tem de atração, de entretenimento. Não podemos nos esquecer, porém, de que as coisas se passam desse modo exatamente para que o conhecimento – e, portanto, a crítica – da realidade fique bastante embaçada ou simplesmente não se dê.

O conhecimento continua a ser condição indispensável para a crítica. A informação, que parece ocupar o lugar desse conhecimento, tornou-se, ela própria, a base para a reprodução do sistema, uma mercadoria a mais em circulação nessa totalidade.

A confusão entre conhecimento e informação, entre totalidade e fragmentação, leva à concepção de que a informação veiculada pelos meios é suficiente para a formação do cidadão, de que há um pressuposto de interação entre os meios e os cidadãos e de que todas as vozes circulam igualmente na sociedade.

É a chamada posição liberal, a qual parece esquecer-se de que ideias, para circular, precisam de instrumentos, de suportes – rádio, televisão, jornal etc. – que custam caro e que, por isso, estão nas mãos daqueles que detêm o capital. [...]

BACCEGA. Maria Aparecida. In: *A TV aos 50 – Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: PerseuAbramo, 2000, p. 106-7.

A gramática normativa censura, no português padrão, a mudança de posição do pronome átono proposta em:

(A) “Ele se baseia na inter-relação e não na fragmentação.” (§ 2) / baseia-se ¹⁹

(B) “... selecionados para se tornar notícias.” (§ 4) / tornar-se ²¹

(C) “Não podemos nos esquecer...” (§ 5) / nos podemos esquecer ²²

(D) “... de que as coisas se passam desse modo...” (§ 5) / passam-se ⁵

(E) “A informação [...] tornou-se [...] a base para a reprodução do sistema...” (§ 6) / se tornou ¹⁹

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 19 referiu-se a uma questão do concurso público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, para os cargos de nível superior de bibliotecário e administrador, com prova aplicada em 07 de dezembro de 2014. A questão em referência trouxeram as seguintes regras das *gramáticas* analisadas: a **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; a **Regra 19**, relacionada ao uso de ênclise ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso; a **Regra 21**, referente ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável; a **Regra 22**, relacionada ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções; **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções.

Ademais, evidenciou-se, assim, que a próclise ao verbo principal em locuções foi considerada como uma das possibilidades de colocação.

Figura 20 – Questão FUNCAB-2010-S-50.

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Texto 3

“A arte barroca europeia surgiu no século 17 e espalhou-se por diversos países. No Brasil, chegou com os imigrantes portugueses 100 anos depois e foi marcante principalmente em Minas Gerais. Por ter sido adotada em contextos históricos tão diferentes, a qualidade de profissionais, a variedade de materiais e o estilo variam, até porque a Europa já tinha um histórico de produção artística e no Brasil os artistas eram autodidatas.”

(Nova Escola, jan./fev. 2010, p. 18)

Marque a alternativa em que o pronome pessoal oblíquo foi INCORRETAMENTE colocado.

a) ¹³ **Instaurou-se** no museu uma nova ordem de segurança.

b) ¹⁸ **Dir-se-ia** que os órgãos, agora, seriam devidamente restaurados.

c) ⁵ Esperamos **que restaurem-se** todas as peças da coleção brasileira.

d) ^{1/8} **Ninguém se preocupou** com as obras até este momento.

e) ⁷ **Em se tratando** de obras representativas de uma época, há necessidade de conservação

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 20 abordou uma questão aplicada no concurso do Instituto Brasileiro de Museus, para o cargo de analista – área de psicologia, no dia 1º de março de 2010. Foram acionadas as seguintes regras das *gramáticas* estudadas: **Regra 1**, relacionada ao uso de próclise com pronomes indefinidos; a **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios; a **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; a **Regra 7**, referente ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em”; a **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas; a **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período; e a **Regra 18**, relacionada ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito.

Em face do exposto, constatou-se que a FUNCAB trouxe, majoritariamente, questões envolvendo, somente, assunto de *Colocação Pronominal*; e uma pequena parte de questões trazendo o assunto de *Colocação Pronominal* conciliado a outros conhecimentos gramaticais. Além disso, verificou-se que nem todas as regras apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram trabalhadas em questões dessa banca.

7.6 A Colocação Pronominal nas questões de concursos públicos da CESGRANRIO

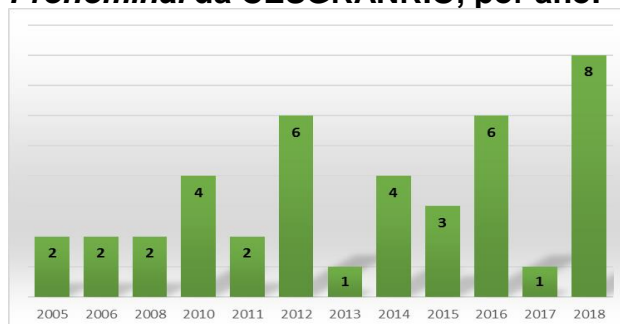
O Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio foi constituído, em 12 de outubro de 1971, pela associação de 12 instituições universitárias. Ele foi criado em convênio com o MEC, como projeto-piloto, no campo de seleção ao ensino superior. Com os resultados satisfatórios nos vestibulares de 1972 e 1973, as universidades signatárias solicitam, junto ao MEC, a criação da Fundação CESGRANRIO, uma fundação privada autônoma, sem fins lucrativos, destinada à organização de exames para acesso ao ensino superior e às atividades correlatas educacionais. Assim, o CESGRANRIO passa de Centro à Fundação, em 4 de janeiro de 1973.

Ao longo dos 48 anos de história, a Fundação CESGRANRIO vem atuando, principalmente, nas seguintes atividades: concursos públicos e/ou processos seletivos públicos, avaliações, vestibulares, mestrado em Avaliação, capacitação de professores, certificações, pesquisa, projetos sociais, projetos culturais, projetos na área da saúde, fóruns e publicações⁵⁹.

Quanto ao quantitativo, por ano, das 41 questões cadastradas de *Colocação Pronominal* na plataforma *Qconcursos.com*, têm-se os seguintes dados:

⁵⁹ Os dois parágrafos introdutórios foram elaborados a partir de informações coletadas no endereço eletrônico da Fundação CESGRANRIO, especificamente, nas seguintes abas: <<http://www.cesgranrio.org.br/institucional/historia.aspx>> e <<http://www.cesgranrio.org.br/institucional/atuacao.aspx>>. Acessadas em: 14 maio 2019.

Gráfico 27 – Questões de Colocação Pronominal da CESGRANRIO, por ano.

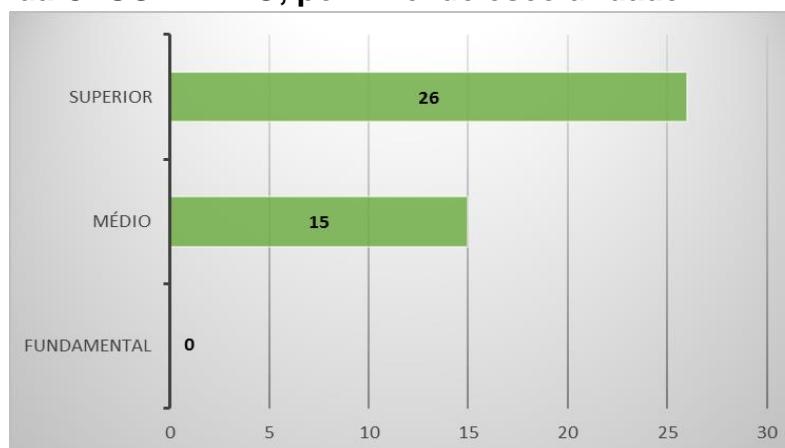


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelo exposto no Gráfico 27, verificou-se que o maior número de questões foi do ano 2018, com 8 questões, seguido dos anos 2016 e 2012, com 6 questões cada um; 2014 e 2010, com 4 questões cada um; 2015, com 3 questões; 2011, 2008, 2006 e 2005, com 1 questão cada um.

Por outro lado, no que toca ao quantitativo, por nível de escolaridade, de questões disponíveis na plataforma *Qconcursos.com*, da banca em referência, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 28 – Questões de Colocação Pronominal da CESGRANRIO, por nível de escolaridade.

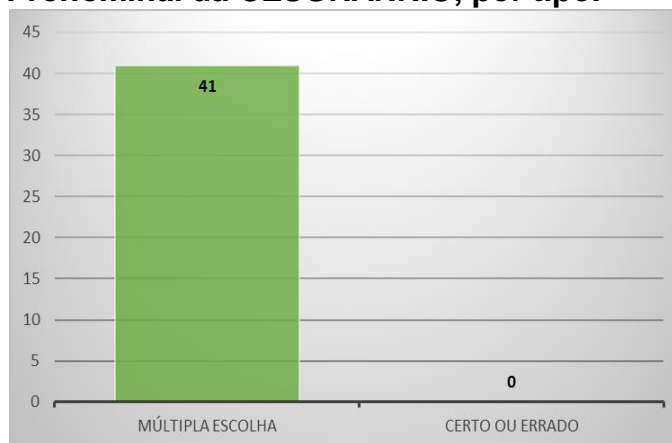


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Pelas informações do gráfico *supra*, notou-se que questões de nível superior foram mais frequentes, com 26 questões, seguidas das questões de nível médio, com 15 questões. Notou-se que não constaram questões de *Colocação Pronominal* da CESGRANRIO para o nível fundamental.

Por sua vez, no que se refere ao tipo de questão objetiva, têm-se os seguintes dados:

Gráfico 29 – Questões de Colocação Pronominal da CESGRANRIO, por tipo.

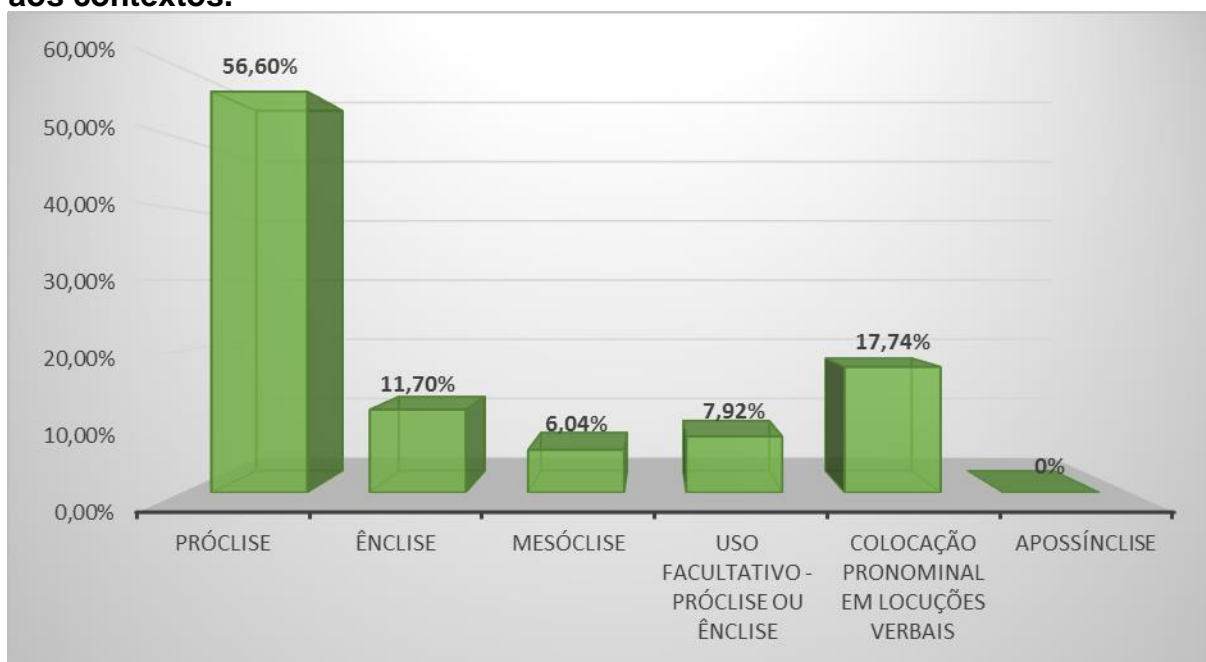


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir do Gráfico em tela, constatou-se que todas as questões de *Colocação Pronominal* da CESGRANRIO foram do tipo múltipla escolha. Verificou-se que duas destas questões associam o conteúdo de *Colocação Pronominal* com outros: organização discursiva, elipse do objeto direto, ortografia, pontuação etc. Além disso, viram-se que os enunciados das questões foram variados, envolvendo apontamento de alternativa correta, alternativa de acordo com a *norma-padrão*, indicação de frase correta, alternativa que o pronome átono estava empregado corretamente, alternativa que atendeu às exigências da *norma-padrão*, alternativa que se mostrou adequada, alternativa incorreta, alternativa com próclise obrigatória, termo destacado utilizado na posição correta etc.

Já, no que tange aos percentuais dos usos da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossíclise, tem-se o seguinte resultado:

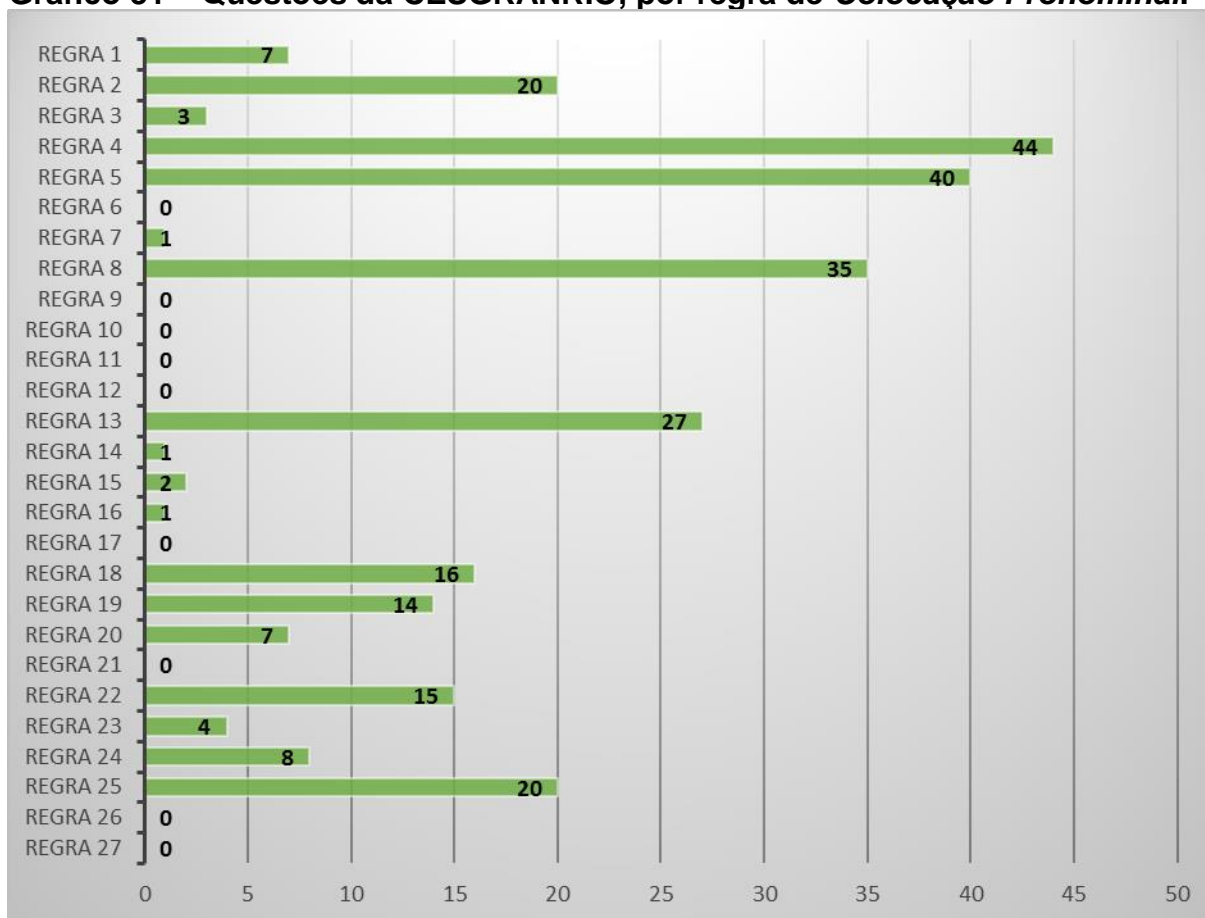
Gráfico 30 – Questões de *Colocação Pronominal* da CESGRANRIO, em relação aos contextos.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Sendo assim, notou-se que as questões relacionadas ao uso da próclise foram as mais frequentes, com 56,60%, sucedidas das questões relacionadas ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, com 17,74%; das questões relacionadas ao uso da ênclise, com 11,70%; das questões relacionadas ao uso facultativo de próclise ou ênclise, com 7,92%; das questões relacionadas ao uso da mesóclise, com 6,04% das ocorrências. Não houve questões relacionadas à apossínclise, como nas outras bancas.

No que respeita às regras de *Colocação Pronominal*, efetivadas as análises das questões, tendo como base os Quadros 35, 37, 39, 41, 43 e 45, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 31 – Questões da CESGRANRIO, por regra de Colocação Pronominal.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A partir dessa sistematização, constatou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**), foram mais frequentes, com 44 ocorrências; em segundo, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**), com 40 ocorrências; em terceiro, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**), com 35 ocorrências; em quarto, questões relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**), com 27 ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos (**Regra 2**) e ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 20 ocorrências cada uma; em sexto, questões relacionadas ao uso da mesóclise com verbo no futuro do presente ou do pretérito (**Regra 18**), com 16 ocorrências; em sétimo, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**), com 15 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o

sujeito exposto (**Regra 19**), com 14 ocorrências; em nono, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo principal em locuções (**Regra 24**), com 8 ocorrências; em décimo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**) e ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 7 ocorrências cada uma; em décimo primeiro, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**), com 4 ocorrências; em décimo segundo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas (**Regra 3**), com 3 ocorrências; em décimo terceiro, questões relacionadas ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo (**Regra 15**), com 2 ocorrências; em décimo quarto, questões relacionadas ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em” (**Regra 7**), ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas (**Regra 14**) e ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**), com 1 ocorrência cada uma.

Certificou-se que 9 regras de *Colocação Pronominal* não foram apresentadas nas questões selecionadas da CESGRANRIO: **Regra 6**, referente ao uso da próclise em frases ou orações optativas; a **Regra 9**, referente ao uso de próclise em orações exclamativas; **Regra 10**, referente ao uso da próclise, com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição; **Regra 11**, referente ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles; **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; a **Regra 21**, referente ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável; a **Regra 26**, referente ao contexto de elemento interveniente na locução verbal; e **Regra 27**, referente ao contexto de apossíclise.

Em resumo, certificou-se que 18 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram efetivamente encontradas em questões da CESGRANRIO.

A seguir, são apresentadas três questões da CESGRANRIO concernentes ao conteúdo de *Colocação Pronominal*, para fins de ilustração:

Figura 21 – Questão CESGRANRIO-2011-M-28.

Texto II

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro

ANDRADE, Oswald. Pronominais. In: MORICONI, Ítalo (Org.). **Os cem melhores poemas do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 35.

Segundo o conceito de língua defendido pelo eu lírico do Texto II ("Pronominais"), deveríamos colocar os pronomes oblíquos átonos à moda brasileira. Entretanto, em situações formais, em que se exija a norma-padrão, o pronome estará colocado adequadamente, na seguinte frase:

a) ¹³ Interrogamo-nos sobre a polêmica.

b) ²³ Não podemos nos dar por vencidos.

c) ¹³ Me disseram que você perguntou por mim.

d) ¹³ Lhes deu o aviso?

e) ¹⁸ Te daria um cigarro, se pudesse.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 21 tratou de uma questão do concurso da Petrobras, para diversos cargos de nível médio, com prova aplicada em 1º de agosto de 2011. A questão aduziu as seguintes regras das *gramáticas* estudadas: a **Regra 13**, referente ao uso da ênclise em início de período; a **Regra 18**, referente ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito; a **Regra 23**, referente ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções. Ademais, a *Colocação Pronominal* à moda brasileira referenciada no enunciado da questão diz respeito à colocação proclítica, de uso consolidado no dia a dia dos brasileiros, inclusive, apresentado em *gramáticas descritivas*, como uma das regras "muito simples" no PB: "o pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração" (PERINI, 2010, p. 119).

Figura 22 – Questão CESGRANRIO-2011-S-30.

MINHA ALMA (A paz que eu não quero)

A minha alma está armada
E apontada para a cara do
Sossego
Pois paz sem voz
Não é paz é medo

Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não
Quero conservar
Para tentar ser feliz

As grades do condomínio
São para trazer proteção
Mas também trazem a dúvida

Se é você que está nesta prisão
Me abrace e me dê um beijo
Faça um filho comigo
Mas não me deixe sentar
Na poltrona no dia de domingo
Procurando novas drogas de aluguel
Nesse vídeo coagido pela paz
Que eu não quero seguir admitido

Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz

YUKA, Marcelo / O Rappa. CD Lado B Lado A. WEA, 1999.

22

"Mas não me deixe sentar" (v. 17)

Considerando a passagem transcrita acima, analise as afirmações a seguir.
A colocação do pronome destacado no verso transcrito está adequada à norma padrão da Língua Portuguesa.

PORQUE

A palavra "não", advérbio de negação, exige que o pronome oblíquo esteja em posição proclítica.
A esse respeito, conclui-se que

a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.

b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.

c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.

d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.

e) as duas afirmações são falsas.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcursos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 22 representou uma questão do concurso da Companhia Petroquímica de Pernambuco, para diversos cargos de nível superior, com prova realizada em 1º de março de 2011. Foi uma questão de múltipla escolha do tipo asserção-razão, típica em testes do Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (Inep), como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Enem, com uma única situação-problema e uma abordagem homogênea do conteúdo. Esta questão criou um item para a análise das relações entre duas proposições: a primeira, que afirmou a adequação à *norma-padrão* de uma das passagens da música; e a segunda, que justificou o emprego do pronome antes da locução verbal, embasado na presença do advérbio de negação. Das regras das *gramáticas* analisadas, pôde-se mencionar a **Regra 22**, relacionada ao

uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções, como uma das regras que pôde ser acionada para a resolução desta questão.

Figura 23 – Questão CESGRANRIO-2010-S-32.

Leia a história em quadrinhos abaixo.

BICHINHOS DE JARDIM Clara Gomes

O Globo, 14 ago. 2010.

QuestoesdeCONCURSOS.com.br

Com relação aos quadrinhos, considere as afirmativas abaixo. I - No segundo quadrinho, a próclise do pronome está de acordo com o padrão do Português falado no Brasil. II - A organização discursiva que o caramujo apresenta, no terceiro quadrinho, é adequada para preenchimento de agenda. III - A elipse do objeto direto na exposição do caramujo para "tarde" e "noite" obscurece a interpretação do texto. IV - O comentário da joaninha, no terceiro quadrinho, é irônico. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
 (B) II e III, apenas.
 (C) III e IV, apenas.
 (D) I, II e IV, apenas.
 (E) I, II, III e IV.

Fonte: Questão colhida da plataforma *Qconcurtos.com*, com marcações pela autora.

A Figura 23 se relacionou a uma questão do concurso da Prefeitura Municipal de Salvador, para o cargo de professor de Língua Portuguesa, com prova aplicada em 1º de outubro de 2010. Como foi uma questão para profissionais de Língua Portuguesa, que, na graduação, tiveram oportunidade de cursar disciplinas relacionadas à Linguística, a CESGRANRIO, salvo melhor juízo, fez com que os candidatos não se apegassem estritamente aos constructos da *gramática tradicional* (**Regra 13**, das *gramáticas* analisadas) e refletissem, a partir das contribuições da Linguística: na descrição do PB em que, no que se refere à *Colocação Pronominal*, é comum a colocação proclítica, inclusive, na *norma culta*, *norma* utilizada pelos escolarizados em situações monitoradas de fala e escrita. Ademais, o item I desta questão foi em concordância com as considerações da linguista Irandé Antunes (2007) que assevera que a colocação proclítica é uma regularidade no PB e é imbricada com sentido amplo de *norma*, conforme exposto no Capítulo 2.

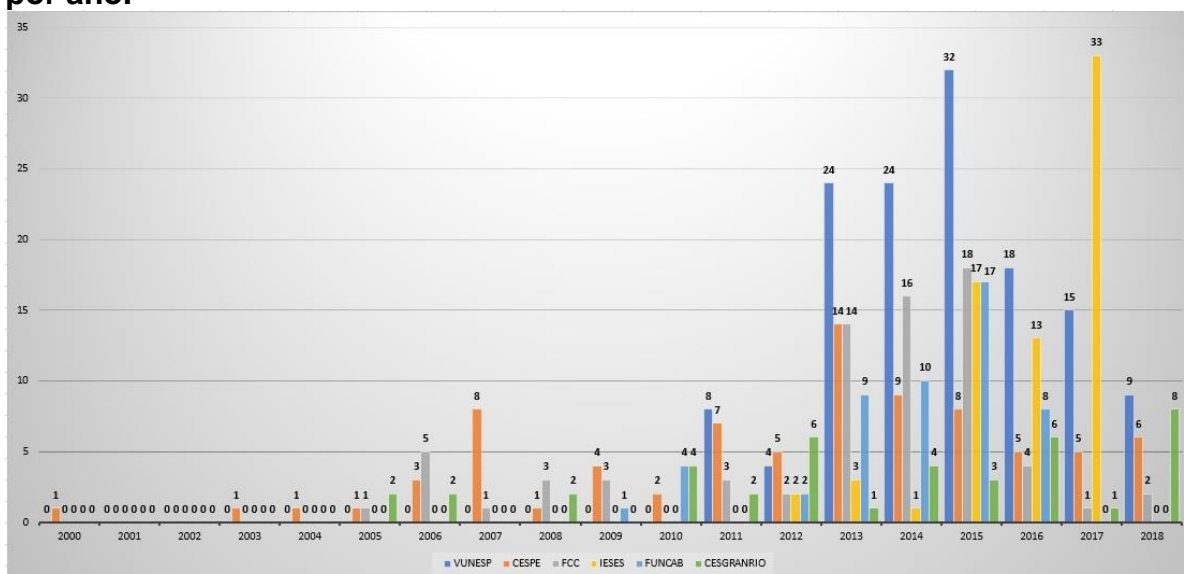
Pelas considerações feitas, certificou-se que a CESGRANRIO trouxe, predominantemente, questões envolvendo, somente, assunto de *Colocação Pronominal*; e uma pequena parte de questões trazendo o assunto de *Colocação Pronominal* conciliado a outros conhecimentos gramaticais. Além do que, observou-se que nem todas as regras apresentadas nas *gramáticas* analisadas foram representadas em questões dessa banca.

7.7 Síntese comparativa da *Colocação Pronominal* nas questões de concursos públicos das bancas analisadas

A análise comparativa nesta subseção levou em consideração, em linhas gerais, os seguintes aspectos: o quantitativo de questões por ano, o quantitativo de questões por nível de escolarização, o quantitativo de questões por tipo, a associação ou não do conteúdo de *Colocação Pronominal* com outros, o que os enunciados solicitam, o quantitativo de questões por contexto e o quantitativo de questões por regra das *gramáticas* analisadas.

No que se refere ao número de questões de *Colocação Pronominal*, disponíveis na plataforma *Qconcursos.com*, evidenciou-se que o período de 2013 a 2017 foram os anos com maior número de questões, como se pôde ver pelo quadro comparativo, a seguir:

Gráfico 32 – Comparativo de questões de *Colocação Pronominal* das bancas, por ano.

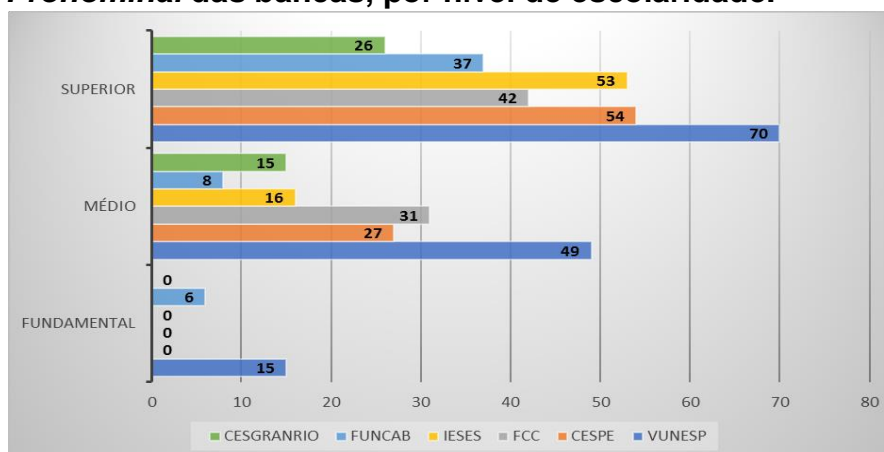


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Os dados apresentados no Gráfico 32 mostram um aumento significativo ao longo dos anos de questões relacionadas à *Colocação Pronominal*. Um ponto a se destacar aqui é que 14 das 449 questões de *Colocação Pronominal* (6 da VUNESP, 5 do CESPE, 2 da FCC e 1 do IESES) são de assuntos diversos. Houve, decerto, equívoco, por parte da plataforma *Qconcursos.com*, no cadastramento dessas questões.

No que concerne ao nível de escolaridade, as questões de nível superior foram mais recorrentes, seguidas das questões de nível médio, conforme se pôde vislumbrar pelo quadro comparativo a seguir:

Gráfico 33 – Comparativo de questões de *Colocação Pronominal* das bancas, por nível de escolaridade.

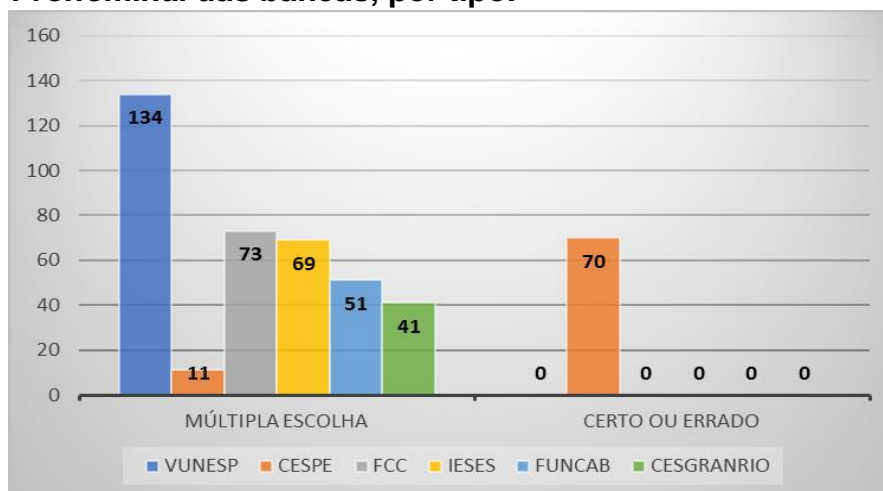


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Além disso, somente a VUNESP e a FUNCAB trouxeram questões em nível fundamental. Com tal resultado, pode-se dizer que questões de *Colocação Pronominal* são mais recorrentes em concursos públicos, em nível superior, decerto, pela complexidade que o assunto exige; pode-se dizer, ainda, que talvez haja a consciência por parte do CESPE, da FCC, do IESES e da CESGRANRIO de que o conteúdo de *Colocação Pronominal* não seja desejável para o nível fundamental.

No que tange ao tipo de questão de *Colocação Pronominal*, a diferença entre as bancas residiu no fato de as bancas VUNESP, FCC, IESES, FUNCAB e CESGRANRIO trabalharem, somente, com questões de múltipla escolha e o CESPE, em contrapartida, com os dois tipos de questão, mas, majoritariamente, com questões do tipo certo ou errado, consoante se constatou pelo gráfico a seguir:

Gráfico 34 – Comparativo de questões de *Colocação Pronominal* das bancas, por tipo.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

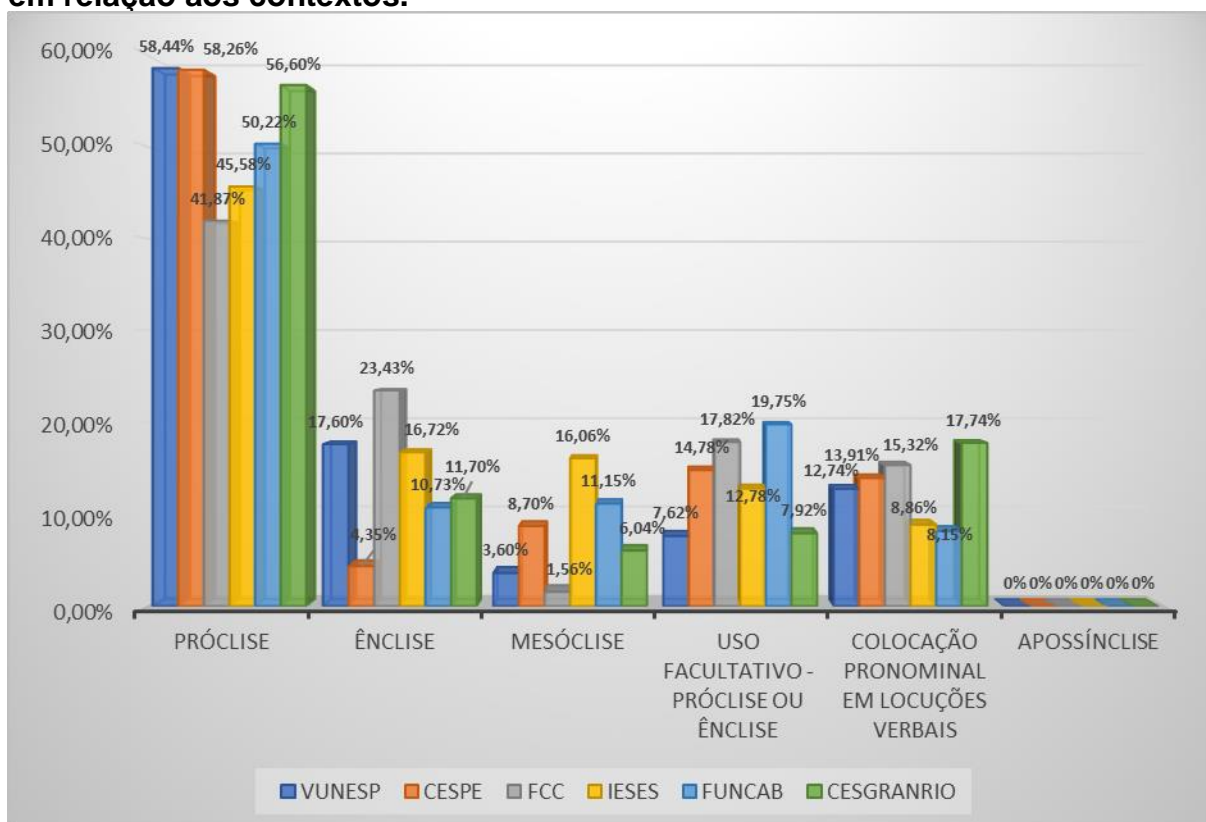
Ademais, as questões das bancas VUNESP, CESPE, IESES, FUNCAB e CESGRANRIO, predominantemente, trataram, apenas, do conteúdo de *Colocação Pronominal*; as questões da banca FCC, por sua vez, majoritariamente, conciliaram o conteúdo de *Colocação Pronominal* com o assunto de emprego dos pronomes como objeto direto e indireto. Os assuntos de acentuação, concordância verbal e nominal, conjugação e flexão verbal, elipse do objeto direto, emprego dos pronomes na função de objeto direto e indireto, flexão verbal, funções da linguagem, organização discursiva, ortografia, papéis dos termos na oração, pontuação, recursos de construção de sentido, regência, tempos verbais, uso da crase, uso dos pronomes, de modo geral foram alguns dos assuntos conciliados com o de *Colocação Pronominal* pelas bancas estudadas.

Além disso, as bancas IESES, FUNCAB e CESGRANRIO contiveram enunciados diversos; a grande parte dos enunciados da banca VUNESP solicitou assinalar a alternativa correta quanto à *norma-padrão*; com o CESPE, por sua vez, a maioria dos enunciados pediam para o candidato julgar se dado deslocamento do pronome ou substituição de trecho por outro podia manter ou prejudicar a correção gramatical ou provocou erro gramatical ou comprometeu a fidelidade do texto à *norma* da língua na modalidade escrita formal; a grande parte dos enunciados das questões da FCC envolveu a substituição de elementos sublinhados. Retomando a observação de Dornelles (2017), apresentada no *Box 1*, que “predominam questões do tipo ‘reescrever textos’ e ‘identificar opção com ou sem erro’” (*ibidem*, p. 408),

pode-se dizer que os enunciados para identificar a opção sem erro foram mais assentes nas bancas analisadas, de modo geral. Nesse sentido, pôde mencionar que a prática da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014) é marcadamente presente nas questões das bancas de concursos analisadas.

Em relação aos contextos para o uso da próclise, da ênclise, da mesóclise, da ênclise ou próclise facultativas, da *Colocação Pronominal* em locuções verbais e da apossínclise, somando-se os percentuais de cada banca, verificou-se que as seis bancas foram unânimes em apresentar o maior número de questões relacionadas ao uso da próclise; em segundo, ao uso da ênclise; em terceiro, ao uso da ênclise ou próclise facultativas; em quarto, ao uso da *Colocação Pronominal* em locuções verbais; em quinto, ao uso da mesóclise. A apossínclise, por seu turno, não foi encontrada nas questões das bancas estudadas. Pode verificar no quadro comparativo a seguir, os percentuais de cada banca em relação aos contextos:

Gráfico 35 – Comparativo de questões de *Colocação Pronominal* das bancas, em relação aos contextos.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Neste ponto, evocou-se o que Dornelles (2017), no *Box 1*, disse quanto aos contextos que mais caem em provas de concursos. Segundo o autor, a próclise e

ênclise obrigatórios e a mesóclise são os itens de *Colocação Pronominal* que mais caem em provas. Então, pôde-se expressar, considerando as questões das bancas analisadas nesta dissertação que, em parte, o autor está adequado em seu posicionamento, uma vez que os contextos de próclise e ênclise obrigatórios foram os dois mais recorrentes; e a mesóclise, contudo, ficou em quinto entre os contextos.

Ademais, rememorando-se, ainda, o que Bezerra (2017) comentou no *Box 2*, relativo às informações preliminares sobre o Capítulo 8, de que há frequência de cobrança nos concursos públicos de questões relacionadas ao uso da próclise. Nas palavras do autor: “procure ficar atento, principalmente, aos fatores que atraem o pronome átono, pois esse conhecimento é frequentemente cobrado nas provas” (*ibidem*, p. 688). Assim sendo, constatou-se que o autor adequadamente recomendou o estudo dos contextos de uso da próclise, pelo menos, tendo em vista as questões das bancas analisadas nesta dissertação.

Ainda se pensando na recorrência de questões sobre o uso da próclise, pode-se dizer que tal situação se processou pelo fato de haver muitas regras relacionadas a esse contexto: umas 12, se se considerar o Quadro 35, que sistematizou as regras de próclise das *gramáticas* analisadas. Para ênclise (Quadro 37) e para a *Colocação Pronominal* em locuções verbais (Quadro 43), por exemplo, foram só 5 regras cada uma; para ênclise e próclise facultativas (Quadro 41), 3 regras; para mesóclise (Quadro 39) e para apossínclise (Quadro 45), só uma regra cada uma. Pode-se dizer, ainda, que as questões de uso de próclise prevaleceram porque ela é a posição normal, usual no Brasil. Logo, a posição mais frequente de contexto de *Colocação Pronominal*.

Comparativamente, no que se refere às regras de próclise, é a VUNESP, com 58,44%, a banca que mais traz questões desse contexto, seguida, em segundo lugar, do CESPE, com 58,26%, em terceiro, da CESGRANRIO, com 56,60%, em quarto, da FUNCAB, com 50,22%, em quinto, do IESES, com 45,58%, e, em sexto, da FCC, com 41,87%.

No tocante às regras de ênclise, é a FCC, com 23,45%, a banca que mais traz questões desse contexto, sucedida, em segundo lugar, da VUNESP, com 17,60%, em terceiro, do IESES, com 16,72%, em quarto, da CESGRANRIO, com 11,70%, em quinto, da FUNCAB, com 10,73%, e, em sexto, do CESPE, com 4,35%.

No que concerne às regras de mesóclise, é o IESES, com 16,06%, a banca que mais traz questões desse contexto, seguida, em segundo lugar, da FUNCAB,

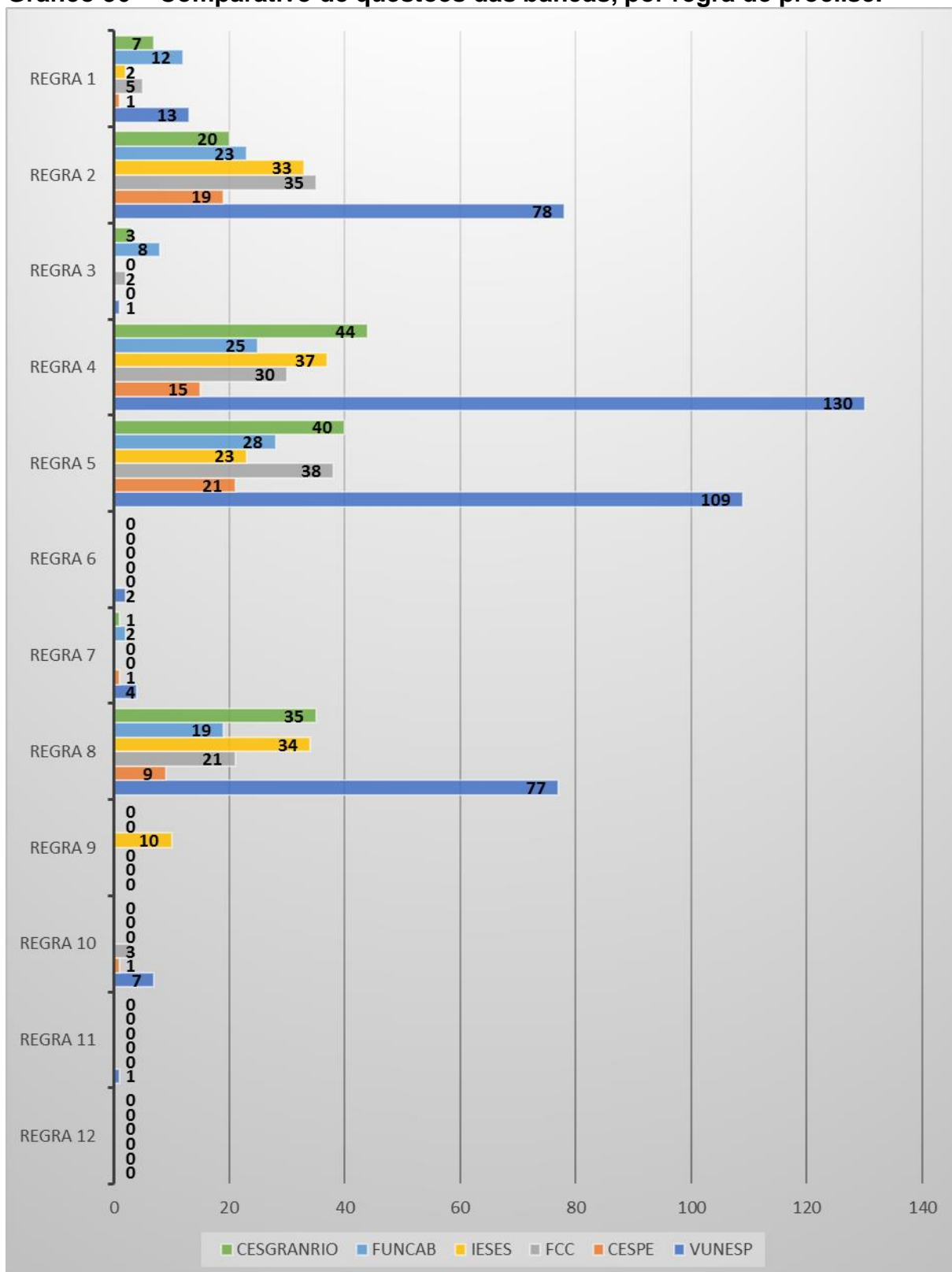
com 11,15%, em terceiro, do CESPE, com 8,70%, em quarto, da CESGRANRIO, com 6,04%, em quinto, da VUNESP, com 3,60%, e, em sexto, da FCC, com 1,56%.

No que tange às regras de ênclise ou próclise facultativas, é a FUNCAB, com 19,75%, a banca que mais traz questões desse contexto, seguida, em segundo lugar, da FCC, com 17,82%, em terceiro, do CESPE, com 14,78%, em quarto, do IESES, com 12,78%, em quinto, da CESGRANRIO, com 7,92%, e, em sexto, da VUNESP, com 7,62%.

Quanto às regras de da *Colocação Pronominal* em locuções verbais, é a CESGRANRIO, com 17,74%, a banca que mais traz questões desse contexto, seguida, em segundo lugar, da FCC, com 15,32%, em terceiro, do CESPE, com 13,91%, em quarto, da VUNESP, com 12,74%, em quinto, do IESES, com 8,86%, e, em sexto, da FUNCAB, com 8,15%.

Partindo-se para o comparativo de questões de *Colocação Pronominal* quanto às regras específicas entre as bancas analisadas, tiveram-se os seguintes dados:

Gráfico 36 – Comparativo de questões das bancas, por regra de próclise.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

No tocante à **Regra 1**, relacionada ao uso da próclise com pronomes indefinidos, a banca VUNESP, com 13 questões, é a que tem mais questões dessa

regra específica, seguida, em segundo lugar, da FUNCAB, com 12 questões; em terceiro, da CESGRANRIO, com 7 questões; em quarto, da FCC, com 5 questões; em quinto, do IESES, com 2 questões; e, em sexto, do CESPE, com 1 questão.

No que diz respeito à **Regra 2**, relacionada ao uso de próclise com pronomes relativos, a banca VUNESP, com 78 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da FCC, com 35 questões; em terceiro, do IESES, com 33 questões; em quarto, da FUNCAB, com 23 questões; em quinto, da CESGRANRIO, com 20 questões; e, em sexto, do CESPE, com 19 questões.

No que concerne à **Regra 3**, relacionada ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas, a banca FUNCAB, com 8 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, seguida, em segundo lugar, da CESGRANRIO, com 3 questões; em terceiro, da FCC, com 2 questões; e, em quarto, da VUNESP, com 1 questão. Não houve questões do CESPE e do IESES desta regra.

Em relação à **Regra 4**, relacionada ao uso de próclise com advérbios, a banca VUNESP, com 130 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da CESGRANRIO, com 44 questões; em terceiro, do IESES, com 37 questões; em quarto, da FCC, com 30 questões; em quinto, da FUNCAB, com 25 questões; e, em sexto, do CESPE, com 15 questões.

No que tange à **Regra 5**, relacionada ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas, a banca VUNESP, com 109 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, seguida, em segundo lugar, da CESGRANRIO, com 40 questões; em terceiro, da FCC, com 3 questões; em quarto, da FUNCAB, com 28 questões; em quinto, do IESES, com 23 questões; e, em sexto, do CESPE, com 21 questão.

A respeito da **Regra 6**, relacionada ao uso da próclise em frases ou orações optativas, a banca CESGRANRIO, com 2 questões, é a única que teve questões dessa regra específica.

Quanto à **Regra 7**, relacionada ao uso de próclise com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em”, a banca VUNESP, com 4 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, seguida, em segundo lugar, da FUNCAB, com 2 questões; e, em terceiro, da CESGRANRIO e do CESPE, com 1 questão cada uma. Não houve questões da FCC e do IESES desta regra.

No tocante à **Regra 8**, relacionada ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas, a banca VUNESP, com 77 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da CESGRANRIO, com 35 questões; em terceiro, do IESES, com 34 questões; em quarto, da FCC, com 21 questões; em quinto, da FUNCAB, com 19 questões; e, em sexto, do CESPE, com 9 questões.

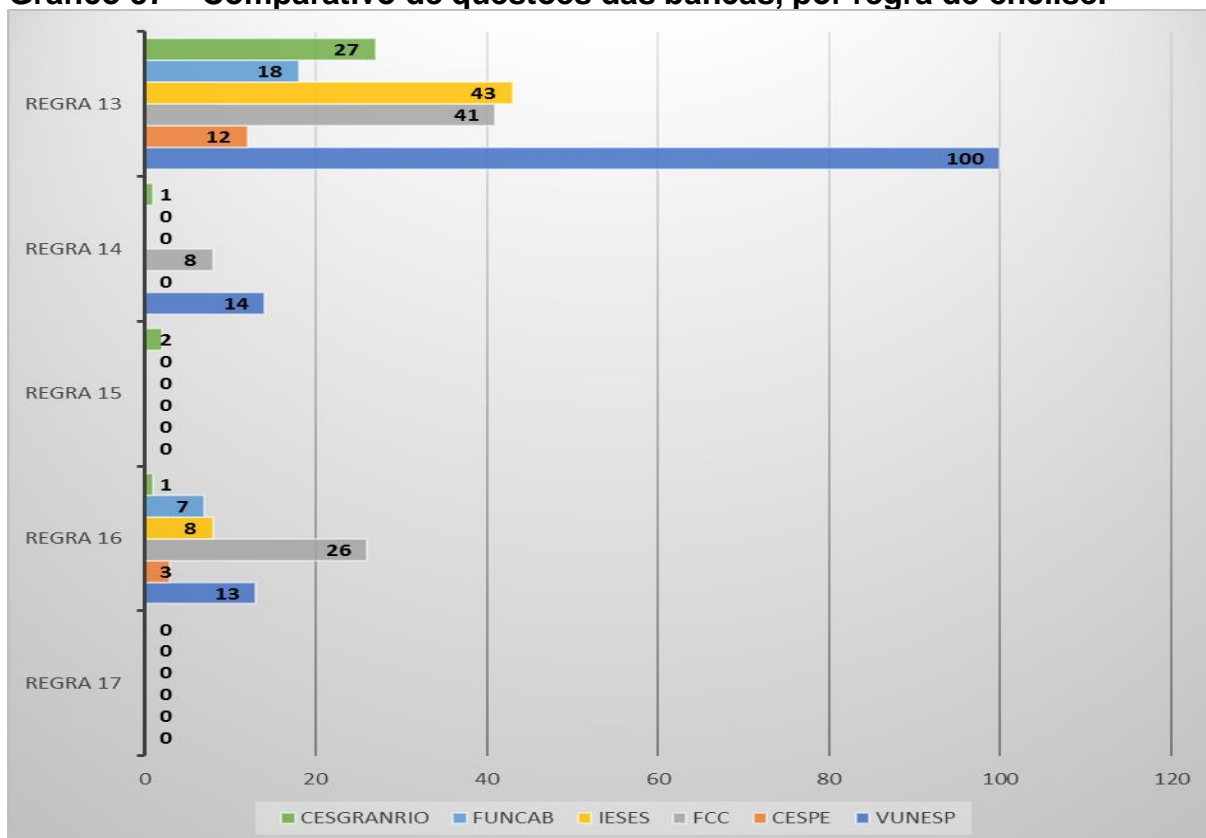
No que diz respeito à **Regra 9**, relacionada ao uso de próclise em orações exclamativas, a banca IESES, com 10 questões, é a única que teve questões dessa regra específica.

No que concerne à **Regra 10**, relacionada ao uso da próclise com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição, a banca VUNESP, com 7 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da FCC, com 3 questões; e, em terceiro, do CESPE, com 1 questão. Não houve questões do IESES, da FUNCAB e da CESGRANRIO desta regra.

Em relação à **Regra 11**, relacionada ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles, a banca VUNESP, com 1 questão, é a única que teve questão dessa regra específica.

Não houve questões da **Regra 12**, relacionada ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas.

Gráfico 37 – Comparativo de questões das bancas, por regra de ênclise.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

A respeito da **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período, a banca VUNESP, com 100 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, seguida, em segundo lugar, do IESES, com 43 questões; em terceiro, da FCC, com 41 questões; em quarto, da CESGRANRIO, com 27 questões; em quinto, da FUNCAB, com 18 questões; e, em sexto, do CESPE, com 12 questões.

Quanto à **Regra 14**, relacionada ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio, a banca VUNESP, com 14 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da FCC, com 8 questões; e, em terceiro, da CESGRANRIO, com 1 questão. Não houve questões do CESPE, do IESES e da FUNCAB desta regra.

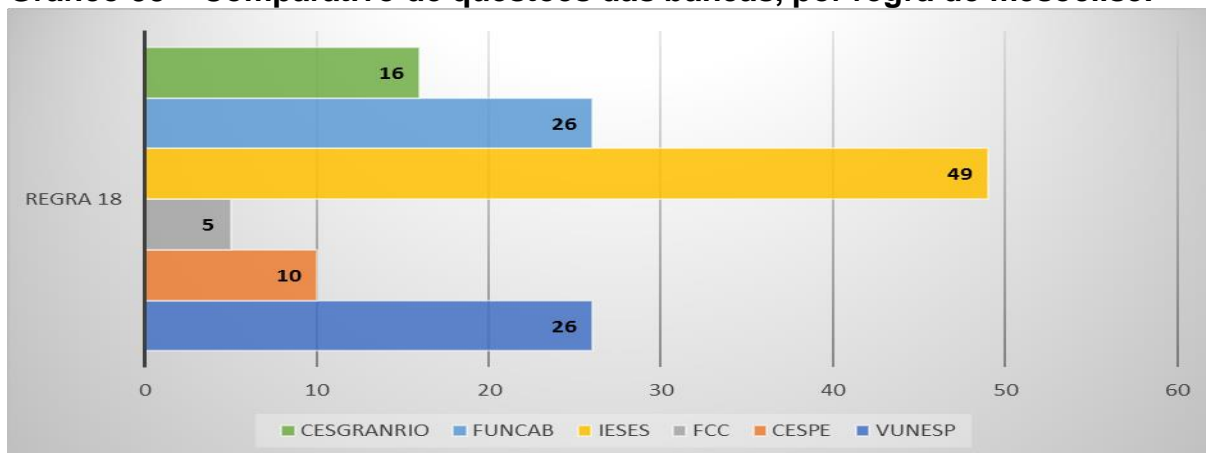
No tocante à **Regra 15**, relacionada ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo, a banca CESGRANRIO, com 2 questões, é a única que teve questões dessa regra específica.

No que diz respeito à **Regra 16**, relacionada ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por”, a banca FCC, com 26 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo

lugar, da VUNESP, com 13 questões; em terceiro, do IESES, com 8 questões; em quarto, da FUNCAB, com 7 questões; em quinto, do CESPE, com 3 questões; e, em sexto, da CESGRANRIO, com 1 questão.

Não houve questões da **Regra 12**, relacionada ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal.

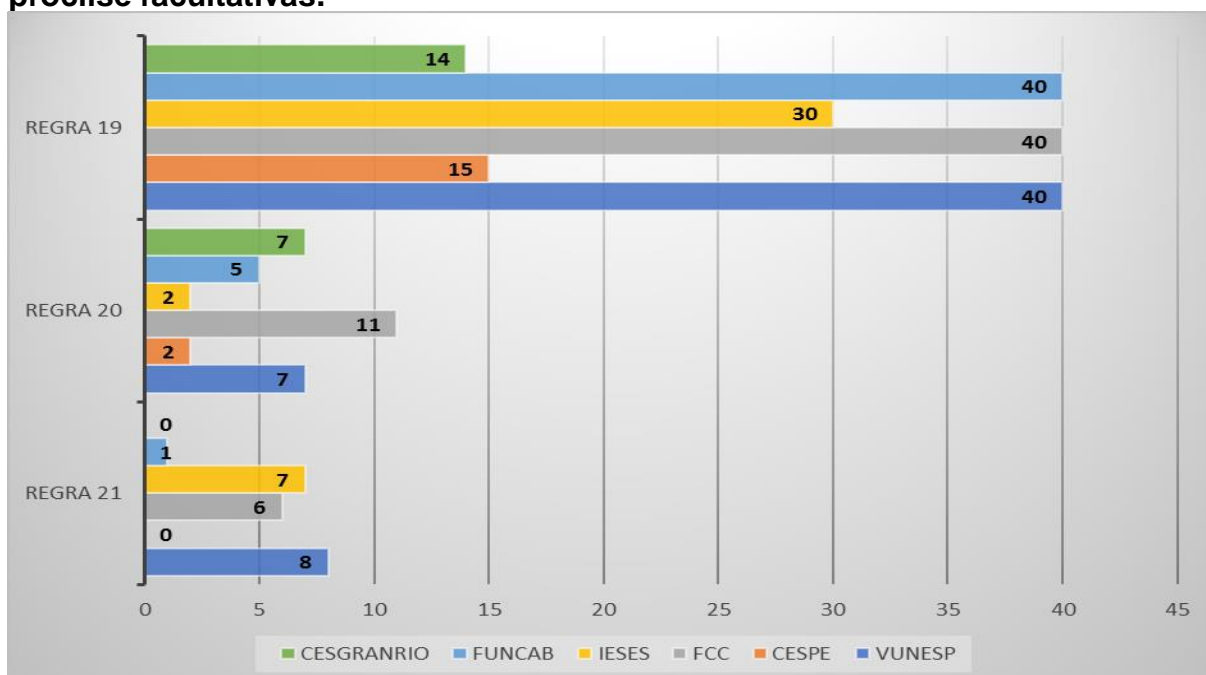
Gráfico 38 – Comparativo de questões das bancas, por regra de mesóclise.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Em relação à **Regra 18**, relacionada ao uso da mesóclise com verbo no futuro do presente ou do pretérito, a banca FCC, com 26 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da VUNESP, com 13 questões; em terceiro, do IESES, com 28 questões; em quarto, da FUNCAB, com 7 questões; em quinto, do CESPE, com 3 questões; e, em sexto, da CESGRANRIO, com 1 questão.

Gráfico 39 – Comparativo de questões das bancas, por regra de ênclise ou próclise facultativas.



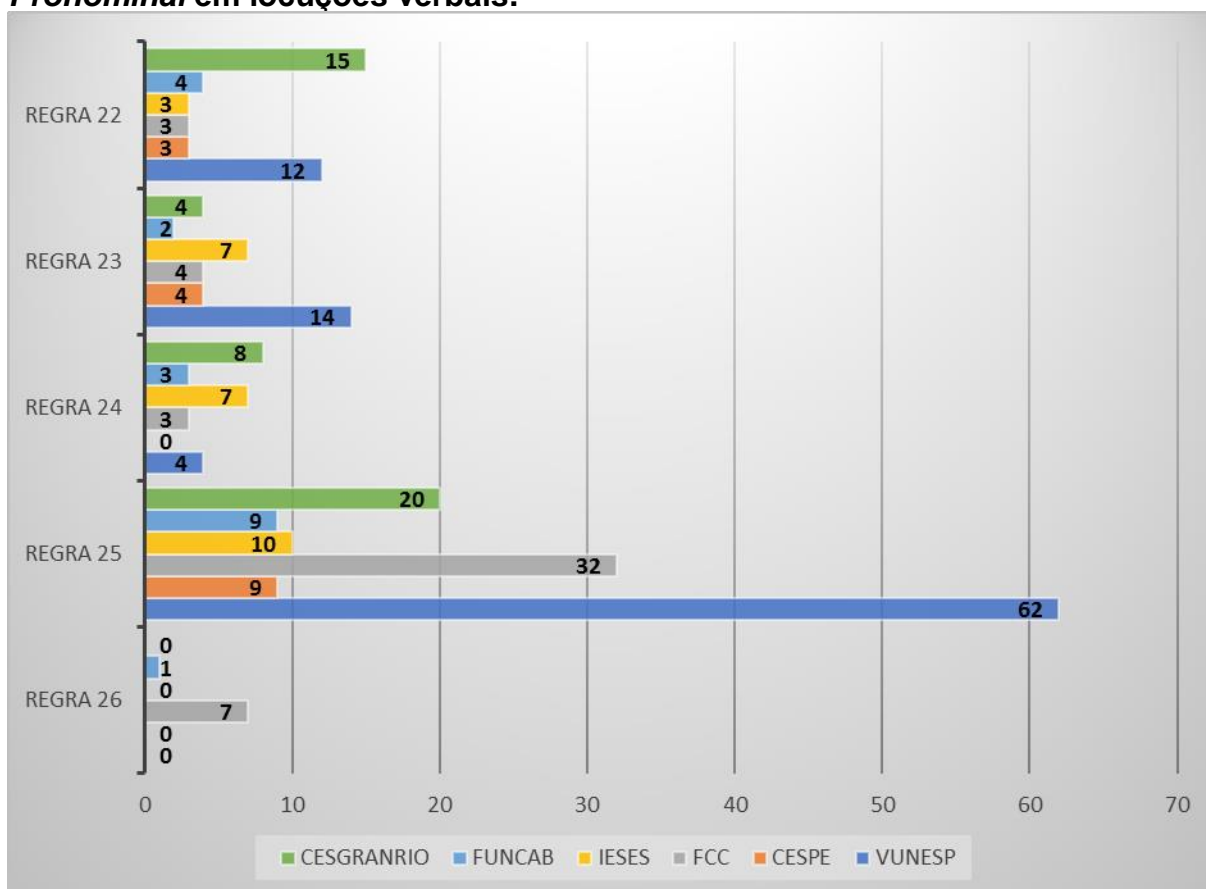
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

No que tange à **Regra 19**, relacionada ao uso de ênclise ou próclise com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso, as bancas VUNESP, FCC e FUNCAB, com 40 questões cada uma, são as que têm mais questões dessa regra específica, seguidas, em segundo lugar, da IESES, com 30 questões; em terceiro, do CESPE, com 15 questões; e, em quarto, da CESGRANRIO, com 14 questões.

A respeito da **Regra 20**, relacionada ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas, a banca FCC, com 11 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da VUNESP e da CESGRANRIO, com 7 questões cada uma; em terceiro, do CESPE e do IESES, com 2 questões cada uma; e, em quarto, da FUNCAB, com 5 questões.

Quanto à **Regra 21**, relacionada ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável, a banca VUNESP, com 8 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, seguida, em segundo lugar, do IESES, com 7 questões; em terceiro, do FCC, com 6 questões; e, em quarto, da FUNCAB, com 1 questão. Não houve questões do CESPE e da CESGRANRIO desta regra.

Gráfico 40 – Comparativo de questões das bancas, por regra de *Colocação Pronominal* em locuções verbais.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

No tocante à **Regra 22**, relacionada ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções, a banca CESGRANRIO, com 15 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da VUNESP, com 12 questões; em terceiro, da FUNCAB, com 4 questões; e, em quarto, do CESPE, da FCC e do IESES, com 3 questões.

No que diz respeito à **Regra 23**, relacionada ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções, a banca VUNESP, com 14 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da IESES, com 7 questões; em terceiro, do CESPE, da FCC e da CESGRANRIO, com 4 questões cada uma; e, em quarto, da FUNCAB, com 2 questões.

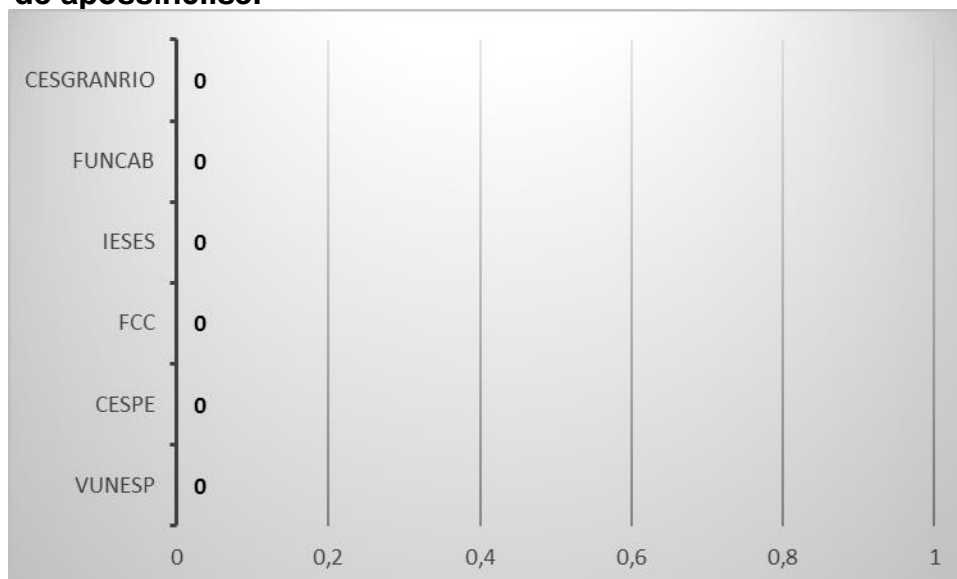
No que concerne à **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções, a banca CESGRANRIO, com 8 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, do IESES, com 7 questões; em terceiro, da VUNESP, com 4 questões; em quarto, da FCC e da

FUNCAB. Não houve questões do CESPE desta regra, apesar de ocorrer em textos motivadores de questões.

Em relação à **Regra 25**, relacionada ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções, a banca VUNESP, com 62 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da FCC, com 32 questões; em terceiro, da CESGRANRIO, com 20 questões; em quarto, do IESES, com 10 questões; em quinto, da FUNCAB, com 9 questões; e, em sexto, do CESPE, com 9 questões.

No que tange à **Regra 26**, relacionada ao contexto de elemento interveniente na locução verbal, a banca FCC, com 7 questões, é a que tem mais questões dessa regra específica, sucedida, em segundo lugar, da FUNCAB, com 1 questão. Não houve questões da VUNESP, do CESPE, do IESES e da CESGRANRIO deste contexto.

Gráfico 41 – Comparativo de questões das bancas, por regra de apossínclice.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.

Não houve questões da **Regra 27**, relacionada ao contexto de apossínclice.

No comparativo, a partir dos Gráficos *supra*, certificou-se que, em primeiro lugar, questões relacionadas ao uso de próclise com advérbios (**Regra 4**) foram as mais acionadas pelas bancas analisadas, com 281 ocorrências; em segundo, questões relacionadas ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas (**Regra 5**), com 259 ocorrências; em terceiro, questões

relacionadas ao uso da ênclise em início de período (**Regra 13**), com 241 ocorrências; em quarto, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos (**Regra 2**), com 208 ocorrências; em quinto, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas (**Regra 8**), com 195 ocorrências; em sexto, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso (**Regra 19**), com 179 ocorrências; em sétimo, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo principal em locuções (**Regra 25**), com 142 ocorrências; em oitavo, questões relacionadas ao uso da mesóclise com verbo no futuro do presente ou do pretérito (**Regra 18**), com 132 ocorrências; em nono, questões relacionadas ao uso da ênclise com infinitivos impessoais precedidos pelas preposições “a” ou “por” (**Regra 16**), com 58 ocorrências; em décimo, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes indefinidos (**Regra 1**) e ao uso da próclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 22**), com 40 ocorrências; em décimo primeiro, questões relacionadas ao uso da ênclise ao verbo auxiliar em locuções (**Regra 23**), com 35 ocorrências; em décimo segundo, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise com as conjunções coordenativas e as orações coordenadas sindéticas (**Regra 20**), com 34 ocorrências; em décimo terceiro, questões relacionadas ao uso da próclise ao verbo principal em locuções (**Regra 24**), com 25 ocorrências; em décimo quarto, questões relacionadas ao uso da próclise em orações com verbos no gerúndio (**Regra 14**), com 23 ocorrências; em décimo quinto, questões relacionadas ao uso de ênclise ou próclise, com verbo no infinitivo pessoal ou invariável (**Regra 21**), com 22 ocorrências; em décimo sexto, questões relacionadas ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas (**Regra 3**), com 14 ocorrências; em décimo sétimo, questões relacionadas ao uso da próclise com verbo no infinitivo pessoal precedido de preposição (**Regra 10**), com 11 ocorrências; em décimo oitavo, questões relacionadas ao uso de próclise em orações exclamativas (**Regra 9**), com 10 ocorrências; em décimo nono, questões relacionadas ao uso de próclise com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em” (**Regra 7**) e ao contexto de elemento interveniente na locução verbal (**Regra 26**), com 8 ocorrências cada uma; em vigésimo, questões relacionadas ao uso da próclise em frases ou orações optativas (**Regra 6**) e ao uso da ênclise com verbo no imperativo afirmativo (**Regra 15**), com 2 ocorrências cada uma; em vigésimo primeiro, questões

relacionadas ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles (**Regra 11**), com 1 ocorrência.

Nesse contexto, recordando-se algumas palavras de Bezerra (2017) para o consulente da *NGLPC*. Desta vez, relacionadas ao plano de estudos para o assunto de *Colocação Pronominal* apresentado no Quadro 23 deste trabalho:

Quando iniciar o assunto de colocação pronominal, sempre revise as regras de atração do pronome oblíquo átono (casos de próclise), notadamente a próclise que se dá por causa das conjunções subordinativas e dos pronomes relativos. (*ibidem*, p. XVI).

Destarte, constatou-se que Bezerra (*op. cit.*) recomendou o estudo das regras de próclise, sobretudo à regra relativa ao uso de próclise em contextos com conjunções subordinativas e com pronomes relativos, indo em concordância com o que foi verificado nas bancas analisadas. Nos contextos, pelo menos das 6 primeiras regras mais acionadas, 4 das regras foram relacionadas ao contexto de próclise (**Regras 2, 4, 5 e 8**), uma relacionada ao contexto de ênclise (**Regra 13**) e outra relacionada ao contexto de ênclise ou próclise facultativas (**Regra 19**).

Comparativamente, ainda, notou-se que 3 regras de *Colocação Pronominal* não foram apresentadas por nenhuma das bancas analisadas: a **Regra 12**, referente ao uso de próclise com conjunções coordenativas alternativas; a **Regra 17**, referente ao uso da ênclise em orações interrogativas iniciadas por palavras interrogativas, com verbo no infinitivo impessoal; e a **Regra 27**, referente ao contexto de apossínclise.

Particularmente, no que tange à **Regra 24**, relacionada ao uso da próclise ao verbo principal em locuções, viu-se que ela teve 25 ocorrências, no conjunto das questões das bancas analisadas, inclusive, em algumas questões, como a Questão IESES-2017-S-11, Questão IESES-2015-M-47 e Questão FUNCAB-2014-S-28, foi considerada como uma das possibilidades de uso nas alternativas das questões. Pode-se dizer, assim, que a *norma culta* se insinua nos concursos públicos, a partir da possibilidade de uso da próclise ao verbo principal. Viu-se, ainda, a insinuação do *culto*, na Questão CESGRANRIO-2010-S-32, uma vez que é comum, também, o uso da colocação proclítica em tempo simples entre os escolarizados em situações monitoradas de fala e escrita.

Em síntese, verificou-se que 24 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* estudadas foram efetivamente encontradas, quando se comparou o conjunto das questões das bancas analisadas. De modo particular, entretanto, o número de regras foi destoante: a VUNESP apresentou 21 das 27 regras; a FCC, 19 das 27 regras; a FUNCAB e a CESGRANRIO, 18 das 27 regras; o IESES, 16 das 27 regras; e o CESPE, 15 das 27 regras.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou investigar o tratamento dado à *Colocação Pronominal* nos concursos públicos, estabelecendo um contraponto entre as regras de compêndios gramaticais e o que foi efetivamente encontrado em questões de provas desses certames. Para tanto, foram feitas as catalogações das prescrições quanto ao tema de *Colocação Pronominal* em *gramáticas* voltadas para concursos públicos; em seguida, examinadas as questões de provas de concursos públicos quanto ao tópico de *Colocação Pronominal*; e, posteriormente, foi feito o confronto das regras das *gramáticas* com o que efetivamente foi encontrado em questões de provas de concursos públicos. Tal percurso foi concordante com os objetivos específicos desta pesquisa.

Evidencia-se que, antes do desenrolar dos objetivos específicos, foram feitos três capítulos teóricos, para amparar as discussões desta dissertação. No Capítulo 2, foi feita uma exposição acerca das *normas linguísticas*, partindo das considerações de Coseriu (1979, 2004) sobre *sistema, norma e fala*. Em seguida, dado relevo aos sentidos: geral (*norma normal*) e específico (*norma normativa*); passando à explanação dos conceitos técnicos de *norma-padrão* e de *norma culta*, e as oscilações terminológicas entre esses termos e outros dos estudos linguísticos. Tal capítulo foi importante para que esta pesquisadora entendesse que a *norma-padrão*, apresentada nas *gramáticas*, constituída na segunda metade do século XIX, foi artificialmente forjada tendo como parâmetro a escrita praticada pelos escritores portugueses do Romantismo, sem vinculação com os usos praticados no Brasil, pelo menos, da elite letrada brasileira. Assim sendo, uma *norma-padrão* fixada que, desde o princípio, é distante da *norma culta* brasileira.

No Capítulo 3, voltou-se no tempo, fez-se um retrospecto conciso da história do instrumento linguístico *gramática*. Para tanto, as contribuições de Pânini, na Índia, Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo, na Grécia, Varrão, Quintiliano, Élio Donato e Prisciano de Cesareia, em Roma, Fernão de Oliveira e João de Barros, em Portugal, entre outros, foram citadas para demonstrar como se deu o processo de *gramatização* e o nascimento da tradição gramatical. Especificamente, sobre os estudos gramaticais no Brasil, as periodizações de Antenor Nascentes, Sílvio Elia, Eduardo Guimarães, Azevedo Filho e Ricardo Cavaliere foram sumarizadas, tendo como parâmetro os textos de Cavaliere (2002) e Fávero e Molina (2006). Pelos

estudos descritos, conforme já explicitado, um ponto em comum, foi a menção à Júlio Ribeiro, como representante de, pelo menos, um período ou fase ou geração da *gramaticografia* brasileira, idealizador da *Grammatica Portugueza*, primeira *gramática* a descrever fatos linguísticos do PB. Ademais, neste mesmo capítulo, foi dado enfoque aos tipos de *gramáticas*: *descritivas* e *prescritivas* (*normativas* ou *tradicionais*), ressaltando que, no bojo das *prescritivas*, há as *de referência* e as *escolares* (*didáticas* ou *pedagógicas*); e, na esteira das *escolares*, aparecem as voltadas para concursos públicos. Com tal resgate e pormenores sobre os tipos de *gramáticas*, pôde-se entender como se constituiu um dos objetos de estudo desta dissertação, as *gramáticas* voltadas para concursos públicos.

No Capítulo 4, foi feita uma sintética discussão acerca das polêmicas em torno da *Colocação Pronominal*, nos fins do século XIX. Tais polêmicas tinham como protagonistas intelectuais conservadores de um lado, que queriam a manutenção do modelo lusitano; e os inovadores do outro, que queriam a incorporação das características vernaculares e, com isso, a autonomia linguística. José de Alencar, Pinheiro Chagas, Arthur Barreiros, Gama e Castro, José Feliciano de Castilho, Paranhos da Silva, Pinheiro Junior, Rui Barbosa, Ernesto Carneiro e Candido de Figueiredo foram alguns dos polemistas. Este último, filólogo português, foi um dos defensores da doutrina das palavras atratoras, em que os pronomes átonos são atraídos para antes do verbo pelo valor semântico de certas palavras. Tal doutrina persevera até hoje nos compêndios gramaticais. Nas *gramáticas* estudadas nesta dissertação, por exemplo, em três delas, os autores falam, explicitamente, da ideia de atração: na *PPC*, na *NGLPC* e na *GPC*; em outras duas, os autores falam em fator(es) de próclise, que não deixa de ter a ideia de atração embutida: na *ANGC* e na *GLPC*.

No Capítulo 4, ainda, é retratado não só a ideia da atração lexical, como também da função expressiva e do fator rítmico-prosódico, na disposição do pronome átono na oração. Na perspectiva da função expressiva ou de ordem estilística, fatores subjetivos e psicológicos justificam o uso de determinada *Colocação Pronominal* num enunciado. Alguns defensores desta perspectiva dizem que ela está relacionada à opção pessoal ou ao gosto do falante ou do escritor. A perspectiva do fator rítmico-prosódico, por sua vez, relaciona-se a tonicidade e ao valor dos fonemas. Defensor desta perspectiva, Said Ali (2008) assevera que as fonéticas lusitana e brasileira são distintas; Melo (1978), por seu turno, diz que o

pronome-complemento, em uso coloquial, em Portugal é átono, e, no Brasil, é semitônico.

Além disso, no Capítulo 4, foram elencadas pesquisas que trabalharam com o tema de *Colocação Pronominal*, de 1988 para cá, com resultados publicados em forma de artigo em periódicos e eventos, livro, dissertação, tese, monografia etc. Tais pesquisas constituem uma vasta fonte para quem quer se debruçar sobre a temática e, podem, também, respaldar projetos de reelaboração de *gramáticas*, no que se refere à *Colocação Pronominal*, a partir da realidade linguística brasileira, por exemplo. Nestas pesquisas, foram feitas descrições sobre a *Colocação Pronominal*, a partir de *corpora* distintos: anúncios, cartas de leitor, cartas pessoais, cartões, documentos do poder judiciário relacionados ao crime, editoriais, escrituras, inquéritos extraídos do *corpus* do Projeto NURC, jornais, músicas de diferentes estilos, notícias, peças de teatro, processos criminais, testamentos, textos científicos, textos literários, textos religiosos, entre outros. Fazendo um paralelo com o inventário utilizado para ilustrar usos autorizados ou elucidar preceito nas *gramáticas* analisadas, percebe-se que os gramáticos, quando se utilizam do expediente da abonação, trazem trechos, majoritariamente, de textos literários, sendo possível, em contrapartida, se subsidiarem em diversos outros gêneros textuais, para um olhar mais apropriado quanto aos fatos linguísticos apresentados, como é descrito nessas e em outras pesquisas sobre o tema em comendo.

No Capítulo 5, foram especificados os critérios para a escolha das *gramáticas* e questões de bancas de concursos públicos. Para a escolha das seis *gramáticas*, foram definidos os seguintes critérios: constar em buscas no *Google Shopping* e ter o maior número de edições. Não era critério, mas se constatou que as *gramáticas* escolhidas são monoautorais e escritas por pessoas do sexo masculino. Já, para a escolha das seis bancas organizadoras, foram definidos os seguintes: estar entre as 20 bancas com o maior número de questões disponibilizadas na plataforma Qconcursos.com, bem como o maior número de questões de *Colocação Pronominal* disponibilizadas nessa plataforma.

Além das especificações desses critérios, no capítulo metodológico, houve a descrição da etapa de análise das *gramáticas* e questões de bancas de concursos públicos. Para a análise das *gramáticas*, foram apresentadas as informações sobre o autor, visão geral e organização da obra; em seguida, foram apresentadas as prescrições quanto ao assunto de *Colocação Pronominal* de cada obra; ao final das

sumarizações de cada *gramática*, as regras foram sendo esquematizadas em um quadro; além disso, na subseção 6.7, foi feita uma síntese comparativa entre essas *gramáticas* e a sistematização de quadros gerais com as regras de cada *gramática*. Para análise das questões, por seu turno, inicialmente, as questões foram codificadas; em seguida, cada questão foi verificada quanto ao ano de aplicação, ao nível de escolaridade e ao tipo: múltipla escolha ou certo (C) ou errado (E), ao contexto de *Colocação Pronominal*; ao tipo específico de regra de *Colocação Pronominal*, tendo como parâmetro os quadros gerais apresentados ao final da síntese comparativa das *gramáticas* no Capítulo 6, subseção 6.7; desse modo, ao final das análises de questões de cada banca, foi feita uma síntese comparativa dessas questões. Depois de tudo isso, foram feitas considerações acerca do confronto entre as regras gramaticais com o que efetivamente foi encontrado em questões de provas de concursos públicos.

No Capítulo 6, voltou-se para as análises das *gramáticas*, seguindo o percurso metodológico proposto. Assim sendo, em linhas gerais, em relação ao conteúdo de *Colocação Pronominal*, a maioria das *gramáticas* apresenta o conteúdo na parte de sintaxe; no que tange à extensão, a *NGLPC* é a mais detalhada, empenhando mais que o dobro de páginas para a apresentação do conteúdo que as demais; no que tange aos exemplos ilustrativos das prescrições, predominantemente, são de própria autoria e, quanto a isso, é a *NGLPC* que comporta mais exemplos desse tipo; no que se refere às abonações, a *GLPC* é a que mais se subsidia desse artifício, mais da metade de seus exemplos são retirados de textos de escritores brasileiros e portugueses; quanto às abonações, ainda, menciona-se que grande parte delas são de escritores nascidos no século XIX, do sexo masculino e de nacionalidade brasileira; no tocante ao uso da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), é uma prática frequente, na maioria, das *gramáticas* analisadas, e a *NGLPC* é a que mais se utiliza de exemplos para aprovar ou condenar construções relacionadas ao conteúdo de *Colocação Pronominal*; em referência ao modo de introduzir o Capítulo/Tópico, cada uma fez de modo particular.

Sobre as regras de próclise, de modo geral, são encontradas 12 regras distintas e 6 delas são comuns as 6 *gramáticas* analisadas: a **Regra 1**, relacionada ao uso de próclise com pronomes indefinidos; a **Regra 3**, referente ao uso da próclise com pronomes interrogativos ou em orações interrogativas; a **Regra 4**,

concernente ao uso de próclise com advérbios; a **Regra 5**, relativa ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas; a **Regra 6**, quanto ao uso da próclise em frases ou orações optativas; e a **Regra 7**, relacionada ao uso de próclise, com verbo no gerúndio precedido pela preposição “em”. Ademais, pondera-se que a **Regra 11**, quanto ao uso de próclise com pronomes demonstrativos ou orações iniciadas por eles, é encontrada em 3 *gramáticas*: *GLPC*, na *NGLPC* e na *GPC*; entretanto, em uma das *gramáticas*: na *PPC*, ela é elencada como de uso facultado de próclise e de ênclise; tendo, assim, incongruência entre as *gramáticas* analisadas. Além disso, menciona-se que a *NGLPC*, com 12 regras, é a *gramática* que mais apresenta regras para o uso da próclise, entre as analisadas.

No que diz respeito às regras de ênclise, em geral, são encontradas 5 regras distintas e 1 delas é comum as 6 *gramáticas* analisadas: **Regra 13**, relacionada ao uso da ênclise em início de período. Cabe ponderar que esta regra, apesar de aparecer nas 6 *gramáticas* analisadas, é possuidora de particularidades em *gramáticas*, conforme já pontuado. Além do que, aponta-se que a *GLPC*, com 5 regras, é a *gramática* que mais expõe regras para o uso da ênclise, entre as analisadas.

No que concerne às regras de mesóclise, de modo global, são apresentadas, apenas, uma regra, e ela aparece nas 6 *gramáticas* analisadas: **Regra 18**, relacionada ao uso da mesóclise, com verbo no futuro do presente ou do pretérito. Para esta regra, há particularidades em algumas *gramáticas*, dando margem à incongruência, assim como foi ponderado para as regras de ênclise.

No tocante às regras facultativas de ênclise ou de próclise, de modo geral, são expostas 3 regras que são encontradas em, somente, 3 das 6 *gramáticas* analisadas. Ademais, não se pode falar em regras comuns, uma vez as regras de uso facultativo de ênclise ou próclise só aparecem em 3 *gramáticas*.

Em relação às regras de *Colocação Pronominal* em locuções verbais, em geral, aparecem 5 regras e 3 delas são comuns as 6 *gramáticas* analisadas: a **Regra 22**, que diz respeito ao uso da próclise ao verbo auxiliar; a **Regra 23**, referente ao uso da ênclise ao verbo auxiliar; e a **Regra 25**, relacionada ao uso da ênclise ao verbo principal. Importa mencionar, entretanto, que estas 3 regras, em algumas dessas *gramáticas*, aparecem com particularidades. Além disso, pontua-se que a *PPC* e a *NGLPC*, com 5 regras cada uma, são as *gramáticas* com o maior número de regras de *Colocação Pronominal* em locuções verbais.

Quanto às regras de apossínclice, de modo geral, são expostas, apenas, uma regra, e ela só aparece em 3 das 6 *gramáticas* estudadas. Além do que, não se pode falar em regras comuns, porque a única regra de apossínclice só aparece em 3 das *gramáticas*.

Partindo disso, pôde-se concluir que, apesar de algumas *gramáticas* serem concordantes em relação à disposição do conteúdo, à extensão do conteúdo, ao quantitativo de exemplos, ao uso de abonações, à prática da *casuística gramatical* (ILARI; BASSO, 2014), ao modo de introduzir o Capítulo/Tópico e às regras de próclise, ênclice, mesóclise, ênclice ou próclise, *Colocação Pronominal* em locuções verbais e apossínclice, a falta de congruência é assente, sobretudo, no que diz respeito às regras.

Depois das análises das questões, em resumo, constatou-se que 24 das 27 regras de *Colocação Pronominal* apresentadas nas *gramáticas* estudadas foram efetivamente encontradas, quando se comparou o conjunto das questões das bancas analisadas. De modo particular, porém, o número de regras foi discordante: a VUNESP apresentou 21 das 27 regras; a FCC, 19 das 27 regras; a FUNCAB e a CESGRANRIO, 18 das 27 regras; o IESES, 16 das 27 regras; e o CESPE, 15 das 27 regras.

Ademais, no que refere ao contraponto entre as *gramáticas* e questões analisadas, os resultados apontam que as regras mais recorrentes entre as bancas foram as relacionadas, em primeiro lugar, ao uso de próclise com advérbios, em segundo, ao uso de próclise com conjunções subordinativas ou em orações subordinadas, em terceiro, ao uso da ênclice em início de período, em quarto, questões relacionadas ao uso de próclise com pronomes relativos, em quinto, questões relacionadas ao uso de próclise com palavras de valor negativo ou em orações negativas, em sexto, questões relacionadas ao uso de ênclice ou próclise, com os substantivos, pronomes pessoais, demonstrativos ou estando o sujeito expresso.

Além disso, evidenciou-se, no geral, a falta de uniformização de regras relacionadas à *Colocação Pronominal* entre *gramáticas* e, às vezes, dentro da própria *gramática*, como foi constatado na *GPC*. Desta forma, talvez, uma uniformização de regras desses compêndios abarcando, apenas, a realidade brasileira, possa ser uma saída para esse descompasso que acarreta, por exemplo, dúvidas para professores que necessitam exercer seu papel em sala de aula no

momento que apresentam essas regras aos seus alunos ou quando são questionados por eles; dúvidas para os concurreiros que ao tentarem responder a uma questão que envolve o tema de *Colocação Pronominal*, podem se recordar dessas divergências entre *gramáticas*; dúvidas para a própria banca examinadora que precisa avaliar um recurso de um candidato que apontou essas divergências. Para este último caso duvidoso, só anular a questão é uma saída? Resguardar-se em apenas um compêndio tradicional é a solução? Acredita-se que não.

É mister, assim, mais discussões para esta temática que, mesmo com diversificadas pesquisas já realizadas, não está exaurido. Saindo do campo de estudos com foco no descritivo e prescritivo, por exemplo, há a possibilidade de analisar o contexto de elaboração das questões de *Colocação Pronominal* voltadas para os concursos públicos, a partir de reflexões relacionadas à elaboração dos itens e construção dos enunciados. Com base nas reflexões do Capítulo 2, relacionado às *normas linguísticas*, suas acepções e sentidos, pode-se ainda pesquisar acerca da nomenclatura apresentada nas *gramáticas* e nas questões de concursos, uma vez que se viu flutuação terminológica quanto à *norma* utilizada como referência.

Para finalizar, reforça-se que a temática de *Colocação Pronominal* não é tão fácil como alguns podem afirmar. Para descomplicar, em certo grau, acredita-se que uma das iniciativas seria um projeto de revisão da parte de *Colocação Pronominal* das *gramáticas*, visando a uma maior homogeneidade entre elas. Neste projeto, reafirma-se que seria interessante, inclusive, trazer regras concordantes com a realidade do PB, tendo como parâmetro os resultados das diversas pesquisas realizadas acerca da temática de *Colocação Pronominal*, algumas delas, inclusive, mencionadas no subtópico 4.3. Partindo disso, pode-se, também, abandonar a ideia de atração lexical, porque, aqui no Brasil, a próclise é a posição normal.

REFERÊNCIAS

1. Referências das *gramáticas* analisadas

ALMEIDA, Nílson Teixeira de. **Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares...** 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

AQUINO, Renato. **Português para concursos: teoria e 900 questões.** 30. ed. rev. Niterói: Impetus, 2017.

BEZERRA, Rodrigo. **Nova gramática da língua portuguesa para concursos.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

DORNELLES, José Almir Fontella. **A nova gramática do concursando: revista, ampliada, novos exercícios e questões (edição comemorativa de 20 anos).** Brasília: Alumnus, 2017.

MARTINO, Agnaldo. **Português esquematizado®: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROSENTHAL, Marcelo. **Gramática para concursos: teoria e questões.** 8. ed. Niterói: Impetus, 2018.

2. Outras referências citadas

ANDRADE, Oswald de. Pronominais. In: _____. **Obras completas-7: poesias reunidas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974. p. 125. Disponível em: <https://monoskop.org/images/3/39/Oswald-de-andrade-Obras_Completas-vol7.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 16, n. spe, p. 125-161, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/88407>>. Acesso em: 12 set. 2018.

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. et al. **Regência verbal: norma e uso.** 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2014.

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos; REIS, Maria Eduarda Sousa dos; OLIVEIRA, Meryane Sousa. Sujeito preposicionado em orações reduzidas de infinitivo: descrição e prescrição. **Web-Revista Sociodialeto: Bach., Linc., Mestrado Letras UEMS/Campo Grande**, v. 4, n. 12, p. 525-540, maio 2014. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/17/01062014014431.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. Gramática da língua portuguesa padrão:

(des)continuidades?. In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo (Org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016, p. 187-214.

_____.; FARACO, Carlos Alberto. **A colocação pronominal no Brasil: as origens históricas do problema**. No prelo.

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007. (Estratégias de ensino; 5).

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2014 [1992].

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro**. Ilustrações Miguel Bezerra. São Paulo: Parábola, 2009a.

_____. **Gramática: passado, presente e futuro**. Curitiba: Aymará, 2009b.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011a.

_____. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015 [1999].

_____. **Dicionário crítico de sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: opressão? liberdade?** 12. ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. Para que se faz uma gramática? In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014. p. 19-30.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. **Clíticos pronominais no português de São Paulo: 1880 a 1920 – uma análise sócio-histórico-linguística**. 2010. 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, *Campus* de Araraquara, Araraquara, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93992/biazolli_cc_me_arafcl.pdf>

?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Retratos da variação na posição dos clíticos pronominais em complexos verbais no português paulista (1880 a 1920). **Web-Revista Sociodialeto**: Bach., Linc., Mestrado Letras UEMS/Campo Grande, v. 1, n. 6, p. 1-20, fev. 2012a. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/11/07022012125949.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Motivações linguísticas e variação: um olhar sobre a posição dos clíticos pronominais em jornais do fim do século XIX e início do século XX. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** v. 2, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012b. ISSN 2237-8758. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_058.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BITTENCOURT, Angelina Dayanne Santos; NASCIMENTO, Telma Almeida. A colocação pronominal em documentos adamantinos nas Minas Setecentistas. **Revista Alpha**, Patos de Minas, n. 15, p. 51-64, nov. 2014. Disponível em: <<http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/558424/A++coloca%C3%A7%C3%A3o+pronominal+em+documentos+adamantinos+nas+Minas++Setecentistas.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Curitiba, 2018.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Um modelo para a análise sociolinguística do português brasileiro. In: _____. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Parábola, 2005. p. 39-52.

_____. Um modelo para a análise sociolinguística do português do Brasil. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012 [2002]. p. 301-3016.

CALDAS, Raimunda Benedita Cristina; SOUSA, Manoel Edmilson Costa de; MACIE, Albenize de Fátima Pinheiro. A colocação pronominal em músicas brasileiras sob a perspectiva da variação linguística. **A Palavrada**, Bragança – PA, n. 5, p. 99-109. jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistaapalavrada.files.wordpress.com/2014/07/raimundamanoelalbenize.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CALINDRO, Ana Regina Vaz. **A colocação dos pronomes clíticos em O Patrocínio**: periódico da imprensa negra de Piracicaba. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-24112009-141924/pt-br.php>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-29.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma, ideologia e teoria linguagem. **Alfa: Revista de Língua**, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v. 25, p. 19-30, 1981. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3632/3401>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática referente à língua portuguesa**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1956]. Não paginado.

CAPARROZ, Roberto. Apresentação. In: MARTINO, Agnaldo. **Português esquematizado®**: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 11-12.

CARNEIRO, Zenaide; GALVES, Charlotte. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 7-38, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2547/2499>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Sobre a Nova gramática do português brasileiro. In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do português**: com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014. p. 86-90.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil. **Confluência**: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. n. 23, 1. sem, 2002, p. 102-120. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1456.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da *Tékhne Grammatike*, de Dionísio Trácio, para o português**. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24818/D%20-%20CHAPANSKI%2c%20GISSELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

COELHO, Pedro Alcino Barbosa. **O lugar do texto e da gramática tradicional nas provas de português nos últimos anos do PSIU-UFP**. 2015. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica Voluntária/UFPI, Teresina, 2015a.

_____. As Provas de Português do Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU) nos anos de 2007 a 2010: o lugar do texto e da gramática tradicional. In: ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos (Org.). **Estudos linguísticos interdisciplinares**: gramática, léxico e ensino. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2015b. p. 117-141.

COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e lingüística geral**: cinco estudos. Tradução Agostinho Dias Carneiro. Revisão técnica Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979. (Coleção Linguagem; n. 3).

_____. **Lições de linguística geral**. Tradução Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004 [1980].

COSTA, Jacqueline Calisto. **A ordem dos clíticos em complexos verbais: uma análise sociolinguística de cartas mineiras**. 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras – Habilitação em Português/Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/marciarumeu/COSTA2014.PDF.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DEZOTTI, Lucas Consolin. **Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-22092011-161749/pt-br.php>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; PAGOTTO, Emílio Gozze. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes, Célia Regina dos Santos (Org.) **A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19**. 1. ed. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005. cap. 3. p. 67-82. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/42355472-Genero-e-norma-avos-e-netos-classes-e-cliticos-no-final-do-seculo-xix.html>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

DUARTE, Sirlene. A noção de norma lingüística segundo Eugênio Coseriu. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**, Goiás, Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, v. 2, n. 1, p. 155-164, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/32634>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. (Org). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012 [2002]. p. 35-56.

_____. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.

_____; ZILLES, Ana Maria Stahl. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. (coleção Repertórios).

_____; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; Nogueira, Luciana. A colocação dos pronomes na *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro. **Línguas e Instrumentos linguísticos**, São Paulo: Pontes, n. 38, p. 11-33, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao38/edicao38.html>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FIORIN, José Luiz. A criação dos Cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. **Línguas & Letras**, Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, v. 7, n. 12, p. 11-25, 1. sem, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/887/752>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FRANCHI, Carlos. Mas o que é mesmo “gramática”? In: _____; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia. **Mas o que é mesmo “gramática”?** Organização por Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2006.

GURGEL, Silvana. **O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 2008. 139 f, mais anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-12012009-164534/pt-br.php>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.

ILARI, Rodolfo. Prefácio. In: SCHEI, Ana. **A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea**. 2. ed. revs. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003. p. 5-7.

_____.; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. 2. ed. 3. reim. São Paulo: Contexto, 2014.

LAGARES, Xoán Carlos. Gramática Houaiss: o impossível equilíbrio entre descrição e prescrição. In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo (Org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016, p. 71-92.

_____. **Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Gramática crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

LENZA, Pedro. Metodologia esquematizado®. In: MARTINO, Agnaldo. **Português esquematizado®: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 9-10.

LUCCHESI, Dante; LOBO, Tânia Conceição Freire. Gramática e ideologia. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 8, p. 73-81, 1988. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/8/gramatica_e_ideologia.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MARTINS, Marco Antonio. Clíticos e sujeitos pré-verbais: gramáticas do português no Brasil dos séculos 19 e 20. **Cadernos de Pesquisas em Linguística**: publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 3, p. 62-72, 2007. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20091250438bba1862898015884be3cb/Revista_da_PUCRS_-_Clticos_sujeitos_pr-verbais_e_gramticas_do_portugus_no_B.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20**. 2009. 326 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92725/264310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Clíticos em complexos verbais em português. **Veredas**: revista de Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 88-104, 2010. Disponível em: <<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/veredas/article/view/25142/14173>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala x a língua que se ensina. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2013. (Repensando a língua portuguesa)

_____. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. (Repensando a língua portuguesa)

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NEOTTI, Clarêncio. Nota dos editores para a 7ª edição. In: CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática referente à língua portuguesa**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1956]. Não paginado.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros.** São Paulo: Parábola, 2012.

NUNES, Carla da Silva. **Um estudo sociolingüístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE.** 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp088910.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **A ordenação do clítico “se” em complexos verbais nas produções escritas do Brasil e de Portugal nos séculos XIX e XX segundo a perspectiva sociolingüística.** 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.posvernaculas.letras.ufrj.br/images/Posvernaculas/4-doutorado/teses/2014/6-NunesCS.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A língua brasileira. **Ciência e Cultura** [online]. 2005, v. 57, n. 2, p. 29-30. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a16v57n2.pdf>> Acesso em: 15 maio 2019.

PAGOTTO, Emílio Gozze. **A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico.** 1992. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270508>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos lingüísticos**, São Paulo: Pontes, n. 2, p. 49-68, jul./dez. 1998.

PAQUETTE, Jean-Marcel. Processo de normatização e níveis/registros de língua. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Norma linguística.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011 [2001].

PEREIRA, Marcos A. Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano. **Phaos**: revista de Estudos Clássicos do Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, Campinas, n. 1. p. 143-157. 2001. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/phaos/article/view/3785/3244>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PERINI, Mário Alberto. A gramática nasceu em Alexandria (Ou na Índia, com Pânini, o primeiro “nerd” da história). In: _____. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.** São Paulo: Parábola, 2004. p. 147-160.

_____. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.

PETERSON, Márcia Saldanha. **A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor: uma contribuição da sociolingüística variacionista.** 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp134904.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. A ordem dos clíticos pronominais em complexos verbais: as normas de uso em cartas de leitor. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 57-67. jan/mar. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2012v9n1p57/22553>>. Acesso em 14 abr. 2019.

PIO, Gláucia Castro Aguiar. **Regras prescritivas em cinco gramáticas tradicionais ‘mercadológicas’**. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica Voluntária/UFPI, Teresina, 2014.

POLITO, Reinaldo. Prefácio. In: ALMEIDA, Nílson Teixeira de. **Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares...** 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. p. IX-X.

RICOTTA, Fábio. Google shopping: o que é e como funciona? **Agência mestre**. 2016. Disponível em: <<https://www.agenciamestre.com/marketing-digital/google-shopping-o-que-e-e-como-funciona/>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 53. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

SANTOS, Daniely Cassimiro de Oliveira. **Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do Português Literário: um estudo segundo o conjugado “Variação-Mudança & Cliticização”**. 2010. 280 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp134790.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SANTOS, Daniely Cassimiro de Oliveira. **Do predicado ao praticado na constituição da norma brasileira [1870-1929]: a colocação pronominal**. 2015. 370 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Língua, literatura e a identidade da norma: o caso da colocação pronominal. **Ciências humanas e sociais em revista: periódico editado pela Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 11-29, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=chsr&page=article&op=view&path%5B%5D=394>>. Acesso em 14 abr. 2019.

SAVIOLI, Francisco Platão. O percurso das gramáticas nas ações escolares. In: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas**

contemporâneas do português: com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014. p. 134-152.

SCHEI, Ane. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. **Filologia e Lingüística Portuguesa**, São Paulo, n. 5, p. 57-84. 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59700/62798>>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. **A colocação pronominal do português brasileiro:** a língua literária contemporânea. 2. ed. revs. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

_____. **A colocação pronominal do século XIX:** a língua literária brasileira. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SILVA, Luiz Antônio. Projeto NURC: histórico. **Linha D'Água**, São Paulo, n. 10, p. 83-90, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37169/39890>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SILVA, Marcileide Viana da. **A colocação do pronome oblíquo átono na obra São Bernardo, de Graciliano Ramos.** 2018. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras/Português) – Universidade Estadual do Piauí, *Campus Professor Possidônio Queiroz, Oeiras*, 2018.

SILVA, Rodrigo Alves. **Regras prescritivas em gramáticas tradicionais de referência:** convergências e divergências. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica Voluntária/UFPI, Teresina, 2014.

_____. **Regionalismos do campo semântico jogos e diversões infantis do ALIB nos dicionários eletrônicos HOUAISS e AURÉLIO.** 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B5wrKyOZNIBYcWNIYm15RXpfVKE>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

_____; ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. Regionalismos do Nordeste? O que dizem o Dicionário Eletrônico Houaiss e o ALiB? In: ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos (Org.). **Estudos linguísticos interdisciplinares:** gramática, léxico e ensino. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 169-194.

_____; _____. Variantes de *cambalhota* e de *bolinha de gude* de capitais do Nordeste nos dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio: uma análise metalexigráfica a partir dos dados do ALiB. **Fórum Linguístico.** Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina; v. 15, n. 1, p. 2860-2874. Florianópolis: UFSC, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2860/36250>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SOUSA, Letícia Reis Coelho de. **A colocação dos pronomes oblíquos átonos na obra Guarany, de José de Alencar.** 2018. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras/Português) – Universidade Estadual do Piauí, *Campus Professor Possidônio Queiroz, Oeiras*, 2018.

TEIXEIRA, Ana Caroline Moura. **A norma culta e a norma padrão nos manuais de redação da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo**. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica Voluntária/UFPI, Teresina, 2015a.

_____. A norma culta e a norma padrão nos manuais de redação da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo. **Revista Versalete**. Curso de Letras da Universidade Federal do Paraná; v. 3, n. 5, p. 50-69. Curitiba, PR: UFPR, 2015b. Disponível em: <<http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol3-05/RevistaNumero5PRONTA.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

_____. A norma culta e a norma padrão nos manuais de redação da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo. In: ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos (Org.). **Estudos linguísticos interdisciplinares: gramática, léxico e ensino**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2015c. p. 87-116.

_____. **A colocação pronominal em locuções verbais: entre a norma predicada e a praticada**. Relatório de pesquisa – Iniciação Científica Voluntária/UFPI, Teresina, 2016.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. 1. reimp. São Paulo: Cortez, 2009.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. **De Lingua latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros VIII, IX e X**. 2010. 174f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFPR, Curitiba, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26349/Dissertacao%20Giovanna%20M%20Valenza%20-%20De%20lingua%20latina,%20de%20Marco%20Terencio%20Varrao.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. **Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português**. 2002. 441 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2002.

_____. O complexo comportamento da ordem dos clíticos em complexos verbais. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL (CELSUL), VIII, 2008, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: CELSUL, 2008. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VIII/complexo_comportamento_da_ordem.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. A colocação pronominal. In: _____; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

_____; CORRÊA, Cristina Marcia Monteiro de Lima. A ordem dos clíticos em complexos verbais na sincronia atual: uma regra variável? **SIGNUM: Estud. Ling.**,

Londrina, n. 15/1, p. 357-380, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/11778/11182>>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____; _____. Colocação pronominal no Português do Brasil: a contribuição de estudos de percepção auditiva. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p. 87-96, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/25277/15711>>. Acesso em: 28 out. 2018.

VIEIRA, Francisco Eduardo. A norma-padrão (e seus outros nomes) na avaliação da produção escrita. **Calidoscópico**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 15, n. 1, p. 6-17, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.151.01/5990>>. Acesso em: 28 out. 2018.

_____. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? In: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo (Org.). **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2016, p. 19-69.

_____. **A gramática tradicional: história crítica**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

XIMENES, Expedito Eloisio. **Os clíticos nos Autos de Querrela do século XIX, no Ceará**. 2004. 496 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004, vol. 1. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3591>>. Acesso em: 12 set. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Dados complementares sobre as questões de concursos públicos analisadas

VUNESP

CÓDIGO	CONCURSO	CARGO	DIA DA PROVA
VUNESP-2018-S-1	Polícia Civil de São Paulo	Investigador de Polícia	10/06/2018
VUNESP-2018-M-2	Câmara Municipal de São José dos Campos – SP	Técnico Legislativo	06/05/2018
VUNESP-2018-S-3	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Juiz de Direito	29/04/2018
VUNESP-2018-M-4	Prefeitura Municipal de Barretos	Agente de Comunicação Social	08/04/2018
VUNESP-2018-M-5	Tribunal de Justiça de São Paulo	Escrevente Técnico Judiciário	25/03/2018
VUNESP-2018-M-6	Tribunal de Justiça de São Paulo	Escrevente Técnico Judiciário	25/03/2018
VUNESP-2018-M-7	Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos	Assistente de Gestão	28/01/2018
VUNESP-2018-M-8	Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes – SP	Auxiliar Administrativo	28/01/2018
VUNESP-2018-M-9	Câmara Municipal de Dois Córregos	Oficial Administrativo	21/01/2018
VUNESP-2017-S-10	Prefeitura Municipal de Sertãozinho	Farmacêutico	17/12/2017
VUNESP-2017-S-11	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Agente de Fiscalização (superior)	17/12/2017
VUNESP-2017-S-12	Prefeitura Municipal de Itanhaém	Fisioterapeuta	26/11/2017
VUNESP-2017-M-13	Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém – SP	Assistente Legislativo	19/11/2017
VUNESP-2017-S-14	Câmara Municipal de Porto Ferreira – SP	Assessor de Imprensa	19/11/2017
VUNESP-2017-S-15	Câmara Municipal de Barretos – SP	Advogado	19/11/2017
VUNESP-2017-M-16	Instituto de Previdência Social dos Servidores de Barueri – SP	Assistente Previdenciário	29/10/2017
VUNESP-2017-F-17	Câmara Municipal de Sumaré – SP	Auxiliar de Administração	06/08/2017
VUNESP-2017-M-18	Tribunal de Justiça de São Paulo	Escrevente Técnico Judiciário	02/07/2017
VUNESP-2017-S-19	Tribunal de Justiça de São Paulo	Assistente Social Judiciário	11/06/2017
VUNESP-2017-S-20	Tribunal de Justiça de São Paulo	Assistente Social Judiciário	11/06/2017
VUNESP-2017-S-21	Tribunal de Justiça de São Paulo	Psicólogo Judiciário	11/06/2017
VUNESP-2017-S-22	Tribunal de Justiça de São Paulo	Psicólogo Judiciário	11/06/2017
VUNESP-2017-S-23	Câmara Municipal de Mogi das Cruzes – SP	Procurador Judiciário	22/01/2017
VUNESP-2016-M-24	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Assistente de Gestão	23/10/2016

VUNESP-2016-M-25	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Assistente Escolar	23/10/2016
VUNESP-2016-M-26	Câmara Municipal de Taquaritinga – SP	Técnico Legislativo	25/09/2016
VUNESP-2016-S-27	Ministério Público do Estado de São Paulo	Biólogo	03/07/2016
VUNESP-2016-S-28	Prefeitura Municipal de Alumínio – SP	Procurador Jurídico	03/07/2016
VUNESP-2016-S-29	Prefeitura Municipal de Alumínio – SP	Procurador Jurídico	03/07/2016
VUNESP-2016-M-30	Universidade Federal do ABC	Assistente em Administração	01/05/2016
VUNESP-2016-S-31	Prefeitura Municipal de São Paulo	Analista	17/04/2016
VUNESP-2016-S-32	Câmara Municipal de Marília – SP	Procurador Jurídico	03/04/2016
VUNESP-2016-S-33	Instituto de Previdência de Itaquaquecetuba - SP	Procurador	03/04/2016
VUNESP-2016-M-34	Prefeitura Municipal de Suzano	Agente de Gestão Administrativa	03/04/2016
VUNESP-2016-M-35	Câmara Municipal de Marília – SP	Agente de Copa e Editor de Imagem	03/04/2016
VUNESP-2016-S-36	Prefeitura Municipal de Registro	Advogado	28/02/2016
VUNESP-2016-M-37	Ministério Público do Estado de São Paulo	Oficial de Promotoria	31/01/2016
VUNESP-2016-S-38	Câmara Municipal de Poá – SP	Procurador Jurídico	31/01/2016
VUNESP-2016-M-39	Câmara Municipal de Poá – SP	Oficial Legislativo	31/01/2016
VUNESP-2016-S-40	Prefeitura Municipal de Rosana	Procurador Municipal	24/01/2016
VUNESP-2016-S-41	Prefeitura Municipal de Presidente Prudente	Engenheiro de segurança do trabalho	17/01/2016
VUNESP-2015-S-42	Câmara Municipal de Descalvado – SP	Secretário	22/11/2015
VUNESP-2015-M-43	Câmara Municipal de Descalvado – SP	Contador e Tesoureiro	22/11/2015
VUNESP-2015-M-44	Câmara Municipal de Descalvado – SP	Assistente de Comunicação	22/11/2015
VUNESP-2015-S-45	Prefeitura Municipal de Suzano	Procurador Jurídico	22/11/2015
VUNESP-2015-S-46	Prefeitura Municipal de São Paulo	Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental	15/11/2015
VUNESP-2015-S-47	Prefeitura Municipal de São Paulo	Auditor de Controle Interno	15/11/2015
VUNESP-2015-S-48	Universidade Estadual Paulista	Assistente de Suporte Acadêmico e Enfermeiro	08/11/2015
VUNESP-2015-M-49	Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SP	Auxiliar administrativo	20/09/2015
VUNESP-2015-M-50	Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SP	Auxiliar administrativo	20/09/2015
VUNESP-2015-S-51	Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SP	Cargos diversos	20/09/2015

VUNESP-2015-M-52	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo	Auxiliar de serviços gerais e Telefonista	13/09/2015
VUNESP-2015-M-53	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Agente Administrativo	13/09/2015
VUNESP-2015-S-54	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo	Advogado	13/09/2015
VUNESP-2015-S-55	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo	Advogado	13/09/2015
VUNESP-2015-F-56	Câmara Municipal de Jaboticabal – SP	Servente	09/08/2015
VUNESP-2015-F-57	Câmara Municipal de Jaboticabal – SP	Servente	09/08/2015
VUNESP-2015-S-58	Câmara Municipal de Jaboticabal – SP	Analista de Comunicação	09/08/2015
VUNESP-2015-S-59	Câmara Municipal de Itatiba	Analista de recursos humanos	05/07/2015
VUNESP-2015-F-60	Prefeitura Municipal de Unaí	Cargos diversos	24/05/2015
VUNESP-2015-F-61	Prefeitura Municipal de Unaí	Fotógrafo	05/07/2015
VUNESP-2015-M-62	Câmara Municipal de Itatiba	Auxiliar administrativo	05/07/2015
VUNESP-2015-S-63	Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Analista de Saúde	17/05/2015
VUNESP-2015-S-64	Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Auditor Tributário	17/05/2015
VUNESP-2015-M-65	Tribunal de Justiça de São Paulo	Escrevente Técnico Judiciário	26/04/2015
VUNESP-2015-S-66	Tribunal de Justiça de São Paulo	Estatístico	26/04/2015
VUNESP-2015-S-67	Prefeitura Municipal de Suzano	Professor de Educação Básica	19/04/2015
VUNESP-2015-S-68	Prefeitura Municipal de Suzano	Diretor de Unidade Escolar	19/04/2015
VUNESP-2015-S-69	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Cargos diversos	08/03/2015
VUNESP-2015-M-70	Secretaria de Administração Penitenciária – São Paulo	Agente de Escolta e Vigilância Penitenciário	01/03/2015
VUNESP-2015-M-71	Câmara Municipal de Caieiras – SP	Auxiliar administrativo	01/02/2015
VUNESP-2015-S-72	Polícia Civil do Ceará	Escrivão de Polícia Civil	11/01/2015
VUNESP-2014-S-73	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Auditor Fiscal	21/12/2014
VUNESP-2014-S-74	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Auditor Fiscal	21/12/2014
VUNESP-2014-M-75	Tribunal de Justiça de São Paulo	Escrevente Técnico Judiciário	07/12/2014
VUNESP-2014-S-76	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	Analista de Tecnologia da Informação	30/11/2014
VUNESP-2014-S-77	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Procurador	23/11/2014
VUNESP-2014-M-78	São Paulo Urbanismo – SP	Cargos diversos	02/11/2014
VUNESP-2014-S-79	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Cargos diversos	10/08/2014
VUNESP-2014-M-80	Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Auxiliar Judiciário	10/08/2014
VUNESP-2014-S-81	Tribunal de Justiça do	Analista Judiciário –	10/08/2014

	Estado do Pará	Analista de Sistemas Suporte	
VUNESP-2014-F-82	Polícia Civil de São Paulo	Auxiliar de Necropsia	20/07/2014
VUNESP-2014-F-83	Polícia Civil de São Paulo	Auxiliar de Necropsia	20/07/2014
VUNESP-2014-F-84	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos	Cargos diversos	08/06/2014
VUNESP-2014-M-85	Polícia Civil de São Paulo	Desenhista	08/06/2014
VUNESP-2014-M-86	Ministério Público do Estado de São Paulo	Auxiliar administrativo	25/05/2014
VUNESP-2014-S-87	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	Analista	25/05/2014
VUNESP-2014-S-88	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo	Analista Organizacional – Ciências Jurídicas	18/05/2014
VUNESP-2014-S-89	Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo	Cargos diversos	18/05/2014
VUNESP-2014-S-90	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	Analista de Tecnologia da Informação	13/04/2014
VUNESP-2014-F-91	Prefeitura Municipal de São Paulo	Auxiliar de Autopsia	30/03/2014
VUNESP-2014-S-92	Câmara Municipal de São José dos Campos – SP	Analista Legislativo – Sistemas	30/03/2014
VUNESP-2014-M-93	Polícia Civil de São Paulo	Escrivão de Polícia	16/03/2014
VUNESP-2014-S-94	Secretaria de Administração Penitenciária – São Paulo	Executivo Público	09/03/2014
VUNESP-2014-S-95	Secretaria de Administração Penitenciária – São Paulo	Executivo Público	09/03/2014
VUNESP-2014-S-96	Polícia Civil de São Paulo	Perito criminal	16/02/2014
VUNESP-2013-M-97	Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo	Cargos diversos	10/11/2013
VUNESP-2013-M-98	Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo	Oficial Administrativo	06/10/2013
VUNESP-2013-S-99	Prefeitura Municipal de Poá	Professor – Educação Infantil	25/08/2013
VUNESP-2013-F-100	Prefeitura Municipal de Poá	Motorista	18/08/2013
VUNESP-2013-S-101	Tribunal de Justiça de São Paulo	Advogado	01/08/2013
VUNESP-2013-M-102	Polícia Civil de São Paulo	Atendente de Necrotério Policial	01/07/2013
VUNESP-2013-M-103	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	Agente de Apoio Socioeducativo	01/07/2013
VUNESP-2013-M-104	Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor	Especialista em Proteção e Defesa do Consumidor I	01/07/2013
VUNESP-2013-S-105	Secretaria da Fazenda – Governo do Estado de São Paulo	Analista de planejamento e orçamento	30/06/2013
VUNESP-2013-S-106	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Administrador	01/06/2013
VUNESP-2013-M-107	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Assistente –	01/06/2013

		Contabilidade	
VUNESP-2013-F-108	Polícia Civil de São Paulo	Auxiliar de Papiloscopista Policial	01/06/2013
VUNESP-2013-S-109	Tribunal de Justiça de São Paulo	Contador	01/06/2013
VUNESP-2013-S-110	Tribunal de Justiça de São Paulo	Contador	01/06/2013
VUNESP-2013-S-111	Tribunal de Justiça de São Paulo	Médico clínico	01/04/2013
VUNESP-2013-M-112	Tribunal de Justiça de São Paulo	Escrevente Técnico Judiciário	01/04/2013
VUNESP-2013-M-113	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	Técnico Administrativo – Recursos Humanos	01/03/2013
VUNESP-2013-M-114	Polícia Civil de São Paulo	Papiloscopista Policial	01/03/2013
VUNESP-2013-F-115	Polícia Civil de São Paulo	Agente de Polícia	01/03/2013
VUNESP-2013-M-116	Polícia Civil de São Paulo	Investigador de Polícia	01/02/2013
VUNESP-2013-S-117	Polícia Civil de São Paulo	Escrivão de Polícia Civil	01/02/2013
VUNESP-2013-S-118	Polícia Civil de São Paulo	Perito Criminal	01/02/2013
VUNESP-2013-S-119	Polícia Civil de São Paulo	Perito Criminal	01/02/2013
VUNESP-2012-S-120	Tribunal de Justiça de São Paulo	Psicólogo	01/12/2012
VUNESP-2012-S-121	Tribunal de Justiça de São Paulo	Analista de Sistemas e Analista em Comunicação e Processamento de Dados	01/11/2012
VUNESP-2012-S-122	Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	Médico psiquiatra	01/11/2012
VUNESP-2012-S-123	São Paulo Transporte S/A	Cargos diversos	01/11/2012
VUNESP-2011-M-124	Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Agente Administrativo	01/08/2011
VUNESP-2011-M-125	Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	Cargos diversos	01/08/2011
VUNESP-2011-F-126	Companhia Docas do Estado de São Paulo	Auxiliar Operacional Portuário	01/04/2011
VUNESP-2011-F-127	Companhia Docas do Estado de São Paulo	Auxiliar Operacional Portuário	01/04/2011
VUNESP-2011-M-128	Companhia Docas do Estado de São Paulo	Guarda Portuário	01/04/2011
VUNESP-2011-S-129	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo	Advogado	09/01/2011
VUNESP-2011-M-130	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo	Assistente Técnico – Administrativa	09/01/2011
VUNESP-2011-S-131	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo	Administrador de banco de dados	09/01/2011
VUNESP-2013-F-132	Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo	Agente de trânsito	29/09/2013
VUNESP-2017-M-133	Câmara Municipal de Valinhos – São Paulo	Assistente Administrativo	01/10/2017
VUNESP-2015-S-134	Câmara Municipal de Jaboticabal – SP	Analista de Comunicação	09/08/2015

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma Qconcursos.com.

CESPE

CÓDIGO	CONCURSO	CARGO	DIA DA PROVA
CESPE-2018-S-1	Superior Tribunal Federal	Analista Judiciário	08/04/2018
CESPE-2018-S-2	Tribunal de Contas dos municípios da Bahia	Auditor de Controle Externo	08/04/2018
CESPE-2018-S-3	Secretaria de Estado da Educação de Alagoas	Professor	01/04/2018
CESPE-2018-S-4	Secretaria de Estado da Educação de Alagoas	Professor – Língua Portuguesa	01/04/2018
CESPE-2018-S-5	Agência Brasileira de Inteligência	Oficial Técnico de Inteligência	11/03/2018
CESPE-2018-S-6	Superior Tribunal Militar	Analista Judiciário – Revisor de Texto	04/03/2018
CESPE-2017-S-7	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	Analista Judiciário	20/08/2017
CESPE-2017-S-8	Instituto Rio Branco	Diplomata	13/08/2017
CESPE-2017-M-9	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	Técnico Judiciário	19/03/2017
CESPE-2017-S-10	Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal	Professor – Língua Portuguesa	29/01/2017
CESPE-2017-M-11	Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal	Técnico em Gestão Educacional (Cargos 36 e 37)	22/01/2017
CESPE-2016-M-12	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Técnico-administrativo	04/12/2016
CESPE-2016-S-13	Tribunal de Contas do Estado do Pará	Auditor de Controle Externo (Cargos 4, 5 e de 8 a 17)	07/08/2016
CESPE-2016-S-14	Tribunal de Contas do Estado do Pará	Auditor de Controle Externo (Cargos 1, 18, 19, 37 e 38)	07/08/2016
CESPE-2016-S-15	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Analista Judiciário - Taquigrafia	31/01/2016
CESPE-2016-M-16	Defensoria Pública da União	Agente Administrativo	24/01/2016
CESPE-2015-M-17	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Técnico Judiciário (Cargos 13 e 14)	20/12/2015
CESPE-2015-S-18	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Analista Judiciário (Cargos 2, 3 e 5 a 12)	20/12/2015
CESPE-2015-S-19	Supremo Tribunal de Justiça	Analista Judiciário (Cargos 3 e 14)	27/09/2015
CESPE-2015-S-20	Ministério da Educação	Postos 9, 10, 11 e 16	13/09/2015
CESPE-2015-M-21	Departamento Penitenciário Nacional	Agente Penitenciário	28/06/2015
CESPE-2015-S-22	Ministério Público da União	Analista do Ministério Público	22/03/2015
CESPE-2015-S-23	Fundação Universidade de Brasília	Cargos de nível superior	01/03/2015
CESPE-2015-M-24	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	Técnico Judiciário – Área Administrativa	01/03/2015
CESPE-2014-M-25	Tribunal de Justiça de Sergipe	Técnico Judiciário – área jurídica	15/06/2014
CESPE-2014-S-26	Tribunal de Justiça de Sergipe	Técnico Judiciário (Cargos 1,2,4 a 7)	15/06/2014

CESPE-2014-S-27	Instituto Chico Mendes de Conservação Biodiversidade	Todos os cargos de nível superior	06/05/2014
CESPE-2014-M-28	Instituto Chico Mendes de Conservação Biodiversidade	Todos os cargos de nível médio	06/05/2014
CESPE-2014-M-29	Instituto Chico Mendes de Conservação Biodiversidade	Todos os cargos de nível médio	06/05/2014
CESPE-2014-S-30	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo	13/04/2014
CESPE-2014-S-31	Câmara dos Deputados	Analista Legislativo	13/04/2014
CESPE-2014-S-32	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Cargos diversos	09/03/2014
CESPE-2014-M-33	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Cargos diversos	09/03/2014
CESPE-2013-M-34	Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região – Espírito Santo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	15/12/2013
CESPE-2013-M-35	Supremo Tribunal Federal	Técnico Judiciário – Tecnologia da Informação	15/12/2013
CESPE-2013-S-36	Supremo Tribunal Federal	Analista Judiciário – Área Judiciária	15/12/2013
CESPE-2013-M-37	Agência Nacional do Cinema	Cargos diversos	01/11/2013
CESPE-2013-M-38	Polícia Civil do Distrito Federal	Escrivão de Polícia	01/10/2013
CESPE-2013-S-39	Banco Central do Brasil	Analista – Gestão e Análise Processual	01/10/2013
CESPE-2013-M-40	Ministério da Justiça	Cargos diversos	01/08/2013
CESPE-2013-M-41	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Cargos diversos	01/08/2013
CESPE-2013-S-42	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais	Analista em Geociências	01/08/2013
CESPE-2013-S-43	Ministério da Justiça	Analista Técnico – Administrativo	01/08/2013
CESPE-2013-M-44	Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo	Cargos diversos	01/05/2013
CESPE-2013-S-45	Serviço Federal de Processamento de Dados	Cargos diversos	01/05/2013
CESPE-2013-S-46	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins	Cargos diversos	01/02/2013
CESPE-2013-S-47	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	Cargos diversos	01/01/2013
CESPE-2012-S-48	Polícia Civil de Alagoas	Agente de Polícia	01/11/2012
CESPE-2012-M-49	Tribunal de Justiça de Rondônia	Técnico Judiciário	01/11/2012
CESPE-2012-M-50	Polícia Rodoviária Federal	Cargos diversos	01/11/2012
CESPE-2012-S-51	Agência Nacional do Cinema	Técnico Administrativo	01/09/2012
CESPE-2012-M-52	Agência Nacional do Cinema	Técnico em Regulação	01/09/2012
CESPE-2011-S-53	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Analista Legislativo	01/12/2011
CESPE-2011-S-54	Empresa Brasil de Comunicação	Analista	01/09/2011
CESPE-2011-S-55	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas	Cargos diversos	01/05/2011

CESPE-2011-S-56	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas	Professor – Língua Portuguesa	01/05/2011
CESPE-2011-S-57	Tribunal de Justiça do Espírito Santo	Cargos diversos	01/04/2011
CESPE-2011-S-58	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Cargos diversos	01/01/2011
CESPE-2011-M-59	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	Taquígrafo	01/01/2011
CESPE-2010-M-60	Ministério Público da União	Cargos diversos	01/09/2010
CESPE-2010-S-61	Banco de Brasília	Advogado e Engenheiro de Segurança do Trabalho	01/03/2010
CESPE-2009-S-62	Departamento de Polícia Federal	Agente Federal	01/08/2009
CESPE-2009-S-63	Instituto Rio Branco	Diplomata	28/02/2009
CESPE-2009-M-64	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Técnico em Regulação	28/02/2009
CESPE-2009-M-65	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Técnico Administrativo	28/02/2009
CESPE-2008-S-66	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Execução de Mandados	01/05/2008
CESPE-2007-S-67	Petrobras	Cargos diversos	01/08/2007
CESPE-2007-S-68	Petrobras	Cargos diversos	01/08/2007
CESPE-2007-S-69	Petrobras	Cargos diversos	01/08/2007
CESPE-2007-S-70	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	Cargos diversos	01/02/2007
CESPE-2007-S-71	Instituto Rio Branco	Diplomata	31/01/2007
CESPE-2007-S-72	Instituto Rio Branco	Diplomata	31/01/2007
CESPE-2007-S-73	Instituto Rio Branco	Diplomata	31/01/2007
CESPE-2007-S-74	Instituto Rio Branco	Diplomata	31/01/2007
CESPE-2006-S-75	Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal	Professor – Sociologia	01/09/2006
CESPE-2006-S-76	Caixa Econômica Federal	Engenheiro eletricitista	01/04/2006
CESPE-2006-S-77	Instituto Rio Branco	Diplomata	31/01/2006
CESPE-2005-S-78	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	Analista Judiciário – Psicologia	01/01/2005
CESPE-2004-M-79	Departamento de Polícia Federal	Agente Administrativo	01/06/2004
CESPE-2003-M-80	Banco do Brasil	Escriturário	31/10/2003
CESPE-2000-S-81	Departamento de Polícia Federal	Agente Federal	30/09/2000

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma Qconcursos.com.

FCC

CÓDIGO	CONCURSO	CARGO	DIA DA PROVA
FCC-2018-S-1	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Técnico em Gestão – Informática	06/05/2018
FCC-2018-M-2	Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe	Técnico Legislativo – Administração	22/04/2018
FCC-2017-S-3	Tribunal de Contas do	Agente de	17/12/2017

	Estado de São Paulo	Fiscalização – Administração	
FCC-2016-M-4	Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul	Cargos diversos	25/09/2016
FCC-2016-M-5	Prefeitura Municipal de Teresina	Técnico em Saneamento	28/08/2016
FCC-2016-S-6	Companhia Pernambucana de Gás	Analista – Administrador	03/07/2016
FCC-2016-M-7	Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Rondônia e Acre	Cargos diversos	28/02/2016
FCC-2015-M-8	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Auxiliar da Fiscalização Financeira	06/12/2015
FCC-2015-M-9	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	Cargos diversos	29/11/2015
FCC-2015-M-10	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná	Técnico Judiciário – Área Administrativa	29/11/2015
FCC-2015-S-11	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná	Analista Judiciário	29/11/2015
FCC-2015-M-12	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná	Técnico Judiciário	29/11/2015
FCC-2015-M-13	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná	Técnico Judiciário	29/11/2015
FCC-2015-M-14	Defensoria pública de São Paulo	Oficial de Defensoria Pública	15/11/2015
FCC-2015-S-15	Defensoria pública de São Paulo	Cargos diversos	15/11/2015
FCC-2015-M-16	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Técnico Judiciário	08/11/2015
FCC-2015-M-17	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Técnico Judiciário – Administrativo	08/11/2015
FCC-2015-M-18	Ministério Público do Estado da Paraíba	Técnico Ministerial	19/07/2015
FCC-2015-S-19	Tribunal de Contas do Estado do Ceará	Analista de Controle Externo	28/06/2015
FCC-2015-M-20	Companhia do Metropolitano de São Paulo	Agente de segurança	14/06/2015
FCC-2015-S-21	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região de Campinas – São Paulo	Analista Judiciário – Tecnologia da Informação	19/04/2015
FCC-2015-S-22	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região de Campinas – São Paulo	Analista Judiciário – Odontologia	19/04/2015
FCC-2015-S-23	Manaus Previdência	Analista Previdenciário	29/03/2015
FCC-2015-S-24	Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás	Auditor de Controle Externo – Jurídica	01/02/2015
FCC-2015-S-25	Secretaria de Fazenda – Governo do Estado do Piauí	Analista	01/02/2015
FCC-2014-S-26	Tribunal de Justiça do Amapá	Cargos diversos	07/12/2014
FCC-2014-M-27	Tribunal de Justiça do Amapá	Técnico Judiciário – Áreas Judiciária e Administrativa	07/12/2014

FCC-2014-S-28	Secretaria de Estado da Fazenda de Pernambuco	Auditor Fiscal do Tesouro Estadual	19/10/2014
FCC-2014-S-29	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro	Analista Judiciário – Tecnologia da Informação	07/09/2014
FCC-2014-M-30	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro	Técnico Judiciário – Tecnologia da Informação	07/09/2014
FCC-2014-S-31	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	Auditor Público Externo	16/08/2014
FCC-2014-M-32	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – Paraíba	Técnico Judiciário – Tecnologia da Informação	03/08/2014
FCC-2014-M-33	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Técnico Judiciário – Área Administrativa	27/07/2014
FCC-2014-S-34	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Maranhão	Analista Judiciário	04/05/2014
FCC-2014-S-35	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	Analista Legislativo – Comunicação Social	06/04/2014
FCC-2014-S-36	Companhia do Metropolitano de São Paulo	Cargos diversos	23/03/2014
FCC-2014-M-37	Câmara Municipal de São Paulo	Consultor Técnico Legislativo – Informática	09/02/2014
FCC-2014-S-38	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Cargos diversos	02/02/2014
FCC-2014-S-39	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Cargos diversos	02/02/2014
FCC-2014-S-40	Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – Alagoas	Analista Judiciário	12/01/2014
FCC-2014-S-41	Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – Alagoas	Analista Judiciário	12/01/2014
FCC-2013-S-42	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região de Campinas – São Paulo	Analista Judiciário	15/12/2013
FCC-2013-S-43	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Analista Judiciário	17/11/2013
FCC-2013-M-44	Ministério Público do Estado de Sergipe	Cargos diversos	01/09/2013
FCC-2013-M-45	Ministério Público do Estado do Amazonas	Agente de Apoio – Administrativo	01/08/2013
FCC-2013-M-46	Ministério Público do Estado do Amazonas	Cargos diversos	01/08/2013
FCC-2013-M-47	Procuradoria Geral do Estado da Bahia	Assistente de Procuradoria	01/08/2013
FCC-2013-M-48	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás	Técnico Judiciário – Tecnologia da Informação	01/08/2013
FCC-2013-S-49	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás	Analista Judiciário	01/08/2013
FCC-2013-S-50	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região –	Analista Judiciário	01/08/2013

	Goiás		
FCC-2013-S-51	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás	Analista Judiciário	01/08/2013
FCC-2013-S-52	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Santa Catarina	Analista Judiciário	01/07/2013
FCC-2013-M-53	Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba	Assistente Legislativo	01/04/2013
FCC-2013-M-54	Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	Técnico de Apoio Especializado – Transporte	01/03/2013
FCC-2013-M-55	Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	Técnico de Apoio Especializado	01/03/2013
FCC-2012-S-56	Ministério Público do Estado do Amapá	Analista Ministerial – Economia	01/08/2012
FCC-2012-M-57	Banco do Estado de Sergipe	Técnico Bancário	01/03/2012
FCC-2011-S-58	Companhia Pernambucana de Gás	Analista – Administrador	20/11/2011
FCC-2011-S-59	Companhia Pernambucana de Gás	Analista – Administrador	20/11/2011
FCC-2011-M-60	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Técnico Judiciário	01/06/2011
FCC-2009-S-61	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Cargos diversos	30/09/2009
FCC-2009-S-62	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul	Cargos diversos	31/08/2009
FCC-2009-S-63	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Auditor	01/06/2009
FCC-2008-S-64	Tribunal de Contas do Estado do Ceará	Analista de Controle Externo	02/11/2008
FCC-2008-S-65	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás	Cargos diversos	30/09/2008
FCC-2008-S-66	Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás	Cargos diversos	30/09/2008
FCC-2007-S-67	Tribunal de Justiça de Pernambuco	Cargos diversos	01/05/2007
FCC-2006-S-68	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Cargos diversos	30/11/2006
FCC-2006-M-69	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Pernambuco	Técnico Judiciário	31/08/2006
FCC-2006-M-70	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – Mato Grosso do Sul	Técnico Judiciário – Área Administrativa	28/02/2006
FCC-2006-S-71	Banco Central do Brasil	Analista do Banco Central	01/01/2006
FCC-2006-S-72	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Analista Judiciário – Área Judiciária	01/01/2006
FCC-2005-S-73	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais	Analista Judiciário	01/01/2005

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma Qconcursos.com

IESES

CÓDIGO	CONCURSO	CARGO	DIA DA PROVA
IESES-2017-S-1	Instituto Geral de Perícia de Santa Catarina	Perito médico-legista	26/11/2017
IESES-2017-S-2	Instituto Geral de Perícia de Santa Catarina	Papiloscopista	26/11/2017
IESES-2017-S-3	Instituto Geral de Perícia de Santa Catarina	Perito criminal	26/11/2017
IESES-2017-S-4	Instituto Geral de Perícia de Santa Catarina	Perito criminal – Geral	26/11/2017
IESES-2017-S-5	Instituto Geral de Perícia de Santa Catarina	Perito criminal	26/11/2017
IESES-2017-M-6	Conselho Regional de Administração de Santa Catarina	Agente Administrativo	15/10/2017
IESES-2017-S-7	Companhia de Gás de Alagoas	Analista de Projetos – Jurídica	11/06/2017
IESES-2017-S-8	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina	Advogado	07/05/2017
IESES-2017-S-9	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina	Agente de Orientação e Fiscalização	07/05/2017
IESES-2017-S-10	Companhia de Gás do Ceará	Advogado	12/03/2017
IESES-2017-S-11	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-M-12	Companhia de Gás do Ceará	Assistente Técnico	12/03/2017
IESES-2017-M-13	Companhia de Gás do Ceará	Assistente de Tecnologia da Informação	12/03/2017
IESES-2017-S-14	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-S-15	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-S-16	Companhia de Gás do Ceará	Analista Técnico	12/03/2017
IESES-2017-S-17	Companhia de Gás do Ceará	Analista Técnico	12/03/2017
IESES-2017-S-18	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-S-19	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-M-20	Companhia de Gás do Ceará	Programador de computador	12/03/2017
IESES-2017-M-21	Companhia de Gás do Ceará	Assistente técnico	12/03/2017
IESES-2017-S-22	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-S-23	Companhia de Gás do Ceará	Analista de Gestão	12/03/2017
IESES-2017-S-24	Companhia de Gás do Ceará	Engenheiro	12/03/2017
IESES-2017-S-25	Companhia de Gás do Ceará	Engenheiro	12/03/2017
IESES-2017-S-26	Conselho Regional de	Analista de Sistemas	12/02/2017

	Arquitetura, Engenharia e Agronomia de Santa Catarina		
IESES-2017-M-27	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Agente Administrativo	29/01/2017
IESES-2017-S-28	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Assistente social	29/01/2017
IESES-2017-S-29	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Cargos diversos	29/01/2017
IESES-2017-M-30	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Técnico de enfermagem	29/01/2017
IESES-2017-S-31	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Médico	29/01/2017
IESES-2017-S-32	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Médico	29/01/2017
IESES-2017-S-33	Prefeitura Municipal de São José do Cerrito	Psicólogo	29/01/2017
IESES-2016-S-34	Companhia de Gás do Sergipe	Engenheiro	11/09/2016
IESES-2016-S-35	Companhia de Gás do Sergipe	Engenheiro	11/09/2016
IESES-2016-S-36	Companhia de Gás do Sergipe	Engenheiro	11/09/2016
IESES-2016-S-37	Conselho Regional de Administração de Santa Catarina	Administrador	12/06/2016
IESES-2016-S-38	Companhia de Gás da Bahia	Analista – Psicologia	06/03/2016
IESES-2016-M-39	Companhia de Gás da Bahia	Técnico – Tecnologia da Informação	06/03/2016
IESES-2016-S-40	Companhia de Gás da Bahia	Analista – Tecnologia da Informação	06/03/2016
IESES-2016-S-41	Companhia de Gás da Bahia	Analista – Administrador	06/03/2016
IESES-2016-S-42	Companhia de Gás da Bahia	Analista – Tecnologia da Informação	06/03/2016
IESES-2016-M-43	Companhia de Gás da Bahia	Técnico – Tecnologia da Informação	06/03/2016
IESES-2016-S-44	Companhia de Gás da Bahia	Analista Organizacional – Ciências Contábeis	06/03/2016
IESES-2016-S-45	Companhia de Gás da Bahia	Analista – Serviço Social	06/03/2016
IESES-2016-S-46	Companhia de Gás da Bahia	Engenheiro	06/03/2016
IESES-2015-M-47	Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina	Assistente Administrativo	18/10/2015
IESES-2015-S-48	Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina	Contador	18/10/2015
IESES-2015-S-49	Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina	Advogado	18/10/2015
IESES-2015-S-50	Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina	Médico Fiscal	18/10/2015
IESES-2015-S-51	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	Analista Judiciário – Área Administrativa	30/08/2015
IESES-2015-S-52	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	Analista Judiciário – Área Judiciária	30/08/2015
IESES-2015-S-53	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	Analista Judiciário – Análise de Sistemas	30/08/2015

IESES-2015-S-54	Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul	Advogado	23/08/2015
IESES-2015-M-55	Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul	Técnico de Administração	23/08/2015
IESES-2015-S-56	Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul	Analista Contábil	23/08/2015
IESES-2015-M-57	Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul	Técnico de Tecnologia da Informação	23/08/2015
IESES-2015-S-58	Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul	Analista de Tecnologia da Informação	23/08/2015
IESES-2015-S-59	Instituto Federal Catarinense	Professor – Direito	24/05/2015
IESES-2015-S-60	Instituto Federal Catarinense	Professor	24/05/2015
IESES-2015-S-61	Instituto Federal Catarinense	Professor – Administração	24/05/2015
IESES-2015-S-62	Instituto Federal Catarinense	Professor – Educação Física	24/05/2015
IESES-2015-S-63	Instituto Federal Catarinense	Professor	24/05/2015
IESES-2014-M-64	Administração do Porto de São Francisco do Sul	Agente	06/04/2014
IESES-2013-M-65	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais	Agente Governamental	17/11/2013
IESES-2013-S-66	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais	Contador	17/11/2013
IESES-2013-M-67	Conselho Regional de Administração de Santa Catarina	Agente Administrativo	01/05/2013
IESES-2012-S-68	Companhia Potiguar de Gás do Rio Grande do Norte	Advogado	15/04/2012
IESES-2012-M-69	Companhia Potiguar de Gás do Rio Grande do Norte	Técnico em Segurança do Trabalho	15/04/2012

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma Qconcursos.com.

FUNCAB

CÓDIGO	CONCURSO	CARGO	DIA DA PROVA
FUNCAB-2016-S-1	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares	Fisioterapeuta	03/04/2016
FUNCAB-2016-S-2	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares	Cargos diversos	03/04/2016
FUNCAB-2016-S-3	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares	Assistente social	03/04/2016
FUNCAB-2016-S-4	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares	Enfermeiro	03/04/2016
FUNCAB-2016-S-5	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares	Nutricionista	03/04/2016
FUNCAB-2016-S-6	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares	Administrador	03/04/2016
FUNCAB-2016-S-7	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	Analista de Sistemas	20/03/2016

	do Acre		
FUNCAB-2016-M-8	Companhia Docas do Espírito Santo	Guarda Portuário	28/02/2016
FUNCAB-2015-F-9	Conselho Regional de Farmácia de Rondônia	Auxiliar de serviços gerais	15/11/2015
FUNCAB-2015-S-10	Conselho Regional de Farmácia de Rondônia	Cargos diversos	15/11/2015
FUNCAB-2015-S-11	Polícia Civil do Acre	Perito criminal	04/10/2015
FUNCAB-2015-S-12	Polícia Civil do Acre	Análise de Sistemas	04/10/2015
FUNCAB-2015-S-13	Polícia Civil do Acre	Cargos diversos	04/10/2015
FUNCAB-2015-S-14	Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES	Professor – Língua Portuguesa	16/08/2015
FUNCAB-2015-M-15	Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES	Técnico administrativo	16/08/2015
FUNCAB-2015-M-16	Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES	Auxiliar administrativo	16/08/2015
FUNCAB-2015-F-17	Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES	Auxiliar de biblioteca	16/08/2015
FUNCAB-2015-F-18	Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES	Motorista	16/08/2015
FUNCAB-2015-S-19	Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES	Cargos diversos	16/08/2015
FUNCAB-2015-S-20	Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia	Contador	05/07/2015
FUNCAB-2015-S-21	Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	Cargos diversos	01/02/2015
FUNCAB-2015-S-22	Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	Enfermeiro	01/02/2015
FUNCAB-2015-S-23	Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	Fisioterapeuta	01/02/2015
FUNCAB-2015-S-24	Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	Psicólogo	01/02/2015
FUNCAB-2015-S-25	Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	Médico nutrologista	01/02/2015
FUNCAB-2014-S-26	Instituto Nacional do Câncer	Tecnologista Júnior	14/12/2014
FUNCAB-2014-M-27	Instituto Nacional do Câncer	Técnico em radiologia e Técnico de Laboratório – Imunogenética	14/12/2014
FUNCAB-2014-S-28	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Bibliotecário e Administrador	07/12/2014
FUNCAB-2014-S-29	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Analista de Sistema Operacional	02/11/2014
FUNCAB-2014-S-30	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Cargos diversos	02/11/2014
FUNCAB-2014-S-31	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Analista de Infraestrutura	02/11/2014
FUNCAB-2014-S-32	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Analista de Sistemas	02/11/2014
FUNCAB-2014-S-33	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Analista de Suporte	02/11/2014
FUNCAB-2014-F-34	Processamento de Dados	Motorista	15/06/2014

	da Amazônia S/A		
FUNCAB-2014-F-35	Processamento de Dados da Amazônia S/A	Motorista	15/06/2014
FUNCAB-2013-M-36	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Roraima	Assistente em Administração	15/12/2013
FUNCAB-2013-S-37	Prefeitura Municipal de Vassouras – RJ	Auditor – Ciências Contábeis	01/10/2013
FUNCAB-2013-S-38	Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste	Contador	01/07/2013
FUNCAB-2013-M-39	Polícia Civil do Estado do Espírito Santo	Escrivão de Polícia	01/03/2013
FUNCAB-2013-F-40	Companhia de Processamento de Dados da Paraíba	Auxiliar de Informática	01/03/2013
FUNCAB-2013-S-41	Polícia Civil do Estado do Espírito Santo	Médico legista, Psicólogo e Assistente social	01/03/2013
FUNCAB-2013-S-42	Polícia Civil do Estado do Espírito Santo	Assistente social	01/03/2013
FUNCAB-2013-M-43	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia	Assistente Jurídico	01/01/2013
FUNCAB-2013-S-44	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia	Controlador Interno	01/01/2013
FUNCAB-2012-M-45	Serviço Social do Comércio – Bahia	Auxiliar de Classe	01/11/2012
FUNCAB-2012-S-46	Ministério Público Estadual de Rondônia	Cargos diversos	01/02/2012
FUNCAB-2010-S-47	Secretaria de Estado de Justiça - Rondônia	Cargos diversos	01/12/2010
FUNCAB-2010-S-48	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo	Cargos diversos	01/12/2010
FUNCAB-2010-S-49	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo	Analista de TI – Suporte e Operação	01/12/2010
FUNCAB-2010-S-50	Instituto Brasileiro de Museus	Analista – Psicologia	01/03/2010
FUNCAB-2009-S-51	Prefeitura Municipal de Porto Velho	Médico cardiologista	01/09/2009

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma Qconcursos.com.

CESGRANRIO

CÓDIGO	CONCURSO	CARGO	DIA DA PROVA
CESGRANRIO-2018-M-1	Liquigás	Cargos diversos	27/05/2018
CESGRANRIO-2018-M-2	Banco do Brasil	Escrivário	13/05/2018
CESGRANRIO-2018-S-3	Banco da Amazônia	Tecnologia da Informação	29/04/2018
CESGRANRIO-2018-S-4	Petrobras	Cargos diversos	15/04/2018
CESGRANRIO-2018-S-5	Petrobras	Cargos diversos	08/04/2018
CESGRANRIO-2018-M-6	Petrobras	Cargos diversos	08/04/2018
CESGRANRIO-2018-S-7	Petrobras	Cargos diversos	18/03/2018
CESGRANRIO-2017-S-8	Petrobras	Cargos diversos	01/10/2017

CESGRANRIO-2017-M-9	Petrobras	Cargos diversos	01/10/2017
CESGRANRIO-2016-M-10	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Agente de Pesquisas e Mapeamento	04/09/2016
CESGRANRIO-2016-S-11	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Cargos diversos	04/09/2016
CESGRANRIO-2016-M-12	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Agente de Pesquisas por Telefone	04/09/2016
CESGRANRIO-2016-M-13	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Cargos diversos	26/06/2016
CESGRANRIO-2016-S-14	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Cargos diversos	26/06/2016
CESGRANRIO-2016-S-15	Petrobras	Auditor	12/06/2016
CESGRANRIO-2015-M-16	Banco do Brasil	Escriturário	18/10/2015
CESGRANRIO-2015-S-17	Liquigás	Cargos diversos	20/09/2015
CESGRANRIO-2015-S-18	Petrobras	Advogado	02/08/2015
CESGRANRIO-2014-M-19	Petrobras	Cargos diversos	07/12/2014
CESGRANRIO-2014-S-20	Petrobras	Cargos diversos	07/12/2014
CESGRANRIO-2014-S-21	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Revisor de Texto	01/06/2014
CESGRANRIO-2014-S-22	Financiadora de Estudos e Projetos	Cargos diversos	19/01/2014
CESGRANRIO-2013-S-23	Liquigás	Cargos diversos	01/08/2013
CESGRANRIO-2012-M-24	Petrobras	Técnico de Suprimentos de Bens e Serviços Júnior – Administração	01/06/2012
CESGRANRIO-2012-M-25	Petrobras	Técnico em Contabilidade e Técnico em Enfermagem do Trabalho	01/06/2012
CESGRANRIO-2012-S-26	Liquigás	Cargos diversos	01/04/2012
CESGRANRIO-2012-M-27	Liquigás	Cargos diversos	01/04/2012
CESGRANRIO-2011-M-28	Petrobras	Cargos diversos	01/08/2011
CESGRANRIO-2012-S-29	Petrobras	Cargos diversos	05/02/2012
CESGRANRIO-2011-S-30	Companhia Petroquímica de Pernambuco	Cargos diversos	01/03/2011
CESGRANRIO-2011-M-31	Petrobras	Inspetor de Segurança e Segurança do Trabalho	01/08/2011
CESGRANRIO-2010-S-32	Prefeitura Municipal de Salvador	Professor - Língua Portuguesa	01/10/2010
CESGRANRIO-2010-M-33	Petrobras	Cargos diversos	01/06/2010
CESGRANRIO-2010-S-34	Petrobras	Cargos diversos	02/05/2010
CESGRANRIO-2010-S-35	Empresa de Pesquisa Energética	Cargos diversos	01/04/2010
CESGRANRIO-2008-S-36	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Analista Administrativo – Contabilidade	29/02/2008
CESGRANRIO-2008-S-37	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Especialista em Regulação – Direito, Analista Administrativo – Comunicação Social e Especialista em Regulação – Economia	29/02/2008
CESGRANRIO-2006-S-38	Petrobras	Analista de Sistemas	28/02/2006
CESGRANRIO-2006-S-39	Petrobras	Analista de Sistemas	28/02/2006

CESGRANRIO-2005-S-40	Petrobras	Advogado	31/05/2005
CESGRANRIO-2005-S-41	Ministério Público Estadual de Rondônia	Economista	01/03/2005

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações colhidas na plataforma *Qconcursos.com*.